

RELATÓRIO GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO



2010

RELATÓRIO GERAL DA
JUSTIÇA DO TRABALHO
2010

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

COMPOSIÇÃO ATUAL

MINISTRO JOÃO ORESTE DALAZEN - PRESIDENTE
MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI - VICE-PRESIDENTE
MINISTRO ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN - CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO
MINISTRO MILTON DE MOURA FRANÇA
MINISTRO CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
MINISTRO JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
MINISTRO RENATO DE LACERDA PAIVA
MINISTRO EMMANOEL PEREIRA
MINISTRO LELIO BENTES CORRÊA
MINISTRO ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
MINISTRO HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
MINISTRA ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
MINISTRO LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
MINISTRO ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
MINISTRA MARIA DE ASSIS CALSING
MINISTRA DORA MARIA DA COSTA
MINISTRO PEDRO PAULO TEIXEIRA MANUS
MINISTRO FERNANDO EIZO ONO
MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
MINISTRO MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
MINISTRO WALMIR OLIVEIRA DA COSTA
MINISTRO MAURÍCIO GODINHO DELGADO
MINISTRA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA
MINISTRO AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
MINISTRO JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

BRASÍLIA, JUNHO DE 2011.

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA DO TST
JUIZ RUBENS CURADO SILVEIRA

DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TST
DR. GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

SECRETÁRIO-GERAL JUDICIÁRIO DO TST
DR. VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

COMPOSIÇÃO - ANO DE 2010

MINISTRO MILTON DE MOURA FRANÇA - PRESIDENTE
MINISTRO JOÃO ORESTE DALAZEN - VICE-PRESIDENTE
MINISTRO CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA - CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO
MINISTRO ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
MINISTRO JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
MINISTRO RENATO DE LACERDA PAIVA
MINISTRO EMMANOEL PEREIRA
MINISTRO LELIO BENTES CORRÊA
MINISTRO ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
MINISTRO HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
MINISTRA ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
MINISTRO LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
MINISTRO ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
MINISTRA MARIA DE ASSIS CALSING
MINISTRA DORA MARIA DA COSTA
MINISTRO PEDRO PAULO TEIXEIRA MANUS
MINISTRO FERNANDO EIZO ONO
MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
MINISTRO MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
MINISTRO WALMIR OLIVEIRA DA COSTA
MINISTRO MAURÍCIO GODINHO DELGADO
MINISTRA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA
MINISTRO AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
MINISTRO JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA DO TST
Dr. ANSELMO ROCHA NÓBREGA

DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TST
Dr. GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| 1 ATIVIDADE JUDICANTE DA JUSTIÇA DO TRABALHO — DADOS ESTATÍSTICOS | 11 |
| 1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EM 31/12/2010 | 11 |
| 1.1.1 DADOS GERAIS | 11 |
| 1.1.2 MAGISTRADOS PARA CADA 100.000 HABITANTES | 11 |
| 1.1.3 SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE POR MAGISTRADO | 11 |
| 1.2 DESPESAS, ARRECADAÇÕES E PAGAMENTOS | 11 |
| 1.2.1 DESPESA POR HABITANTE | 11 |
| 1.2.2 ARRECADAÇÃO DE CUSTAS, EMOLUMENTOS E TRIBUTOS | 11 |
| 1.2.3 VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES | 13 |
| 1.3 LITIGIOSIDADE | 13 |
| 1.3.1 CASOS NOVOS – FASE DE CONHECIMENTO | 13 |
| 1.3.1.1 CASOS NOVOS A CADA 100.000 HABITANTES – FASE DE CONHECIMENTO | 13 |
| 1.3.1.2 CASOS NOVOS POR MAGISTRADO – FASE DE CONHECIMENTO | 14 |
| 1.3.1.3 CASOS NOVOS POR SERVIDOR – FASE DE CONHECIMENTO | 14 |
| 1.3.1.3.1 CASOS NOVOS POR SERVIDOR – CARGOS EXISTENTES | 14 |
| 1.3.1.3.2 CASOS NOVOS POR SERVIDOR EM ATIVIDADE | 14 |
| 1.3.2 PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR MAGISTRADO | 15 |
| 1.3.3 CARGA DE TRABALHO | 15 |
| 1.3.3.1 CARGA DE TRABALHO POR MAGISTRADO | 15 |
| 1.3.4 PROCESSOS JULGADOS | 15 |
| 1.3.5 CONCILIAÇÃO NAS VARAS TRABALHISTAS | 16 |
| 1.3.6 EXECUÇÃO NAS VARAS TRABALHISTAS | 16 |
| 1.3.7 RESÍDUO | 16 |
| 1.3.7.1 RESÍDUO POR MAGISTRADO | 16 |
| 1.3.8 CONGESTIONAMENTO | 17 |
| 1.3.9 RECORRIBILIDADE PARA A INSTÂNCIA SUPERIOR | 17 |
| 1.3.10 RECORRIBILIDADE PARA A PRÓPRIA INSTÂNCIA | 18 |
| 1.3.11 REFORMA DA DECISÃO | 18 |
| 1.3.11.1 DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO | 18 |
| 1.3.11.1.1 NOS RECURSOS DE REVISTA | 18 |
| 1.3.11.1.2 NOS RECURSOS ORDINÁRIOS | 18 |
| 1.3.11.2 DAS VARAS DO TRABALHO - NOS RECURSOS ORDINÁRIOS | 19 |
| 1.3.12 PRECATÓRIOS TRABALHISTAS | 19 |
| 1.3.13 PERFIL DAS DEMANDAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA E AUTOR | 19 |
| 2. ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA | 23 |
| 2.1 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E INTEGRAÇÃO ENTRE AS UNIDADES DA JUSTIÇA DO TRABALHO | 23 |
| 2.1.1 GESTÃO ESTRATÉGICA | 23 |
| 2.1.1.1 GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO | 23 |
| 2.1.1.1.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO | 23 |
| 2.1.1.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO | 24 |
| 2.1.1.2.1 INDICADORES ESTRATÉGICOS DE DESEMPENHO DO TST EM 2010 | 25 |
| 2.1.1.2.1.1 ÍNDICE MÉDIO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EM COMPETÊNCIAS - IMCSC | 25 |
| 2.1.1.2.1.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA - IDC | 26 |
| 2.1.1.2.1.3 ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS – IAM | 26 |
| 2.1.1.2.1.4 ÍNDICE DE CLIMA ORGANIZACIONAL – ICO | 26 |
| 2.1.1.2.1.5 ÍNDICE DE AFASTAMENTO DE SERVIDORES DECORRENTES DE LICENÇA MÉDICA – IFAFAST | 27 |

| | |
|--|----|
| 2.1.1.2.1.6 ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA – IQV | 27 |
| 2.1.1.2.1.7 ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS UNIDADES – IIU | 27 |
| 2.1.1.2.1.8 ÍNDICE DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS – IEXPE | 27 |
| 2.1.1.2.1.9 ÍNDICE DE CUSTO MÉDIO DE JULGADOS – ICMJ | 28 |
| 2.1.1.2.1.10 ÍNDICE DO CONSUMO DE PAPEL – ICP | 28 |
| 2.1.1.2.1.11 ÍNDICE DO CONSUMO DE ÁGUA – ICA | 28 |
| 2.1.1.2.1.12 ÍNDICE DO CONSUMO DE ENERGIA – ICE | 28 |
| 2.1.1.2.1.13 ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IRSOC | 28 |
| 2.1.1.2.1.14 ÍNDICE DE INCLUSÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS NO ORÇAMENTO – IIPEO | 29 |
| 2.1.1.2.1.15 ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO – IEXO | 29 |
| 2.1.1.2.1.16 ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA – IDTEC | 29 |
| 2.1.1.2.1.17 ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ON-LINE – IDSON | 29 |
| 2.1.1.2.1.18 ÍNDICE DE JULGADOS POR FORÇA DE TRABALHO – IJFT | 29 |
| 2.1.1.2.1.19 ÍNDICE DE JULGADOS POR FORÇA DE TRABALHO DA ÁREA JUDICIÁRIA – IJFTAJ | 30 |
| 2.1.1.2.1.20 ÍNDICE DE CONGESTIONAMENTO - IC | 30 |
| 2.1.1.2.1.21 ÍNDICE MÉDIO DE TRAMITAÇÃO – ITMT | 30 |
| 2.1.1.2.1.22 ÍNDICE MÉDIO DE DISTRIBUIÇÃO – IMD | 30 |
| 2.1.1.2.1.23 ÍNDICE MÉDIO DE JULGADOS – IMJ | 30 |
| 2.1.1.2.1.24 ÍNDICE MÉDIO DE BAIXADOS – IMB | 31 |
| 2.1.1.2.1.25 ÍNDICE MÉDIO DE BAIXADOS COM RECURSOS – IMBR | 31 |
| 2.1.1.2.1.26 ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS – IPA | 31 |
| 2.1.1.2.1.27 ÍNDICE DE PROVIMENTO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS – IPED | 31 |
| 2.1.1.2.1.28 ÍNDICE DE APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA – IALT | 31 |
| 2.1.1.2.1.29 ÍNDICE DE MATÉRIAS PRODUZIDAS – IMP | 32 |
| 2.1.1.2.1.30 ÍNDICE DE COOPERAÇÃO – ICOOP | 32 |
| 2.1.1.2.1.31 ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES (ADVOGADOS E PARTES) - ISAT | 32 |
| 2.1.1.2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO TST | 32 |
| 2.1.2 CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PELA JUSTIÇA DO TRABALHO EM 2010 | 32 |
| 2.1.3 ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DO CSJT | 71 |
| 2.1.4 APERFEIÇOAMENTO DAS UNIDADES DE CONTROLE INTERNO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO | 71 |
| 2.1.5 PARTICIPAÇÃO DO CSJT NAS REUNIÕES DO COLÉGIO DE PRESIDENTES E CORREGEDORES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO — COLEPRECOR | 71 |
| 2.1.6 COOPERAÇÃO ENTRE AS ÁREAS TÉCNICAS DO CSJT E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO | 71 |
| 2.2 ATUAÇÃO INSTITUCIONAL | 73 |
| 2.2.1 ASSESSORIA PARLAMENTAR | 73 |
| 2.2.1.1 PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 12.275 | 74 |
| 2.2.2 OUVIDORIA DO TST | 74 |
| 2.2.2.1 CAMPANHA “EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO” | 75 |
| 2.2.3 COMUNICAÇÃO SOCIAL | 76 |
| 2.2.4 COOPERAÇÃO COM O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO | 76 |
| 2.3 EFICIÊNCIA OPERACIONAL | 76 |
| 2.3.1 ESCRITÓRIO DE PROCESSOS DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA | |

| | |
|---|-----|
| DA INFORMAÇÃO/SETIN | 77 |
| 2.3.2 GESTÃO DE PROJETOS | 77 |
| 2.3.3 BANCO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO | 77 |
| 2.4 INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA | 77 |
| 2.4.1 OBRAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO | 77 |
| 2.4.2 MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO | 78 |
| 2.4.3 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO — PJE | 79 |
| 2.4.4 SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-GESTÃO) | 80 |
| 2.4.5 OUTROS PROJETOS DE TI | 80 |
| 2.4.5.1 PROJETOS E AÇÕES REALIZADOS PELA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TST | 80 |
| 2.4.5.2 PROJETOS E AÇÕES REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO | 80 |
| 2.5 GESTÃO DE PESSOAS | 81 |
| 2.5.1 PROGRAMA DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES DO TST (EDUCARE) E CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE ASSESSORES E SERVIDORES DO TST (CEFAST) | 81 |
| 2.5.2 GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL | 84 |
| 2.5.3 GESTÃO POR COMPETÊNCIAS | 84 |
| 2.6 ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO (ENAMAT) | 85 |
| 2.7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 90 |
| 2.7.1 SUSTENTABILIDADE SOLIDÁRIA | 90 |
| 2.7.2 FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL | 91 |
| 2.8 ORÇAMENTO | 92 |
| | |
| 3 ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO | 97 |
| 3.1 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO – RIO DE JANEIRO/RJ | 97 |
| 3.1.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 97 |
| 3.1.2 CONCLUSÕES | 98 |
| 3.2 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO – SÃO PAULO/SP. | 98 |
| 3.2.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 98 |
| 3.2.2 CONCLUSÕES | 99 |
| 3.3 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO – MINAS GERAIS/MG. | 99 |
| 3.3.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 99 |
| 3.3.2 CONCLUSÕES | 100 |
| 3.4 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO – RIO GRANDE DO SUL/RS. | 100 |
| 3.4.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 100 |
| 3.4.2 CONCLUSÕES | 100 |
| 3.5 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO – BAHIA/BA. | 101 |
| 3.5.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 101 |
| 3.5.2 CONCLUSÕES | 101 |
| 3.6 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO – PERNAMBUCO/PE. | 102 |
| 3.6.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 102 |
| 3.6.2 CONCLUSÕES | 102 |
| 3.7 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO – CEARÁ/CE. | 103 |
| 3.7.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 103 |
| 3.7.2 CONCLUSÕES | 103 |
| 3.8 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO – PARÁ/PA E AMAPÁ/AP. | 103 |
| 3.8.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 103 |
| 3.8.2 CONCLUSÕES | 105 |
| 3.9 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ/PR. | 105 |
| 3.9.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 105 |
| | |
| 3.10 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO – | |

| | |
|--|-----|
| DISTRITO FEDERAL/DF E TOCANTINS/TO. | 106 |
| 3.10.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 106 |
| 3.10.2 CONCLUSÕES | 107 |
| 3.11 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO – AMAZONAS/AM E RORAIMA/RR. | 107 |
| 3.11.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 107 |
| 3.11.2 CONCLUSÕES | 109 |
| 3.12 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO – SANTA CATARINA/SC. | 112 |
| 3.12.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 112 |
| 3.12.2 CONCLUSÕES | 113 |
| 3.13 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO – PARAÍBA/PB. | 113 |
| 3.13.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 113 |
| 3.14 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO – ACRE/AC E RONDÔNIA/RO. | 114 |
| 3.14.1 PRINCIPAIS PROJETOS | 114 |
| 3.14.2 RESULTADOS ALCANÇADOS | 115 |
| 3.14.3 CONCLUSÕES | 115 |
| 3.15 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – CAMPINAS/SP. | 116 |
| 3.15.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 116 |
| 3.15.2 CONCLUSÕES | 117 |
| 3.16 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MARANHÃO/MA. | 117 |
| 3.16.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 117 |
| 3.16.2 CONCLUSÕES | 119 |
| 3.17 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO – ESPÍRITO SANTO/ES. | 119 |
| 3.17.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 119 |
| 3.17.2 CONCLUSÕES | 120 |
| 3.18 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO – GOIÁS/GO. | 120 |
| 3.18.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 120 |
| 3.18.2 CONCLUSÕES | 122 |
| 3.19 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO – ALAGOAS/AL. | 122 |
| 3.19.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 122 |
| 3.19.2 CONCLUSÕES | 124 |
| 3.20 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO – SERGIPE/SE. | 124 |
| 3.20.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 124 |
| 3.20.2 BALANÇO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO (PEP) DE 2010 | 126 |
| 3.20.3 CONCLUSÕES | 127 |
| 3.21 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO – RIO GRANDE DO NORTE/RN. | 128 |
| 3.21.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 128 |
| 3.21.2 CONCLUSÕES | 128 |
| 3.22 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO – PIAUÍ/PI. | 129 |
| 3.22.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 129 |
| 3.22.2 CONCLUSÕES | 129 |
| 3.23 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO – MATO GROSSO/MT. | 129 |
| 3.23.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 129 |
| 3.23.2 CONCLUSÕES | 130 |
| 3.24 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO – MATO GROSSO DO SUL/MS. | 131 |
| 3.24.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 131 |
| 3.24.2 CONCLUSÕES | 132 |

Apresentação

Em cumprimento ao disposto no art. 35, inciso VIII, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho – TST, apresento ao Órgão Especial do TST e à sociedade brasileira o Relatório Geral da Justiça do Trabalho do ano de 2010.

Nos últimos anos, o Relatório Geral consistiu tão somente de apresentação de dados estatísticos da atividade judicante da Justiça do Trabalho. Não obstante a relevância de tais informações, a atuação da Justiça do Trabalho apresenta-se, inequivocamente, mais ampla e diversificada.

Daí por que se fez necessária uma descrição mais completa e fidedigna das diversas atividades desempenhadas pela Justiça do Trabalho no ano findo, ainda que em registro sintético dos principais projetos, ações e iniciativas de natureza institucional, de alinhamento estratégico e integração entre as unidades que a compõem, de aperfeiçoamento da eficiência operacional, de melhoria da infraestrutura física e tecnológica, de qualificação de magistrados e servidores e de compromisso socioambiental.

Sobreleva notar, ademais, que a Justiça do Trabalho não dispunha de um documento único que condensasse as atividades desenvolvidas anualmente nas suas várias áreas de atuação. Com efeito, busca-se aperfeiçoar o modelo de elaboração individualizada e compartimentada de relatórios pelos diversos órgãos, desprovidos de uma articulação mais sólida com as iniciativas dos demais, como é desejável e necessário em uma instituição una, única e provida de um Planejamento Estratégico comum.

A consolidação dessas ações no Relatório Geral, portanto, oferece ao público em geral e, em especial, a magistrados, gestores e servidores um panorama das principais iniciativas da Justiça do Trabalho no ano de 2010.

O presente Relatório está estruturado em 3 (três) partes.

A primeira contém uma análise sintética das principais informações estatísticas da atividade judicante da Justiça do Trabalho no ano de 2010, subdivididas em “Estrutura Organizacional”, “Despesas, Arrecadações e Pagamentos” e “Litigiosidade”. As informações completas e detalhadas constam da Consolidação Estatística da Justiça do Trabalho, disponibilizada no sítio eletrônico do TST.

Releva destacar, no particular, que o TST julgou em 2010 um total de 211.979 processos, 113,4% do número de processos distribuídos (186.923), o que ensejou significativa redução das ações pendentes de julgamento.

Nos órgãos de 2º grau da Justiça do Trabalho, verificou-se o percentual de 102,87% de processos julgados em relação ao número de casos distribuídos, desempenho semelhante ao do 1º grau de jurisdição, que julgou 99,18% das ações distribuídas, a revelar, em linhas gerais, desempenho exemplar.

Tais números denotam o firme empenho da Justiça do Trabalho em conferir célere desfecho às demandas que lhe são submetidas.

Como resultado desse esforço, observou-se em 2010 o expressivo crescimento de 10,3% nos valores pagos aos reclamantes em cotejo com o ano de 2009. Com efeito, no ano findo, a atuação da Justiça do Trabalho ensejou a quitação de débitos trabalhistas na ordem de R\$ 11,2 bilhões.

Insta observar, ainda, que em 2010 a Justiça do Trabalho arrecadou R\$ 3,1 bilhões a título de custas, emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária, 27,58% da sua despesa orçamentária.

Os dados estatísticos revelam, entretanto, que a fase de execução persiste como o maior dos desafios da Justiça do Trabalho. Não obstante todos os esforços levados a efeito nos últimos anos, inclusive a disponibilidade de ferramentas eletrônicas voltadas à identificação e ao bloqueio de bens do devedor, o índice de congestionamento nessa fase aponta para a inaceitável taxa de 69%.

Reforçar os instrumentos legais de coerção dos devedores, assim como aperfeiçoar a estrutura de auxílio aos magistrados nessa fase processual, são medidas que se impõem para reverter esse cenário de elevada inadimplência quanto a direitos reconhecidos e indubitáveis.

A segunda parte do Relatório descreve as mais relevantes atividades administrativas – vista em contraposição à atividade judicante – desenvolvidas pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, subdivididas pelos temas e objetivos definidos no Mapa Estratégico da Justiça do Trabalho: “Alinhamento Estratégico e Integração entre as Unidades da Justiça do Trabalho”, “Atuação Institucional”, “Eficiência Operacional”, “Infraestrutura e Tecnologia”, “Gestão de Pessoas”, “Responsabilidade Socioambiental” e “Orçamento”.

No tópico “Alinhamento Estratégico e Integração entre as Unidades da Justiça do Trabalho”, descrevem-se, entre outras, as principais ações desenvolvidas em prol da execução do Plano Estratégico do TST e dos Tribunais Regionais do Trabalho, inclusive da área de tecnologia da informação. Apresenta-se, igualmente, um panorama do cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário pela Justiça do Trabalho no ano de 2010.

Em “Atuação Institucional”, discorre-se sobre as iniciativas destinadas a aprimorar a comunicação com os públicos interno e externo, a fortalecer a imagem institucional da Justiça do Trabalho e as relações com outras instituições públicas e privadas. Incluem-se, portanto, as ações da Assessoria Parlamentar, da Ouvidoria e da Secretaria de Comunicação Social do TST destinadas à efetivação desses objetivos.

No tema “Eficiência Operacional”, busca-se descrever os principais projetos voltados ao aprimoramento contínuo dos procedimentos de trabalho e da estrutura organizacional, visando sempre à agilização dos trâmites judiciais e administrativos.

Sobre “Infraestrutura e Tecnologia”, apresentam-se as realizações que objetivaram garantir infraestrutura física e material imprescindíveis à adequada prestação jurisdicional e, principalmente, promover a modernização e a disponibilidade dos sistemas essenciais de Tecnologia da Informação.

As iniciativas voltadas ao cumprimento da missão constitucional de promover a formação continuada e o aperfeiçoamento profissional de magistrados e servidores estão descritas nos itens “Gestão de Pessoas” e “ENAMAT”. Não se faz justiça célere, efetiva e de qualidade sem magistrados e servidores cada vez mais capacitados, motivados e engajados no cumprimento dos objetivos institucionais.

O comprometimento da Justiça do Trabalho com a promoção da cidadania, com o respeito ao meio ambiente e com a dignidade do ser humano, não apenas no desempenho de sua atividade judicante, mas também no cotidiano de sua atuação administrativa e institucional, está destacado no tópico “Responsabilidade Socioambiental”.

Ao final da segunda parte, realiza-se um balanço da execução orçamentária da Justiça do Trabalho no exercício de 2010, bem assim da proposta orçamentária para 2011.

Na terceira e última parte, o Relatório dedica espaço especial aos principais projetos e resultados alcançados pelos Tribunais Regionais do Trabalho no cumprimento das respectivas missões institucionais. A adequada compreensão do todo passa pela correta ciência das atividades e do desempenho das diversas partes que o compõem.

Assinala-se, finalmente, que a narrativa sintética da história da instituição no ano de 2010 acaba por revelar o trabalho, a dedicação e o compromisso dos homens e mulheres que a constituíram nesse interregno. Registro aqui o reconhecimento e a congratulação a todos os magistrados e servidores da Justiça do Trabalho, responsáveis pelos resultados ora descritos, o que o faço na pessoa do eminente Ministro Milton de Moura França, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho no biênio 2009/2011.

Brasília, junho de 2011.

Ministro **JOÃO ORESTE DALAZEN**
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**ATIVIDADE JUDICANTE DA
JUSTIÇA DO TRABALHO**

DADOS ESTATÍSTICOS

1 ATIVIDADE JUDICANTE DA JUSTIÇA DO TRABALHO — DADOS ESTATÍSTICOS

No presente tópico, apresenta-se uma síntese dos principais dados e informações relacionados à atividade judicante realizada pela Justiça do Trabalho no ano de 2010, divididos nos subtópicos “Estrutura Organizacional em 31/12/2010”, “Despesas, Arrecadações e Pagamentos” e “Litigiosidade”.

Os dados completos encontram-se no Relatório Analítico e no Relatório de Dados Demonstrativos, os quais compõem a Consolidação Estatística da Justiça do Trabalho do ano de 2010, disponibilizada no sítio do Tribunal Superior do Trabalho na internet.

1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EM 31/12/2010

1.1.1 DADOS GERAIS

A Justiça do Trabalho é constituída pelo Tribunal Superior do Trabalho, por 24 Tribunais Regionais do Trabalho e por 1.378 Varas Trabalhistas, estando 1.377 instaladas. São 3.601 cargos de juiz e 39.111 de servidor.

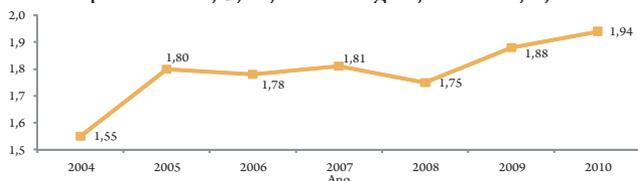
No Tribunal Superior do Trabalho, estão em atividade 26 Ministros e 2.330 servidores.

Na 2ª Instância, há um Tribunal em cada estado da Federação, à exceção dos estados do Acre, Roraima, Amapá e Tocantins, que são jurisdicionados pelos Tribunais com sede em Rondônia, Amazonas, Pará e Distrito Federal, respectivamente. No Estado de São Paulo, existem dois Tribunais: um com sede na Cidade de São Paulo e outro em Campinas. Estão em atividade, na 2ª Instância, 482 juízes e 16.446 servidores.

Na 1ª Instância da Justiça Trabalhista, estão instaladas 1.377 varas trabalhistas distribuídas em 600 municípios e com jurisdição em todos os 5.565 municípios do País. O total de varas será de 1.378, quando for instalada, no Estado do Rio de Janeiro, a 1ª VT de Barra Mansa, criada pela Lei nº. 10.770, de 21/11/2003. Estão em atividade, na 1ª Instância, 2.718 juízes e 20.764 servidores.

1.1.2 MAGISTRADOS PARA CADA 100.000 HABITANTES

Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, há 1,94 juízes para cada 100.000 habitantes, 3,19% a mais que em 2009. A média entre as Regiões Judiciárias foi de 1,89 juízes a cada 100.000 habitantes. A 14ª Região apresentou o maior quantitativo, 3,17, e a 7ª Região, o menor, 0,81.



Magistrados a cada 100.000 habitantes. 2004-2010.

1.1.3 SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE POR MAGISTRADO

Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, há 10,86 servidores do Quadro Permanente para cada magistrado, 1,88% a mais que em 2009. No TST há 77,89 servidores para cada Ministro e nos TRTs, 10,36. O TRT com o maior quantitativo de Servidores do Quadro Permanente por Magistrado foi o da 13ª Região, com 16,44.

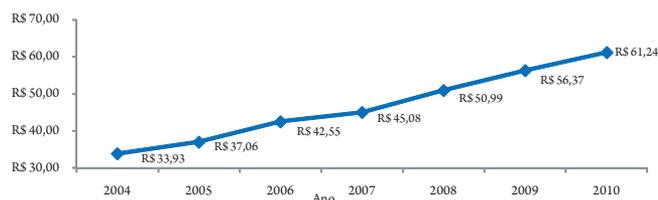
| Justiça do Trabalho | Servidores do Quadro Permanente por Magistrado | | | | |
|-------------------------------|--|--------------|--------------|---------------------|---------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | Varição % 2009-2010 | Varição % 2008-2010 |
| Tribunal Superior do Trabalho | 77,93 | 77,93 | 77,89 | -0,05 | -0,05 |
| 1ª e 2ª Instâncias | 10,22 | 10,15 | 10,36 | 2,07 | 1,37 |
| Total | 10,77 | 10,66 | 10,86 | 1,88 | 0,84 |

Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. 2008-2010

1.2 DESPESAS, ARRECADAÇÕES E PAGAMENTOS

1.2.1 DESPESA POR HABITANTE

Em 2010, a despesa da Justiça do Trabalho para cada habitante do País foi de R\$ 61,24, 8,64% a mais que em 2009. Nos últimos 5 anos, a 16ª Região apresentou o menor custo por habitante.



Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante 2004-2010

1.2.2 ARRECADAÇÃO DE CUSTAS, EMOLUMENTOS E TRIBUTOS

Em 2010, a arrecadação da Justiça do Trabalho, decorrente de suas decisões, cresceu 0,65%, totalizando R\$ 3.137.246.558,49. Esse valor correspondeu a 27,58% de toda a despesa orçamentária executada.

| Região Judiciária | Custas Arrecadadas | Emolumentos Arrecadados | Previdência Social | Imposto de Renda | Multas Aplicadas pelo Órgão de Fiscalização das Relações de Trabalho | Total | |
|-------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|--|-------------------------|---------------|
| | | | | | | Valor | % |
| TST | - | 8.367,22 | - | - | - | 8.367,22 | 0,00 |
| 1ª - RJ | 13.235.518,00 | 19.807,72 | 147.396.785,82 | 143.251.062,15 | 224.001,63 | 304.127.175,32 | 9,69 |
| 2ª - SP | 42.747.417,95 | 2.302.996,13 | 218.995.407,64 | 157.695.810,44 | 236.222,50 | 421.977.854,66 | 13,45 |
| 3ª - MG | 14.005.810,76 | 1.533.925,82 | 225.119.591,56 | 152.493.567,93 | 706.791,19 | 393.859.687,26 | 12,55 |
| 4ª - RS | 28.385.870,93 | 595.313,86 | 164.628.844,84 | 183.315.621,11 | 1.094.888,57 | 378.020.539,31 | 12,05 |
| 5ª - BA | 13.912.640,67 | 446.681,28 | 66.355.198,63 | 69.269.286,32 | 109.746,61 | 150.093.553,51 | 4,78 |
| 6ª - PE | 5.389.564,11 | 121.115,91 | 37.589.418,81 | 16.490.384,15 | 346.994,20 | 59.937.477,18 | 1,91 |
| 7ª - CE | 1.774.313,58 | 3.682,34 | 20.235.085,42 | 5.239.598,13 | 532.411,09 | 27.785.090,56 | 0,89 |
| 8ª - PA e AP | 8.347.478,44 | 42.242,22 | 48.046.100,60 | 13.255.690,50 | 237.309,84 | 69.928.821,60 | 2,23 |
| 9ª - PR | 40.847.342,06 | 2.962.030,91 | 213.693.860,13 | 156.058.763,94 | 2.283.932,85 | 415.845.929,89 | 13,26 |
| 10ª - DF e TO | 8.124.472,75 | 207.667,61 | 47.810.844,31 | 31.740.018,80 | 348.063,11 | 88.231.066,58 | 2,81 |
| 11ª - AM e RR | 2.941.457,74 | 661.844,91 | 36.252.731,38 | 7.958.661,68 | 179.492,55 | 47.994.188,26 | 1,53 |
| 12ª - SC | 7.581.966,07 | 243.247,17 | 53.834.966,80 | 24.525.632,60 | 2.917.574,19 | 89.103.386,83 | 2,84 |
| 13ª - PB | 1.616.546,39 | 55.386,75 | 13.312.344,45 | 8.300.335,87 | 708.496,46 | 23.993.109,92 | 0,76 |
| 14ª - RO e AC | 1.627.819,35 | 36.904,48 | 12.357.023,95 | 4.620.561,91 | 799.270,82 | 19.441.580,51 | 0,62 |
| 15ª - Campinas/SP | 45.349.943,96 | 1.156.174,42 | 163.644.875,93 | 107.121.866,53 | 818.973,69 | 318.091.834,53 | 10,14 |
| 16ª - MA | 1.805.928,92 | 27.248,23 | 11.634.421,10 | 4.203.994,94 | 168.080,75 | 17.839.673,94 | 0,57 |
| 17ª - ES | 5.865.932,15 | 121.010,88 | 40.615.933,42 | 22.946.190,77 | 6.085.652,25 | 75.634.719,47 | 2,41 |
| 18ª - GO | 6.546.650,43 | 132.942,64 | 31.803.387,12 | 20.174.352,34 | 693.944,87 | 59.351.277,40 | 1,89 |
| 19ª - AL | 1.878.568,99 | 7.455,71 | 9.841.824,32 | 3.069.456,81 | 445.547,26 | 15.242.853,09 | 0,49 |
| 20ª - SE | 2.968.499,62 | 19.598,59 | 6.788.037,30 | 13.980.235,19 | 2.428,02 | 23.758.798,72 | 0,76 |
| 21ª - RN | 2.310.450,16 | 30.132,03 | 29.866.993,87 | 11.611.813,24 | 241.440,47 | 44.060.829,77 | 1,40 |
| 22ª - PI | 1.897.119,55 | 41.006,42 | 30.639.025,75 | 5.328.663,56 | 22.463,52 | 37.928.278,80 | 1,21 |
| 23ª - MT | 3.108.449,50 | 82.206,33 | 19.702.876,47 | 6.895.312,38 | 646.199,84 | 30.435.044,52 | 0,97 |
| 24ª - MS | 1.616.310,93 | 84.382,81 | 17.249.900,79 | 5.395.866,11 | 208.959,00 | 24.555.419,64 | 0,78 |
| Total | 263.886.073,01 | 10.943.372,39 | 1.667.415.480,41 | 1.174.942.747,40 | 20.058.885,28 | 3.137.246.558,49 | 100,00 |

Arrecadação por Região Judiciária (1ª e 2ª Instâncias). 2010.

1.2.3 VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES

No ano de 2010, foi pago aos reclamantes o valor total de R\$ 11.287.097.392,41, em virtude de acordos judiciais ou da execução de sentenças trabalhistas, o que representa um crescimento de 10,3% em relação a 2009.

Os valores pagos decorrentes de acordos judiciais representaram 30% do total e aumentaram 6,87% em comparação a 2009. Os valores pagos decorrentes da execução da sentença, por sua vez, representaram 70% e aumentaram 11,89%.

| Valores Pagos | 2009 | 2010 | Varição Percentual 2009-2010 |
|-------------------------|--------------------------|--------------------------|------------------------------|
| Decorrentes de Acordo | 3.142.361.393,03 | 3.358.279.576,96 | 6,9 |
| Decorrentes de Execução | 7.086.478.163,15 | 7.928.817.815,45 | 11,9 |
| Total | 10.228.839.556,18 | 11.287.097.392,41 | 10,3 |

Nota: Valores expressos em Reais (R\$).

Valores Pagos aos reclamantes 2009-2010

1.3 LITIGIOSIDADE

1.3.1 CASOS NOVOS – FASE DE CONHECIMENTO

No TST, foram recebidos 157.068 casos novos, 0,17% a menos que em 2009.

Nos TRTs, foram recebidos 554.574 casos novos, 3,2% a mais que em 2009. Do total de processos autuados, 42.347 (7,7%) tramitaram sob o rito sumaríssimo. Foram autuados 944 Dissídios Coletivos, 5,1% a menos que em 2009.

Nos últimos 6 anos, na 2ª Instância, 12 TRTs estiveram sempre entre os que mais receberam processos a cada ano: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 15ª e 18ª Regiões. Os TRTs da 2ª e 15ª Regiões ocuparam, respectivamente, a 1ª e a 2ª posição em todos os anos.

Nas Varas, foram recebidos 1.987.948 casos novos, 5,7% a menos que em 2009. À exceção da 3ª, 12ª, 14ª e 18ª Regiões, houve redução no quantitativo de casos novos em todas as demais Regiões Judiciárias. No Estado de São Paulo, foram ajuizados 27,7% do total de casos novos, enquanto nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro foram ajuizados 11,3% e 10,1%, respectivamente.

As ações recebidas como rito sumaríssimo totalizaram 671.476, 33,8% do total de ações ajuizadas; 4 Regiões Judiciárias apresentaram percentual superior a 50,0%: 11ª com 62,5%, 18ª com 58,7%, 7ª com 56,9% e 8ª com 55,6%. É importante destacar que todos os Estados da Região Sul apresentaram percentuais abaixo de 20,0%.

Quanto às ações recebidas da Justiça Comum, houve redução de 21,3% em relação a 2009 e de 58,4% em relação a 2008.

A tabela seguinte apresenta a distribuição das Varas segundo o quantitativo de casos novos recebidos. A vara que recebeu mais processos, pelo segundo ano consecutivo, foi a 1ª VT de Ceres, em Goiás, com 7.031 ações ajuizadas.

| Casos Novos Recebidos | Varas do Trabalho | |
|-----------------------|-------------------|--------------|
| | Quantidade | % |
| até 500 | 50 | 3,6 |
| de 501 a 1.000 | 196 | 14,2 |
| de 1.001 a 1.500 | 544 | 39,5 |
| de 1.500 a 2.000 | 359 | 26,1 |
| de 2.001 a 2.500 | 200 | 14,5 |
| de 2.501 a 3.000 | 14 | 1,0 |
| acima de 3.000 | 14 | 1,0 |
| Total | 1.377 | 100,0 |

Distribuição de varas de acordo com o intervalo em que se enquadram os seus quantitativos de casos novos recebidos. 2010.

Nos últimos 6 anos, na 1ª Instância, 8 Regiões Judiciárias estiveram entre as que mais receberam processos a cada ano: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 9ª e 15ª Regiões. A 2ª e a 15ª Região ocuparam a 1ª e a 2ª posição, respectivamente, em todos os anos.

1.3.1.1 CASOS NOVOS A CADA 100.000 HABITANTES – FASE DE CONHECIMENTO

Em 2010, a cada 100.000 habitantes do País, 85 ingressaram com ação ou recurso no Tribunal Superior do Trabalho, 299, nos Tribunais Regionais do Trabalho e 1.070, nas Varas Trabalhistas. Na 2ª Instância, o TRT da 2ª Região apresentou o maior quantitativo, 461, e o TRT da 7ª Região, o menor, 113. Na 1ª Instância, a 2ª Região apresentou o maior quantitativo de casos novos a cada 100.000 habitantes pelo 5º ano consecutivo.

Houve uma redução de 0,67%, em relação a 2009, no quantitativo de casos novos na Justiça do Trabalho a cada 100.000 habitantes. Nas Varas Trabalhistas, a redução foi de 2,74%, mas na 2ª Instância houve um aumento de 6,39%.

| Justiça do Trabalho | Casos Novos a cada 100.000 Habitantes | | | | |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------|-----------------|---------------------|---------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | Varição % 2009-2010 | Varição % 2008-2010 |
| Tribunal Superior do Trabalho | 78,01 | 82,17 | 84,58 | 2,93 | 8,42 |
| Tribunais Regionais do Trabalho | 280,58 | 280,68 | 298,62 | 6,39 | 6,43 |
| Varas do Trabalho | 1.004,53 | 1.100,61 | 1.070,44 | -2,74 | 6,56 |
| Total | 1.363,12 | 1.463,46 | 1.453,64 | -0,67 | 6,64 |

Casos novos a cada 100.000 habitantes. 2008-2010

1.3.1.2 CASOS NOVOS POR MAGISTRADO – FASE DE CONHECIMENTO

Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, o quantitativo de Casos Novos por Magistrado foi de 750 processos, 3,66% inferior ao do ano anterior. O Tribunal Superior do Trabalho teve o maior quantitativo, 5.817 processos por Ministro. Na 2ª Instância, esse quantitativo foi de 1.040 processos e, na 1ª Instância, de 654. Na 2ª Instância, os maiores quantitativos de Casos Novos por Magistrado foram os dos TRTs da 3ª Região, com 1.650, e da 15ª, com 1.463; na 1ª Instância, os maiores quantitativos foram os da 18ª Região, com 970, e da 3ª, com 817.

Houve um aumento de 3,19%, em relação a 2009, no quantitativo de Casos Novos por Magistrado nos Tribunais Regionais do Trabalho e uma redução de 5,67% nas Varas Trabalhistas.

| Justiça do Trabalho | Casos Novos por Magistrado (Cargos Existentes) | | | | |
|---------------------------------|--|---------------|---------------|----------------------|----------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | Variação % 2009-2010 | Variação % 2008-2010 |
| Tribunal Superior do Trabalho | 5.478,63 | 5.827,22 | 5.817,33 | -0,17 | 6,18 |
| Tribunais Regionais do Trabalho | 1.149,08 | 1.008,35 | 1.040,48 | 3,19 | -9,45 |
| Varas do Trabalho | 672,33 | 693,01 | 653,72 | -5,67 | -2,77 |
| Total | 777,81 | 778,20 | 749,68 | -3,66 | -3,62 |

Casos Novos por Magistrado. 2008-2010

1.3.1.3 CASOS NOVOS POR SERVIDOR – FASE DE CONHECIMENTO

1.3.1.3.1 CASOS NOVOS POR SERVIDOR – CARGOS EXISTENTES

Cada servidor da Justiça do Trabalho recebeu 69 processos durante o ano de 2010, uma redução de 5,45% em relação a 2009. O maior quantitativo recebido foi no TST, 75 processos por servidor; na 1ª e 2ª Instâncias, foi de 69 processos. Houve uma redução de 5,75%, em relação a 2009, no quantitativo de Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. Dentre as Regiões Judiciárias, as com maiores quantitativos de Casos Novos por Servidor foram a 15ª Região, com 95, a 18ª, com 93, e a 3ª, com 91.

| Justiça do Trabalho | Casos Novos por Servidor | | | | |
|-------------------------------|--------------------------|--------------|--------------|----------------------|----------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | Variação % 2009-2010 | Variação % 2008-2010 |
| Tribunal Superior do Trabalho | 70,34 | 74,81 | 74,69 | -0,16 | 6,18 |
| 1ª e 2ª Instâncias | 72,32 | 72,89 | 68,70 | -5,75 | -5,01 |
| Total | 72,20 | 73,00 | 69,02 | -5,45 | -4,40 |

Casos Novos por Servidor. 2008-2010

1.3.1.3.2 CASOS NOVOS POR SERVIDOR EM ATIVIDADE

Cada servidor da Justiça do Trabalho, considerando os servidores do Quadro Permanente, os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão e os requisitados, recebeu 68 processos durante o ano de 2010, uma redução de 6,70% em relação a 2009. O maior quantitativo recebido foi nas Varas do Trabalho, 96 processos por servidor; nos TRTs, foi de 34 por servidor; e no TST, de 67 processos. Dentre os Tribunais Regionais do Trabalho, os com maiores quantitativos de Casos Novos por Servidor em Atividade foram o da 15ª Região, com 78, o da 2ª, com 50, e o da 3ª, com 49. As Varas Trabalhistas com os maiores quantitativos de processos recebidos por servidor em atividade foram as da 11ª Região, com 193, e da 18ª, com 145.

Houve uma redução de 1,89%, em relação a 2009, no quantitativo de Casos Novos por Servidor em Atividade nos Tribunais Regionais do Trabalho e de 7,63% no quantitativo de Casos Novos por Servidor em Atividade nas Varas Trabalhistas.

| Justiça do Trabalho | Casos Novos por Servidor em Atividade | | | | |
|---------------------------------|---------------------------------------|--------------|--------------|----------------------|----------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | Variação % 2009-2010 | Variação % 2008-2010 |
| Tribunal Superior do Trabalho | 71,88 | 67,61 | 67,41 | -0,30 | -6,22 |
| Tribunais Regionais do Trabalho | 35,26 | 34,37 | 33,72 | -1,89 | -4,37 |
| Varas do Trabalho | 104,30 | 103,65 | 95,74 | -7,63 | -8,21 |
| Total | 73,00 | 73,17 | 68,27 | -6,70 | -6,48 |

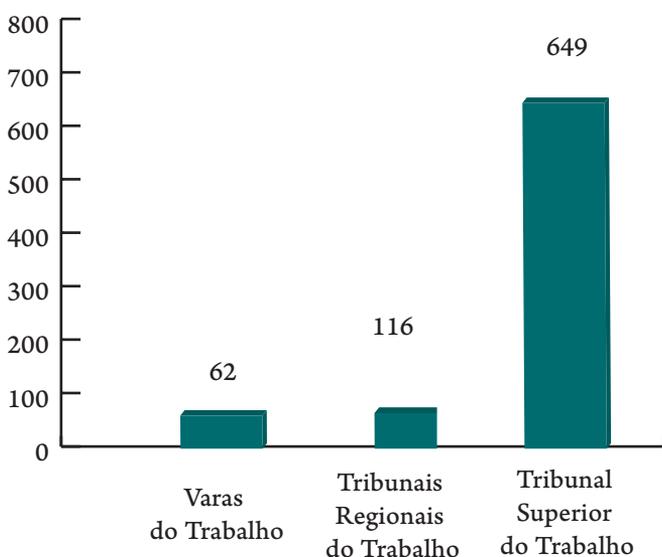
Casos Novos por Servidor em Atividade. 2008-2010

1.3.2 PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR MAGISTRADO

No TST, foram recebidos pelos Ministros 148.041 processos distribuídos pela Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos e 38.882 recursos internos, totalizando 186.923 processos, 6,7% a mais que em 2009 e 94,38% dos autuados. Cada Ministro recebeu, em média, 7.788 processos no ano e 779 por mês.

Nos TRTs, foram recebidos pelos Desembargadores 537.432 processos distribuídos por sorteio, prevenção e dependência e 138.286 recursos internos, o que resulta em uma média de 1.441 processos por Desembargador no ano e 120 por mês.

Nas Varas, cada juiz em atividade teve distribuição média de 739 processos no ano e de 62 por mês.



Distribuição Mensal Média de processos por Magistrado

1.3.3 CARGA DE TRABALHO

Em 2010, no TST, os processos recebidos mais o resíduo de anos anteriores totalizaram 376.943 processos para solução.

Nos TRTs, os processos recebidos mais o resíduo de anos anteriores totalizaram 905.565 processos para solução.

Nesse mesmo ano, nas Varas, as ações ajuizadas somadas ao resíduo dos anos anteriores, incluindo-se os Embargos de Declaração, totalizaram 3.377.772 processos na Fase de Conhecimento. Na Fase de Execução, as execuções iniciadas, somadas ao resíduo de anos anteriores, totalizaram 2.604.360.

1.3.3.1 CARGA DE TRABALHO POR MAGISTRADO

A Carga de Trabalho por Magistrado, na Justiça do Trabalho, foi de 2.260 processos durante o ano de 2010, uma redução de 0,13% em relação a 2009.

No TST, a carga de trabalho foi de 13.961 processos para cada Ministro; nos TRTs, foi de 1.931 para cada Desembargador; e nas Varas, foi de 1.243 para cada juiz na Fase de Conhecimento e de 958 na Fase de Execução.

Em 2010, houve um aumento de 2,67%, em relação ao ano anterior, na Carga de Trabalho por Magistrado nos Tribunais Regionais do Trabalho. Os TRTs em que os magistrados tiveram as maiores cargas de trabalho foram os da 21ª Região, com 2.693, da 3ª, com 2.539, e da 2ª, com 2.520.

Nas Varas Trabalhistas, na Fase de Conhecimento, houve uma redução de 1,83% na Carga de Trabalho por Magistrado em relação ao ano anterior; as Regiões Judiciárias com as maiores cargas de trabalho foram a 1ª, com 2.074, e a 2ª, com 1.807. Na Fase de Execução, no entanto, houve aumento de 2,88%, e as Regiões Judiciárias com as maiores cargas de trabalho foram a 21ª, com 1.899, a 2ª, com 1.372, e a 15ª, com 1.365.

No triênio, houve redução de 22,54% no TST e de 9,20% nos TRTs; nas Varas, houve aumento de 5,87% na Fase de Conhecimento e redução de 0,63% na Fase de Execução.

| Justiça do Trabalho | Carga de Trabalho por Magistrado | | | | |
|--|----------------------------------|-----------------|-----------------|----------------------|----------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | Variação % 2009-2010 | Variação % 2008-2010 |
| Tribunal Superior do Trabalho | 18.022,96 | 15.271,30 | 13.960,85 | -8,58 | -22,54 |
| Tribunais Regionais do Trabalho | 2.126,37 | 1.880,71 | 1.930,84 | 2,67 | -9,20 |
| Varas do Trabalho Fase de Conhecimento | 1.173,80 | 1.265,96 | 1.242,74 | -1,83 | 5,87 |
| Varas do Trabalho Fase de Execução | 964,24 | 931,40 | 958,19 | 2,88 | -0,63 |
| Total | 2.259,23 | 2.263,14 | 2.260,31 | -0,13 | 0,05 |

Carga de Trabalho por Magistrado. 2008-2010

1.3.4 PROCESSOS JULGADOS

No TST, foram solucionados 211.979 processos, 20,25% a menos que em 2009 e 56,24% do total a julgar. Cada Ministro solucionou, em média, 785 processos por mês. Do total de solucionados, 116.199, 54,82%, foram Agravos de Instrumento em Recurso de Revista e 47.190, 22,26%, foram Recursos de Revista. Foram solucionados 6 Dissídios Coletivos.

Os Órgãos Judicantes do TST realizaram 405 sessões de julgamento no ano; em média, 40 sessões por mês. A média de processos julgados por sessão foi de 410 processos.

Nos TRTs, foram julgados 695.101 processos, 76,76% do total a julgar. A produtividade teve aumento de 4,97% em relação a 2009. Cada Desembargador julgou, em média, por ano, 1.482 processos e por mês, 124.

A média de processos julgados por sessão foi de 143; acima dessa média, ficaram os Tribunais da 2ª Região, com 335, 15ª, com 254, 9ª, com 221, 12ª, com 188, 3ª, com 157, 5ª, com 149, e 4ª, com 148.

Nas Varas, tiveram solução, na Fase de Conhecimento, 1.971.654 processos, 0,75% a menos que em 2009 e 64,21% do total a julgar. Desse quantitativo, 686.537, 34,82%, foram processos do rito sumaríssimo. A Vara que mais solucionou processos foi a 1ª de Ceres, na 18ª Região, com 7.213 processos solucionados.

Cada Juiz solucionou, em média, na Fase de Conhecimento, por ano, 725 processos e, por mês, 60.

1.3.5 CONCILIAÇÃO NAS VARAS TRABALHISTAS

O percentual de conciliações, no País, foi de 43,4%; no entanto, 349 varas (25,3% do total de instaladas) e 10 Postos Avançados apresentaram índice de conciliação maior ou igual a 50%. Entre esses, 65 VTs e 1 Posto Avançado apresentaram índice entre 60% e 70% e 16 VTs apresentaram índice superior a 70%.

O percentual de conciliações no rito sumaríssimo foi de 53%. As 11 Regiões que ficaram acima desse percentual foram: 6ª, com 63,6%, 19ª, com 61,5%, 2ª, com 61,4%, 4ª, com 58%, 13ª, com 56,5%, 9ª, com 56,2%, 7ª, com 56%; 18ª, com 55,9%, 12ª, com 55,3%, 15ª, com 55,1%, e 3ª, com 54,2%.

O percentual de conciliações no rito ordinário foi de 38,2%. As 10 regiões que ficaram acima desse percentual foram: 19ª, com 50,6%, 12ª, com 48,8%, 9ª, com 46,8%, 18ª, com 44,5%, 2ª, com 43,8%, 23ª, com 42,8%, 24ª, com 41,7%, 6ª, com 41,3%, 4ª, com 40,8%, e 14ª, com 39,2%.

1.3.6 EXECUÇÃO NAS VARAS TRABALHISTAS

O ano de 2010 iniciou com um saldo de 1.748.716 processos pendentes de execução, ao qual foram acrescentados 855.644 novos processos, totalizando 2.604.360. Desse total, 696.994, 26,76%, foram encerrados.

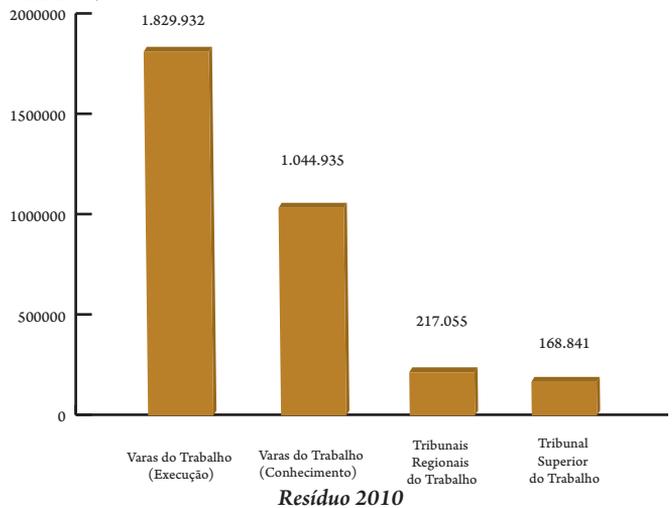
1.3.7 RESÍDUO

No TST, o resíduo de processos foi de 168.841, 2,25% a menos que em 2009. Desse total, 16.451 aguardavam autuação ou distribuição, 5.330 estavam na Coordenadoria de Processos Eletrônicos, 2.722 estavam na Procuradoria Geral do Trabalho para parecer e 144.338 estavam em tramitação nos Órgãos Judicantes – 72.776 (50,42%) AIRR

e 56.423 (39,09%) RR.

Nos TRTs, o resíduo fechou o ano com um saldo de 217.055 processos, tendo diminuído 0,9% em relação a 2009. Individualmente 13 TRTs conseguiram diminuir o seu resíduo: da 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 12ª, 13ª, 14ª, 17ª, 18ª, 21ª, 22ª e 24ª Regiões.

Nas Varas, o resíduo de processos, na Fase de Conhecimento, fechou o ano em 1.044.935. Individualmente, 11 Regiões Judiciárias conseguiram diminuir seu resíduo: 1ª, 8ª, 9ª, 10ª, 13ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª e 23ª. Os processos pendentes de execução aumentaram 4,6%, fechando o ano em 1.829.932; dez Regiões Judiciárias, no entanto, conseguiram diminuir a sua pendência: 1ª, 4ª, 6ª, 8ª, 11ª, 12ª, 17ª, 18ª, 19ª e 24ª Regiões. Além dos processos pendentes de execução, estão em arquivo provisório 758.114 processos, 9,6% a menos que em 2009.



1.3.7.1 RESÍDUO POR MAGISTRADO

Considerando o total de cargos existentes, o Resíduo de Processos por Magistrado da Justiça do Trabalho, em 2010, foi de 1.133 processos; quantitativo 0,34% inferior ao de 2009. O Tribunal Superior do Trabalho teve o maior quantitativo, 6.253 processos por Ministro. Na 2ª Instância, esse quantitativo foi de 407 processos e na 1ª Instância, de 1.215. Os TRTs com os maiores quantitativos de Resíduo por Magistrado, na 2ª Instância, foram os da 2ª Região, com 842, e da 9ª, com 550. Nas Varas Trabalhistas, as Regiões com os maiores quantitativos de Resíduo por Magistrado, na 1ª Instância, foram a 7ª, com 1.768, e a 21ª, com 1.699.

Houve uma redução de 0,95%, em relação a 2009, no Resíduo por Magistrado nos Tribunais Regionais do Trabalho e de 0,21% nas Varas Trabalhistas.

1.3.9 RECORRIBILIDADE PARA A INSTÂNCIA SUPERIOR

No TST, foram interpostos 19.604 Recursos Extraordinários, um aumento de 11,84% em relação a 2009, dos quais foram admitidos 45. Foram encaminhados ao STF 2.827 Agravos de Instrumento, quantitativo 30,28% inferior a 2009, dos quais apenas 28, 0,99%, foram providos. A recorribilidade para o STF foi da ordem de 14% dos acórdãos publicados.

Nos TRTs, foram admitidos 88% dos Recursos Ordinários e 20% dos Recursos de Revista despachados. Desse modo, foram encaminhados 153.081 recursos para o TST, sendo 44.090 Recursos de Revista, 106.394 Agravos de Instrumento, 9 Remessas de Ofício e 2.588 Recursos Ordinários. Houve aumento de 9,06% nos Recursos de Revista encaminhados e redução de 7,13% nos Agravos de Instrumento.

Apenas 7 TRTs apresentaram percentual de admissão do RR superior a 20,2%: 4ª, 7ª, 9ª, 12ª, 17ª, 21ª e 22ª Regiões. É importante destacar que os TRTs da 12ª, 17ª e 22ª Regiões apresentaram percentuais acima da média do País em todos os anos, desde 2000.

Do total de Recursos de Revista não admitidos na 2ª Instância, 61% foram agravados; e em todos os TRTs, com exceção dos TRTs da 7ª, 15ª, 16ª, 19ª e 22ª Regiões, esse índice foi superior a 50%. No TST, no entanto, apenas 5,18% desses Agravos de Instrumento foram providos.

A recorribilidade para o TST foi da ordem de 44% dos acórdãos publicados; 14,28% a mais que a de 2009; o TRT que apresentou a maior Taxa de Recorribilidade para o TST foi o da 11ª Região, com 81%.

As Varas encaminharam 685.852 recursos para os TRTs, sendo 520.236 Recursos Ordinários, dos quais 39.505 vieram com Recurso Adesivo, 14.062 Remessas de Ofício, 14.333 Agravos de Instrumento e 97.716 Agravos de Petição. Os recursos em ações do rito sumaríssimo representaram 11% dos Recursos Ordinários.

A recorribilidade para os TRTs, na Fase de Conhecimento, foi da ordem de 68% das sentenças proferidas; 4,7% a mais em relação a 2009. Na Fase de Execução, foi de 106% das decisões em Embargos à Execução; houve um aumento de 1,21% em relação a 2009. As Regiões Judiciárias com as maiores Taxas de Recorribilidade para o TRT, na Fase de Conhecimento, foram a 4ª, com 87%, e a 2ª, com 82%, e, na Fase de Execução, foram a 19ª, com 167%, e a 3ª, com 143%.

No rito sumaríssimo, a recorribilidade para os TRTs, na Fase de Conhecimento, foi da ordem de 35% das sentenças proferidas; 2,63% a mais em relação a 2009. É importante destacar que a Taxa de Recorribilidade Externa de todas as Regiões, na Fase de Conhecimento, no rito sumaríssimo, ficou abaixo de 49%. As Regiões Judiciárias com as maiores Taxas de Recorribilidade Externa foram a 4ª, com 49%, e a

| Justiça do Trabalho | Resíduo por Magistrado (Cargos Existentes) | | | | |
|---------------------------------|--|-----------------|-----------------|----------------------|----------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | Variação % 2009-2010 | Variação % 2008-2010 |
| Tribunal Superior do Trabalho | 7.632,93 | 6.397,48 | 6.253,37 | -2,25 | -18,07 |
| Tribunais Regionais do Trabalho | 478,83 | 411,13 | 407,23 | -0,95 | -14,95 |
| Varas do Trabalho | 1.255,51 | 1.217,55 | 1.214,99 | -0,21 | -3,23 |
| Total | 1.181,33 | 1.137,02 | 1.133,21 | -0,34 | -4,07 |

Resíduo por Magistrado. 2008-2010

1.3.8 CONGESTIONAMENTO

O congestionamento foi de 53% no TST, de 23% nos TRTs e, nas Varas, de 34% na Fase de Conhecimento e de 69% na Fase de Execução, excluídos os processos em arquivo provisório.

No TST, a taxa de congestionamento apresentou aumento de 37,74% em relação a 2009; nos TRTs, redução de 6,78% e, na 1ª Instância, apresentou redução de 2,35% na Fase de Conhecimento e aumento de 1,09% na de Execução.

É importante destacar que todos os TRTs apresentaram taxa inferior a 35% em 2010. Os TRTs que tiveram as maiores Taxas de Congestionamento foram os da 2ª Região, com 34,23%, e da 11ª, com 31,33%. Já nas Varas Trabalhistas, a Região Judiciária com a maior Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento foi a 1ª, com 49,30%, e, na Fase de Execução, as Regiões Judiciárias com as maiores Taxas de Congestionamento foram a 7ª, com 86,73%, e a 5ª, com 84,05%. Todas as Regiões, com exceção da 20ª, apresentaram Taxa de Congestionamento, na Fase de Execução, superior a 50% em 2010.

| Justiça do Trabalho | Taxa de Congestionamento | | | | |
|--|--------------------------|---------------|---------------|----------------------|----------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | Variação % 2009-2010 | Variação % 2008-2010 |
| Tribunal Superior do Trabalho | 55,09% | 38,63% | 53,21% | 37,74 | -3,41 |
| Tribunais Regionais do Trabalho | 25,46% | 24,93% | 23,24% | -6,78 | -8,72 |
| Varas do Trabalho Fase de Conhecimento | 33,98% | 35,25% | 34,42% | -2,355 | 1,29 |
| Varas do Trabalho Fase de Execução | 62,80% | 67,87% | 68,61% | 1,09 | 9,25 |
| Total | 44,74% | 45,60% | 46,25% | 1,43 | 3,38 |

Taxa de Congestionamento. 2008-2010.

3ª, com 45%. Já no rito ordinário, a recorribilidade para os TRTs, na Fase de Conhecimento, foi da ordem de 77% das sentenças proferidas; 4,87% a mais em relação a 2009. Todas as Regiões apresentaram taxa superior a 47%, e as Regiões Judiciárias com as maiores Taxas foram a 21ª, com 105%, e a 2ª, com 95%.

| Justiça do Trabalho | Taxa de Recorribilidade Externa | | | | |
|---|---------------------------------|---------|---------|---------------------------------|---------------------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | Vari- ção % 2009- 2010 | Vari- ção % 2008- 2010 |
| Tribunal Superior do Trabalho | 9,12% | 10,72% | 14,11% | 31,62 | 54,71 |
| Tribunais Regionais do Trabalho | 39,57% | 38,59% | 44,10% | 14,28 | 11,45 |
| Varas do Trabalho Fase de Conhecimento Rito Sumaríssimo | 37,89% | 33,81% | 34,70% | 2,63 | -8,42 |
| Varas do Trabalho Fase de Conhecimento Rito Ordinário | 78,59% | 73,72% | 77,31% | 4,87 | -1,63 |
| Varas do Trabalho Fase de Conhecimento Total | 69,30% | 64,62% | 67,66% | 4,70 | -2,37 |
| Varas do Trabalho Fase de Execução | 101,66% | 104,85% | 106,12% | 1,21 | 4,39 |

Recorribilidade Externa. 2008-2010

1.3.10 RECORRIBILIDADE PARA A PRÓPRIA INSTÂNCIA

No TST, 22% das decisões monocráticas foram agravadas, 85,37% a mais que em 2009. Houve interposição de Embargos de Declaração em 14% dos acórdãos e despachos publicados, 43,66% a mais que no ano anterior. A interposição de Embargos ocorreu em 7% dos acórdãos e despachos publicados, 18,58% a mais que em 2009.

Nos TRTs, 23% das decisões monocráticas foram agravadas, 8,14% a mais que no ano anterior. Os TRTs que tiveram as maiores taxas foram os da 22ª Região, com 153%, e da 13ª, com 59%. A interposição de Embargos de Declaração ocorreu em 24% dos acórdãos publicados, 6,3% a mais que em 2009. Todos os TRTs apresentaram taxa inferior a 37%, e os TRTs que tiveram as maiores taxas de interposição de ED foram os da 17ª Região, com 36%, e da 20ª, com 28%.

Nas Varas, houve interposição de Embargos de Declaração em 31% das sentenças proferidas, 5,18% a mais que em

2009. É importante destacar que a Taxa de interposição de ED em todas as Regiões ficou abaixo de 48%. As Regiões Judiciárias com as maiores Taxas de Recorribilidade Interna, na 1ª Instância, foram a 2ª, com 47% e a 17ª, com 38%.

| Justiça do Trabalho | Recursos | Recorribilidade Interna | | | | |
|---------------------------------|--------------|-------------------------|---------------|----------------|----------------------------------|----------------------------------|
| | | 2008 | 2009 | 2010 | Vari- ação % 2009- 2010 | Vari- ação % 2008- 2010 |
| Tribunal Superior do Trabalho | AgR e Ag | 8,30% | 11,89% | 22,04% | 85,37 | 165,54 |
| | ED | 8,81% | 9,55% | 13,72% | 43,66 | 55,73 |
| | E | 5,23% | 5,76% | 6,83% | 18,58 | 30,59 |
| | Total | 13,71% | 15,62% | 18,12% | 16,01 | 32,17 |
| Tribunais Regionais do Trabalho | AgR e Ag | 23,26% | 21,51% | 23,26% | 8,14 | 0,00 |
| | ED | 22,43% | 22,12% | 23,51% | 6,28 | 4,81 |
| | Total | 22,46% | 22,49% | 23,12% | 2,80 | 2,94 |
| Varas do Trabalho | ED | 29,63% | 29,34% | 30,86% | 5,18 | 4,15 |
| Total | | 25,27% | 24,88% | 626,44% | 6,27 | 4,63 |

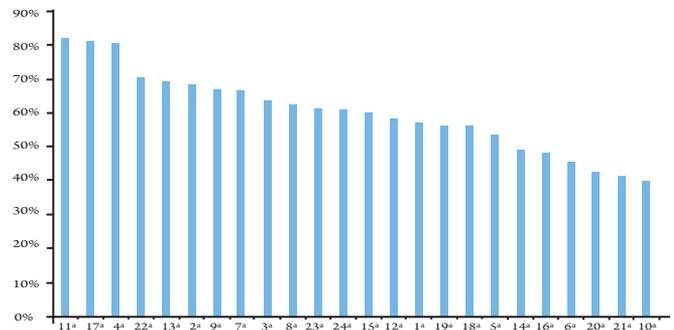
Recorribilidade Interna. 2008-2010

1.3.11 REFORMA DA DECISÃO

1.3.11.1 DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

1.3.11.1.1 NOS RECURSOS DE REVISTA

A Taxa de Reforma da Decisão dos TRTs, em Recursos de Revista, apresentou aumentos consecutivos nos últimos três anos. As Regiões que apresentaram as maiores taxas, em 2010, foram a 11ª Região, com 82%, a 4ª e a 17ª Regiões, com 81%, a 22ª Região, com 70%, e a 13ª Região, com 69%. Dentre essas Regiões, a 11ª, a 13ª, a 17ª e a 22ª apareceram, nos últimos três anos, entre as cinco Regiões com as maiores Taxas de Reforma da Decisão.

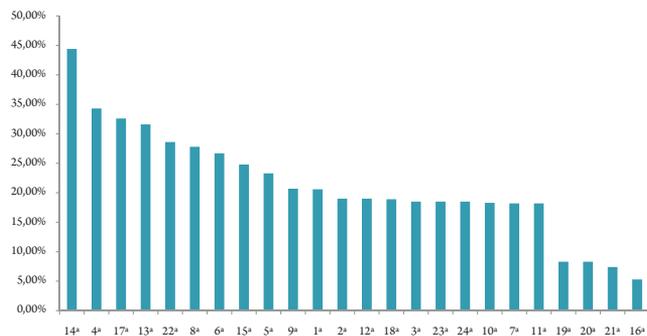


Taxa de Reforma da Decisão. Recursos de Revista. 2010

1.3.11.1.2 NOS RECURSOS ORDINÁRIOS

A Taxa de Reforma da Decisão dos TRTs, em Recursos Ordinários, se manteve estável no último triênio, mantendo-se 23% de 2008 a 2010. As Regiões que apresentaram as maiores taxas, em 2010, foram a 14ª Região, com 44%, a

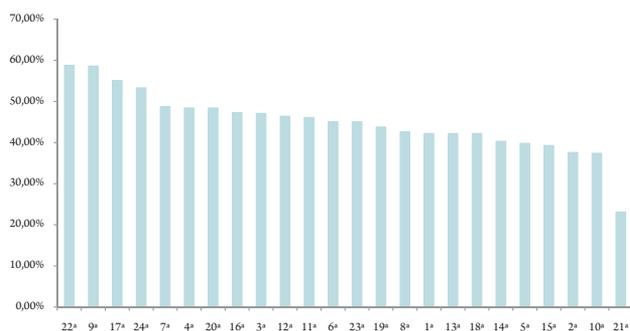
4ª Região, com 34%, a 17ª Região, com 33%, a 13ª Região, com 32%, e a 22ª Região, com 29%. Dentre essas Regiões, a 17ª e a 22ª apareceram, nos últimos três anos, entre as cinco Regiões com as maiores Taxas de Reforma da Decisão.



Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 2010.

1.3.11.2 DAS VARAS DO TRABALHO - NOS RECURSOS ORDINÁRIOS

A Taxa de Reforma da Decisão das Varas do Trabalho, nos Recursos Ordinários, manteve-se estável no último triênio, passando de 42% em 2008 para 43% em 2010. As Regiões que apresentaram as maiores taxas, em 2010, foram a 9ª e a 22ª Regiões, com 59%, a 17ª Região, com 55%, a 24ª Região, com 53%, e a 7ª Região, com 49%. Dentre essas Regiões, a 9ª e a 17ª apareceram, nos últimos três anos, entre as cinco Regiões com as maiores Taxas de Reforma da Decisão.



Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. Varas do Trabalho - 2010.

1.3.12 PRECATÓRIOS TRABALHISTAS

A dívida trabalhista em precatórios totaliza R\$ 9.094.825.995,43 em 62.678 precatórios pendentes de pagamento, dos quais 36.900 (59%) estão com prazo vencido. Os precatórios pendentes de pagamento diminuíram 5,68% em relação a 2009.

1.3.13 PERFIL DAS DEMANDAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA E AUTOR

No TST, as atividades econômicas com maiores quantitativos de processos julgados foram a Indústria, com 20%, o Sistema Financeiro com 15%, e a Administração Pública, com 12%. O empregador foi o autor em 63% dos processos julgados em sessão; o empregado foi autor majoritário apenas nos processos de Ação Rescisória e Recurso Ordinário.

| Processo | Autor Majoritário | Decisão Majoritária | Categoria Econômica Majoritária |
|---|------------------------------------|---------------------|---|
| Ação Rescisória | Empregado (78%) | Improcedente (44%) | Indústria (22%) |
| Agravo | Empregador (68%) | Não provido (88%) | Indústria (19%) |
| Agravo de Instrumento em Recurso de Revista | Empregador (65%) | Não provido (84%) | Indústria (19%) |
| Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário | Empregador (54%) | Não Provido (45%) | Seguridade Social (21%) e Serviços Diversos (21%) |
| Agravo Regimental | Empregador (64%) | Não provido (73%) | Administração Pública (17%) |
| Cautelar Inominada | Empregador (75%) | Extinto (42%) | Indústria (23%) |
| Dissídio Coletivo | Empregador (100%) | Extinto (80%) | Empresas de Processamento de Dados (40%) |
| Embargos | Empregador (60%) | Não conhecido (72%) | Indústria (26%) |
| Embargos de Declaração | Empregador (61%) | Não provido (76%) | Indústria (23%) |
| Mandado de Segurança | Empregado (50%) e Empregador (50%) | Não Provido (75%) | Administração Pública Direta (50%) |
| Recurso de Revista | Empregador (62%) | Provido (44%) | Indústria (21%) |
| Recurso Ordinário | Empregado (47%) | Não provido (47%) | Indústria (21%) |

Autor, Decisão e Categoria Econômica majoritários por classe de processo. 2010.

Nas Varas, as atividades econômicas com maiores quantitativos de processos foram a Indústria, com 25%, os Serviços Diversos com 17%, e o Comércio, com 12%.

A individualização por Região Judiciária demonstra que a Indústria possui mais ações na 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª, 23ª e 24ª Regiões; os Serviços Diversos, na 8ª e 11ª Regiões; a Administração Pública, na 16ª e 22ª Regiões, e o Comércio, na 21ª Região.

Destaque-se que as atividades econômicas Sistema Financeiro e Administração Pública, apesar de representarem

percentuais de apenas 2% e 5%, respectivamente, de Casos Novos na 1ª Instância, aparecem como a 2ª e a 3ª categoria econômica com maiores percentuais de processos e recursos internos julgados no Tribunal Superior do Trabalho, 15% e 12% respectivamente.

ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA

2. ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E INTEGRAÇÃO ENTRE AS UNIDADES DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2.1.1 GESTÃO ESTRATÉGICA

A Gestão Estratégica corresponde a um modelo de gerenciamento organizacional em que há constante acréscimo de novos elementos de reflexão e ação sistemática e continuada, a fim de se avaliar permanentemente os ambientes de atuação institucional, elaborar projetos de mudanças estratégicas e acompanhar e gerenciar as etapas de sua implementação. Dentre os principais instrumentos da Gestão Estratégica, destaca-se o Planejamento Estratégico, definido como um processo gerencial que visa a planejar o futuro mediante ações definidas no presente.

Esse processo deve ser contínuo e dinâmico, envolvendo toda a estrutura hierárquica da organização. Para a elaboração do Plano Estratégico, analisam-se as condições internas e externas à instituição e sua evolução esperada, como os aspectos orçamentários, sociais, culturais e de processos internos e ambientais.

O Planejamento Estratégico define, assim, as diretrizes a serem seguidas pela organização e o modo de aferir os resultados. A participação de todos os colaboradores apresenta-se indispensável para o êxito no alcance da estratégia pela organização.

O objetivo do Planejamento Estratégico é definir o patamar desejado pela instituição em determinado período. Para isso, se estabelece um plano de ação de médio e longo prazo que especifica os investimentos a serem realizados e as competências necessárias para a realização do que fora inicialmente planejado. Assim, as tomadas de decisão devem basear-se em elementos sólidos, sempre observando as diretrizes do Planejamento Estratégico.

Nos tópicos 2.1.1.1 e 2.1.1.2 a seguir, descrever-se-ão as principais iniciativas do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho com vistas à implementação da Gestão Estratégica no âmbito da Justiça do Trabalho.

2.1.1.1 GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Em atenção ao Ato CSJT.GP.SE nº 193/2009, que definiu o Modelo de Planejamento e Gestão Estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, instituiu-se no âmbito do CSJT Grupo de Trabalho (GT) para a conclusão do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho. O GT reuniu-se nos dias 4 e 5 de maio de 2010 com representantes

dos Tribunais Regionais do Trabalho para a conclusão da construção do Mapa Estratégico da Justiça do Trabalho, utilizando-se como referencial a ferramenta “Balanced Scorecard”.

Foram concluídas as propostas dos indicadores, metas, ações e projetos, tópicos imprescindíveis à execução do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho. A versão preliminar do trabalho, que observou o formato definido pelo Conselho Nacional de Justiça, foi enviada para nova apreciação dos líderes e representantes dos TRTs.

Em novembro de 2010, o documento foi encaminhado para validação pelo Comitê Gestor de Planejamento e Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho e, em Sessão Ordinária do dia 3 de dezembro de 2010, o Plenário do CSJT aprovou o Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho.

Cumprir destacar, por fim, que a Resolução nº 70/2009 do CNJ estabeleceu o prazo de 31 de dezembro de 2009 para que todos os Tribunais do país elaborassem seu planejamento estratégico. Em observância à aludida resolução, o CSJT priorizou o assessoramento aos Tribunais Regionais do Trabalho visando à construção dos respectivos mapas estratégicos.

Em decorrência do apoio institucional promovido pelo CSJT, todos os TRTs encontram-se com seus planejamentos estratégicos aprovados.

2.1.1.1.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Em 26 de março de 2010, a Assessoria de Tecnologia da Informação e das Comunicações (ASTIC) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com a colaboração de diretores de Tecnologia da Informação dos Tribunais Regionais do Trabalho, concluiu uma proposta de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça do Trabalho — PETI-JT, posteriormente encaminhada ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da Justiça do Trabalho — CGTIC para aprovação. A elaboração da proposta, iniciada ainda em 2009, teve a sua primeira versão produzida pelo Grupo de Planejamento Estratégico de TI da Justiça do Trabalho — GTPLAN, cuja discussão contou com ampla participação dos TRTs, representados pelos respectivos diretores de TI.

Para gerenciar a execução da estratégia de TI, os indicadores e as metas definidos são fundamentais para a mensuração do grau de êxito na realização dos objetivos inicialmente fixados, bem como na redefinição de prioridades e no ajuste nos rumos das iniciativas com foco em resultados.

Em Sessão Ordinária realizada no dia 21 de junho de 2010, o Plenário do CSJT, mediante a aprovação da Resolução nº 69/2010, instituiu o Planejamento Estratégico

de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho. A iniciativa, além de atender às recomendações e exigências do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União, representa um divisor de águas para a Justiça do Trabalho. Com efeito, o planejamento estratégico proporciona maior organização e transparência das ações de TI, mediante o uso racional dos recursos disponíveis e a priorização das ações estratégicas.

Releva realçar, por fim, que o PETI-JT tem sido utilizado como base para que os Tribunais Regionais do Trabalho possam elaborar os seus planejamentos, alinhando-se às diretrizes nacionais de informatização.

2.1.1.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

A Resolução Administrativa nº 1373, aprovada pelo Órgão Especial do TST em 15/12/2009, instituiu o Planejamento Estratégico do TST para o período de 2010 a 2014. A Resolução atribuiu à Assessoria de Gestão Estratégica — ASGE a incumbência de, a partir do exercício de 2010, planejar, coordenar, apoiar, monitorar, avaliar e gerir a execução da estratégia do Tribunal, subsidiando a Comissão Permanente de Planejamento Estratégico — CPPE, a Alta Administração do TST e o Conselho Nacional de Justiça — CNJ com informações necessárias ao sucesso da nova forma de gestão do Poder Judiciário brasileiro, impulsionada pela Resolução CNJ nº 70, de 18/3/2009.

Após apreciação das propostas de projetos e atividades apresentadas pelas unidades do Tribunal, a Comissão Permanente de Planejamento Estratégico destacou 67 ações como estratégicas e as publicou na página eletrônica do “TST Estratégico”.

No decorrer de 2010, a ASGE apoiou as unidades responsáveis pelas ações contempladas no Planejamento Estratégico do TST por meio da criação do Escritório Corporativo de Projetos — ECP. Na seleção dos projetos estratégicos para acompanhamento da ASGE, avaliou-se a respectiva relevância, complexidade, custo e risco. À luz desses critérios, selecionaram-se os Projetos Gestão por Competências, Processo Judicial Eletrônico, Gestão por Processos e Gestão do Conhecimento.

Na elaboração da proposta do Planejamento Estratégico no primeiro semestre de 2009, a ASGE iniciou os trabalhos para a formalização da metodologia de gestão de projetos por meio do Manual de Projetos do TST. Em julho e agosto de 2010, por sua vez, apresentou o Manual de Gestão de Projetos às unidades responsáveis pelos projetos estratégicos do Tribunal.

Em contribuição ao Plano de Gestão, de acordo com o objetivo estratégico “Aperfeiçoar a integração entre as unidades do TST” e com a ação estratégica “Promover

iniciativas de integração, motivação e comprometimento dos magistrados, servidores e demais colaboradores com a execução da estratégia”, desenvolveu-se o Projeto “Plano de Comunicação do Planejamento Estratégico”, por meio das seguintes iniciativas:

- Criação e lançamento da página eletrônica do “TST Estratégico”;
- Campanha de incentivo ao plano de ação do Planejamento Estratégico;
- Ampliação da página eletrônica do “TST Estratégico”, com área específica para o Escritório de Projetos;
- Campanha de divulgação da gerência de projetos com foco no Manual de Gerência de Projetos do TST;
- Criação de campanha padrão para divulgação de projetos estratégicos e de contribuições;
- Criação de material de divulgação para o projeto “Boas Práticas de Gestão”, sob responsabilidade da ASGE;
- Criação de identidade visual para livreto de planejamento estratégico tático/operacional, utilizado inicialmente pela Secretaria de Tecnologia da Informação;
- Criação de identidade visual para o Código de Ética do TST;
- Criação de campanha para divulgação da medição dos indicadores em 2010;
- Apoio à criação das campanhas de divulgação da “Pesquisa de Clima Organizacional” e do “Dia do Cliente”, sob coordenação, respectivamente, da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas e da Ouvidoria.

No segundo semestre de 2010, realizou-se estudo sobre a viabilidade de criação de banco de boas práticas de gestão, com apresentação de proposta de projeto. As atividades desenvolveram-se mediante a formulação de questionário para levantamento das práticas e divulgação do projeto junto às unidades do Tribunal.

Por meio de visitas às áreas, buscou-se explanar os objetivos almejados, posicionando o projeto no contexto do Plano de Gestão 2010, de modo a ressaltar sua contribuição para o aperfeiçoamento da integração entre as unidades do TST. A abordagem utilizada visou a otimizar a adesão dos colaboradores, gerando, ainda, oportunidade para esclarecimentos acerca do Planejamento Estratégico do TST.

A próxima fase consiste na avaliação dos questionários enviados à ASGE, devendo ocorrer no início do exercício de 2011. Em seguida, os dados serão alimentados em banco de dados do TST e do CNJ e, posteriormente, publicados pelo Tribunal.

Releva destacar, ainda, que a partir de agosto de 2010, a ASGE realizou estudos sobre “Gestão da Mudança”, com formação de mesas-redondas para debate acerca de conceitos, modelos e princípios relacionados à matéria. A etapa seguinte

iniciou-se com a aplicação experimental de algumas técnicas discutidas em projetos da própria Assessoria.

Como conclusão, optou-se por adotar a abordagem da Gestão da Mudança nas ações do plano de comunicação da estratégia. De tal modo, as oportunidades e necessidades de difusão de conceitos, ideias, posicionamentos e informações foram analisadas em função das metodologias existentes sobre o assunto. Assim, os temas relativos ao Planejamento Estratégico, sob o alcance da ASGE, foram tratados considerando-se os fatores relevantes para a mudança bem sucedida. Nesse sentido, o contexto e o público-alvo definiram a mensagem a ser transmitida, a ferramenta a ser utilizada, o impacto necessário e a periodicidade adequada.

Os indicadores estratégicos definidos pelo TST compreendem 31 sinalizadores do alcance de uma situação ou estado desejado, refletindo o desempenho do TST em relação aos objetivos estratégicos do Plano de Gestão.

Desde a implantação do Planejamento Estratégico em 2010, a ASGE organizou reuniões de acompanhamento da execução da estratégia, ocasiões em que as unidades do Tribunal apresentaram a situação de seus projetos e as medições parciais dos indicadores. Mediante sugestões dos responsáveis pelas medições, modificou-se parte dos indicadores e metas inicialmente fixados, porquanto se verificou que alguns deles não eram adequadamente precisos ou realistas.

Ainda assim, analisando os resultados do Índice de Alcance das Metas (IAM), a ASGE concluiu que as modificações não foram suficientes. Para o exercício de 2011, deverá haver refinamento e adaptação de algumas metas e indicadores, uma vez que os resultados alcançados em 2010 excederam as metas indicadas para os quatro anos de execução.

Em face do exposto, conclui-se que o ano de 2010, como o primeiro de implantação do Planejamento Estratégico, representou uma valiosa experiência para todos os atores envolvidos na consecução do projeto, em especial para a ASGE. Até então o TST não ostentava experiência para traduzir seus anseios organizacionais em metas precisas, em um plano de ação condizente com sua realidade e com suas possibilidades.

Semelhante dificuldade constatou-se na execução do Plano de Ação, sobretudo porque o Tribunal ainda não dispunha de maturidade em gerenciamento de projetos, requisito imprescindível para uma execução estratégica segura. Pode-se afirmar, de certa forma, que prevaleceu o experimentalismo, tanto pela novidade do Planejamento Estratégico e do gerenciamento de projetos quanto pela falta de dados que servissem de parâmetro para algumas medições.

Não obstante os obstáculos iniciais, plenamente suplantáveis pelo acúmulo cotidiano de experiência através

da incorporação dessas novas ferramentas gerenciais, há a convicção plena de que a implementação do Planejamento Estratégico do TST constitui iniciativa decisiva para se introduzir no âmbito do Tribunal uma nova cultura administrativa, sintonizada sobretudo com os paradigmas contemporâneos que norteiam a Administração Pública.

2.1.1.2.1 INDICADORES ESTRATÉGICOS DE DESEMPENHO DO TST EM 2010

O Planejamento Estratégico do TST fixou 31 indicadores estratégicos como forma de possibilitar o contínuo monitoramento e controle do desempenho do Tribunal no cumprimento das 35 metas. Registre-se, no particular, que o monitoramento das metas previstas para os itens “estilo de chefia”, “participação”, “gestão organizacional”, “infraestrutura” e “valorização do servidor” é realizado, em ralação a todos os itens, pelo indicador “Índice de Clima Organizacional”.

Em 2010, o TST superou 25 e não alcançou 10 das metas estabelecidas para o ano. Cumpre destacar que o Tribunal superou, já em 2010, 6 das metas fixadas para 2011, 5 das previstas para 2012, 2 das estabelecidas para 2013 e 6 das fixadas para 2014.

Apresenta-se a seguir um resumo dos indicadores estabelecidos pelo Planejamento Estratégico do TST e os resultados do respectivo cumprimento pelo Tribunal em 2010.

2.1.1.2.1.1 ÍNDICE MÉDIO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EM COMPETÊNCIAS - IMCSC

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de horas de capacitação dos servidores em competências e o número médio de servidores do Tribunal no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|-------|
| IMCSC (Meta) | 30,00 |
| MEDIÇÃO FINAL | 29,33 |

Segundo justificativa da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas - CDEP, o resultado abaixo da meta deve-se à redução do número de participantes em cada evento e à quantidade de abstenções nos cursos. Além disso, para a elaboração da meta, foram computadas as horas do Programa de Integração do Servidor (PIS) e do curso de formação de novos servidores referentes a 2009. Por conseguinte, a meta ficou superdimensionada para 2010, ano em que o treinamento de servidores recém-empossados não foi muito significativo.

Apesar de a CDEP ter sugerido a redução das metas para os próximos anos, com detalhamento a constar no Programa EDUCARE, considerando tanto a redução da carga horária quanto do número de participantes, a Comissão Permanente de Planejamento Estratégico – CPPE, na revisão do Plano, optou pela manutenção das metas, em virtude da proximidade entre o valor alcançado e o almejado.

2.1.1.2.1.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA - IDC

Detalhamento: o índice representa o nível de desempenho dos servidores capacitados no período apurado em instrumento de desenvolvimento de competência validado.

| Ano | 2010 |
|---------------|------|
| IDC (Meta) | 50% |
| MEDIÇÃO FINAL | 81% |

Superada a meta estabelecida, que atingiu o parâmetro para 2013 (80% - “Atendeu Plenamente”), as avaliações demonstraram alto nível de desempenho dos servidores treinados. Contudo, na revisão do Plano, a Comissão Permanente de Planejamento Estratégico - CPPE sugeriu a manutenção das metas, a fim de que se realize um trabalho de conscientização acerca do preenchimento da avaliação de impacto de treinamento, de forma que a próxima apuração possa confirmar o bom resultado.

2.1.1.2.1.4 ÍNDICE DE CLIMA ORGANIZACIONAL – ICO

Detalhamento: o índice representa os resultados da Pesquisa de Clima Organizacional apurado em instrumento validado no período, contemplando os itens Participação, Estilo de Chefia, Gestão Organizacional, Infraestrutura e Valorização do Servidor.

| FATOR | ESTILO DE CHEFIA | GESTÃO ORGANIZACIONAL | INFRAESTRUTURA | VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR |
|-------------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| NÍVEL DE SATISFAÇÃO DESEJADO | Satisfatório ou Excelente | Satisfatório ou Excelente | Satisfatório ou Excelente | Satisfatório ou Excelente |
| META (2010) | 30% | 30% | 30% | 30% |
| MEDIÇÃO FINAL | 81% | 46% | 73% | 88% |
| META (2010) - PARTICIPAÇÃO | 30% | | | |
| MEDIÇÃO FINAL | 49% | | | |

2.1.1.2.1.3 ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS – IAM

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de indicadores estratégicos que alcançaram as metas estabelecidas e o número de indicadores estratégicos contemplados no Plano de Gestão e aferidos no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|------|
| IAM (Meta) | 10% |
| MEDIÇÃO FINAL | 69% |

Para o cálculo do índice, foram considerados 29 indicadores de desempenho no período. Destes, 20 cumpriram a meta e 9 apresentaram desempenho inferior ao desejado.

Ao acompanhar a evolução dos indicadores neste primeiro ano de execução da Estratégia, a Assessoria de Gestão Estratégica constatou as dificuldades iniciais da Comissão de elaboração do Planejamento Estratégico do TST 2010/2014 no que concerne à definição de parâmetros, de referências de medição e de metas para os indicadores. Alguns resultados atingiram, em 2010, os valores previstos para os quatro anos do Plano Estratégico, o que revela inconsistências e imprecisões das metas inicialmente fixadas.

Sendo assim, apresenta-se a necessidade de aprimoramento dos indicadores em relação à realidade do Tribunal, com o estabelecimento de metas mais desafiadoras em alguns casos. Esse avanço trará referências mais confiáveis e possibilidade de controle mais efetivo por parte das unidades responsáveis e pela Assessoria de Gestão Estratégica.

A Pesquisa de Clima Organizacional superou as expectativas em relação às metas propostas para os próximos anos. Em virtude desses resultados, sugeriu-se a reavaliação das metas do indicador.

Na revisão do Plano, a Comissão Permanente de Planejamento Estratégico - CPPE sugeriu metas individuais para cada fator.

2.1.1.2.1.5 ÍNDICE DE AFASTAMENTO DE SERVIDORES DECORRENTES DE LICENÇA MÉDICA – IAFAST

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de horas de afastamento por licença médica para tratamento da própria saúde e o número de horas de trabalho previstas no período (ano judiciário).

| Ano | 2010 |
|---------------|--------------|
| IAFAST (Meta) | 3,19% |
| MEDIÇÃO FINAL | 3,83% |

Conforme justificativa apresentada pela Coordenadoria de Saúde - CSAUD, responsável pela mensuração, fez-se necessária a modificação da fórmula original para se considerar como horas de trabalho o ano judiciário, e não o de calendário, de forma a conferir maior precisão ao cálculo.

Apesar de o índice não ter alcançado sua meta, constatou-se a importância de seu cálculo para a análise da saúde ocupacional, de custos operacionais com pessoal e dos programas de educação continuada em saúde dos servidores do TST. Segundo a CSAUD, o índice proporciona parâmetros para a criação de ações capazes de impulsionar positivamente resultados futuros do indicador em relação ao estabelecido no Plano de Gestão.

2.1.1.2.1.6 ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA – IQV

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de colaboradores que participaram de, pelo menos, um evento de qualidade de vida e o número de colaboradores do Tribunal no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|------|
| IQV (Meta) | 10% |
| MEDIÇÃO FINAL | 68% |

Embora os resultados tenham superado os patamares esperados para 2014 (30%), na revisão do Plano, a Comissão Permanente de Planejamento Estratégico - CPPE sugeriu a manutenção das metas posteriores, uma vez que há necessidade de se aprimorar a metodologia de cálculo do indicador.

Segundo informação da Coordenadoria, a maior parte das ações realizadas foi vinculada às Semanas da Qualidade de Vida e do Servidor. As palestras do programa “Fique por Dentro” também foram computadas. O grande número de participações decorreu, principalmente, das atividades de abertura e encerramento desses eventos.

2.1.1.2.1.7 ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS UNIDADES – IIU

Detalhamento: o índice representa o resultado do item da Pesquisa de Clima Organizacional “Existe integração entre as áreas do TST” no período.

| Ano | 2010 |
|------------------------------|------------------------------|
| NÍVEL DE SATISFAÇÃO DESEJADO | “Satisfatório ou Excelente”* |
| IIU (Meta) | 30% |
| MEDIÇÃO FINAL | 31% |

* A referência é que pelo menos 30% dos respondentes apontem o nível de satisfação como “satisfatório ou excelente”.

Este indicador compõe a Pesquisa de Clima Organizacional. O índice demonstra que 31% dos pesquisados apontaram que a integração entre as áreas do TST está satisfatória ou excelente.

2.1.1.2.1.8 ÍNDICE DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS – IEXPE

Detalhamento: o índice representa a relação entre os projetos estratégicos executados dentro do prazo e projetos estratégicos em execução no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|------|
| IEXPE (Meta) | 50% |
| MEDIÇÃO FINAL | 73% |

O grande número de projetos considerados estratégicos (67) deu ensejo à superação da meta além do esperado para 2014 (70%).

Para que o indicador tenha maior consistência nos próximos anos, é necessária uma maior seletividade dos projetos qualificados como estratégicos, porquanto a maioria dos que foram apresentados em 2010 é de nível operacional. A perspectiva é que haja, também, aprimoramento da gestão de projetos.

2.1.1.2.1.9 ÍNDICE DE CUSTO MÉDIO DE JULGADOS – ICMJ

Detalhamento: o índice representa a relação entre as despesas realizadas e o número de processos julgados no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------------|
| ICMJ (Meta) | R\$ 2.000,00 |
| MEDIÇÃO FINAL | R\$ 2.314,20 |

Observa-se aumento das despesas (de R\$ 442.785.855,42 para R\$ 489.172.688,42) e diminuição do número de processos julgados (de 223.430 para 211.379), o que ensejou o não-atendimento da meta.

2.1.1.2.1.10 ÍNDICE DO CONSUMO DE PAPEL – ICP

Detalhamento: o índice representa o número de resmas de papel A4 utilizadas no período.

| Ano | 2010 |
|-------------------|--------|
| ICP (Meta) Resmas | 21.338 |
| MEDIÇÃO FINAL | 20.152 |

Segundo análise da Coordenadoria de Material e Logística - CMLOG, houve redução no fornecimento de resmas de papel às unidades judicantes, gabinetes e outros setores, em virtude da implantação do processo judicial eletrônico. Isso resultou no decréscimo de 10,49% no consumo de papel em relação ao ano de 2008.

2.1.1.2.1.11 ÍNDICE DO CONSUMO DE ÁGUA – ICA

Detalhamento: o índice representa a relação entre o volume de água consumida em m³ e o número de colaboradores no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|-------|
| ICA (Meta) | 16,49 |
| MEDIÇÃO FINAL | 13,09 |

A economia realizada garantiu o cumprimento da meta de 2014. Para tanto, a Coordenadoria de Manutenção e Projetos - CMAP tomou medidas eficazes, como a perfuração de poço artesiano para regar áreas gramadas, a instalação de sistema de pressurização para uso de água subterrânea na lavagem de veículos e piso de garagem e a regulagem periódica de válvulas de descarga, torneiras e mictórios.

As próximas ações propostas pela unidade responsável (regulagem e manutenção contínuas de aparelhos, sistemas e redes hidráulicas; acompanhamento do consumo mensal; elaboração de estudos de viabilidade econômica para instalação de aparelhos hidráulicos de menor consumo; e

incentivo e participação em ações de estímulo ao uso racional da água) tendem a reduzir ainda mais o índice. Portanto, sugere-se o ajuste das metas dos anos seguintes.

2.1.1.2.1.12 ÍNDICE DO CONSUMO DE ENERGIA – ICE

Detalhamento: o índice representa a relação entre a energia elétrica consumida em kWh e o número de colaboradores no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|-------|
| ICE (Meta) | 2.452 |
| MEDIÇÃO FINAL | 2.279 |

A meta atendeu ao esperado para 2011, em razão da instalação de interruptores nas salas do Bloco A, da otimização do uso do sistema de ar condicionado central e do controle rigoroso das programações no sistema de supervisão predial.

A perspectiva é que o consumo tenda a reduzir-se ainda mais, em razão de iniciativas que a unidade pretende implementar, tais como a substituição da iluminação de emergência de escadarias, a redução da iluminação difusa em ambientes, com a instalação de luminárias individualizadas em postos de trabalho e a adequação dos efluentes de escape de grupos-geradores. Portanto, sugere-se o ajuste das metas dos anos seguintes.

2.1.1.2.1.13 ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IRSOC

Detalhamento: o índice representa o número de pessoas favorecidas por projetos sociais do TST no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|-------|
| IRSOC (Meta) | 500 |
| MEDIÇÃO FINAL | 2.245 |

*O indicador representa o somatório das pessoas beneficiadas pelo Programa de Sustentabilidade Solidária (301), Contrato de Digitalização – pessoas portadoras de necessidades especiais (109) e Programas conduzidos pelo Cerimonial da Presidência (1.835).

Por se tratar de indicador de responsabilidade conjunta da Secretaria-Geral da Presidência e da Secretaria do Tribunal, foram contabilizadas as ações gerenciadas pelo Cerimonial da Presidência e pelo Programa de Sustentabilidade Solidária.

O Cerimonial da Presidência coordenou ações e eventos como: a visitação de estudantes de vários Estados do Brasil ao TST; a participação em eventos e palestras de advogados do Banco do Brasil, da Advocacia-Geral da União e advogados da África do Sul. Contribuíram, ainda, para o indicador o evento “Natal Solidário” e a doação de computadores sob a supervisão do Cerimonial.

O Programa de Sustentabilidade Solidária realizou visitas a asilos e creches, organizou o voluntariado para o atendimento aos terceirizados do TST com aulas de automação, inglês, português e acompanhamento à distância em cursos de educação supletiva oferecidos pelo CESAS (Centro de Educação Supletiva da Asa Sul).

Contabilizou-se, igualmente, a contratação de 109 pessoas portadoras de necessidades especiais para a digitalização dos processos judiciais no TST.

Devido ao potencial desta meta, sugere-se seu ajuste para os próximos períodos.

2.1.1.2.1.14 ÍNDICE DE INCLUSÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS NO ORÇAMENTO – IIPEO

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de projetos estratégicos previstos no orçamento e o número de projetos estratégicos contidos no Plano de Gestão para o período.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------|
| IIPEO (Meta) | 60% |
| MEDIÇÃO FINAL | 84,59% |

Para o cálculo do IIPEO, foram considerados os valores totais das ações orçamentárias: apreciação de causas (exceto pessoal), capacitação de RH, divulgação dos atos (TV Justiça), manutenção e implantação do SIGIJT (e-Jus).

Apesar de o valor apurado ter atingido a meta de 2012 (80%), verificou-se a necessidade de aperfeiçoamento dos dados utilizados para o cálculo pela unidade responsável. Isso porque o Plano Estratégico refere-se ao número de projetos estratégicos no orçamento; já o cálculo baseou-se no valor em reais de projetos estratégicos no orçamento.

2.1.1.2.1.15 ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO – IEXO

Detalhamento: o índice representa a relação entre o valor orçamentário executado e o valor orçamentário disponibilizado no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------|
| IEXO (Meta) | 100% |
| MEDIÇÃO FINAL | 88,70% |

De acordo com informação da Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COFIN, para o cálculo deste índice foi utilizado o orçamento de 2010 aprovado para o TST, exceto a ação referente ao pagamento de inativos e pensionistas e o projeto de modernização.

A meta considerada para 2010, apesar de não constar no Plano Estratégico, foi utilizada como meio de acompanhamento e análise pela Assessoria de Gestão Estratégica.

2.1.1.2.1.16 ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA – IDTEC

Detalhamento: o índice representa a relação entre o tempo de indisponibilidade dos equipamentos e o tempo que cada equipamento monitorado deveria funcionar no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------|
| IDTEC (Meta) | 99,10% |
| MEDIÇÃO FINAL | 99,83% |

O valor alcançou o esperado para 2014 (99,60%) e mostrou que a meta é relevante, particularmente para o nível tático/operacional da Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN, não necessitando ser considerado no nível estratégico.

2.1.1.2.1.17 ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ON-LINE – IDSON

Detalhamento: o índice representa a relação entre o tempo de indisponibilidade dos sistemas e o tempo que cada equipamento monitorado deveria funcionar no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------|
| IDSON (Meta) | 99,10% |
| MEDIÇÃO FINAL | 99,37% |

A meta alcançou o esperado para 2011 (99,30%) e, assim como o IDTEC, mostrou-se particularmente relevante para o nível tático/operacional da SETIN, não necessitando ser considerado no nível estratégico.

2.1.1.2.1.18 ÍNDICE DE JULGADOS POR FORÇA DE TRABALHO – IJFT

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de processos julgados pelo Tribunal e a força de trabalho dos gabinetes no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------|
| IJFT (Meta) | 234,83 |
| MEDIÇÃO FINAL | 233,57 |

A mensuração do indicador, abaixo do esperado para 2010 em 1,26 julgados/força de trabalho, indica que, apesar de não atendida este ano, a meta pode ser atingida nos próximos exercícios, sobretudo após a implantação do processo judicial eletrônico.

2.1.1.2.1.19 ÍNDICE DE JULGADOS POR FORÇA DE TRABALHO DA ÁREA JUDICIÁRIA – IJFTAJ

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de processos julgados pelo Tribunal e a força de trabalho da área judiciária no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------|
| IJFTAJ (Meta) | 130,41 |
| MEDIÇÃO FINAL | 140,45 |

O resultado do indicador superou a meta prevista para 2011, de 136,93 processos julgados. A mensuração do índice abrange os servidores lotados em Gabinetes, SEGJUD, Secretarias de Turmas, SBDI-1 e SBDI-2, ao final de 2010.

2.1.1.2.1.20 ÍNDICE DE CONGESTIONAMENTO - IC

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de processos baixados pelo TST no período e o resíduo anterior, acrescidos dos casos novos no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------|
| IC (Meta) | 58,47% |
| MEDIÇÃO FINAL | 59,28% |

Em virtude do não-cumprimento do índice, sugere-se a manutenção das metas estabelecidas para os anos seguintes.

2.1.1.2.1.21 ÍNDICE MÉDIO DE TRAMITAÇÃO – ITMT

Detalhamento: o índice representa o número médio em dias de tramitação dos processos no TST em relação ao somatório (data de baixa – data de andamento inicial) e o número de processos baixados no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------|
| ITMT (Meta) | 755,94 |
| MEDIÇÃO FINAL | 663,02 |

Conforme as metas determinadas, percebe-se que o índice superou o valor referente a 2010 (755,94), confirmando bom desempenho.

Ressalva-se que o cálculo foi realizado de acordo com adaptação proposta pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa - CESTP, uma vez que a fórmula original continha erro matemático. Desse modo, o ITMT, que representava o somatório do IMD, IMJ, IMB e IMBR, passou a ser independente. Ao mesmo tempo, os indicadores que o compunham foram ajustados e conservados, também de forma independente e relacionados a seguir.

| Ano | 2010 |
|---|--------|
| ITMT – Dados desdobrados para o Recurso de Revista | 827,71 |
| ITMT – Dados desdobrados para o Agravo de Instrumento em Recurso de Revista | 511,47 |

Os dados desdobrados servem apenas como acompanhamento para as classes processuais “Recurso de Revista” e “Agravo de Instrumento em Recurso de Revista”, não apresentando metas definidas.

2.1.1.2.1.22 ÍNDICE MÉDIO DE DISTRIBUIÇÃO – IMD

Detalhamento: o índice representa o número médio em dias de tramitação dos processos no TST em relação ao somatório (data de distribuição – data de andamento inicial) e o número de processos distribuídos no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|-------|
| IMD (Meta) | 56,22 |
| MEDIÇÃO FINAL | 59,84 |

A meta não foi atingida, apresentando acréscimo em relação à referência de 2009, 59,18.

As apurações do resultado de 2010 e da referência de 2009 só ocorreram após a conclusão do exercício 2010, por se tratar de mensurações não realizadas anteriormente, exigindo a criação de banco de dados específico. Esse fato impossibilitou o acompanhamento do indicador ao longo do exercício. Assim, sugere-se o monitoramento periódico das demais medições, a fim de analisar a adequação das ações de cumprimento do índice às metas.

2.1.1.2.1.23 ÍNDICE MÉDIO DE JULGADOS – IMJ

Detalhamento: o índice representa o número médio em dias de tramitação dos processos em relação ao somatório (data de julgamento – data de conclusão) e o número de processos julgados.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------|
| IMJ (Meta) | 588,90 |
| MEDIÇÃO FINAL | 448,04 |

O resultado alcançado superou a meta de 2014 (479,67). As apurações do resultado de 2010 e da referência de 2009 só ocorreram após a conclusão do exercício 2010, por se tratar de mensurações não realizadas anteriormente, exigindo a criação de banco de dados específico. Esse fato impossibilitou o acompanhamento do indicador ao longo do exercício. Assim, sugere-se o ajuste das metas para os próximos períodos.

2.1.1.2.1.24 ÍNDICE MÉDIO DE BAIXADOS – IMB

Detalhamento: o índice representa o número médio em dias de tramitação dos processos sem recursos no TST em relação ao somatório (data de baixa – data de julgamento) e o número de processos baixados no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|-------|
| IMB (Meta) | 53,05 |
| MEDIÇÃO FINAL | 66,81 |

A meta não foi cumprida, apresentando elevação do número médio de dias em relação à referência de 2009.

As apurações do resultado de 2010 e da referência de 2009 só ocorreram após a conclusão do exercício 2010, por se tratar de mensurações não realizadas anteriormente, exigindo a criação de banco de dados específico. Esse fato impossibilitou o acompanhamento do indicador ao longo do exercício. Assim, sugere-se o monitoramento periódico das demais medições, a fim de analisar a adequação das ações de cumprimento do índice às metas.

2.1.1.2.1.25 ÍNDICE MÉDIO DE BAIXADOS COM RECURSOS – IMBR

Detalhamento: o índice representa o número médio em dias de tramitação dos processos com recursos no TST em relação ao somatório (data de baixa – data de julgamento) e o número de processos baixados no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------|
| IMBR (Meta) | 368,49 |
| MEDIÇÃO FINAL | 337,74 |

O Tribunal superou a meta fixada para 2010, atingindo, inclusive a prevista para 2011 (350,07).

As apurações do resultado de 2010 e da referência de 2009 só ocorreram após a conclusão do exercício 2010, por se tratar de mensurações não realizadas anteriormente, exigindo a criação de banco de dados específico. Esse fato impossibilitou o acompanhamento do indicador ao longo do exercício. Assim, sugere-se o monitoramento periódico das demais medições, a fim de analisar a adequação das ações de cumprimento do índice às metas.

2.1.1.2.1.26 ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS – IPA

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de processos conclusos com mais de dois anos de distribuição e o número de processos conclusos no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|--------|
| IPA (Meta) | 32,12% |
| MEDIÇÃO FINAL | 26,29% |

O índice alcançou a meta desejada mediante ações concentradas no período, o que mostra aparente consistência dos valores fixados para os exercícios seguintes.

2.1.1.2.1.27 ÍNDICE DE PROVIMENTO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS – IPED

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de embargos declaratórios providos e o número de embargos declaratórios julgados no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|---------|
| IPED (Meta) | *22,22% |
| MEDIÇÃO FINAL | 21,35% |

* Valores corrigidos pela CESTP em função de erro de apuração quando da elaboração do Plano Estratégico.

O índice está de acordo com o esperado. Contudo, a Comissão Permanente de Planejamento Estratégico sugeriu a exclusão do indicador, por se tratar de meta que poderia indicar falsa ideia de prejulgamento de expedientes judiciais.

2.1.1.2.1.28 ÍNDICE DE APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA – IALT

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de projetos aprovados pelo Poder Legislativo e o número total de projetos de lei de autoria do TST, de sugestão do TST e dos que constam do II Pacto Republicano de Estado no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|------|
| IALT (Meta) | 10% |
| MEDIÇÃO FINAL | 28% |

Foi alcançado o índice referente ao ano de 2011.

Destaca-se que, conforme justificativa da Assessoria Parlamentar - ASPAR, para o cálculo foram considerados apenas projetos de lei de autoria do TST que versam exclusivamente sobre criação de varas, cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas.

A Assessoria responsável ressalta a inviabilidade do indicador e sustenta sua exclusão do Plano Estratégico do Tribunal, porquanto as ações necessárias para o alcance da meta são de competência de outros órgãos, sobre as quais o Tribunal não tem controle. Além disso, o trabalho da ASPAR configura-se como atividade de caráter operacional, que pode ser quantificado (número de visitas, contatos realizados, etc.), porém não garante resultados para a composição do índice.

Contudo, a Comissão Permanente de Planejamento Estratégico - CPPE, quando da revisão do Plano Estratégico,

sugeriu a manutenção do índice para verificar seu comportamento por mais um exercício.

2.1.1.2.1.29 ÍNDICE DE MATÉRIAS PRODUZIDAS – IMP

Detalhamento: o índice representa o número de matérias produzidas no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|-------|
| IMP (Meta) | 2.160 |
| MEDIÇÃO FINAL | 3.242 |

Considerando o alcance do valor estabelecido para 2012 (3.110), com 480 matérias produzidas para intranet, 1.420 para internet, 460 para TV TST e 882 para Rádio, recomenda-se reavaliação das metas seguintes, tendo em vista as ações planejadas para os próximos períodos.

2.1.1.2.1.30 ÍNDICE DE COOPERAÇÃO – ICOOP

Detalhamento: o índice representa o número de parcerias institucionais existentes no período.

| Ano | 2010 |
|---------------|------|
| ICOOP (Meta) | 30 |
| MEDIÇÃO FINAL | 28 |

Conforme a mensuração acima, o ICOOP não atendeu à meta desejada.

Segundo observação da Coordenadoria de Licitação e Contratos - CLCON, o número de parcerias tende a variar devido à extinção e inclusão dessas cooperações. Assim, a Coordenadoria sugere que a apuração seja feita levando-se em conta a manutenção de um certo quantitativo de parcerias.

Nesse sentido, durante a revisão do Plano Estratégico, foi proposta nova meta para o indicador.

2.1.1.2.1.31 ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES (ADVOGADOS E PARTES) - ISAT

Detalhamento: o índice representa a relação entre o número de clientes satisfeitos e o número de clientes que responderam à pesquisa no período.

Responsável pela apuração: Ouvidoria (OUV).

| Ano | 2010 |
|---------------|---------------------------------|
| ISAT (Meta) | 5% |
| MEDIÇÃO FINAL | Pesquisa não realizada pelo CNJ |

O instrumento de apuração, a ferramenta tecnológica e a aplicação da pesquisa para cálculo do índice, por determinação do Conselho Nacional de Justiça, ficaram sob responsabilidade do próprio CNJ, com previsão de

realização em setembro de 2010. Porém, a pesquisa não foi realizada em 2010. Assim, segundo indicação da Comissão Permanente de Planejamento Estratégico, a pesquisa deverá ser executada pelo TST.

2.1.1.2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO TST

Em 12 de abril de 2010, por meio da Resolução Administrativa nº 1389, o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho aprovou o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TST — PETI. O PETI resultou de um trabalho realizado, no início de 2010, por uma equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal — SETIN, composta pelo respectivo secretário e por coordenadores, assessores e alguns colaboradores, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Projetos.

Cumprir enfatizar que o trabalho foi elaborado em alinhamento com o Planejamento Estratégico do TST e serviu de referência para a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o biênio 2011-2012.

Em dezembro de 2010, realizou-se a primeira Reunião de Avaliação da Estratégia — RAE, com o objetivo de acompanhar o desempenho dos projetos e ações previstos no documento, realizando-se ajustes e garantindo o seu alinhamento ao Plano Estratégico Institucional. Para o ano de 2011, estão previstas mais quatro Reuniões de Avaliação da Estratégia.

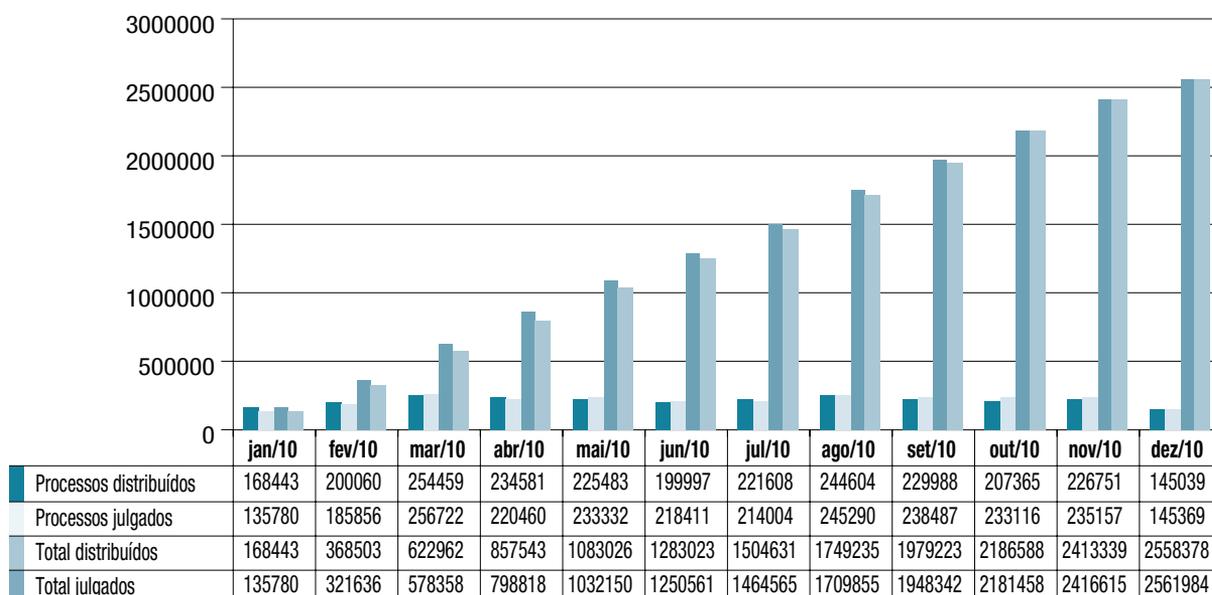
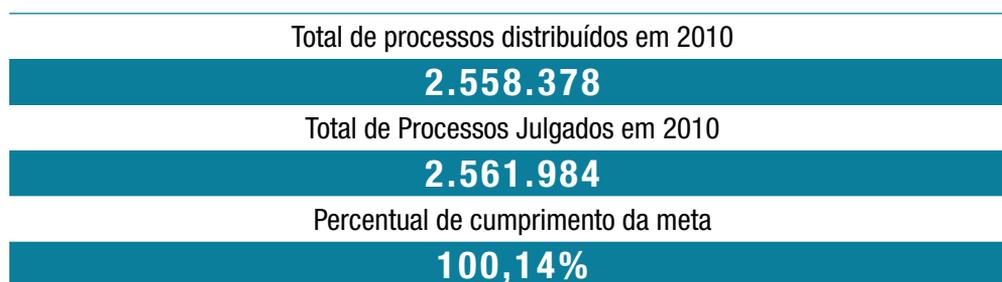
2.1.2 CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PELA JUSTIÇA DO TRABALHO EM 2010

Os dados a seguir fazem parte do Relatório final das Metas Prioritárias do Poder Judiciário 2010, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, relativos a Justiça do Trabalho no cumprimento das 10 Metas Nacionais de 2010, traçadas no 3º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em fevereiro de 2010, em São Paulo.

Apresentam-se também os dados dos julgamentos realizados em 2010 referentes aos processos que se encontravam pendentes para o cumprimento da Meta 2 de 2009.

META 1

Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.



| TRIBUNAL | P1.1 | P1.2 | P1.3 | P1.4 | (%) CUMPRIMENTO |
|----------|--------|------|--------|------|-----------------|
| TRT1 | 247107 | N/A | 270228 | N/A | 109,36% |
| TRT2 | 415332 | N/A | 393484 | N/A | 94,74% |
| TRT3 | 289126 | N/A | 298258 | N/A | 103,16% |
| TRT4 | 185837 | N/A | 186854 | N/A | 100,55% |
| TRT5 | 109011 | N/A | 105885 | N/A | 97,13% |
| TRT6 | 107344 | N/A | 102518 | N/A | 95,50% |
| TRT7 | 41908 | N/A | 41388 | N/A | 98,76% |
| TRT8 | 87420 | N/A | 86561 | N/A | 99,02% |
| TRT9 | 161402 | N/A | 159357 | N/A | 98,73% |
| TRT10 | 60949 | N/A | 64384 | N/A | 105,64% |
| TRT11 | 56235 | N/A | 52091 | N/A | 92,63% |
| TRT12 | 84645 | N/A | 85483 | N/A | 100,99% |
| TRT13 | 34623 | N/A | 35227 | N/A | 101,74% |
| TRT14 | 30840 | N/A | 30540 | N/A | 99,03% |
| TRT15 | 306076 | N/A | 301436 | N/A | 98,48% |
| TRT16 | 37474 | N/A | 36746 | N/A | 98,06% |
| TRT17 | 39999 | N/A | 42806 | N/A | 107,02% |
| TRT18 | 83382 | N/A | 85107 | N/A | 102,07% |
| TRT19 | 32032 | N/A | 32351 | N/A | 101,00% |
| TRT20 | 20455 | N/A | 20454 | N/A | 100,00% |
| TRT21 | 34001 | N/A | 37231 | N/A | 109,50% |
| TRT22 | 25456 | N/A | 25005 | N/A | 98,23% |
| TRT23 | 36025 | N/A | 36867 | N/A | 102,34% |
| TRT24 | 31699 | N/A | 31723 | N/A | 100,08% |

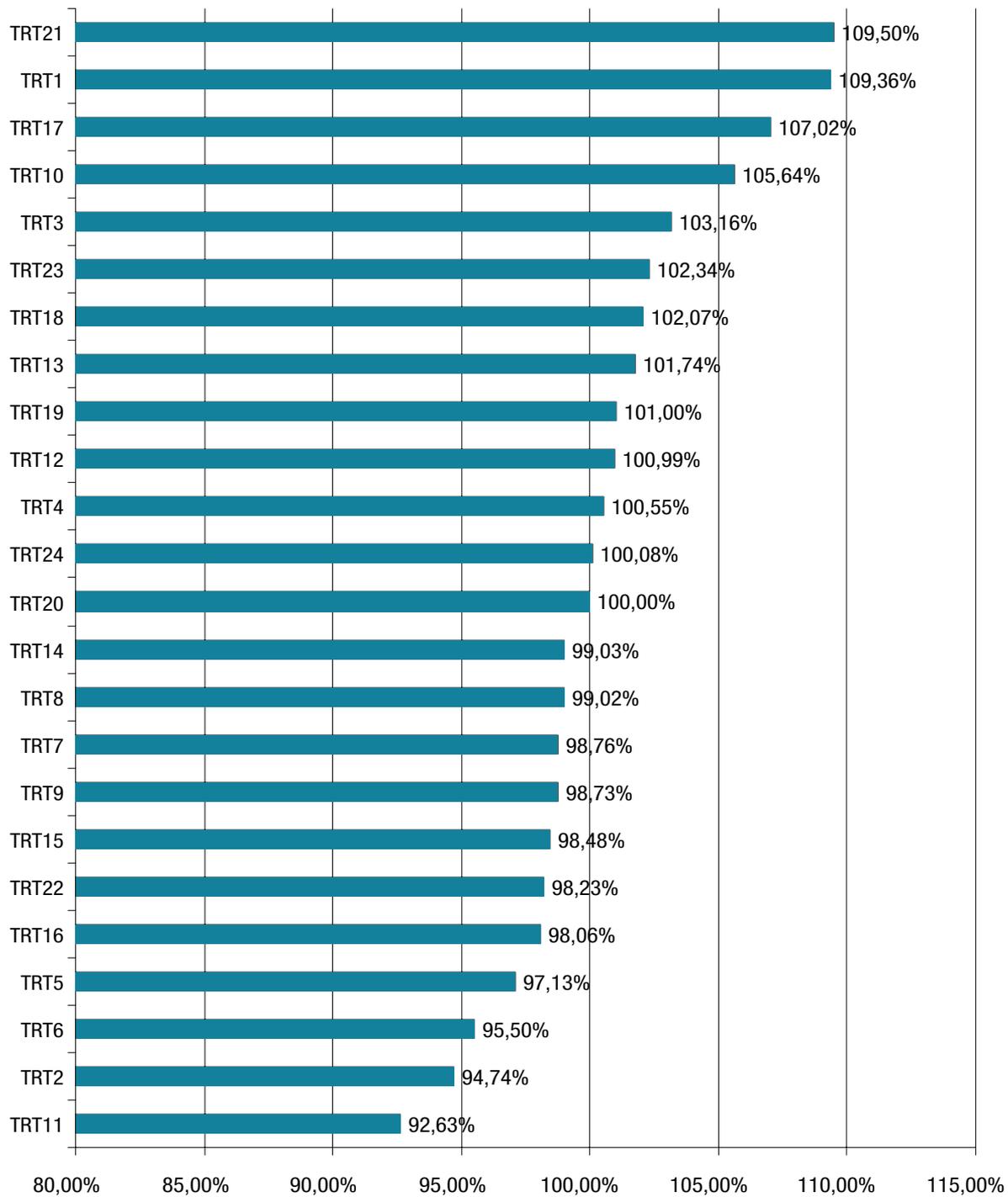
N/A Não Aplicável DNL - Dados não Lançados ID - Inconsistência de Dados

P1.1 Número total de processos de conhecimento não criminais novos ingressados no mês de referência.

P1.2 Número total de processos de conhecimento criminais novos ingressados no mês de referência.

P1.3 Número total de processos de conhecimento não criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2010.

P1.4 Número total de processos de conhecimento criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2010.



META 2

Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007.

Pendentes de julgamento com os que entraram na meta e dela saíram

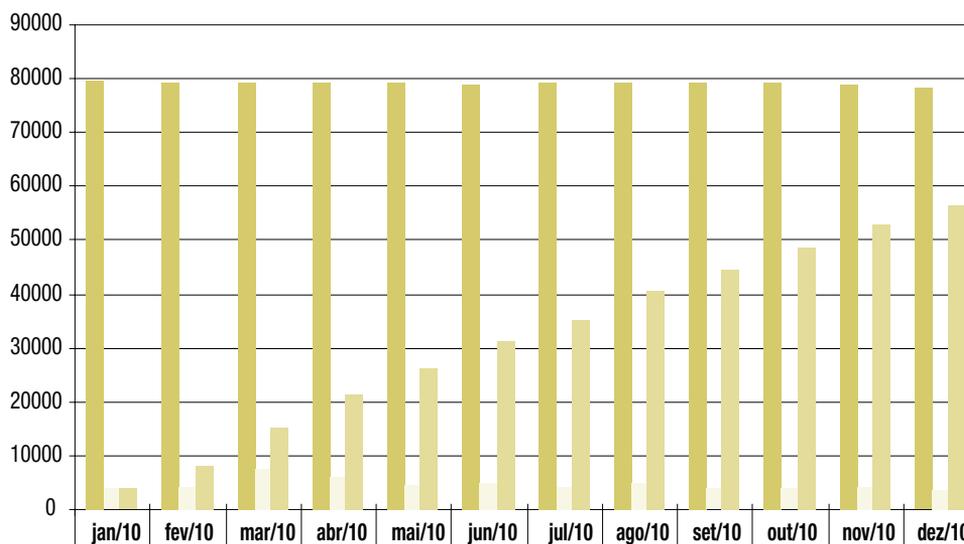
78.416

Total de Processos Julgados em 2010

56.607

Percentual de Cumprimento

72,19%



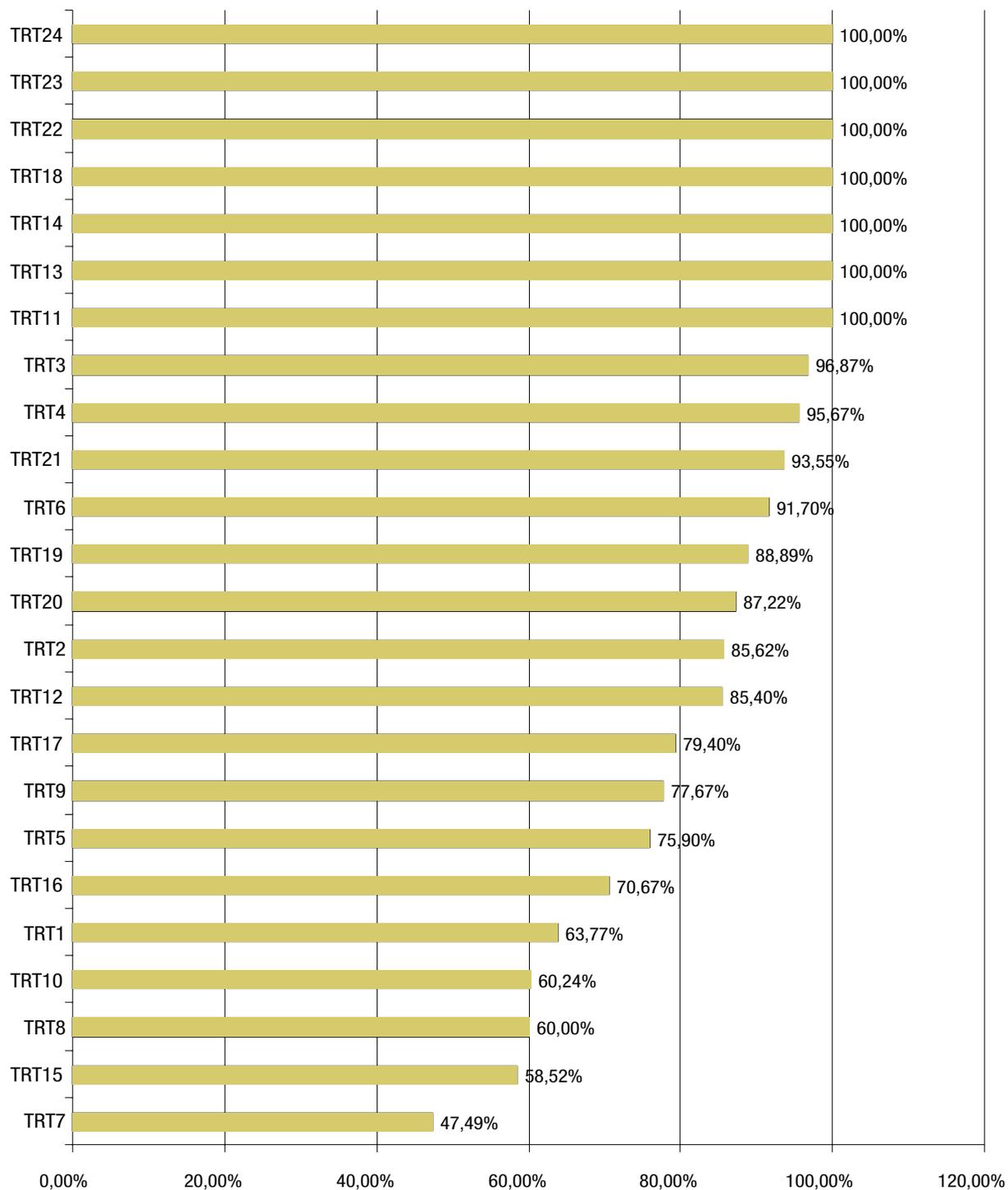
| | jan/10 | fev/10 | mar/10 | abr/10 | mai/10 | jun/10 | jul/10 | ago/10 | set/10 | out/10 | nov/10 | dez/10 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Pendentes de julgamento em 31/12/2009 com os que entraram e saíram da meta | 79507 | 79441 | 79310 | 79227 | 79208 | 79127 | 79377 | 79429 | 79388 | 79390 | 79030 | 78416 |
| Julgado no mês | 3844 | 4258 | 7307 | 6085 | 4745 | 4970 | 4158 | 5110 | 4029 | 4073 | 4401 | 3627 |
| Total de julgados | 3844 | 8102 | 15409 | 21494 | 26239 | 31209 | 35367 | 40477 | 44506 | 48579 | 52980 | 56607 |

| TRIBUNAL | P2.1 | P2.2 | P2.3 | P2.4 | P2.5 | P2.6 | P2.7 | P2.8 | P2.9 | P2.10 |
|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| TRT1 | N/A |
| TRT2 | N/A |
| TRT3 | N/A |
| TRT4 | N/A |
| TRT5 | N/A |
| TRT6 | N/A |
| TRT7 | N/A |
| TRT8 | N/A |
| TRT9 | N/A |
| TRT10 | N/A |
| TRT11 | N/A |
| TRT12 | N/A |
| TRT13 | N/A |
| TRT14 | N/A |
| TRT15 | N/A |
| TRT16 | N/A |
| TRT17 | N/A |
| TRT18 | N/A |
| TRT19 | N/A |
| TRT20 | N/A |
| TRT21 | N/A |
| TRT22 | N/A |
| TRT23 | N/A |
| TRT24 | N/A |

| TRIBUNAL | P2.11 | P2.12 | P2.13 | P2.14 | P2.15 | P2.16 | P2.17 | P2.18 | P2.19 | P2.20 | CUMPRIMENTO |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------------|
| TRT1 | N/A | N/A | 24375 | N/A | 118 | N/A | 270 | N/A | 15448 | N/A | 63,77% |
| TRT2 | N/A | N/A | 25510 | N/A | 492 | N/A | 1175 | N/A | 21257 | N/A | 85,62% |
| TRT3 | N/A | N/A | 458 | N/A | 60 | N/A | 39 | N/A | 464 | N/A | 96,87% |
| TRT4 | N/A | N/A | 2517 | N/A | 162 | N/A | 208 | N/A | 2364 | N/A | 95,67% |
| TRT5 | N/A | N/A | 3090 | N/A | 279 | N/A | 0 | N/A | 2557 | N/A | 75,90% |
| TRT6 | N/A | N/A | 390 | N/A | 0 | N/A | 113 | N/A | 254 | N/A | 91,70% |
| TRT7 | N/A | N/A | 476 | N/A | 185 | N/A | 44 | N/A | 293 | N/A | 47,49% |
| TRT8 | N/A | N/A | 70 | N/A | 0 | N/A 0 | | N/A | 42 | N/A | 60,00% |
| TRT9 | N/A | N/A | 2848 | N/A | 0 | N/A 0 | | N/A | 2212 | N/A | 77,67% |
| TRT10 | N/A | N/A | 75 | N/A | 8 | N/A 0 | | N/A | 50 | N/A | 60,24% |
| TRT11 | N/A | N/A | 1 | N/A 0 | | N/A | 0 | N/A 1 | | N/A | 100,00% |
| TRT12 | N/A | N/A | 561 | N/A | 59 | N/A | 24 | N/A | 509 | N/A | 85,40% |
| TRT13 | N/A | N/A | 7 | N/A 0 | | N/A | 0 | N/A 7 | | N/A | 100,00% |
| TRT14 | N/A | N/A | 7 | N/A 0 | | N/A | 0 | N/A 7 | | N/A | 100,00% |
| TRT15 | N/A | N/A | 17243 | N/A | 0 | N/A 0 | | N/A | 10091 | N/A | 58,52% |
| TRT16 | N/A | N/A | 1205 | N/A | 18 | N/A | 882 | N/A | 241 | N/A | 70,67% |
| TRT17 | N/A | N/A | 597 | N/A | 0 | N/A 0 | | N/A | 474 | N/A | 79,40% |
| TRT18 | N/A | N/A | 75 | N/A | 0 | N/A 3 | | N/A | 72 | N/A | 100,00% |
| TRT19 | N/A | N/A | 45 | N/A | 0 | N/A 0 | | N/A | 40 | N/A | 88,89% |
| TRT20 | N/A | N/A | 119 | N/A | 29 | N/A | 15 | N/A | 116 | N/A | 87,22% |
| TRT21 | N/A | N/A | 31 | N/A | 0 | N/A 0 | | N/A | 29 | N/A | 93,55% |
| TRT22 | N/A | N/A | 11 | N/A | 0 | N/A 0 | | N/A | 11 | N/A | 100,00% |
| TRT23 | N/A | N/A | 12 | N/A | 0 | N/A 0 | | N/A | 12 | N/A | 100,00% |
| TRT24 | N/A | N/A | 49 | N/A | 9 | N/A 2 | | N/A | 56 | N/A | 100,00% |

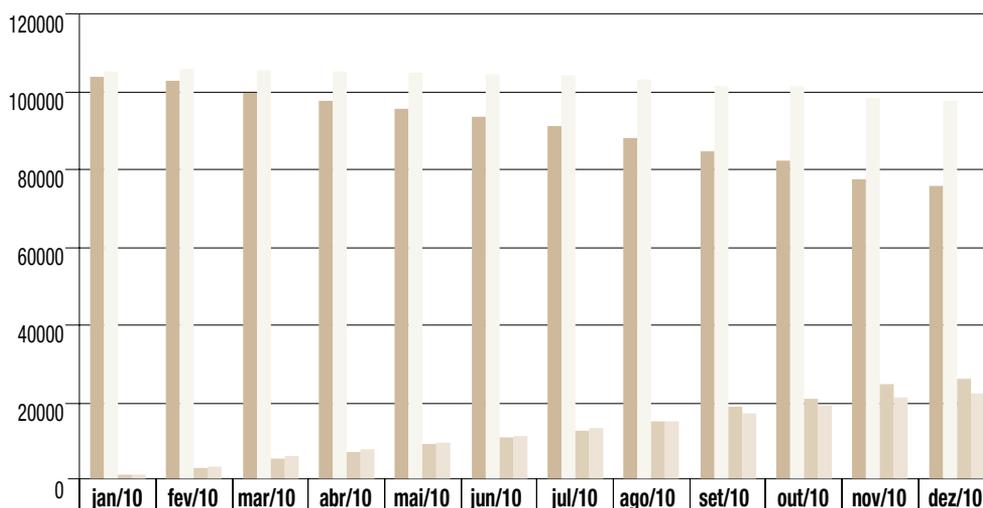
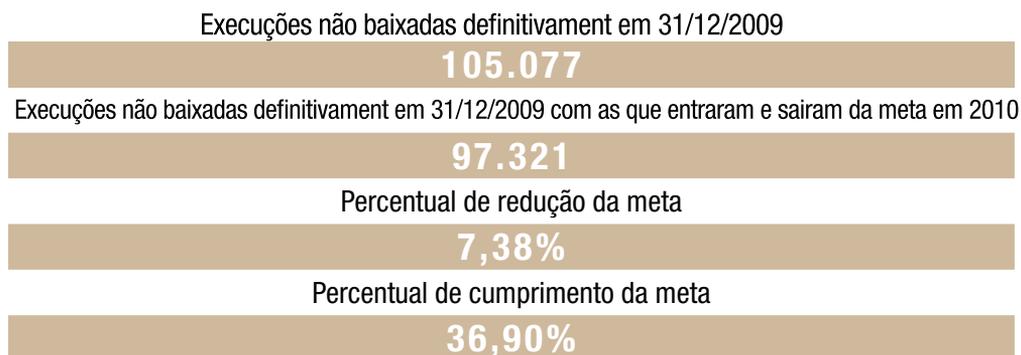
N/A - Não Aplicável DNL - Dados não Lançados ID - Inconsistência de Dados

- P2.1 Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2006 e que não foram nela julgados até 31/12/2009.
- P2.2 Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2006 e que não foram nela julgados até 31/12/2009, excluídos os de classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe.
- P2.3 Número total de processos da classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originariamente dessa classe que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que não foram nela julgados até 31/12/2009.
- P2.4 Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2006 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.
- P2.5 Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2006, excluídos os de classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe, e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.
- P2.6 Número total de processos de conhecimento da classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.
- P2.7 Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2006 e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.
- P2.8 Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2006, excluídos os de classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe, e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.
- P2.9 Número total de processos de conhecimento da classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.
- P2.10 Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2006 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2010.
- P2.11 Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2006 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2010, excluídos os de classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe.
- P2.12 Número total de processos de conhecimento da classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2010.
- P2.13 Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que não foram nela julgados até 31/12/2009.
- P2.14 Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que não foram nela julgados até 31/12/2009.
- P2.15 Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.
- P2.16 Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.
- P2.17 Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.
- P2.18 Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.
- P2.19 Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2010.
- P2.20 Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2010.



META 3 FISCAL

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009).



| | jan/10 | fev/10 | mar/10 | abr/10 | mai/10 | jun/10 | jul/10 | ago/10 | set/10 | out/10 | nov/10 | dez/10 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Acervo sem o cômputo das execuções distribuídas | 103549 | 102190 | 99215 | 97158 | 95082 | 92977 | 90819 | 87793 | 84095 | 81905 | 76938 | 75236 |
| Acervo Total | 104798 | 105459 | 105023 | 104770 | 104359 | 104068 | 103824 | 102773 | 100970 | 100976 | 97900 | 97321 |
| Execução baixadas | 1244 | 2862 | 5264 | 7113 | 8850 | 10572 | 12435 | 14934 | 18485 | 20701 | 24333 | 25768 |
| Execução distribuídas | 1249 | 3269 | 5808 | 7612 | 9277 | 11091 | 13005 | 14980 | 16875 | 19071 | 20962 | 22085 |

| TRIBUNAL | P3.1 | P3.2 | P3.3 | P3.4 | P3.5 | P3.6 | P3.7 | P3.8 | P3.9 | P3.10 | Redução | CUMPRIMENTO |
|----------|--------|-------|--------|------|--------|------|-------|------|-------|-------|---------|-------------|
| TRT1 | 289595 | 6303 | 34567 | 646 | 65072 | 1964 | 4974 | 34 | 11877 | 158 | 22,88% | 114,40% |
| TRT2 | 335891 | 3953 | 151939 | 1589 | 148203 | 898 | 15636 | 0 | 24577 | 8 | -17,28% | -86,40% |
| TRT3 | 80310 | 11027 | 54511 | 2267 | 54220 | 1740 | 7278 | 0 | 6184 | 0 | -4,78% | -23,90% |
| TRT4 | 129493 | 3329 | 40947 | 561 | 41440 | 235 | 5592 | 266 | 15395 | 2779 | 65,70% | 328,50% |
| TRT5 | 141217 | 7336 | 25879 | 352 | 24141 | 1918 | 0 | 31 | 22386 | 4 | 20,98% | 104,90% |
| TRT6 | 71875 | 1406 | 38448 | 115 | 37303 | 319 | 1874 | 245 | 7158 | 189 | 10,53% | 52,65% |
| TRT7 | 42336 | 1326 | 25460 | 1037 | 11459 | 854 | 166 | 0 | 1979 | 969 | 59,28% | 296,40% |
| TRT8 | 28556 | 163 | 15413 | 226 | 15965 | 75 | 2590 | 2 | 2090 | 23 | -79,75% | -398,75% |
| TRT9 | 105298 | 15032 | 39231 | 8781 | 31737 | 9444 | 15978 | 0 | 15335 | 0 | 4,41% | 22,05% |
| TRT10 | 31006 | 11007 | 15443 | 433 | 18891 | 763 | 14315 | 598 | 8888 | 439 | 1,55% | 7,75% |
| TRT11 | 20261 | 3575 | 7084 | 0 | 8308 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| TRT12 | 86132 | 3436 | 22301 | 860 | 30266 | 1145 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8,29% | 41,45% |
| TRT13 | 21419 | 1884 | 5052 | 105 | 9768 | 411 | 1687 | 335 | 5823 | 141 | 5,94% | 29,70% |
| TRT14 | 15642 | 1068 | 9725 | 206 | 9496 | 197 | 550 | 46 | 2566 | 263 | 19,48% | 97,40% |
| TRT15 | 293977 | 11696 | 77829 | 2081 | 121654 | 1776 | 1367 | 16 | 3180 | 135 | -1,59% | -7,95% |
| TRT16 | 32754 | 2340 | 8833 | 221 | 7434 | 189 | 610 | 0 | 1313 | 0 | -1,37% | -6,85% |
| TRT17 | 31074 | 3431 | 9610 | 422 | 12464 | 495 | 744 | 386 | 782 | 678 | 10,64% | 53,20% |
| TRT18 | 23134 | 4573 | 29093 | 1386 | 32467 | 2282 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19,59% | 97,95% |
| TRT19 | 40445 | 2935 | 10945 | 140 | 10990 | 109 | 2537 | 165 | 1460 | 95 | -3,44% | -17,20% |
| TRT20 | 22659 | 1515 | 10014 | 50 | 9912 | 55 | 660 | 8 | 163 | 35 | 2,11% | 10,55% |
| TRT21 | 58103 | 2874 | 12939 | 18 | 10337 | 111 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3,24% | 16,20% |
| TRT22 | 24980 | 2614 | 5824 | 207 | 5231 | 432 | 560 | 225 | 522 | 107 | 4,09% | 20,45% |
| TRT23 | 22123 | 1200 | 9109 | 231 | 13993 | 196 | 0 | 0 | 0 | 0 | -2,92% | -14,60% |
| TRT24 | 19130 | 1054 | 8439 | 151 | 9100 | 160 | 714 | 65 | 2826 | 472 | 39,47% | 197,35% |

N/A Não Aplicável DNL Dados não Lançados ID Inconsistência de Dados

P3.1 Número total de processos de execução não scais ainda não baixados de nitivamente (movimento 22) no dia 31/12/2009

P3.2 Número total de processos de execução scal ainda não baixadas de nitivamente (movimento 22) no dia 31/12/2009

P3.3 Número total de processos de execução não scais novos iniciados no mês de referência.

P3.4 Número total de processos de execução scal novos iniciados no mês de referência

P3.5 Número total de processos de execução não scais baixados de nitivamente no mês de referência.

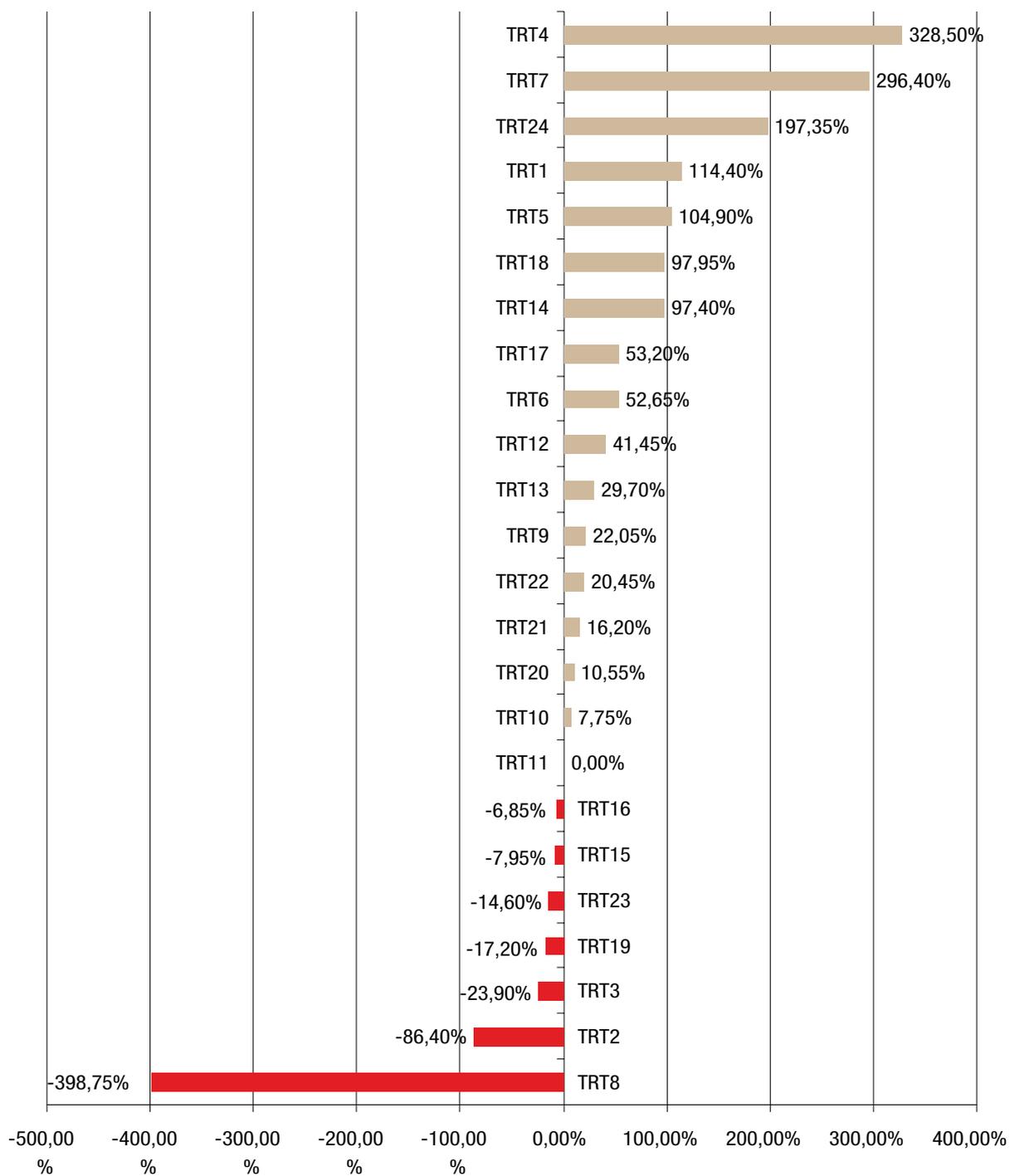
P3.6 Número total de processos de execução scal baixados de nitivamente no mês de referência.

P3.7 Número total de processos de execução não scais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência

P3.8 Número total de processos de execução scais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência

P3.9 Número total de processos de execução não scais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência

P3.10 Número total de processos de execução scais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência



META 3 NÃO FISCAL

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009).

Execuções não baixadas definitivamente em 31/12/2009

1.967.410

Execuções não baixadas definitivamente em 31/12/2009 com as que entraram e saíram da meta em 2010

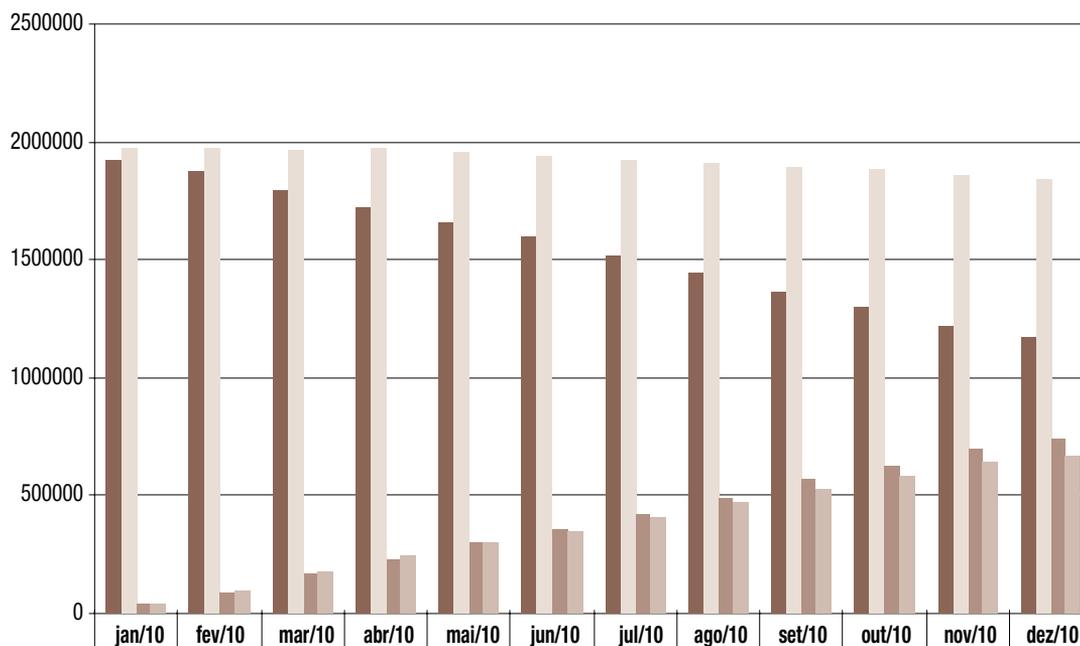
1.839.522

Percentual de redução da meta

6,50%

Percentual de cumprimento da meta

65,00%



| | jan/10 | fev/10 | mar/10 | abr/10 | mai/10 | jun/10 | jul/10 | ago/10 | set/10 | out/10 | nov/10 | dez/10 |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Acervo sem o cômputo das execuções distribuídas | 1927155 | 1871996 | 1790196 | 1724080 | 1655021 | 1595050 | 1514841 | 1442796 | 1362343 | 1299657 | 1216516 | 1170887 |
| Acervo Total | 1970732 | 1971193 | 1968078 | 1968541 | 1954921 | 1943006 | 1919856 | 1909611 | 1892764 | 1884727 | 1857297 | 1839522 |
| Execução baixadas | 38871 | 91517 | 169757 | 231276 | 296437 | 353861 | 419018 | 489342 | 567839 | 628257 | 698087 | 739851 |
| Execução distribuídas | 43577 | 99197 | 177882 | 244461 | 299900 | 347956 | 405015 | 466815 | 530421 | 585070 | 640781 | 668635 |

| TRIBUNAL | P.3.1 | P.3.2 | P.3.3 | P.3.4 | P.3.5 | P.3.6 | P.3.7 | P.3.8 | P.3.9 | P.3.10 | Redução | CUMPRIMENTO |
|----------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|--------|---------|-------------|
| TRT1 | 289595 | 6303 | 34567 | 646 | 65072 | 1964 | 4974 | 34 | 11877 | 158 | 12,92% | 129,20% |
| TRT2 | 335891 | 3953 | 151939 | 1589 | 148203 | 898 | 15636 | 0 | 24577 | 8 | 1,55% | 15,50% |
| TRT3 | 80310 | 11027 | 54511 | 2267 | 54220 | 1740 | 7278 | 0 | 6184 | 0 | -1,72% | -17,20% |
| TRT4 | 129493 | 3329 | 40947 | 561 | 41440 | 235 | 5592 | 266 | 15395 | 2779 | 7,95% | 79,50% |
| TRT5 | 141217 | 7336 | 25879 | 352 | 24141 | 1918 | 0 | 31 | 22386 | 4 | 14,62% | 146,20% |
| TRT6 | 71875 | 1406 | 38448 | 115 | 37303 | 319 | 1874 | 245 | 7158 | 189 | 5,76% | 57,60% |
| TRT7 | 42336 | 1326 | 25460 | 1037 | 11459 | 854 | 166 | 0 | 1979 | 969 | -28,79% | -287,90% |
| TRT8 | 28556 | 163 | 15413 | 226 | 15965 | 75 | 2590 | 2 | 2090 | 23 | 0,18% | 1,80% |
| TRT9 | 105298 | 15032 | 39231 | 8781 | 31737 | 9444 | 15978 | 0 | 15335 | 0 | -7,73% | -77,30% |
| TRT10 | 31006 | 11007 | 15443 | 433 | 18891 | 763 | 14315 | 598 | 8888 | 439 | -6,38% | -63,80% |
| TRT11 | 20261 | 3575 | 7084 | 0 | 8308 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6,04% | 60,40% |
| TRT12 | 86132 | 3436 | 22301 | 860 | 30266 | 1145 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9,25% | 92,50% |
| TRT13 | 21419 | 1884 | 5052 | 105 | 9768 | 411 | 1687 | 335 | 5823 | 141 | 41,33% | 413,30% |
| TRT14 | 15642 | 1068 | 9725 | 206 | 9496 | 197 | 550 | 46 | 2566 | 263 | 11,42% | 114,20% |
| TRT15 | 293977 | 11696 | 77829 | 2081 | 121654 | 1776 | 1367 | 16 | 3180 | 135 | 15,52% | 155,20% |
| TRT16 | 32754 | 2340 | 8833 | 221 | 7434 | 189 | 610 | 0 | 1313 | 0 | -2,12% | -21,20% |
| TRT17 | 31074 | 3431 | 9610 | 422 | 12464 | 495 | 744 | 386 | 782 | 678 | 9,31% | 93,10% |
| TRT18 | 23134 | 4573 | 29093 | 1386 | 32467 | 2282 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14,58% | 145,80% |
| TRT19 | 40445 | 2935 | 10945 | 140 | 10990 | 109 | 2537 | 165 | 1460 | 95 | -2,55% | -25,50% |
| TRT20 | 22659 | 1515 | 10014 | 50 | 9912 | 55 | 660 | 8 | 163 | 35 | -2,64% | -26,40% |
| TRT21 | 58103 | 2874 | 12939 | 18 | 10337 | 111 | 0 | 0 | 0 | 0 | -4,48% | -44,80% |
| TRT22 | 24980 | 2614 | 5824 | 207 | 5231 | 432 | 560 | 225 | 522 | 107 | -2,53% | -25,30% |
| TRT23 | 22123 | 1200 | 9109 | 231 | 13993 | 196 | 0 | 0 | 0 | 0 | 22,08% | 220,80% |
| TRT24 | 19130 | 1054 | 8439 | 151 | 9100 | 160 | 714 | 65 | 2826 | 472 | 14,50% | 145,00% |

N/A Não Aplicável **DNL** Dados não Lançados **ID** Inconsistência de Dados **DIE** Dados Irrelevantes p/ Fins Estatísticos

P.3.1 Número total de processos de execução não [scais ainda não baixados de]nitivamente (movimento 22) no dia 31/12/2009

P.3.2 Número total de processos de execução [scais ainda não baixados de]nitivamente (movimento 22) no dia 31/12/2009

P.3.3 Número total de processos de execução não [scais novos iniciados no mês de referência.

P.3.4 Número total de processos de execução [scais novos iniciados no mês de referência

P.3.5 Número total de processos de execução não [scais baixados de]nitivamente no mês de referência.

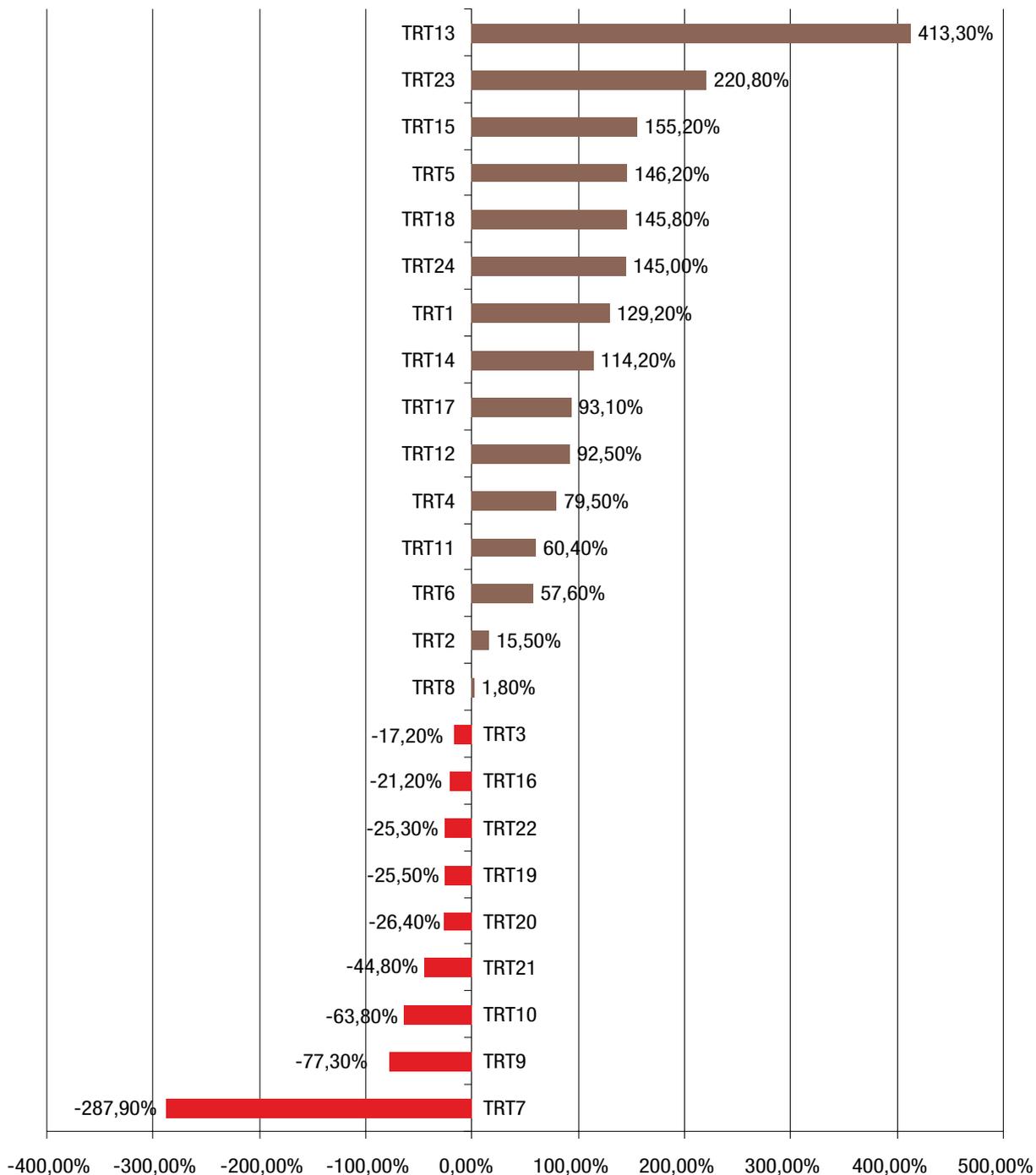
P.3.6 Número total de processos de execução [scais baixados de]nitivamente no mês de referência.

P.3.7 Número total de processos de execução não [scais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência

P.3.8 Número total de processos de execução [scais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência

P.3.9 Número total de processos de execução não [scais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, não por julgamento, no mês de referência

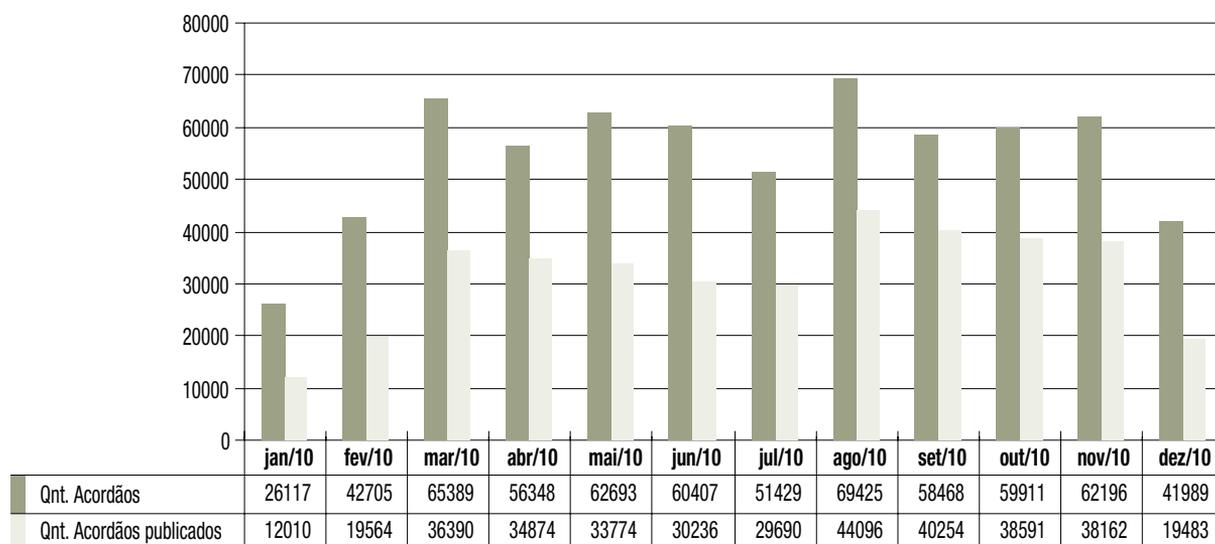
P.3.10 Número total de processos de execução [scais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, não por julgamento, no mês de referência



META 4

Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.

| |
|--|
| Total de acórdãos em dezembro de 2010 |
| 41.989 |
| Total de acórdãos publicados em dezembro de 2010 |
| 19.483 |
| Percentual de cumprimento da meta |
| 46,40% |

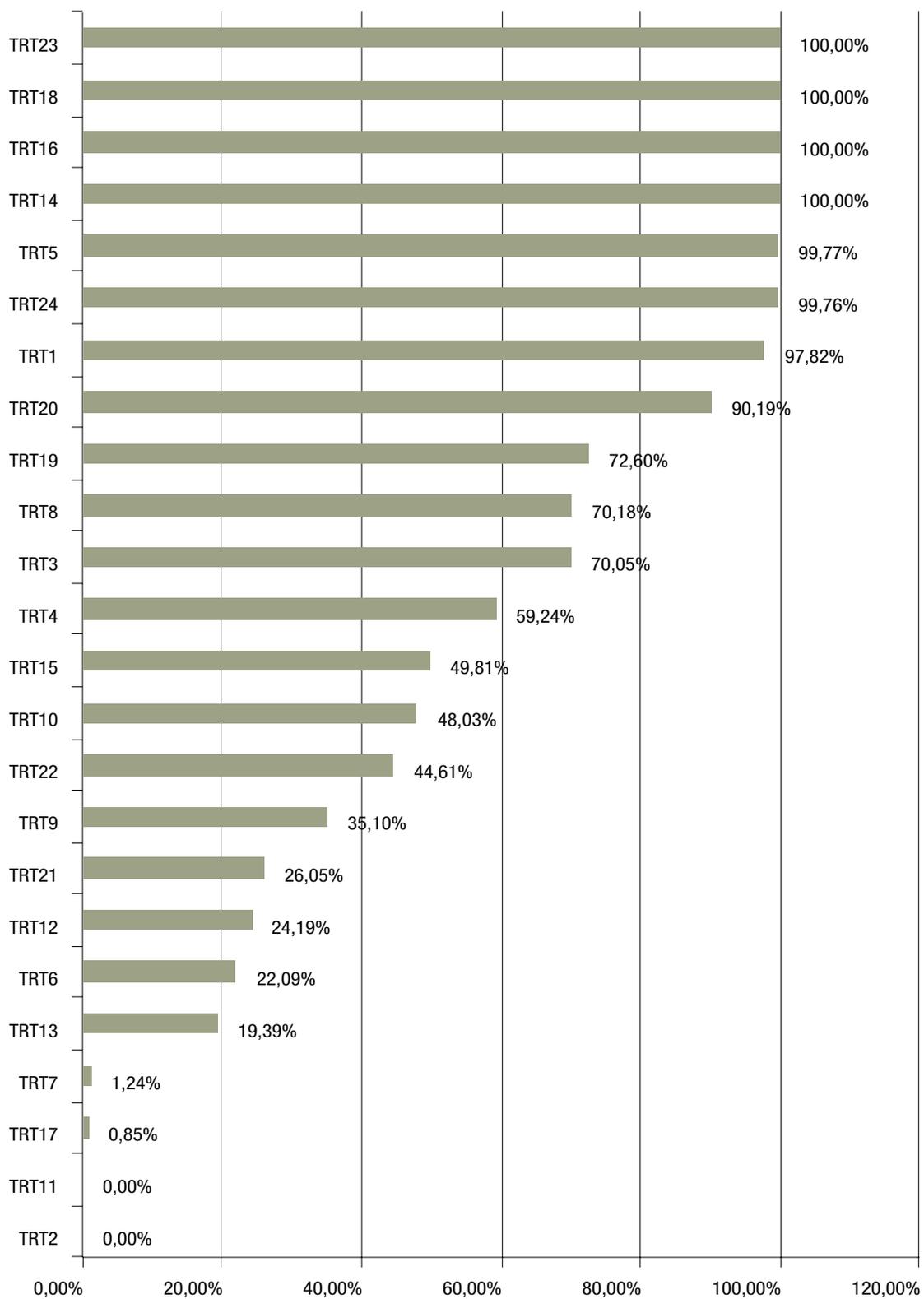


| TRIBUNAL | P4.1 | P4.2 | (%) CUMPRIMENTO |
|----------|------|------|-----------------|
| TRT1 | 3761 | 3679 | 97,82% |
| TRT2 | 9456 | 0 | 0,00% |
| TRT3 | 4742 | 3322 | 70,05% |
| TRT4 | 4522 | 2679 | 59,24% |
| TRT5 | 2210 | 2205 | 99,77% |
| TRT6 | 1530 | 338 | 22,09% |
| TRT7 | 241 | 3 | 1,24% |
| TRT8 | 798 | 560 | 70,18% |
| TRT9 | 1111 | 390 | 35,10% |
| TRT10 | 760 | 365 | 48,03% |
| TRT11 | DNL | DNL | 0,00% |
| TRT12 | 1397 | 338 | 24,19% |
| TRT13 | 820 | 159 | 19,39% |
| TRT14 | 541 | 541 | 100,00% |
| TRT15 | 1887 | 940 | 49,81% |
| TRT16 | 105 | 105 | 100,00% |
| TRT17 | 941 | 8 | 0,85% |
| TRT18 | 1351 | 1351 | 100,00% |
| TRT19 | 292 | 212 | 72,60% |
| TRT20 | 316 | 285 | 90,19% |
| TRT21 | 4180 | 1089 | 26,05% |
| TRT22 | 204 | 91 | 44,61% |
| TRT23 | 415 | 415 | 100,00% |
| TRT24 | 409 | 408 | 99,76% |

N/A Não Aplicável DNL Dados não Lançados ID Inconsistência de Dados

P4.1 Número total de decisões colegiadas (acordãos) no mês de referência

P4.2 Número total de decisões colegiadas (acordãos) publicadas (primeiro ou única publicação) em até 10 (dez) dias após a data da sessão de julgamento ocorrida no mês de referência



META 5

Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.

50

Total de unidades judiciárias em 30/06/2010

1.466

Total de unidades judiciárias com método implantado em 2010, considerando o limite de 100% de cumprimento

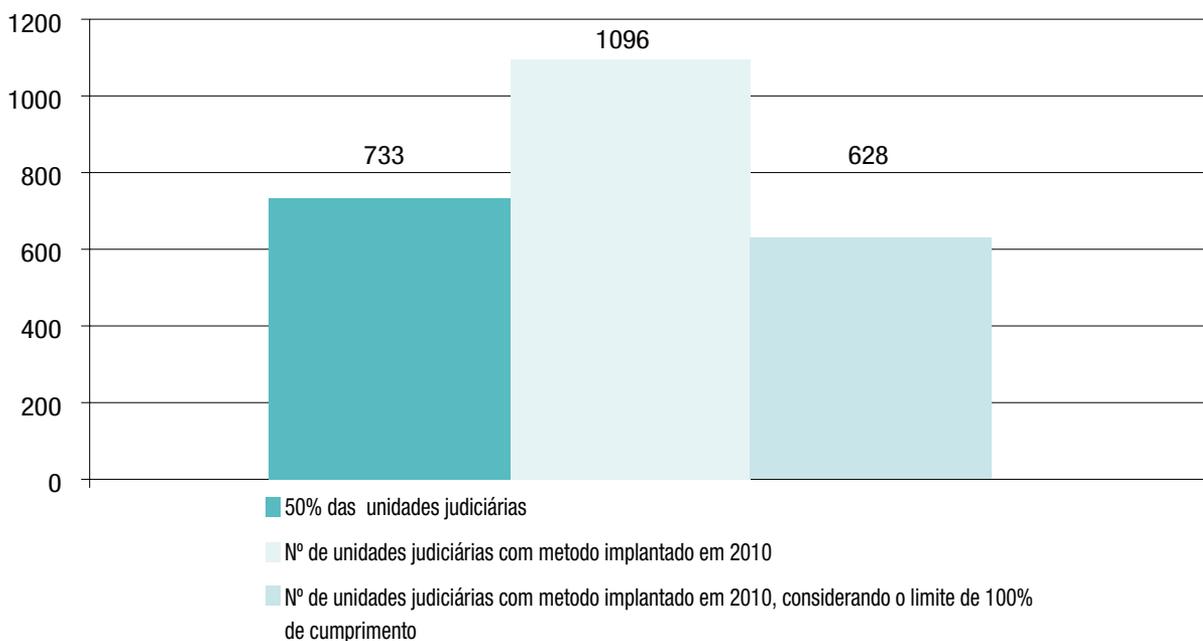
628

Percentual de cumprimento da meta

85,68%

Para efeito de cálculo do percentual de cumprimento nacional ou de segmento de justiça não foram considerados os valores que excederam a 100% de cumprimento para cada tribunal (Ex: tribunal tem 100 unidades, implantou o método em 55 e, portanto, cumpriu a meta em 110%; para o cálculo da média com outros tribunais será computada a implantação em 50 unidades)

Data: 24/02/2011

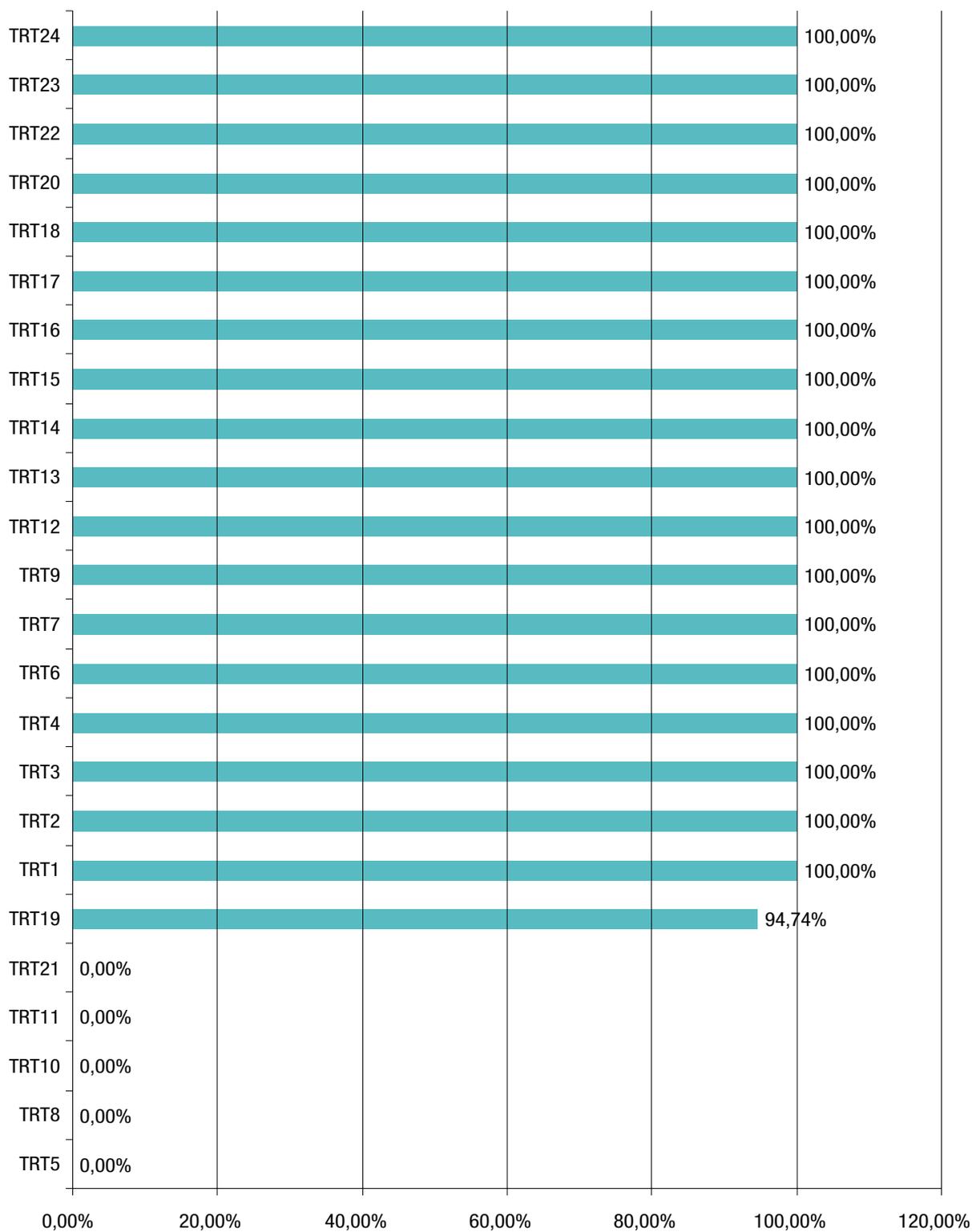


| TRIBUNAL | P5.1 | P5.2 | (%) CUMPRIMENTO |
|----------|------|------|-----------------|
| TRT1 | 133 | 69 | 100,00% |
| TRT2 | 192 | 192 | 100,00% |
| TRT3 | 140 | 140 | 100,00% |
| TRT4 | 115 | 115 | 100,00% |
| TRT5 | 88 | 0 | 0,00% |
| TRT6 | 64 | 64 | 100,00% |
| TRT7 | 27 | 28 | 100,00% |
| TRT8 | 45 | 0 | 0,00% |
| TRT9 | 86 | 79 | 100,00% |
| TRT10 | 32 | 0 | 0,00% |
| TRT11 | 32 | 0 | 0,00% |
| TRT12 | 54 | 39 | 100,00% |
| TRT13 | 27 | 14 | 100,00% |
| TRT14 | 32 | 31 | 100,00% |
| TRT15 | 205 | 206 | 100,00% |
| TRT16 | 21 | 14 | 100,00% |
| TRT17 | 24 | 24 | 100,00% |
| TRT18 | 36 | 19 | 100,00% |
| TRT19 | 19 | 9 | 94,74% |
| TRT20 | 12 | 6 | 100,00% |
| TRT21 | 18 | 0 | 0,00% |
| TRT22 | 12 | 12 | 100,00% |
| TRT23 | 26 | 19 | 100,00% |
| TRT24 | 26 | 16 | 100,00% |

N/A - Não Aplicável DNL - Dados não Lançados ID - Inconsistência de Dados

P5.1 - Número total de unidades judiciárias de 1º grau do tribunal em 31/06/2010

P5.2 - Número total de unidades judiciárias de 1º grau em que foi efetivamente implantada metodologia de gerenciamento de rotinas



META 6

Reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível.

Consumo per capita em 31/12/2009

| ENERGIA ELÉTRICA | TELEFONE | ÁGUA | PAPEL | COMBUSTÍVEL |
|------------------|----------|-------|-------|-------------|
| 2,263,87 | 250,98 | 14,41 | 10,53 | 25,72 |

Consumo per capita em 31/12/2010

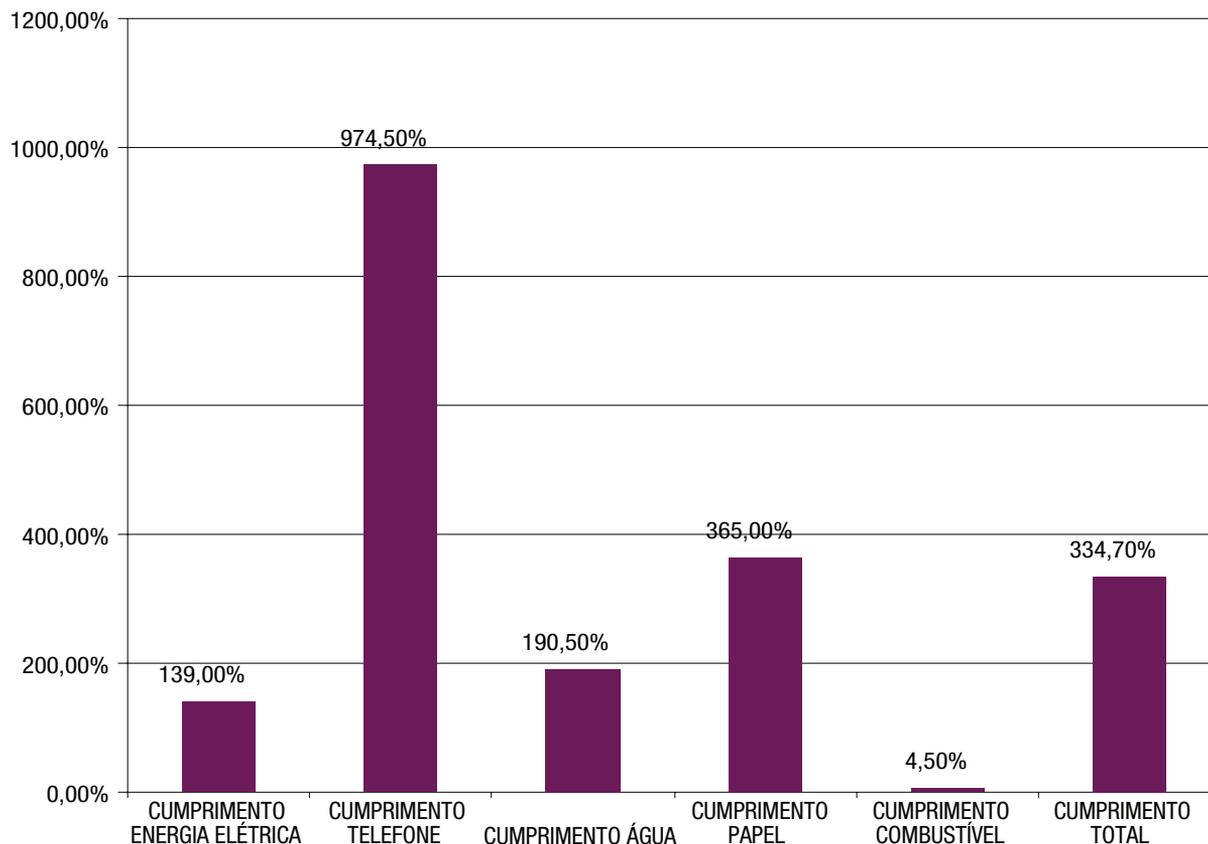
| ENERGIA ELÉTRICA | TELEFONE | ÁGUA | PAPEL | COMBUSTÍVEL |
|------------------|----------|-------|-------|-------------|
| 2,201,01 | 202,07 | 13,86 | 9,76 | 25,70 |

Percentual de redução

| ECONOMIA ENERGIA ELÉTRICA | ECONOMIA TELEFONE | ECONOMIA ÁGUA | ECONOMIA PAPEL | ECONOMIA COMBUSTÍVEL | ECONOMIA TOTAL |
|---------------------------|-------------------|---------------|----------------|----------------------|----------------|
| 2,78% | 19,49% | 3,81% | 7,30% | 0,09% | 6,69% |

Percentual de cumprimento

| CUMPRIMENTO ENERGIA ELÉTRICA | CUMPRIMENTO TELEFONE | CUMPRIMENTO ÁGUA | CUMPRIMENTO PAPEL | CUMPRIMENTO COMBUSTÍVEL | CUMPRIMENTO TOTAL |
|------------------------------|----------------------|------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|
| 139,00% | 974,50% | 190,50% | 365,00% | 4,50% | 334,70% |



| TRIBUNAL | P6.1 | P6.2 | P6.3 | P6.4 | P6.5 | P6.6 | P6.7 | P6.8 | P6.9 | P6.10 | P6.11 | P6.12 | Redução | Cumprimento |
|----------|------|----------|----------|--------|-------|--------|------|----------|-----------|--------|-------|--------|---------|-------------|
| TRT1 | 4963 | 10355094 | 985242,7 | 42996 | 45056 | 151422 | 5298 | 10943567 | 717406,41 | 41978 | 46842 | 134343 | 12,17% | 608,50% |
| TRT2 | 5166 | 12343870 | 944233,9 | 113402 | 71171 | 135492 | 5515 | 12603101 | 514550,6 | 106285 | 71695 | 148629 | 13,68% | 684,00% |
| TRT3 | 4445 | 4891690 | 864554,8 | 48383 | 25464 | 22646 | 4672 | 5312724 | 711236,82 | 51751 | 33305 | 33995 | -10,12% | -506,00% |
| TRT4 | 3964 | 5792187 | 403418,3 | 43510 | 54510 | 42883 | 4200 | 6823077 | 419566,18 | 47492 | 42804 | 46115 | 2,41% | 120,50% |
| TRT5 | 2966 | 7602352 | 1237894 | 44803 | 31153 | 83158 | 3153 | 7683242 | 1195168 | 42376 | 30650 | 70921 | 10,47% | 523,50% |
| TRT6 | 2199 | 3734224 | 505172,6 | 34880 | 13462 | 69185 | 2220 | 3843409 | 528105,26 | 31834 | 14064 | 65778 | 1,29% | 64,50% |
| TRT7 | 13 | 4235160 | 279447,1 | 14171 | 11491 | 20334 | 15 | 4576391 | 281681,8 | 15782 | 12247 | 21621 | 7,59% | 379,50% |
| TRT8 | 1486 | 3355454 | 509295,3 | 18507 | 17329 | 19559 | 1503 | 3654504 | 455702 | 20705 | 15087 | 17990 | 3,25% | 162,50% |
| TRT9 | 2761 | 4947009 | 442080,1 | 28574 | 33661 | 46982 | 2728 | 5380646 | 316692,08 | 28879 | 30188 | 43176 | 6,27% | 313,50% |
| TRT10 | 1788 | 4251542 | 537423,4 | 21887 | 19632 | 1732 | 1949 | 5263887 | 565911,61 | 29728 | 21583 | 85658 | -7,93% | -396,50% |
| TRT11 | 1248 | 2526179 | 613954,5 | 4678 | 10422 | 44988 | DNL | DNL | DNL | DNL | DNL | DNL | 0,00% | 0,00% |
| TRT12 | 1790 | 3592692 | 218017,2 | 23078 | 16296 | 19661 | 1841 | 3548056 | 214973,73 | 25372 | 15662 | 19593 | 2,18% | 109,00% |
| TRT13 | 1213 | 2496194 | 252439,8 | 8662 | 6426 | 20876 | 1206 | 2568819 | 248484,83 | 7717 | 5341 | 22932 | 2,76% | 138,00% |
| TRT14 | 891 | 3323795 | 305663,2 | 28573 | 5864 | 77582 | 937 | 3259177 | 281201,41 | 25600 | 8168 | 88523 | -1,37% | -68,50% |
| TRT15 | 4360 | 12102301 | 1342921 | 62684 | 52667 | 98990 | 4797 | 10901439 | 1313004,6 | 60549 | 52869 | 108407 | 10,14% | 507,00% |
| TRT16 | 880 | 2202359 | 220120 | 13173 | 7844 | 53126 | 937 | 2444478 | 189676,04 | 13894 | 7981 | 55593 | 4,39% | 219,50% |
| TRT17 | 920 | 2056569 | 242524,3 | 17962 | 12334 | 31947 | 1065 | 2153197 | 287759,06 | 20137 | 11416 | 27227 | 11,33% | 566,50% |
| TRT18 | 1519 | 2497622 | 556849 | 18341 | 18448 | 41923 | 1682 | 1608980 | 359746,36 | 13901 | 12164 | 27697 | 39,16% | 1958,00% |
| TRT19 | 792 | 2361056 | 224954,9 | 10724 | 6767 | 20142 | 820 | 2280136 | 145265,78 | 8804 | 6616 | 18674 | 16,22% | 811,00% |
| TRT20 | 492 | 1997018 | 132771,4 | 9455 | 3753 | 12026 | 515 | 1833639 | 124218,99 | 9159 | 3580 | 11255 | 9,96% | 498,00% |
| TRT21 | 826 | 3099862 | 259337,3 | 21917 | 7682 | 15766 | 842 | 2786475 | 257461,36 | 20794 | 7181 | 17632 | 3,99% | 199,50% |
| TRT22 | 563 | 1489861 | 181527,2 | 8342 | 5802 | 40173 | 540 | 1689744 | 182695,02 | 8168 | 5006 | 43033 | -5,38% | -269,00% |
| TRT23 | 911 | 3184929 | 346093,7 | 26775 | 10067 | 92559 | 929 | 3038568 | 245599,84 | 25406 | 9374 | 91627 | 11,08% | 554,00% |
| TRT24 | 775 | 1806728 | 172729 | 10690 | 6762 | 44082 | 799 | 1810195 | 176272 | 11170 | 6185 | 37402 | 6,29% | 314,50% |

N/A Não Aplicável DNL Dados não Lançados ID Inconsistência de Dados

P6.1 FTT Força de Trabalho Total em 31/12/2009, conforme glossário do Justiça em Números, ou, se não aplicável ao tribunal o Justiça em Número, a soma de todos os magistrados, servidores, terceirizados e estagiários em 31/12/2009

P6.2 Consumo de energia em kWh em 2009

P6.3 Consumo de telefone em reais em 2009

P6.4 Consumo de água em m³ em 2009

P6.5 Consumo de papel (número de resmas) em 2009

P6.6 Consumo de combustível em litros em 2009

P6.7 FTT – Força de trabalho total na data de referência, ou, se não aplicável ao tribunal o Justiça em Número, a soma de todos os magistrados, servidores, terceirizados e estagiários na data de referência

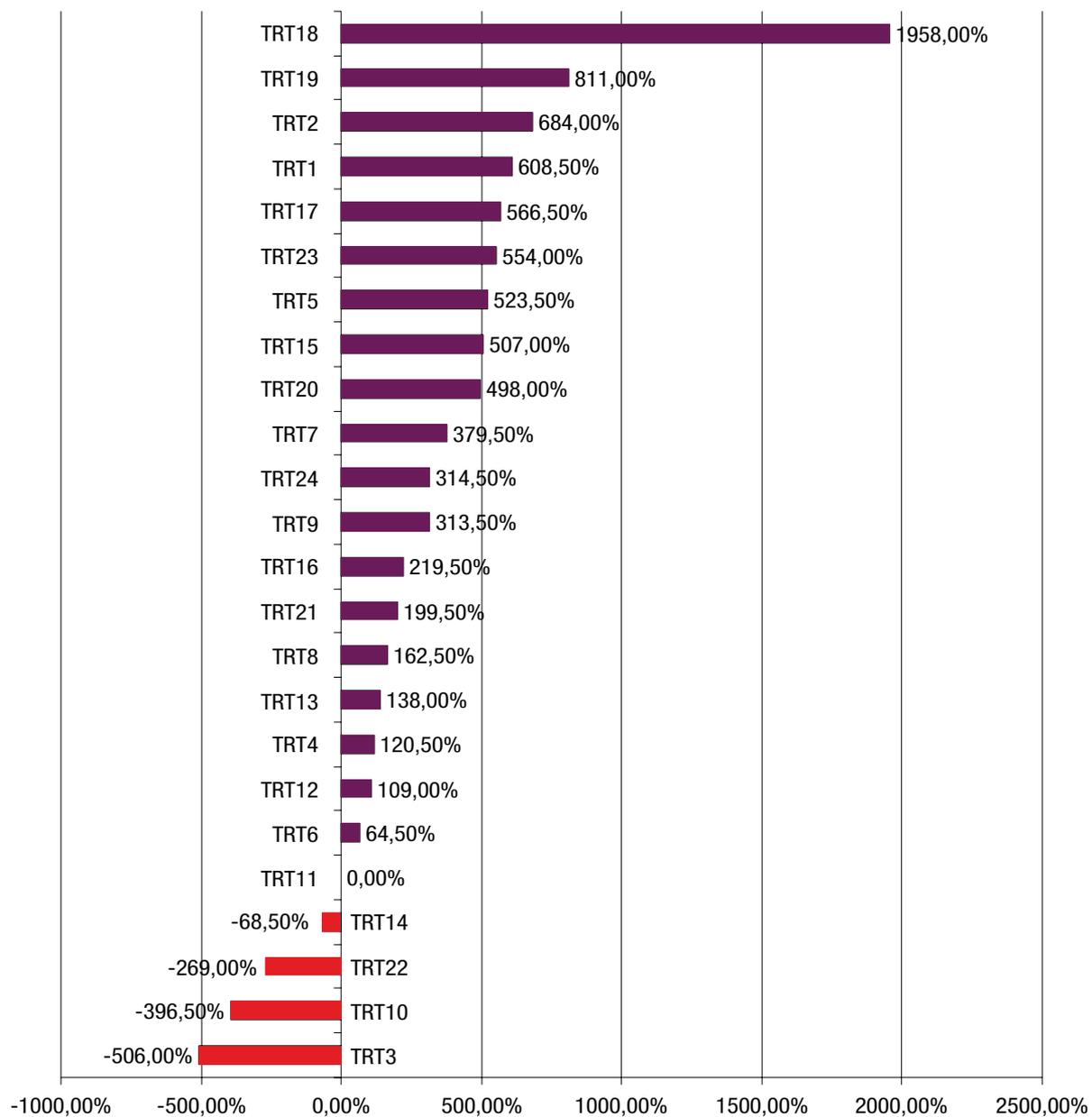
P6.8 Consumo de energia em kWh no período de referência

P6.9 Consumo de telefone em reais no período de referência

P6.10 Consumo de água em m³ no período de referência

P6.11 Consumo de papel (número de resmas) no período de referência

P6.12 Consumo de combustível em litros no período de referência

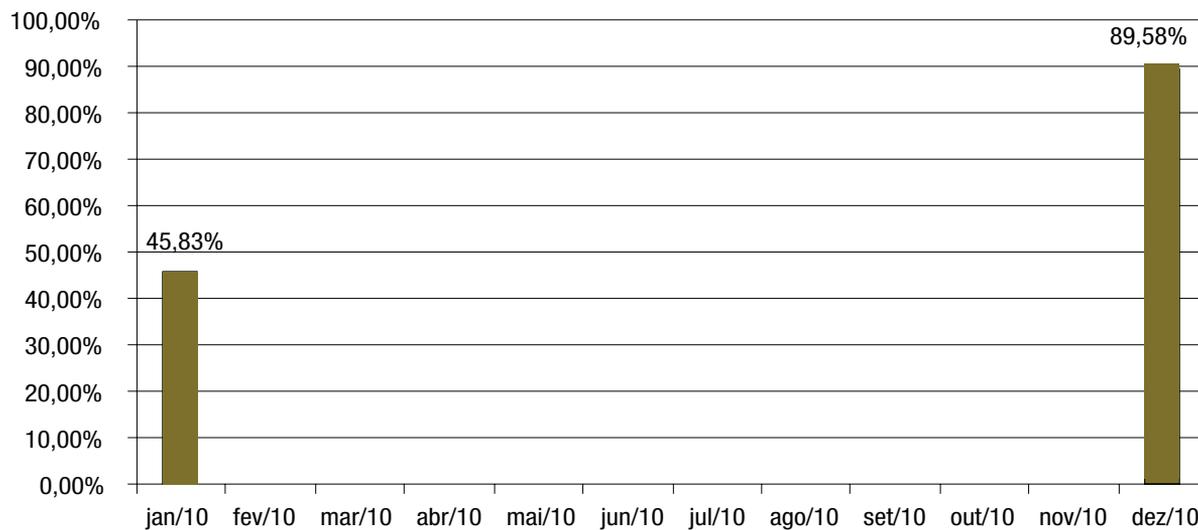


META 7

Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.

Percentual de cumprimento da meta

89.58%

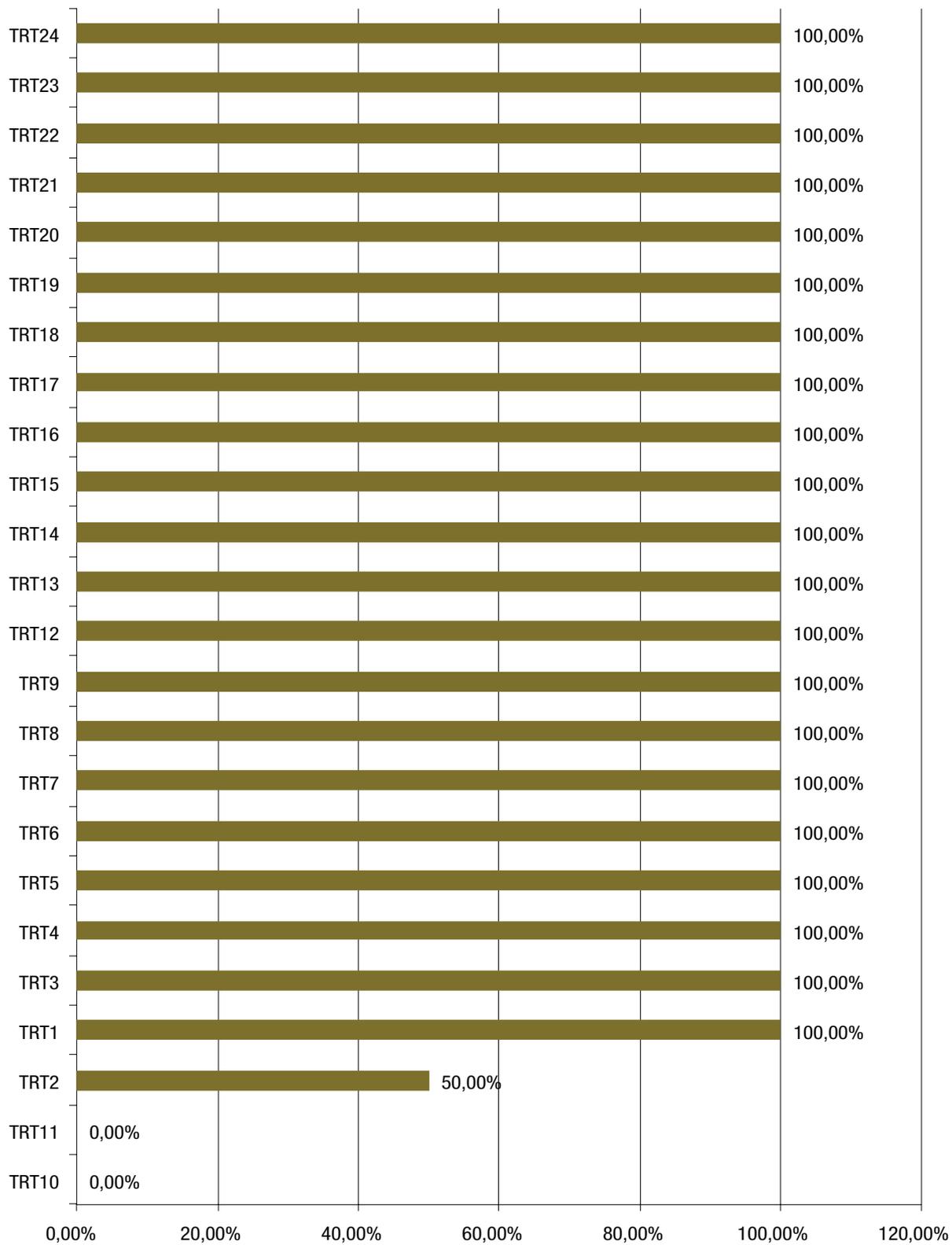


| TRIBUNAL | P7.1 | P7.2 | (%) CUMPRIMENTO |
|----------|------|------|-----------------|
| TRT1 | S | S | 100,00% |
| TRT2 | N | S | 50,00% |
| TRT3 | S | S | 100,00% |
| TRT4 | S | S | 100,00% |
| TRT5 | S | S | 100,00% |
| TRT6 | S | S | 100,00% |
| TRT7 | S | S | 100,00% |
| TRT8 | S | S | 100,00% |
| TRT9 | S | S | 100,00% |
| TRT10 | N | N | 0,00% |
| TRT11 | DNL | DNL | 0,00% |
| TRT12 | S | S | 100,00% |
| TRT13 | S | S | 100,00% |
| TRT14 | S | S | 100,00% |
| TRT15 | S | S | 100,00% |
| TRT16 | S | S | 100,00% |
| TRT17 | S | S | 100,00% |
| TRT18 | S | S | 100,00% |
| TRT19 | S | S | 100,00% |
| TRT20 | S | S | 100,00% |
| TRT21 | S | S | 100,00% |
| TRT22 | S | S | 100,00% |
| TRT23 | S | S | 100,00% |
| TRT24 | S | S | 100,00% |

N/A Não Aplicável DNL Dados não Lançados ID Inconsistência de Dados

P7.1 É disponibilizada mensalmente a produtividade dos magistrados de 1º grau no portal do tribunal, inclusive a quantidade de julgamentos com e sem resolução do mérito e homologatórios de acordo, apontada a competência em que o magistrado estava atuando?

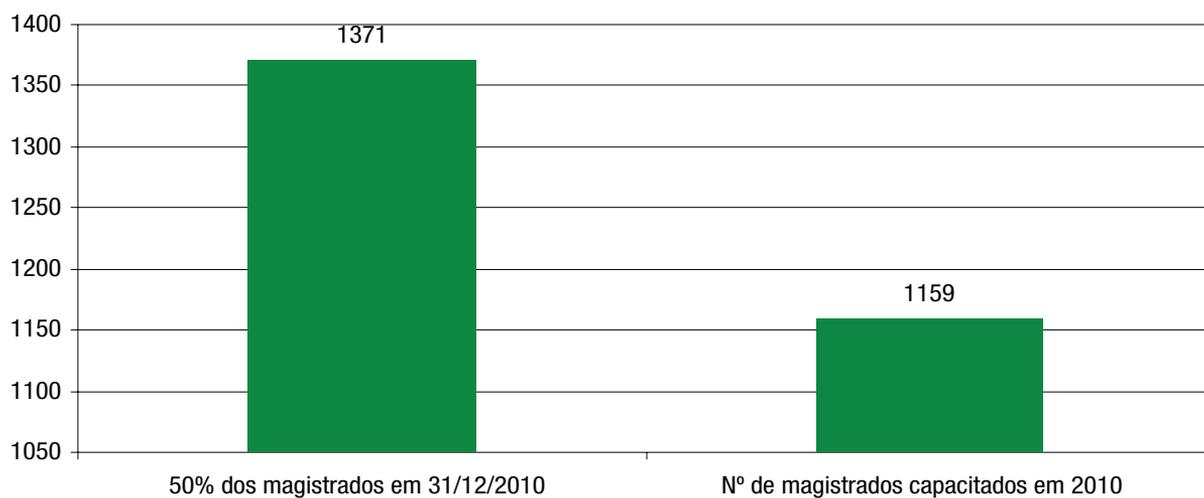
P7.2 É disponibilizada mensalmente a produtividade dos magistrados do tribunal no portal do tribunal, inclusive a quantidade de julgamentos com e sem resolução do mérito e homologatórios de acordo, apontada a competência em que o magistrado estava atuando?



META 8

Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância.

| | |
|--|---------------|
| Total de Magistrados em 31/12/2010 | 2741 |
| Total de magistrados capacitados em 2010 | 1159 |
| Percentual de cumprimento da meta | 84,54% |



| TRIBUNAL | P8.1 | P8.2 | P8.3 | P8.4 | P8.5 | P8.6 | P8.7 | P8.8 | (%) Cumprimento |
|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----------------|
| TRT1 | 232 | 54 | 22 | 2 | 218 | 54 | 57 | 0 | 59,56% |
| TRT2 | 317 | 63 | 94 | 0 | DNL | DNL | DNL | DNL | 49,47% |
| TRT3 | DNL | DNL | DNL | DNL | 256 | 36 | 103 | 0 | 70,55% |
| TRT4 | 227 | 35 | 39 | 13 | 227 | 36 | 182 | 23 | 100,00% |
| TRT5 | 185 | 29 | 0 | 0 | 185 | 29 | 38 | 0 | 35,51% |
| TRT6 | 124 | 17 | 12 | 0 | 121 | 18 | 53 | 9 | 100,00% |
| TRT7 | 47 | 7 | 0 | 0 | 46 | 7 | 25 | 0 | 94,34% |
| TRT8 | 87 | 21 | 36 | 3 | 82 | 22 | 3 | 0 | 80,77% |
| TRT9 | 168 | 28 | 0 | 0 | 171 | 28 | 93 | 10 | 100,00% |
| TRT10 | 79 | 16 | 10 | 0 | 83 | 16 | 20 | 0 | 60,61% |
| TRT11 | 60 | 7 | 0 | 0 | DNL | DNL | DNL | DNL | 0,00% |
| TRT12 | 102 | 18 | 44 | 0 | 107 | 18 | 68 | 0 | 100,00% |
| TRT13 | 60 | 8 | 7 | 0 | 60 | 8 | 37 | 0 | 100,00% |
| TRT14 | 45 | 6 | 11 | 1 | 52 | 6 | 25 | 1 | 100,00% |
| TRT15 | 311 | 34 | 85 | 0 | 318 | 48 | 207 | 2 | 100,00% |
| TRT16 | 46 | 8 | 2 | 2 | 43 | 8 | 22 | 2 | 100,00% |
| TRT17 | 53 | 9 | 17 | 2 | 53 | 11 | 13 | 0 | 100,00% |
| TRT18 | 68 | 22 | 0 | 0 | 69 | 24 | 26 | 8 | 73,12% |
| TRT19 | 38 | 8 | 1 | 0 | 38 | 8 | 22 | 2 | 100,00% |
| TRT20 | 22 | 8 | 2 | 0 | 23 | 7 | 12 | 2 | 100,00% |
| TRT21 | 36 | 7 | 0 | 0 | 35 | 7 | 17 | 0 | 80,95% |
| TRT22 | 23 | 8 | 5 | 0 | 25 | 8 | 14 | 1 | 100,00% |
| TRT23 | 60 | 8 | 0 | 0 | 60 | 8 | 37 | 1 | 100,00% |
| TRT24 | 55 | 8 | 34 | 1 | 54 | 8 | 45 | 4 | 100,00% |

N/A Não Aplicável DNL Dados não Lançados ID Inconsistência de Dados

P8.1 Qual a quantidade de magistrados de 1º grau (Mag1º e MagJE do Justiça em Números) em 31/12/2009?

P8.2 Qual a quantidade de magistrados de instâncias de revisão (Mag2º, MagTR, MagTST, MagSTJ, MagSTM do Justiça em Números

P8.3 Em 31/12/2009, qual a quantidade de magistrados de 1º grau (Mag1º e MagJE do Justiça em Números) treinados em administração judiciária nos anos de 2008 e 2009, ou que concluíram especialização, mestrado ou doutorado na área de administração judiciária entre 2005 e 2009?

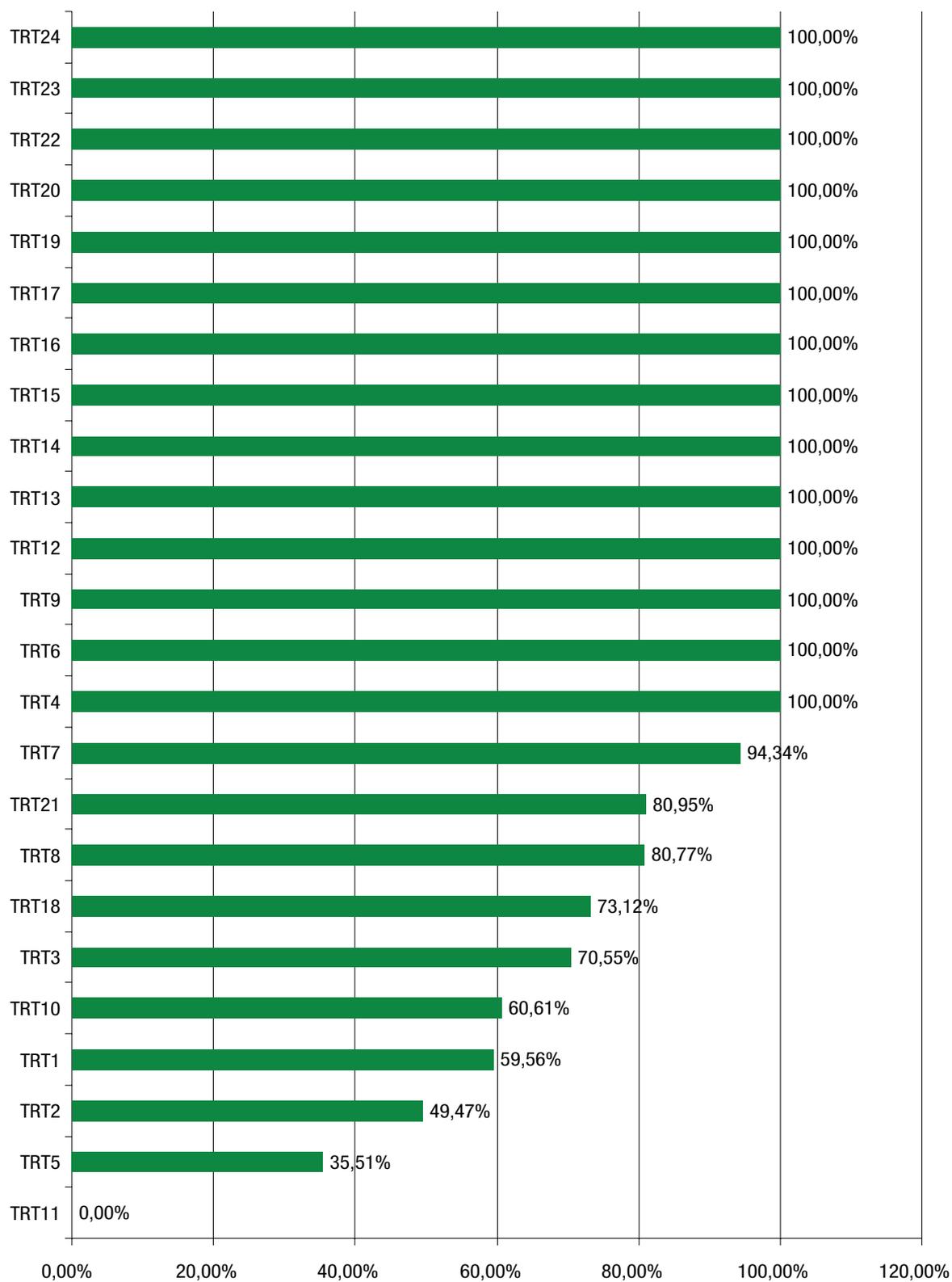
P8.4 Em 31/12/2009, qual a quantidade de magistrados de instâncias de revisão (Mag2º, MagTR, MagTST, MagSTJ, MagSTM do Justiça em Números) treinados em administração judiciária nos anos de 2008 e 2009, ou que concluíram especialização, mestrado ou doutorado na área de administração judiciária entre 2005 e 2009?

P8.5 Qual a quantidade de magistrados de 1º grau (Mag1º e MagJE do Justiça em Números) em 31/12/2010?

P8.6 Qual a quantidade de magistrados de instâncias de revisão (Mag2º, MagTR, MagTST, MagSTJ, MagSTM do Justiça em Números) em 31/12/2010?

P8.7 Qual a quantidade de magistrados de 1º grau (Mag1º e MagJE do Justiça em Números) treinados em administração judiciária em 2010?

P8.8 Qual a quantidade de magistrados de instâncias de revisão (Mag2º, MagTR, MagTST, MagSTJ, MagSTM do Justiça em Números) treinados em administração judiciária em 2010?



META 9

Ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior.

Total de unidades judiciárias

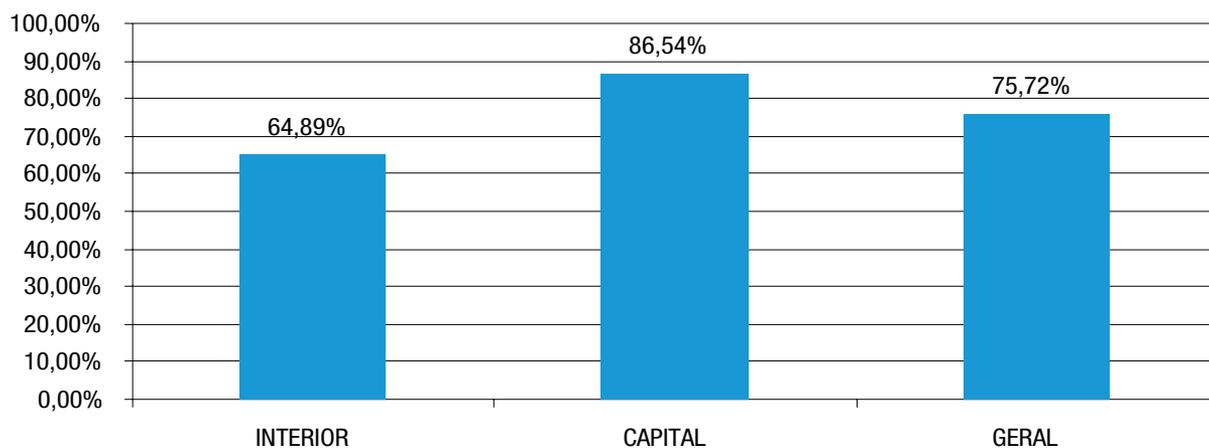
| | |
|-----------------|------------|
| INTERIOR | 856 |
| CAPITAL | 597 |

Total de unidades judiciárias com links igual ou superior a 2mbps

| | |
|-----------------|------------|
| INTERIOR | 205 |
| CAPITAL | 550 |

Percentual de cumprimento

| | |
|-----------------|---------------|
| INTERIOR | 64,89% |
| CAPITAL | 86,54% |
| GERAL | 75,72% |



| TRIBUNAL | P9.1 | P9.2 | P9.3 | P9.4 | (%) CUMPRIMENTO |
|----------|------|------|------|------|-----------------|
| TRT1 | 96 | 51 | 96 | 23 | 100,00% |
| TRT2 | 116 | 98 | 116 | 81 | 100,00% |
| TRT3 | 8 | 68 | 3 | 1 | 22,43% |
| TRT4 | 30 | 85 | 30 | 28 | 100,00% |
| TRT5 | 87 | 67 | 87 | 0 | 50,00% |
| TRT6 | 23 | 38 | 23 | 14 | 100,00% |
| TRT7 | 14 | 14 | 14 | 4 | 100,00% |
| TRT8 | 27 | 25 | 23 | 22 | 92,60% |
| TRT9 | 23 | 64 | 23 | 0 | 50,00% |
| TRT10 | 5 | 5 | 1 | 1 | 60,00% |
| TRT11 | 30 | 10 | 8 | 0 | 13,34% |
| TRT12 | 3 | 29 | 3 | 0 | 50,00% |
| TRT13 | 10 | 18 | 10 | 7 | 100,00% |
| TRT14 | 12 | 20 | 12 | 4 | 100,00% |
| TRT15 | 13 | 150 | 1 | 0 | 3,85% |
| TRT16 | 6 | 15 | 6 | 3 | 100,00% |
| TRT17 | 14 | 10 | 14 | 2 | 100,00% |
| TRT18 | 6 | 20 | 6 | 2 | 75,00% |
| TRT19 | 10 | 9 | 10 | 0 | 50,00% |
| TRT20 | 21 | 6 | 21 | 2 | 100,00% |
| TRT21 | 19 | 10 | 19 | 3 | 100,00% |
| TRT22 | 5 | 8 | 5 | 0 | 50,00% |
| TRT23 | 12 | 17 | 12 | 4 | 100,00% |
| TRT24 | 7 | 19 | 7 | 4 | 100,00% |

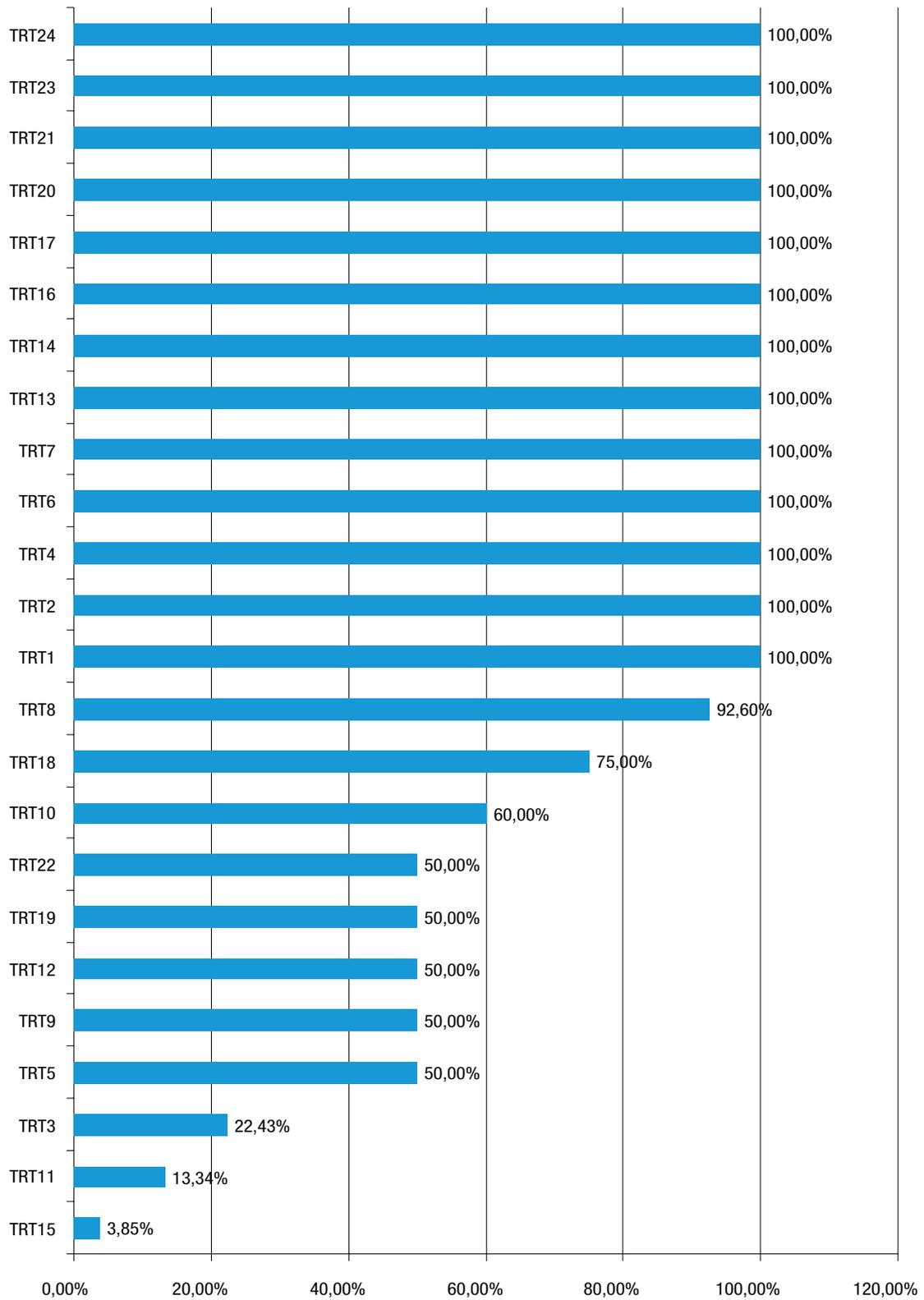
N/A Não Aplicável DNL Dados não Lançados ID Inconsistência de Dados

P9.1 Número total de unidades judiciárias localizadas na(s) capital(is)

P9.2 Número total de unidades judiciárias localizadas em cidades do interior do(s) estado(s)

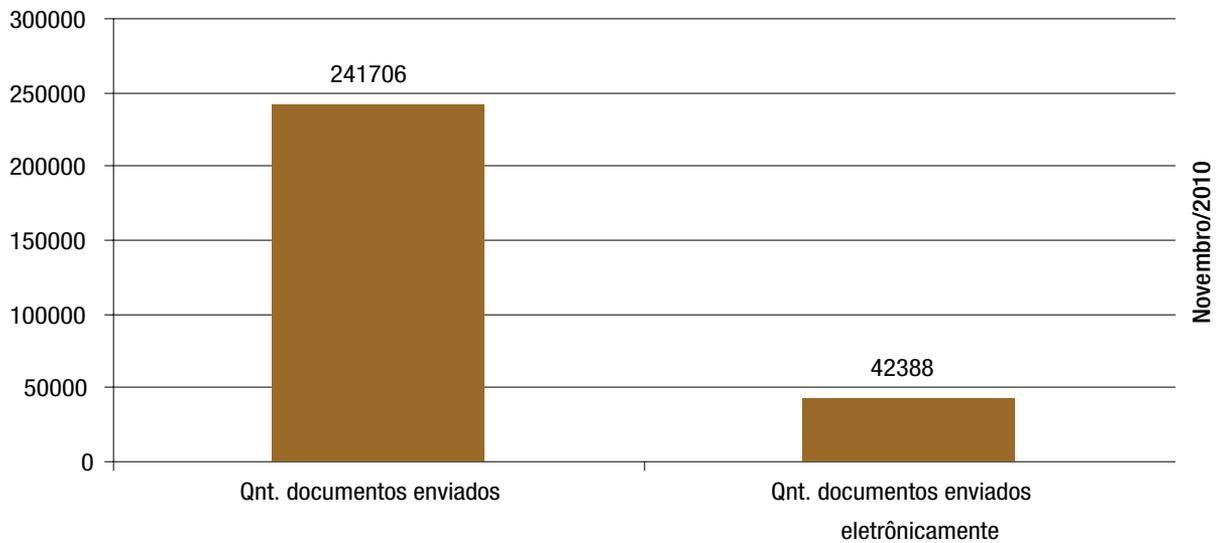
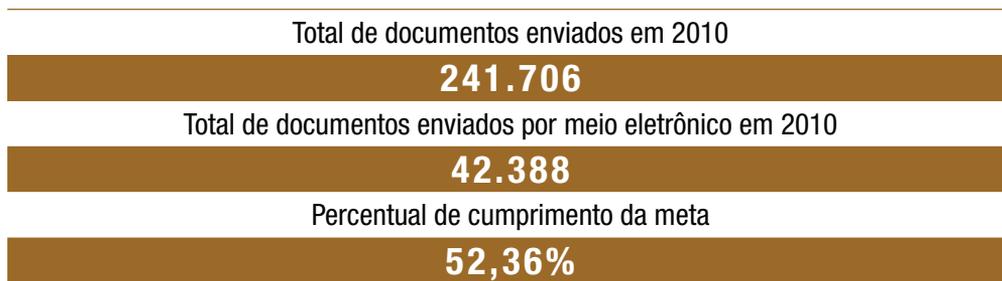
P9.3 Número total de unidades judiciárias da(s) capital(is) localizadas em prédios cujos links são iguais ou superiores a 2 Mbps

P9.4 Número total de unidades judiciárias de cidades do interior do(s) estado(s) localizadas em prédios cujos links são iguais ou superiores a 2 Mbps



META 10

Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem.



| TRIBUNAL | P10.1 | P10.2 | P10.3 | P10.4 | (%) CUMPRIMENTO |
|----------|-------|-------|-------|-------|-----------------|
| TRT1 | 5394 | 3137 | 0 | 2891 | 37,65% |
| TRT2 | 5 | 65580 | 5 | 0 | 0,01% |
| TRT3 | 11230 | 3749 | 11 | 0 | 0,08% |
| TRT4 | 20910 | 1210 | 10842 | 86 | 54,89% |
| TRT5 | 3675 | 1778 | 3675 | 1243 | 100,21% |
| TRT6 | 89 | 1210 | 8 | 0 | 0,68% |
| TRT7 | 1923 | 333 | 1738 | 333 | 102,00% |
| TRT8 | 20 | 92 | 27 | 0 | 26,79% |
| TRT9 | 91807 | 2242 | 6497 | 30 | 7,71% |
| TRT10 | 227 | 379 | 2 | 235 | 43,45% |
| TRT11 | DNL | DNL | DNL | DNL | 0,00% |
| TRT12 | 967 | 897 | 919 | 789 | 101,81% |
| TRT13 | 1724 | 2574 | 1661 | 2356 | 103,85% |
| TRT14 | 1116 | 153 | 1041 | 147 | 104,02% |
| TRT15 | 132 | 3301 | 35 | 502 | 17,38% |
| TRT16 | 2525 | 155 | 1220 | 68 | 53,40% |
| TRT17 | 1225 | 392 | 743 | 14 | 52,02% |
| TRT18 | 1941 | 386 | 1805 | 351 | 102,95% |
| TRT19 | 1601 | 296 | 414 | 3 | 24,42% |
| TRT20 | 5 | 59 | 4 | 59 | 109,38% |
| TRT21 | 1943 | 136 | 1131 | 105 | 66,06% |
| TRT22 | 1749 | 25 | 313 | 25 | 21,17% |
| TRT23 | 201 | 310 | 185 | 296 | 104,59% |
| TRT24 | 2595 | 308 | 416 | 163 | 22,16% |

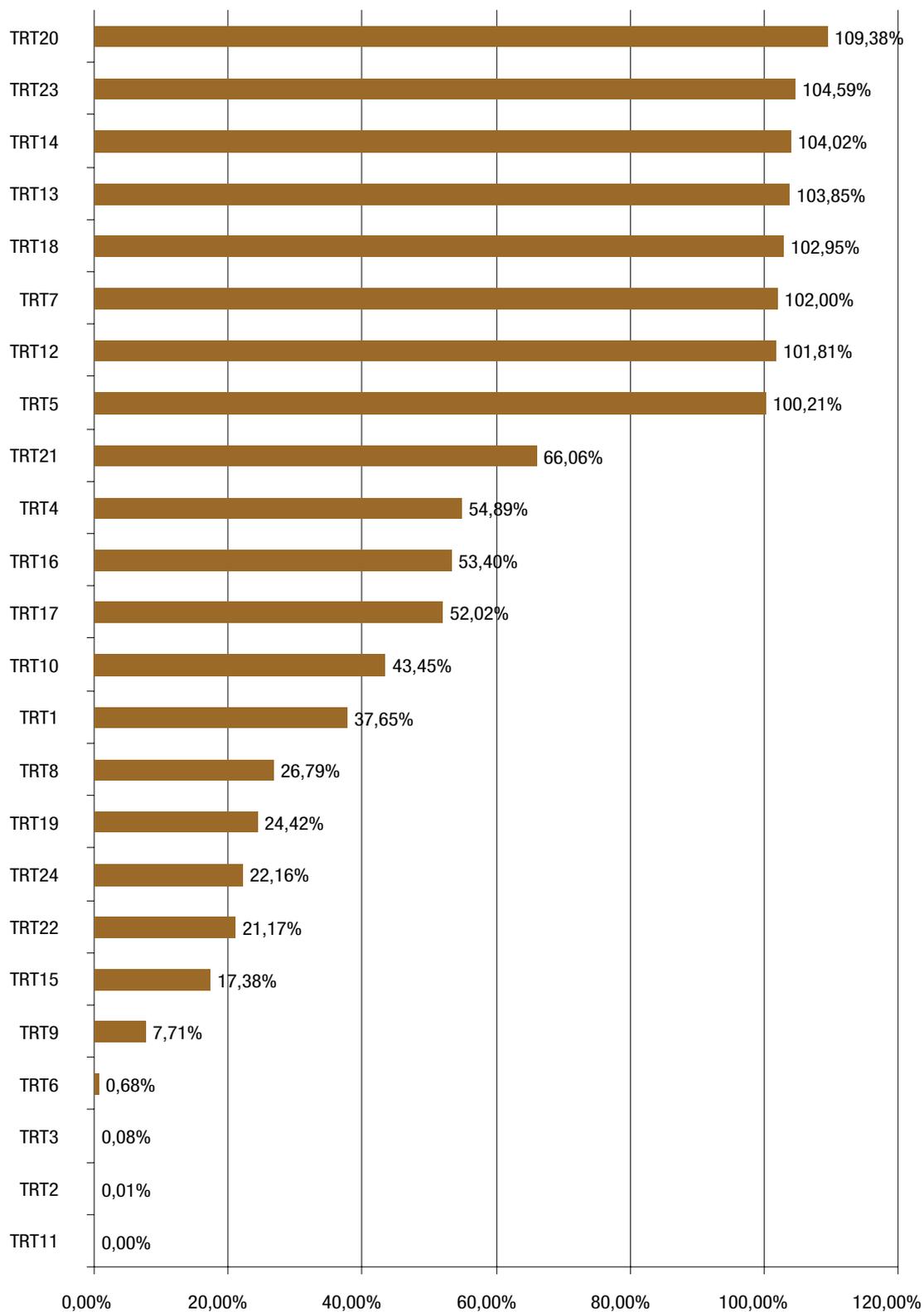
N/A Não Aplicável DNL Dados não Lançados ID Inconsistência de Dados

P10.1 Quantidade de documentos expedidos por este tribunal em Novembro de 2010

P10.2 Quantidade de cartas precatórias e de ordem expedidas por este tribunal em Novembro de 2010

P10.3 Quantidade de documentos expedidos e enviados sob a forma eletrônica por este tribunal em Novembro de 2010

P10.4 Quantidade de cartas precatórias e de ordem expedidos e enviados sob a forma eletrônica por este tribunal em Novembro de 2010



META 2 DE 2009

Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).

Quantidade de processos pendentes de julgamento 31/12/2008

104.990

Quantidade de processos julgados

101.237

Quantidade de processos que entraram na meta

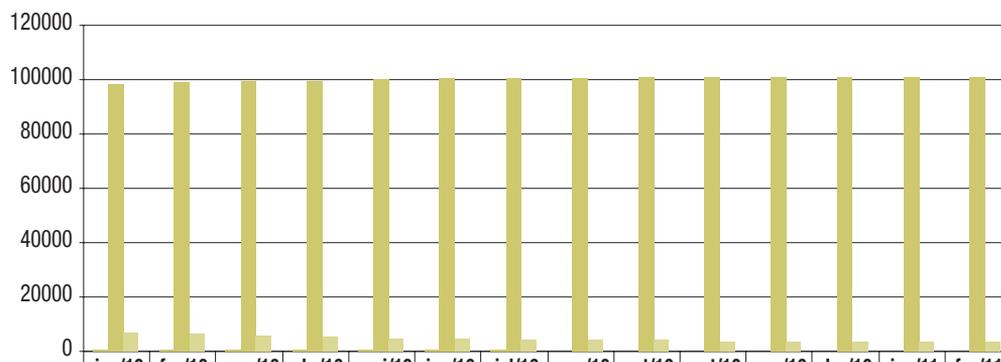
20

Quantidade de processos que saíram da meta

2

Percentual de cumprimento da meta

96,41 %



| | jan/10 | fev/10 | mar/10 | abr/10 | mai/10 | jun/10 | jul/10 | ago/10 | set/10 | out/10 | nov/10 | dez/10 | jan/11 | fev/11 |
|-----------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Processos julgados no mês | 601 | 542 | 468 | 354 | 376 | 305 | 302 | 97 | 77 | 234 | 56 | 61 | 28 | 3 |
| Acumulado de processos julgados | 98334 | 98876 | 99344 | 99698 | 100074 | 100379 | 100681 | 100778 | 100855 | 101089 | 101145 | 101206 | 101234 | 101237 |
| Processos pendentes de julgamento | 6656 | 6120 | 5652 | 5298 | 4924 | 4621 | 4319 | 4224 | 4148 | 3915 | 3862 | 3801 | 3773 | 3771 |

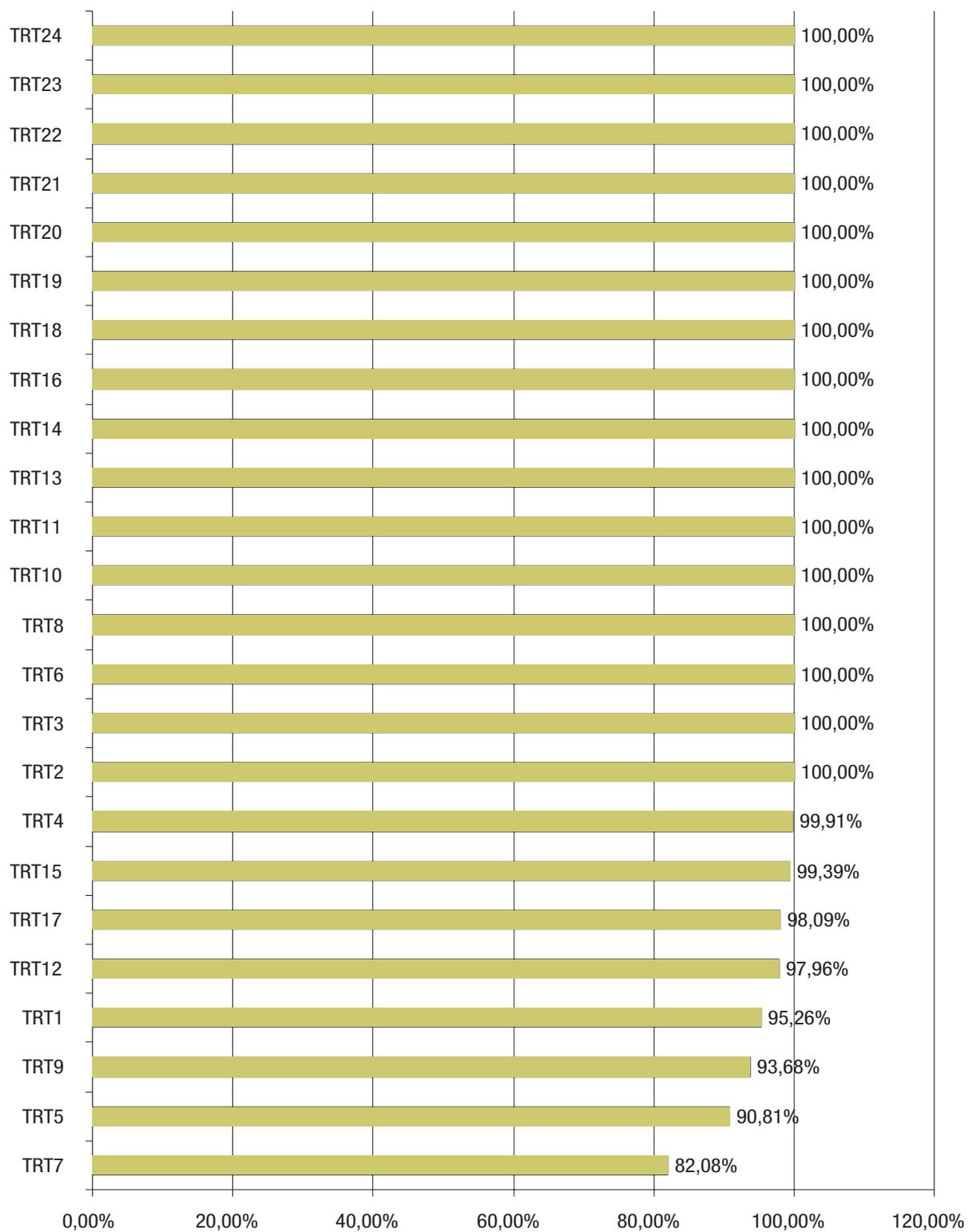
| TRIBUNAL | R.1 | R.2 | R.3 | R.4 | (%) CUMPRIMENTO |
|----------|-------|-------|-----|-----|-----------------|
| TRT1 | 73680 | 70187 | 0 | 2 | 95,26% |
| TRT2 | 12146 | 12146 | 0 | 0 | 100% |
| TRT3 | 1504 | 1504 | 0 | 0 | 100% |
| TRT4 | 3320 | 3317 | 0 | 0 | 99,91% |
| TRT5 | 454 | 415 | 3 | 0 | 90,81% |
| TRT6 | 555 | 555 | 0 | 0 | 100% |
| TRT7 | 407 | 339 | 6 | 0 | 82,08% |
| TRT8 | 62 | 62 | 0 | 0 | 100% |
| TRT9 | 1282 | 1201 | 0 | 0 | 93,68% |
| TRT10 | 17 | 17 | 0 | 0 | 100% |
| TRT11 | 420 | 420 | 0 | 0 | 100% |
| TRT12 | 432 | 433 | 10 | 0 | 97,96% |
| TRT13 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100% |
| TRT14 | 6 | 6 | 0 | 0 | 100% |
| TRT15 | 9841 | 9781 | 0 | 0 | 99,39% |
| TRT16 | 5 | 5 | 0 | 0 | 100% |
| TRT17 | 682 | 669 | 0 | 0 | 98,09% |
| TRT18 | 56 | 56 | 0 | 0 | 100% |
| TRT19 | 55 | 55 | 0 | 0 | 100% |
| TRT20 | 33 | 33 | 0 | 0 | 100% |
| TRT21 | 1 | 1 | 0 | 0 | 100% |
| TRT22 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100% |
| TRT23 | 9 | 9 | 0 | 0 | 100% |
| TRT24 | 23 | 23 | 0 | 0 | 100% |

R.1 Quantidade de processos pendentes de julgamento 31/12/2008.

R.2 Quantidade de processos julgados

R.3 Quantidade de processos que entraram na meta.

R.4 Quantidade de processos que saíram da meta.



2.1.3 ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DO CSJT

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho acompanha o cumprimento das disposições contidas em seus atos e resoluções por meio da Assessoria de Controle e Auditoria. No ano de 2010, destacou-se, em especial, a verificação do cumprimento de dois atos da Presidência do CSJT: o Ato nº 107/2009 — que regulamenta a concessão de diárias e a aquisição de passagens aéreas — e o Ato nº 155/2009 — que dispõe sobre o valor a ser pago a título de auxílio pré-escolar aos dependentes de magistrados e servidores.

A análise da observância desses dois atos normativos, realizada mediante exame documental de informações apresentadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, resultou na identificação de casos pontuais de impropriedades no cumprimento das aludidas normas, os quais estão sendo equacionados no âmbito do CSJT. Essas ações visam preservar e garantir a prerrogativa institucional do Conselho Superior da Justiça do Trabalho como órgão central de formulação de políticas para a gestão eficaz da Justiça do Trabalho.

2.1.4 APERFEIÇOAMENTO DAS UNIDADES DE CONTROLE INTERNO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

Em atenção à Resolução nº 86/2009 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades ou núcleos de controle interno nos Tribunais, bem assim à recomendação proferida pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1074/2009 — Plenário sobre a necessidade de melhoria nas estruturas das unidades de controle interno dos Tribunais, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho iniciou estudo a respeito da estrutura e funcionamento dos serviços de controle interno dos Tribunais Regionais do Trabalho. A coordenação dos trabalhos está sob a responsabilidade da Assessoria de Controle e Auditoria do CSJT, que, oportunamente, apresentará relatório final com a análise das informações apresentadas pelos Tribunais Regional do Trabalho.

Os resultados desse estudo decerto auxiliarão o CSJT a implementar ações de aperfeiçoamento do sistema de controle interno da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

2.1.5 PARTICIPAÇÃO DO CSJT NAS REUNIÕES DO COLÉGIO DE PRESIDENTES E CORREGEDORES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO — COLEPRECOR

O Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho — COLEPRECOR é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, composta pelos presidentes e corregedores dos Tribunais Regionais

do Trabalho, e tem como membros de honra o presidente do TST e o corregedor-geral da Justiça do Trabalho.

São objetivos do COLEPRECOR a defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais da Justiça do Trabalho, especialmente dos TRTs; a intermediação nas relações entre a Justiça do Trabalho e os Poderes constituídos, visando a aperfeiçoar a prestação da tutela jurisdicional trabalhista, sem prejuízo da representatividade do TST; a integração dos TRTs em todo o território nacional, objetivando o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas; e o estudo e o aprofundamento de temas jurídicos e de questões judiciais de repercussão em mais de um Estado da Federação, buscando a uniformização de entendimentos, respeitadas a autonomia e as peculiaridades locais.

Tendo em vista a importância dos fins a que se propõe a instituição e considerando a prioridade conferida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho à integração da Justiça do Trabalho, houve no ano de 2010 efetiva participação da Presidência do CSJT na abertura das reuniões do COLEPRECOR, ocasião em que se informaram as decisões e posicionamentos relevantes adotados pelo Conselho, e também de servidores responsáveis pelas áreas técnicas do CSJT.

2.1.6 COOPERAÇÃO ENTRE AS ÁREAS TÉCNICAS DO CSJT E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

O alinhamento estratégico e a integração entre as unidades da Justiça do Trabalho pressupõem, dentre outros, a cooperação e o intercâmbio de experiência entre as respectivas áreas técnicas, de modo a possibilitar a difusão das ações bem sucedidas adotadas no âmbito do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e de cada Tribunal Regional do Trabalho, bem assim a orientação e a uniformização de rotinas e procedimentos, a discussão de temas relevantes e a compreensão das diferentes realidades de cada região do país.

Visando facilitar essa integração, realizaram-se em 2010 seis eventos nacionais para cada uma das áreas técnicas do CSJT, abrangendo temas relevantes de orçamento, tecnologia da informação e das comunicações, responsabilidade socioambiental, gestão de pessoas, planejamento estratégico e controle e auditoria.

Nos simpósios, realizados em Brasília, houve a participação expressiva de representantes dos Regionais, que puderam reconhecer no CSJT não apenas um órgão central do sistema que tem como uma das suas principais funções atuar como facilitador das atividades administrativas desempenhadas pela Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, mas, sobretudo, um parceiro na definição de estratégias e no alcance de objetivos comuns.

II Simpósio de Administração Financeira e Orçamentária da Justiça do Trabalho

O II Simpósio de Administração Financeira e Orçamentária da Justiça do Trabalho, organizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, realizou-se em Brasília (DF) nos dias 23 e 24 de março de 2010, e reuniu representantes das áreas técnicas de planejamento, contabilidade e orçamento do Tribunal Superior do Trabalho e de todos os Tribunais Regionais do Trabalho do país.

O evento teve por finalidade facilitar o compartilhamento de experiências entre o CSJT, na figura de sua Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, e as áreas técnicas de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade dos Tribunais Regionais do Trabalho.

O Simpósio apresentou os seguintes resultados:

- intercâmbio de informações e experiências entre as áreas técnicas do CSJT e dos Regionais, no sentido de possibilitar a consolidação e a parametrização dos procedimentos operacionais adotados em toda a Justiça do Trabalho;
- maior conscientização dos órgãos da Justiça do Trabalho quanto à importância de cumprimento dos prazos estabelecidos pela legislação correlata e pelos atos normativos do CSJT;
- apresentação aos Tribunais Regionais do Trabalho de ferramentas como o SIAFI Gerencial e o Sistema de Custos, bem assim das medidas a se adotarem no caso de devolução de recursos decorrente do cancelamento de notas de empenho inscritas em restos a pagar.

I Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação da Justiça do Trabalho

O I Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação da Justiça do Trabalho, realizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ocorreu entre os dias 29 e 30 de abril de 2010 em Brasília (DF).

O evento visou a promover a integração do grupo de gestores de tecnologia da informação e o compartilhamento de experiências no tocante ao desenvolvimento de projetos, implantação de sistemas e serviços entre os órgãos da Justiça do Trabalho.

O Fórum apresentou os seguintes resultados:

- elaboração da versão final da minuta de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça do Trabalho;
- definição de diretrizes para a melhoria da comunicação do público de TI, entre a TI e seus usuários;
- alinhamento das expectativas dos gestores de TI dos

Tribunais acerca das proposições constantes do PETI-JT, com o objetivo de definir prazo, escopo e orçamento dos projetos e ações de acordo com seu agrupamento nas quatro áreas temáticas: Sistemas Nacionais, Serviços Nacionais, Infraestrutura de TI e Governança de TI;

- atualização das informações e consolidação das concepções pertinentes aos principais projetos em TI em curso no CSJT.

O I Simpósio de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho

O I Simpósio de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho, organizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, realizou-se em Brasília (DF), nos dias 18 e 19 de agosto de 2010.

O Simpósio teve por objetivo proporcionar a interação e a troca de experiências entre os órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, além da elaboração de propostas de regulamentação do tema pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O evento apresentou os seguintes resultados:

- inclusão de Comissões Permanentes de Responsabilidade Socioambiental no Regimento Interno dos Tribunais Regionais do Trabalho;
- criação de uma unidade de Gestão Socioambiental na estrutura dos Tribunais;
- inclusão da responsabilidade socioambiental nos programas de capacitação;
- criação de Grupo de Trabalho para definir critérios de compras sustentáveis com base na Instrução Normativa nº 01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para toda a Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus;
- criação de Banco de Dados de boas práticas da Justiça do Trabalho;
- realização de diagnóstico socioambiental da Justiça do Trabalho;
- decisão de realização do Simpósio de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho anualmente e de forma itinerante;
- sugestão de inclusão do tema “Responsabilidade socioambiental” nos cursos das escolas judiciais.

II Simpósio Nacional de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho

O II Simpósio Nacional de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho, promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ocorreu nos dias 1º e 2 de setembro de 2010, em Brasília (DF), e reuniu os diretores-gerais, secretários e servidores que atuam na área de Gestão de Pessoas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho.

O encontro, que ocorre anualmente desde 2009, objetivou debater assuntos atinentes às boas práticas, modelos inovadores e projetos sintonizados com as diretrizes da moderna Administração Pública no âmbito da Justiça do Trabalho.

O Simpósio apresentou os seguintes resultados:

- proposição de implantação da Gestão por Competências na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus;
- proposição de compartilhamento de cursos à distância para servidores da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

II Simpósio de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho

O II Simpósio de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ocorreu nos dias 15 e 16 de setembro de 2010, em Brasília (DF).

O evento objetivou dar continuidade à proposta de reunir anualmente profissionais que atuam na área de Gestão Estratégica dos órgãos da Justiça do Trabalho para apresentação, debate e compartilhamento de experiências em temas relacionados à área de gestão estratégica. Visou, igualmente, abordar as atividades posteriores à aprovação dos planejamentos estratégicos de cada Tribunal Regional do Trabalho como passo fundamental para todo o processo de desdobramento e consolidação do planejamento.

O Simpósio apresentou os seguintes resultados:

- contribuiu para facilitar a execução do Planejamento Estratégico dos Tribunais Regionais do Trabalho;
- estimulou o debate sobre boas práticas em Planejamento e Gestão Estratégica — PGE, bem como possibilitou a interação entre as assessorias responsáveis pelo tema nos Regionais e no CSJT.

I Simpósio de Controle: Obras na Justiça do Trabalho

O I Simpósio de Controle, com o tema “Obras na Justiça do Trabalho”, realizou-se nos dias 6 e 7 de outubro de 2010, em Brasília (DF), e reuniu servidores das áreas de Controle Interno e de Engenharia do Tribunal Superior do Trabalho e de todos os Tribunais Regionais do Trabalho.

O evento contou, também, com a participação de representantes de outros órgãos e segmentos do Poder Judiciário e da Administração Pública em geral, a exemplo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Conselho Nacional de Justiça e servidores da Caixa Econômica Federal.

O encontro apresentou como resultado a contribuição para a capacitação do corpo técnico dos Tribunais Regionais do Trabalho no que concerne à nova sistemática disposta na

Resolução nº 70/2010 do CSJT, que dispõe, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, sobre: I — o processo de planejamento, execução e monitoramento de obras; II — parâmetros e orientações para contratação de obras; e III — referenciais de áreas e diretrizes para elaboração de projetos.

2.2 ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

2.2.1 ASSESSORIA PARLAMENTAR

Em 2010, o Tribunal Superior do Trabalho encaminhou à Câmara dos Deputados dez Projetos de Lei visando à criação de Varas do Trabalho, cargos e funções nos Tribunais Regionais do Trabalho da 4ª, 5ª, 6ª, 9ª, 12ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª e 23ª Regiões.

Releva destacar que houve a aprovação de todos os dez Projetos de Lei na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara de Deputados e, destes, nove já foram também aprovados na Comissão de Finanças e Tributação.

Por sua vez, dos 14 Projetos de Lei de autoria do TST protocolados na Câmara dos Deputados em julho de 2009, sete já foram sancionados pela Presidência da República entre junho e julho de 2010 e os outros sete, até dezembro de 2010, aguardavam a apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

O êxito na aprovação de projetos de interesse da Justiça do Trabalho pressupôs o desenvolvimento de várias estratégias de negociação no Congresso Nacional, Presidência da República, Ministérios da Justiça, do Trabalho, do Planejamento, Orçamento e Gestão e Advocacia-Geral da União.

No tocante às proposições de alteração da legislação trabalhista, acompanhadas pela Assessoria Parlamentar do TST, cumpre destacar as seguintes:

- Aprovação, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, do Projeto de Lei de autoria do TST, protocolado em 24/6/2009 e transformado na Lei nº 12.275, de 29 de junho de 2010, que altera a CLT para estabelecer a obrigatoriedade de recolhimento de depósito recursal no ato de interposição de Agravo de Instrumento.

- Monitoramento do Projeto de Lei nº 7.679/2010, que visa a revogar o § 7º do art. 899 da CLT, que instituiu a obrigação de recolhimento do depósito recursal para a interposição de Agravo de Instrumento. Tal proposição vai ao encontro da norma instituída pela Lei nº 12.275/2010, acima mencionada.

- Encaminhamento ao Senado Federal, após aprovação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 77/2002,

que institui a Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

- Aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, do Substitutivo ao PL 6542/2006, que dispõe sobre a competência da Justiça do Trabalho para julgar matérias que versam sobre relação de trabalho.

- Participação de ministros do TST na formulação do Anteprojeto de Lei que altera o Processo de Execução Trabalhista. Tal medida corresponde a um dos 17 pontos previstos no II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, e resultou na apresentação do Projeto de Lei nº 7.448/2010 pela deputada federal Manuela D'Ávila.

- Atuação na Comissão Especial do Senado Federal destinada à apreciação do novo Código de Processo Civil (PLS 166/10).

- Articulação com o senador Valter Pereira para a apresentação da Proposta de Emenda Constitucional nº 32/2010, protocolada em 7/12/2010, com o objetivo de incluir, de forma expressa, o Tribunal Superior do Trabalho como um dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário Nacional. Propõe-se, assim, a alteração na forma de provimento do cargo de Ministro do Tribunal, incluindo como requisito necessário o “notório saber jurídico e reputação ilibada”. A aludida Proposta de Emenda Constitucional visa, ainda, a atribuir ao TST competência para processar e julgar originariamente reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

- Acompanhamento do PLS 39/2007, que dispõe sobre a aplicação da prescrição intercorrente na execução trabalhista.

Sobreleva ressaltar que, ao longo do ano de 2010, encaminharam-se ao Poder Executivo duas “listas tríplexes” para a indicação de novos ministros do TST. A Assessoria Parlamentar do TST e a Assessoria de Relações Institucionais do CSJT acompanharam a tramitação da matéria desde a entrega do respectivo ofício no Ministério da Justiça até a publicação do Decreto pela Presidência da República.

Cumprir enfatizar, por fim, que a proposta orçamentária da Justiça do Trabalho foi acompanhada desde a entrega, no Congresso Nacional, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em 15 de abril de 2010, até a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Foram desenvolvidas e acompanhadas todas as estratégias necessárias para as alterações de interesse da Justiça do Trabalho, tanto no que diz respeito ao texto da lei, como também aos valores orçamentários previstos na LOA, através de emendas individuais, de bancada e de comissão, tanto em benefício do Tribunal Superior do Trabalho como dos Tribunais Regionais do Trabalho.

2.2.1.1 PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 12.275

Em 24 de junho de 2009, a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho encaminhou ao Congresso Nacional proposta de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho, no sentido de estabelecer a obrigatoriedade de recolhimento do depósito recursal no ato de interposição de Agravo de Instrumento.

Durante o período das discussões da proposição, o então presidente do TST e do CSJT, Ministro Milton de Moura França, participou de audiências e debates sobre o projeto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Igualmente, recebeu em seu gabinete senadores e deputados, com o objetivo de esclarecer eventuais dúvidas sobre a proposição e reiterar pedidos de apoio para a aprovação da matéria.

Como consequência desse empenho, houve a aprovação e sanção da Lei nº 12.275/2010, que torna obrigatório o pagamento prévio de depósito recursal para interposição de Agravo de Instrumento na Justiça do Trabalho. A alteração exige que o empregador, condenado em parcela de natureza pecuniária, efetue o correspondente a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar. O novo dispositivo visa a impedir o uso abusivo desse recurso, frequentemente interposto com intuítos meramente protelatórios.

2.2.2 OUVIDORIA DO TST

Desde a edição do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, assinado em abril de 2009, a Justiça brasileira avança em busca da excelência de seus serviços com o objetivo de se tornar mais eficiente e acessível a todos os cidadãos.

Como ferramenta a auxiliar o Poder Judiciário a atingir esses objetivos, a Ouvidoria do TST realizou, desde a sua criação, em 9/12/2003, até 19/12/2010, 74.986 atendimentos.

No ano de 2010, a Ouvidoria recebeu um total de 11.559 ocorrências, conforme tabela descritiva a seguir:

| 2010 | | |
|--|---------------|------------|
| CANAL | QUANT | % |
| Formulário eletrônico, e-mail e cartas | 8.274 | 71 |
| Disque-Ouvidoria (0800-644-3444) | 2.985 | 26 |
| Cartas | 61 | 1 |
| Correio eletrônico da Ouvidoria | 230 | 2 |
| Presencial | 9 | 0 |
| TOTAL | 11.559 | 100 |
| TIPO | QUANT | % |
| Dúvidas | 2167 | 19 |
| Sugestões | 132 | 1 |
| Solicitações | 6.540 | 56 |
| Reclamações | 2.193 | 19 |
| Elogios | 74 | 19 |
| Outros | 453 | 4 |
| TOTAL | 11.559 | 100 |
| TIPO DE DEMANDANTE | QUANT | % |
| Advogados | 1.549 | 13 |
| Interessados | 3.555 | 31 |
| Partes | 6.332 | 55 |
| Servidores do TST | 123 | 1 |
| TOTAL | 11.559 | 100 |

Por meio das manifestações recebidas, a Ouvidoria do TST tem a oportunidade de revelar à Administração do Tribunal a real percepção interna e externa da atuação institucional e pode propor, por meio do tratamento dos dados coletados em seu sistema informatizado, o ajustamento dos serviços prestados às expectativas do cidadão, estreitando o diálogo entre a sociedade e o Estado.

As ações destacadas a seguir estão elencadas em razão da amplitude de seus resultados em relação aos ambientes:

Macroambiente:

- anulação da prova objetiva do XVIII Concurso para provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, publicada no Diário Oficial da União de 29/4/2010, decorrente de denúncia de irregularidade no referido certame;
- revisão do Ato Conjunto TST/CSJT nº 21/2010, de 9 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o recolhimento de custas e emolumentos na Justiça do Trabalho, em razão de inconsistências apontadas pelos jurisdicionados.

- medidas de inclusão social e acessibilidade: prédio e página eletrônica do TST;
- criação de canal de atendimento telefônico específico para prestar suporte técnico aos usuários do Sistema de Peticionamento Eletrônico;
- alteração do ATO SEJUD.GP n.º 342/2010, de 27 de julho de 2010, que regulamenta o processo eletrônico no âmbito da Justiça do Trabalho, para permitir que o cadastro de advogado para visualização dos autos seja realizado utilizando-se o certificado digital da ICP-Brasil, dispensando-se a validação presencial no TST.

Ambiente Organizacional:

- atuação direta de gestores do Tribunal no tocante à orientação de servidores e empregados terceirizados sobre presteza e cordialidade no atendimento ao público (órgãos judicantes, gabinetes e demais unidades administrativas), forma de utilização dos banheiros, proibição de fumo no ambiente de trabalho e estacionamento adequado de veículos;
- melhoria nas rotinas de trabalho de empresas contratadas pelo Tribunal que propiciaram, dentre outros benefícios, diminuição no consumo de água na lavagem da entrada dos Blocos A e B; correta limpeza de suportes e garrafas de água mineral; maior higienização dos produtos oferecidos pelo restaurante do TST.

2.2.2.1 CAMPANHA “EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO”

O Planejamento Estratégico do Tribunal Superior do Trabalho, elaborado para o período de 2010 a 2014, revela especial preocupação com a busca de níveis mais elevados de satisfação social com a atuação do Tribunal, notadamente pela definição de ações estratégicas voltadas para a sensibilização de servidores quanto ao tema, como a realização de uma Campanha de Excelência no Atendimento ao Público, atribuída à Ouvidoria do TST.

A Campanha teve por objetivo valorizar o cidadão e promover a reflexão e a conscientização dos servidores quanto à necessidade de bem atender ao público.

Para o lançamento da Campanha, ocorrido no “Dia do Cliente”, 15 de setembro, a Ouvidoria do TST produziu e distribuiu material de divulgação com sugestões de atendimento. Todos os produtos foram marcados com o slogan “Atender Bem: Uma questão de Justiça”. Dentre eles: banners, cartazes, e-mail marketing, avisos de porta, blocos de anotação, marcadores de livro e camisetas.

Em parceria com a Secretaria de Comunicação Social do

Tribunal, produziu-se vídeo institucional intitulado “Todo Mundo tem uma história de atendimento para contar...”. Durante o período da Campanha, realizaram-se visitas às unidades administrativas do TST, ocasião em que houve a distribuição de um “Kit de Atendimento”, composto pelas cartilhas “A arte de atender bem ao telefone”, “Atitudes do Bom Ouvinte” e a “A arte do atendimento por e-mail”. As cartilhas foram resultado de parceria celebrada com o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região.

Destaque-se, por fim, que o material produzido na Campanha foi compartilhado com os Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª, 5ª e 17ª Regiões para utilização em campanhas semelhantes.

2.2.3 COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ao longo de 2010, no que tange às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação (ASCS), houve priorização de sete ações estratégicas, em consonância com os objetivos prescritos a fim de atender ao alinhamento estratégico no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A reformulação da Intranet, como meio de aperfeiçoamento e integração entre as unidades do TST, avançou de forma significativa. Durante o período foram realizadas trocas de ideias e sugestões, tendo como catalisador de toda a discussão o Comitê Gestor do Portal da Corte. O processo se concretizou, ao final, no ano subsequente, com a entrada no ar da nova versão da intranet.

A transmissão ao vivo das sessões do TST foi um dos projetos consolidados em 2010. Procurou-se, com a iniciativa, o fortalecimento da imagem do Tribunal perante a sociedade, oferecendo o acesso da população às sessões de julgamento das SDI-I e II, SDC e do Tribunal Pleno. Outra medida orientada ao fortalecimento da imagem da Corte perante a sociedade foi a produção de 16 programas destinados à veiculação na TV Justiça.

A Assessoria de Comunicação formalizou em dezembro de 2010 acordo com a empresa Google, fato que possibilitou, durante a abertura do ano judiciário de 2011, o lançamento de canal institucional no site YouTube.

Com a padronização na linguagem jurídico/jornalística e a alteração na rotina de trabalho, buscou-se o aumento da produção de matérias cujo escopo era a atuação institucional no sentido de fortalecer a imagem do TST perante a sociedade.

Ação estratégica destinada a conscientizar a sociedade sobre os direitos trabalhistas e o funcionamento da Justiça do Trabalho, a criação de uma política de comunicação para a Justiça do Trabalho objetivou-se com a realização, em setembro, do 1º Encontro Nacional de Comunicação da Justiça do Trabalho. A partir do encontro, criou-se uma lista

de correio eletrônico com a finalidade de propiciar troca de informações e estimular discussões destinadas a ampliar, em âmbito nacional, a divulgação das atividades da Justiça do Trabalho.

Por fim, a “TV Elevador” consolidou-se como canal de exposição de informações, na medida em que propiciou mais um mecanismo de disseminação de informações sobre o trabalho e a própria natureza da Justiça do Trabalho.

2.2.4 COOPERAÇÃO COM O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Segundo preceitua o art. 74, inciso IV, da Constituição Federal, constitui atribuição do sistema de controle interno de cada Poder da República apoiar os órgãos de controle externo no exercício de sua missão institucional. À luz dessa diretriz, o CSJT tem conferido especial atenção às deliberações do Tribunal de Contas da União em que são destinatários órgãos da Justiça do Trabalho.

Após o CSJT cientificar-se da decisão do TCU, a Assessoria de Controle Interno e Auditoria do Conselho procede à instrução do caso, o que inclui a abertura de procedimento administrativo, solicitação de informações ao Tribunal Regional do Trabalho interessado, análise de documentação e acompanhamento do cumprimento das determinações do TCU. Somente após a certificação de integral observância das deliberações do TCU, promove-se o arquivamento do respectivo procedimento no âmbito do CSJT.

2.3 EFICIÊNCIA OPERACIONAL

No ano de 2010, o Tribunal Superior do Trabalho desenvolveu importantes projetos nas áreas administrativas e de apoio à atividade judicante visando ao aprimoramento contínuo dos procedimentos de trabalho e da estrutura organizacional assim como à simplificação dos trâmites judiciais e administrativos.

Convém destacar, no particular, as seguintes ações: implantação da Gestão por Competências e da Gestão do Conhecimento, aperfeiçoamento do Processo Judicial Eletrônico — PJe, implantação do Escritório Corporativo de Processos e do Escritório Corporativo de Projetos, padronização dos procedimentos de contratação, aquisição e gestão de contratos, elaboração de Manual de Procedimento de Atendimento ao Público para as Secretarias de Turmas e a implantação do Banco de Boas Práticas de Gestão.

Nos subtópicos que se seguem, descrevem-se, a título exemplificativo, apenas alguns dos principais projetos estratégicos implementados em 2010.

2.3.1 ESCRITÓRIO DE PROCESSOS DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/SETIN

Contemplado na ação estratégica “Implantar Gestão por Processos”, inserida no objetivo “Otimizar os Processos de Trabalho”, Tema “Eficiência Operacional”, Perspectiva “Processos Internos”, o Escritório de Processos da Secretaria de Tecnologia da Informação/SETIN foi criado no final do exercício de 2010, por meio de contrato firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Elo Group Desenvolvimento e Consultoria Ltda.

O objetivo do Escritório de Processos da SETIN é implantar a Gestão do Conhecimento nos processos de trabalho da unidade, para que a organização possa ter o controle efetivo de seus fluxos; melhorar a estrutura de gestão, coordenação e agilidade para reagir a mudanças; reduzir custos operacionais; aumentar a produtividade; melhorar a satisfação do usuário; aprimorar os produtos e serviços oferecidos aos usuários; criar novos produtos e inovar os serviços; melhorar a gestão dos recursos de TI (infraestrutura, aplicativos, desenvolvimento e gestão de sistemas), dentre outros.

A implementação do Escritório compreendeu as fases de Mapeamento da Cadeia de Valor, Estruturação do Escritório de Processos, Construção das metodologias de BPM, Análise de risco dos processos da Cadeia de Valor, Capacitação nas metodologias de BPM e padrões definidos para o Escritório de Processos e Acompanhamento e Coaching da Implantação.

O Escritório constitui-se em um instrumento de gestão capaz de promover o aumento da eficiência da SETIN, favorecendo o uso racional dos recursos nos produtos e serviços entregues.

2.3.2 GESTÃO DE PROJETOS

Contemplado na ação estratégica “Implantar Metodologia de Gerência de Projetos e Escritório de Projetos”, inserida no objetivo “Otimizar os Processos de Trabalho”, tema “Eficiência Operacional”, perspectiva “Processos Internos”, a Metodologia de Gerenciamento de Projetos Estratégicos do TST – MGPE foi desenvolvida no exercício de 2010 e resultou na edição do Manual de Gestão de Projetos Estratégicos do Tribunal Superior de Trabalho – TST.

O objetivo é auxiliar os gestores na elaboração de suas propostas de projetos estratégicos, bem como orientá-los na condução de suas fases. O documento inclui a metodologia a ser adotada na gestão dos projetos estratégicos selecionados, mediante abordagem compilada de conceitos e recomendações de boas práticas de gestão de projetos.

Em 2010 — primeiro ano de execução da estratégia —, a metodologia foi aplicada aos projetos estratégicos, o que

contribuiu sobremaneira para a ampla superação da meta “elevar o índice de projetos estratégicos em execução dentro do prazo”, que previa o percentual de 50%, alcançando o percentual de 73%.

2.3.3 BANCO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Contemplado na ação estratégica “Instituir Programa de Boas Práticas de Gestão” inserido no objetivo “Aperfeiçoar a Integração entre as Unidades do TST”, tema “Alinhamento e Integração”, perspectiva “Processos Internos”, foi desenvolvido o projeto intitulado Boas Práticas de Gestão no exercício de 2010.

O objetivo é promover a adoção de boas práticas de gestão nas unidades do Tribunal, aumentar a eficácia e a eficiência dos processos de trabalho, elevando a satisfação dos cidadãos-usuários do TST, racionalizar custos operacionais, melhorar a qualidade de vida dos servidores e o clima organizacional.

Concluídos os trabalhos de coleta de dados, análise e consolidação das informações, o Banco de Boas Práticas encontra-se em fase de divulgação na página do TST Estratégico.

2.4 INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

2.4.1 OBRAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

De início, importante registrar que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em 29 de setembro de 2010, aprovou a Resolução nº 70, a qual dispõe sobre o processo de planejamento, execução e monitoramento de obras da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

A referida resolução objetiva padronizar os procedimentos a serem cumpridos pelos Tribunais Regionais do Trabalho para a alocação orçamentária dos projetos de construção, reforma ou ampliação, bem assim definir parâmetros para a contratação de empresas responsáveis pela execução dos serviços.

De outro lado, no que concerne propriamente à alocação e distribuição de recursos para as obras em curso na Justiça do Trabalho em 2010, o CSJT priorizou aquelas que apresentavam maior grau de execução física, além de atender os Tribunais Regionais do Trabalho cujas instalações se encontravam em condições mais precárias.

O quadro seguinte descreve as principais obras em andamento no exercício de 2010, com o respectivo custo total estimado:

| Tribunal | Situação | Descrição do Projeto | LOA 2010 | Valor total do Projeto |
|----------|--------------|--|---------------|------------------------|
| TRT 4 | Em andamento | Construção do Ed. de Apoio ao TRT da 4ª Região em Porto Alegre | 4.000.000,00 | 26.451.670,34 |
| TRT 5 | Em andamento | Construção do Ed. Sede do TRT da 5ª Região em Salvador | 1.500.000,00 | 160.000.000,00 |
| TRT 6 | Em andamento | Construção do Ed. Sede do TRT da 6ª Região em Recife | 2.300.000,00 | 26.500.000,00 |
| TRT 8 | Em andamento | Ampliação do Ed. Sede do TRT da 8ª Região | 1.500.000,00 | 29.055.000,00 |
| TRT 9 | Em andamento | Construção do Fórum Trabalhista de Londrina | 2.650.000,00 | 11.065.067,00 |
| TRT 13 | Em andamento | Construção do Fórum Trabalhista de João Pessoa | 1.500.000,00 | 34.992.395,00 |
| TRT 17 | Em andamento | Construção da Sede do TRT da 17ª Região em Vitória | 1.500.000,00 | 138.055.466,08 |
| TRT 18 | Em andamento | Construção do Complexo Trabalhista do TRT da 18ª Região | 24.988.253,00 | 95.153.479,25 |
| TRT 19 | Em andamento | Construção do Ed. Sede do Fórum Trabalhista de Maceió | 1.500.000,00 | 30.000.000,00 |
| TRT 22 | Em andamento | Construção do Ed. Sede do TRT da 22ª Região em Teresina | 1.500.000,00 | 40.000.000,00 |
| TRT 24 | Em andamento | Construção do Ed. Sede do TRT da 24ª Região em Campo Grande | 8.600.000,00 | 47.540.395,20 |

A análise do quadro demonstra que, dos empreendimentos nele elencados, sete relacionam-se à construção da sede de Tribunais, a exemplo dos TRTs da 4ª, 5ª, 6ª, 17ª, 18ª, 22ª e 24ª Regiões. Os demais se referem a construções de Fóruns Trabalhistas nas cidades de Londrina (9ª Região), João Pessoa (13ª Região) e Maceió (19ª Região). Por fim, releva destacar a ampliação do Edifício-Sede do TRT da 8ª Região.

2.4.2 MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O Projeto Modernização foi idealizado com o propósito de melhorar a qualidade de atendimento ao jurisdicionado mediante a realização de reformas, ampliações e adaptações das instalações prediais das Varas do Trabalho e das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Tem por fim conferir às edificações e instalações da Justiça do Trabalho precisa padronização, sinalização, acessibilidade, informação, conforto e celeridade, com foco na eficiência operacional.

Adoção orçamentária disponibilizada ao projeto, em 2010, alcançou a ordem de R\$ 14.384.448,00 (quatorze milhões, trezentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e oito reais). Destes, R\$ 13.273.163,39 (treze milhões, duzentos e setenta e três mil cento e sessenta e três reais e trinta e nove centavos) foram executados, correspondendo, dessa forma, a 92,27% do total disponibilizado para o ano, consoante se infere nos seguintes quadros:

| CÓD | Descrição da Ação | Dados Financeiros | | | (2) |
|------|--|-------------------------|-------------------|--------|-------|
| | | Dotação Disponibilizada | Despesa Executada | | |
| | | | Valor | (1) | |
| 1P66 | Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho | 14.384.448,010 | 13.273.163,39 | 92,27% | 9,19% |

Fontes : SIAFI/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

- (1) – Percentual apurado da execução em relação à dotação disponibilizada;
(2) – Percentual apurado na ação em relação ao total da despesa executada nas atividades.

| Situação Orçamentária | Valores (em Reais) |
|--|--------------------|
| (+) Dotação Inicial | 20.330.000,00 |
| (-) Dotação utilizada para suplementação de outras ações | (5.945.552,00) |
| (=) Saldo disponível para o projeto | 14.384.448,00 |
| (-) Valores descentralizados aos TRT's | (12.792.663,70) |

¹ Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Trabalho — Exercício 2010

| | |
|---|--------------|
| (=) Saldo não utilizado | 1.591.784,30 |
| Participação percentual do Saldo não utilizado sobre o saldo disponível | 11,07% |

Fonte: SIAFI; ASPO-SG-CSJT

Nota:

- (1) – Restaram contingenciados ao final do exercício recurso que somam R\$ 1.000.293,58

Por sua vez, o quadro a seguir apresenta, segregado por Tribunal Regional do Trabalho, as descentralizações/provisões concedidas para a execução de despesas relativas a reformas, melhorias, ampliações físicas e aquisições de mobiliário:

| Tribunal | Dotação Autorizada | Provisão Concedida a TRT's (R\$) | Despesa Realizada | % De Execução | Valores Pagos em 2010 | Inscrição em RAP (R\$) | Meta Física Executada |
|---------------|----------------------|----------------------------------|---------------------|---------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| TST | 14.384.448,00 | - | - | - | - | - | 1,227 |
| TRT 1 | - | 325.466,66 | 0,00 | 0 | 0,00 | 421.035,91 | - |
| TRT 2 | - | 302.642,35 | 164.873,00 | 54,48 | 164.873,00 | 137.769,35 | - |
| TRT 3 | - | 1.597.048,40 | 849.193,02 | 53,17 | 842.211,77 | 2.342.307,51 | - |
| TRT 4 | - | 1.513.950,70 | 1.053.748,73 | 69,60 | 1.053.748,73 | 460.201,87 | - |
| TRT 5 | - | 836.152,49 | 543.426,52 | 64,99 | 543.426,52 | 292.725,97 | - |
| TRT 6 | - | 784.077,11 | 408.441,86 | 52,09 | 408.441,86 | 375.635,25 | - |
| TRT 7 | - | 142.328,94 | 168.102,56 | 118,11 | 168.102,56 | 62.674,38 | - |
| TRT 8 | - | 321.111,31 | 284.572,04 | 88,62 | 284.572,04 | 433.040,27 | - |
| TRT 9 | - | 622.919,89 | 198.401,39 | 31,85 | 198.401,39 | 431.047,63 | - |
| TRT 10 | - | 138.740,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 138.740,00 | - |
| TRT 11 | - | 397.722,60 | 124.629,68 | 31,34 | 124.629,68 | 273.092,92 | - |
| TRT 12 | - | 369.355,07 | 91.251,82 | 24,71 | 91.251,82 | 274.755,10 | - |
| TRT 13 | - | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| TRT 14 | - | 336.923,37 | 122.670,50 | 36,41 | 122.670,50 | 214.634,26 | - |
| TRT 15 | - | 3.198.200,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 3.198.200,00 | - |
| TRT 16 | - | 291.298,53 | 93.482,99 | 32,09 | 93.482,99 | 197.780,57 | - |
| TRT 17 | - | 371.796,60 | 327.598,00 | 88,11 | 327.598,00 | 44.198,60 | - |
| TRT 18 | - | 455.022,74 | 184.622,14 | 40,57 | 184.622,14 | 270.400,60 | - |
| TRT 19 | - | 233.675,04 | 92.104,04 | 39,42 | 92.104,04 | 142.350,84 | - |
| TRT 20 | - | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| TRT 21 | - | 90.986,00 | 60.072,00 | 66,02 | 60.072,00 | 34.099,82 | - |
| TRT 22 | - | 44.448,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 44.448,00 | - |
| TRT 23 | - | 380.640,00 | 281.640,00 | 73,99 | 281.640,00 | 99.000,00 | - |
| TRT 24 | - | 38.157,90 | 23.517,50 | 61,63 | 23.517,50 | 14.640,40 | - |
| TOTAIS | 14.384.448,00 | 12.792.663,70 | 5.072.347,79 | 39,65 | 5.065.366,54 | 9.902.779,25 | 1,227 |

2.4.3 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO — PJE

O Projeto do Processo Judicial Eletrônico — PJe tem por objetivo criar um sistema eletrônico de controle de processos, abrangendo inicialmente processos exclusivamente eletrônicos, desde o ajuizamento da ação até o respectivo arquivamento, incluindo-se a guarda permanente do processo. Pretende-se que o PJe seja utilizado nos vários ramos do Poder Judiciário, com intercâmbio de informações para identificação de situações jurisdicionalmente relevantes, tais como prevenção e certificação nacional.

O Projeto conta com uma equipe de gestão liderada pelo Conselho Nacional de Justiça, da qual fazem parte três magistrados da Justiça do Trabalho. Além dessa estrutura, há ainda grupos de especificação de requisitos e fluxos processuais, também liderados por magistrados.

Em 2010, desenvolveram-se importantes ações visando à implantação do Processo Judicial Eletrônico, tais como a assinatura do respectivo acordo de cooperação junto ao Conselho Nacional de Justiça, a obtenção do código-fonte, a análise de suas características, definição do escopo inicial da implantação piloto, levantamento de requisitos e fluxos e desenvolvimento.

Para o ano de 2011, planejaram-se as seguintes medidas: desenvolvimento de uma versão piloto até fevereiro/2011; implantação para homologação da versão piloto no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região; ajustes e desenvolvimento das funcionalidades restantes, com marcos de nova implantação previstos para dezembro de 2011 e junho de 2012.

2.4.4 SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-GESTÃO)

O Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho — e-Gestão é uma ferramenta eletrônica de gerenciamento e planejamento concebida para proporcionar à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), às Corregedorias Regionais e à sociedade em geral o acesso às informações atualizadas sobre a estrutura administrativa e a atividade judicante de 1º e 2º Grau.

Uma vez implementado e testado pelos Regionais, substituirá o antigo sistema de boletim estatístico.

O e-Gestão foi criado pelo Provimento nº 1/2009, que alterou o Provimento nº 2/2008 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, e tem como objetivo padronizar a coleta de dados de todos os Tribunais, utilizando como base as Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça. O e-Gestão é capaz de estabelecer relações entre a demanda processual e a estrutura administrativa e de pessoal, além de diagnosticar pontos problemáticos na função jurisdicional.

O Projeto e-Gestão classificou-se em segundo lugar no Concurso Nacional de Estatística do CNJ e, também, foi contemplado com o Prêmio “TI & Governo”, a ser publicado no Anuário TI & Governo de 2010.

O aludido sistema encontra-se em fase final de implantação.

2.4.5 OUTROS PROJETOS DE TI

2.4.5.1 PROJETOS E AÇÕES REALIZADOS PELA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TST

Transmissão em tempo real, pela intranet e internet, das Sessões de Julgamento do TST

A implementação desta ação contribui sobremaneira para os objetivos estratégicos de aprimoramento da prestação jurisdicional, bem assim para o fortalecimento da imagem do Tribunal Superior do Trabalho perante a sociedade, uma vez que favorece a transparência dos julgamentos, permitindo a todos os interessados o acompanhamento das sessões de julgamento.

Ações de Governança de Tecnologia da Informação

Procurou-se consolidar a criação de diversas ações de governança, das quais se destacam: a) Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, em alinhamento com o Planejamento Estratégico do TST; e b) elaboração do

Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que descreve os projetos e ações operacionalizadas para que sejam alcançadas as metas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico.

Cumprir, ainda, as melhorias realizadas na infraestrutura computacional do TST, focando aspectos de segurança, disponibilidade e capacidade, objetivando, principalmente, a implantação definitiva do sistema de Processo Eletrônico.

2.4.5.2 PROJETOS E AÇÕES REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Projeto SIGA — Sistema Integrado de Gestão Administrativa

Objetivo: Contratação de uma empresa especializada para fornecimento de solução de gestão administrativa integrada, com os respectivos serviços de instalação, garantia e assistência técnica, consultoria e treinamento destinados à implantação do sistema único de gestão administrativa, em três camadas, Web, Java e com a utilização de banco de dados ORACLE, nos 24 Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.

O sistema administrativo deverá conter os seguintes módulos: Almoxarifado e Patrimônio; Licitações e Contratos; Protocolo; Orçamento e Finanças; Recursos Humanos e Folha de Pagamento.

Equipe do Projeto: Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 3ª, 13ª, 15ª, 17ª, 18ª Regiões e o Tribunal Superior do Trabalho.

Principais ações em 2010: Atualização do projeto básico, concluído em 2007. Cotação de preços e outros procedimentos preparatórios para licitação.

Planejamento para 2011: Licitação, contratação e implantação piloto.

Implantação da nova Rede Nacional da Justiça do Trabalho

Objetivo: Evoluir tecnologicamente os recursos de comunicação colocados à disposição da Justiça do Trabalho para a consecução de seus objetivos institucionais; adequação da Rede-JT para o atendimento à Meta 9 do CNJ, que determina a ampliação da velocidade dos links de comunicação das unidades judiciárias.

Equipe do Projeto: Comitê Técnico da Rede Nacional – ctRedes, Grupo de Trabalho de Licitação da Rede-JT – gtNOVA-REDE, Grupo de Trabalho Monitoramento da Rede-JT – gtMonitoramento.

Principais ações em 2010: Formalização do gtNOVA-REDE; reuniões presenciais e videoconferência para início das discussões e estudos; estudo da nova versão da IN MPOG nº 4/2010; definição da forma de contratação/licitação; definição de premissas na nova contratação.

Planejamento para 2011: Consulta à ANATEL quanto à regulamentação aplicável; reunião com a atual prestadora de serviço da rede de dados; definição da interface de gerência e monitoramento da rede em conjunto com o grupo de trabalho gtMonitoramento; análise dos acordos de níveis de serviços para nova contratação; reavaliação da demanda dos Tribunais Regionais do Trabalho; elaboração do Termo de Referência para licitação; execução da licitação e contratação; implantação da nova rede especificada.

Modernização do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho — DEJT

Objetivo: Desenvolver o caderno administrativo e evoluir algumas funcionalidades do caderno judiciário, já implantado.

Equipe de projeto: Comitê Gestor do DEJT, TRT da 2ª, 10ª e 12ª Regiões e TST.

Principais ações em 2010: Levantamento dos requisitos para modernização do caderno judiciário; levantamento dos requisitos para desenvolvimento do caderno administrativo; planejamento do projeto.

Planejamento para 2011: Desenvolvimento e manutenção; Implantação do piloto; Disseminação para todos os Tribunais Regionais do Trabalho, mediante adesão.

Modernização do e-Calc

Objetivo: Adequar o sistema à nova legislação e implantá-lo nacionalmente.

Equipe de projeto: Comitê Gestor do e-CALC, TRTs da 4ª, 8ª, 20ª e 23ª Regiões.

Principais ações em 2010: Levantamento dos requisitos pertinentes a modificações e evoluções entendidas como necessárias.

Planejamento para 2011: Especificação de requisitos; desenvolvimento das funcionalidades; implantação piloto; disseminação para todos os Tribunais Regionais do Trabalho, mediante adesão.

Portal de colaboração da Assessoria de Tecnologia da Informação do CSJT

Objetivo: Implantar um Portal de Colaboração para a Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicações do CSJT com tecnologia mais atual e livre, que permitirá maior grau de interação entre os órgãos da Justiça do Trabalho e, sobretudo, aprimorar a comunicação no que diz respeito ao andamento das atividades de informática.

Equipe do Projeto: Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Principais ações em 2010: Aquisição da ferramenta “liferay” para implementação do novo portal de colaboração baseada em tecnologia mais avançada; contratação de empresa especializada para definição da arquitetura da informação do portal e desenvolvimento de funcionalidades; lançamento

do piloto para homologação em novembro 2010 (<http://portal.csjt.jus.br/astic>).

Planejamento para 2011: Complementação do conteúdo; lançamento em fevereiro de 2011.

Portal de projetos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Objetivo: Implantar uma ferramenta corporativa de projetos de informática que permita um melhor controle e acompanhamento da execução dos projetos por parte dos interessados.

Equipe do Projeto: Assessoria de Tecnologia da Informação e das Comunicações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Comitê Técnico Temático de Gestão de Projetos da Justiça do Trabalho – ctgPROJ.

Principais ações em 2010: Implantação do piloto da ferramenta; atualização tecnológica; lançamento da versão de homologação em novembro de 2010 (<http://projetos.csjt.jus.br>).

Planejamento para 2011: Geração de conteúdo; ajustes no ambiente para adequá-lo fielmente à metodologia de gerenciamento de projetos; lançamento oficial em fevereiro de 2011.

2.5 GESTÃO DE PESSOAS

2.5.1 PROGRAMA DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES DO TST (EDUCARE) E CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE ASSESSORES E SERVIDORES DO TST (CEFAST)

O Programa de Treinamento e Desenvolvimento de Servidores do Tribunal Superior do Trabalho (EDUCARE) tem por objetivo desenvolver um conjunto permanente de competências básicas exigidas para a atuação dos servidores nas diversas áreas do Tribunal.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do TST (CEFAST), por sua vez, incumbem-se dos projetos de treinamento da área fim, subsidiando o desenvolvimento de competências básicas específicas para atuação de servidores em gabinetes de Ministros.

Os cursos oferecidos pelos Programas são estruturados em uma base comum e em dois conjuntos de eventos:

- Formação Judiciária ⇒ tem como público-alvo os servidores lotados em gabinetes de Ministro e demais unidades com atribuições diretamente vinculadas à atividade judicante, visando a desenvolver e a aprimorar competências relacionadas a conhecimentos técnicos da área fim do Tribunal.

- Formação Básica ⇒ compõe estrutura da Formação Judiciária, na base Fundamentos Básicos, e tem como público-alvo servidores recém-lotados em gabinetes de ministro, com o intuito de desenvolver competências básicas para atuação nessas unidades.

• Formação Administrativa ⇒ direcionado preferencialmente a servidores que desenvolvem atividades de caráter administrativo, independentemente da unidade de lotação, visando a desenvolver e a aprimorar competências relacionadas a conhecimentos técnicos da área meio do Tribunal.

• Cidadania Organizacional ⇒ direcionado a todos os servidores do Tribunal, objetivando fortalecer valores e estimular o desenvolvimento de comportamentos importantes para atuação no TST.

Ao longo dos anos, os referidos programas vêm sendo aperfeiçoados, com a inclusão de competências comportamentais e técnicas. No início do ano de 2010, apresentou-se proposta de revisão do Programa EDUCARE devido à necessidade de alinhamento ao Planejamento Estratégico do TST. Nessa revisão, acrescentaram-se algumas disciplinas e outras foram suprimidas a partir de orientação da Comissão Coordenadora do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do TST – CEFAST, bem assim de avaliações recebidas de instrutores e gestores.

Em 2010, a maior parte da participação de servidores em cursos sucedeu por meio de eventos internos, promovidos pelo próprio TST, focando-se nas necessidades específicas do Tribunal. Em função da grande quantidade de eventos conduzidos por ministros e juízes convidados, boa parte dos cursos não implicou ônus para o TST. Ademais, principalmente nos eventos vinculados à área fim do Tribunal, houve grande número de cursos ministrados por meio do Programa de Instrutoria Interna.

Releva destacar a realização de cursos de Processo Eletrônico, com enfoque eminentemente prático, visando a capacitar os servidores que trabalham na área fim para o novo sistema de tramitação dos processos judiciais no TST até a metade do ano de 2010. Além disso, considerando que até aquele momento os servidores lotados em gabinetes não utilizavam o “Word 2007”, essencial para o Processo Judicial Eletrônico, realizaram-se também cursos para essa ferramenta. Além desses, diversos outros cursos como “Excel” e “PowerPoint” foram executados ao longo do ano, a fim de promover o treinamento em ferramentas tecnológicas.

No segundo semestre de 2010, optou-se pela realização de módulos de curta duração e pequena carga-horária para vários eventos da área fim, acompanhando o que se fez na área administrativa no ano de 2009. Promoveram-se, igualmente, diversos cursos técnicos para o desenvolvimento de habilidades administrativas nas áreas de “Licitações e Contratos”, “Gerência de Projetos”, “Gestão de Processos”, “Legislação de Pessoal”, “Secretariado”, cursos específicos de “Tecnologia de Informação”, entre outros.

Os cursos “Atendimento ao Cidadão” e “Ética no Serviço Público”, realizados à distância em parceria com a Escola

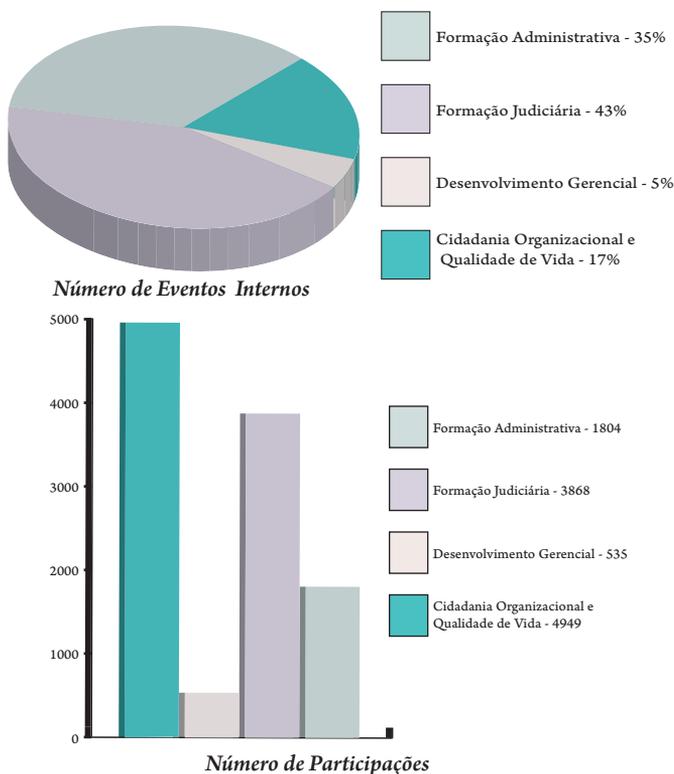
Nacional de Administração Pública — ENAP, contaram com número bastante expressivo de participantes. Outros eventos presenciais focados no desenvolvimento de atitudes e comportamentos foram realizados, tratando de temas como “Comunicação”, “Motivação” e “Desenvolvimento Profissional”.

Em 2010, realizaram-se, ainda, atividades vinculadas à área de qualidade de vida, que possibilitaram a participação de servidores em eventos como a “Semana da Qualidade de Vida” e a “Semana do Servidor”, além de duas edições do Projeto “Fique por Dentro”.

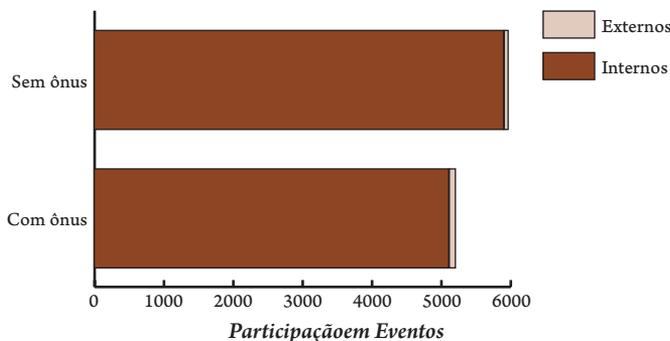
Importante destacar que, no segundo semestre de 2010, promoveram-se as primeiras iniciativas de educação à distância utilizando a plataforma “moodle” do TST, em cursos voltados para a área judiciária.

Apresentam-se a seguir, de forma resumida, os dados relativos a eventos realizados no ano de 2010:

| ÁREA | Eventos internos | Eventos externos | Participações |
|--|------------------|------------------|---------------|
| Formação Judiciária | 68 | 2 | 3.868 |
| Formação Administrativa | 56 | 38 | 1.804 |
| Cidadania Organizacional e Qualidade de Vida | 27 | 0 | 4.949 |
| Desenvolvimento Gerencial | 8 | 2 | 535 |
| TOTAL | 159 | 42 | 11.156 |

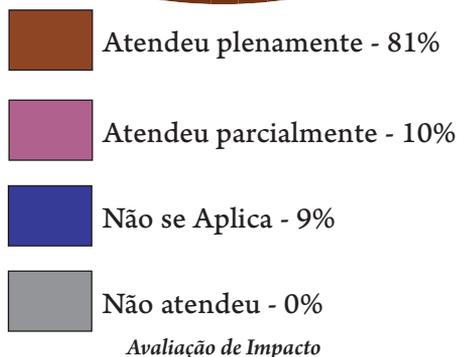
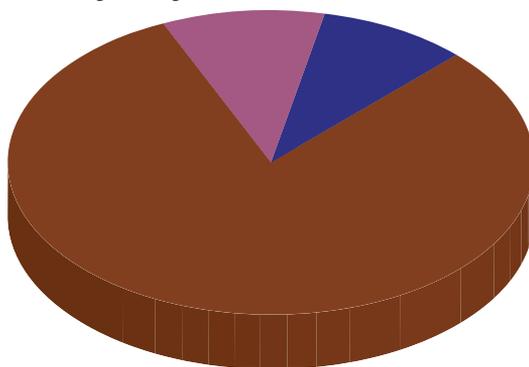


| PARTICIPANTES EM EVENTOS | Com ônus | Sem ônus | Total |
|--------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Internos | 5.102 | 5.891 | 10.993 |
| Externos | 97 | 66 | 163 |
| TOTAL | 5.199 | 5.957 | 11.156 |



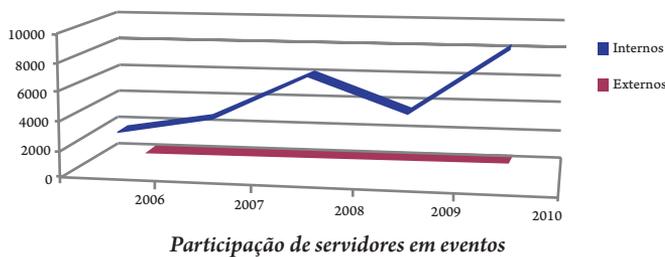
Vale ressaltar que a carga horária total de treinamento correspondeu a 2.824 horas-aula, com uma média de carga horária por servidor de 29,3 horas-aula, considerando que o Tribunal apresentou, na média do ano, 2.312 servidores. Apesar de inferior à meta fixada para o ano relativa ao indicador estratégico “Índice Médio de Capacitação dos Servidores em Competências” (IMCSC), que era de 30 horas-aula, considera-se que o total atingido foi um bom resultado, uma vez que a meta estava superestimada.

Insta ressaltar que expressiva maioria das chefias dos servidores participantes avaliou que os cursos realizados atenderam plenamente aos objetivos propostos, contribuindo para a melhoria do desempenho dos servidores, consoante se infere do seguinte gráfico:



A meta estabelecida pelo Índice de Desenvolvimento da Competência (IDC) para o ano de 2010 era 50% das participações com atendimento pleno dos objetivos propostos. Assim, verifica-se que o percentual de 81% superou bastante a meta previamente definida.

Comparando-se os dados de 2010 com os de 2009, constata-se que houve um aumento de 121% da participação de servidores nos cursos oferecidos pelos Programas EDUCARE e CEFAS. Os dados das participações de servidores em cursos nos anos anteriores podem ser verificados no gráfico a seguir.



Destaca-se, também, a realização de eventos vinculados ao Programa de Sustentabilidade Solidária, que contaram com grande participação dos servidores do Tribunal.

Além disso, passou-se a pesquisar no mercado os instrutores especialistas em cada tema, a fim de investir na melhoria da qualidade dos cursos e promover o desenvolvimento dos conhecimentos de forma contextualizada à realidade do Tribunal e às necessidades diárias dos gestores. Esse enfoque visou a obter melhores resultados no cumprimento da missão institucional.

Registrou-se, ainda, um total de 535 participações de gestores em 10 eventos gerenciais, conforme se observa na tabela a seguir:

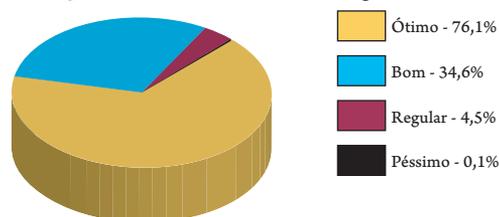
| TIPO DE EVENTO | Eventos | Participações | Carga Horária (c/h) |
|----------------|-----------|---------------|---------------------|
| Internos | 8 | 509 | 128 |
| Externos | 2 | 26 | 90 |
| TOTAL | 10 | 535 | 218 |

Realizou-se um total de 218 horas-aula de eventos destinados a gerentes. Considerando uma média de 230 gestores, cada um concluiu, em média, durante o ano de 2010, 24 horas-aula nesse tipo de evento.

Os temas gerenciais abordados envolveram liderança, gestão de pessoas e processos, gestão de resultados, feedback, inteligência emocional e administração do tempo. Cumpre ressaltar que, embora não se tenha abordado o tema gestão da mudança em um curso específico, a referida matéria compôs o conteúdo de diversas outras turmas realizadas.

As avaliações de reação realizadas demonstram, conforme

gráfico a seguir, que a maior parte dos gestores participantes demonstrou plena satisfação com o Programa:



Avaliações - Eventos gerenciais

Importante salientar, por fim, que a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas acompanhou presencialmente todos os cursos e realizou algumas ações baseadas nas sugestões dos gestores, tais como a realização dos cursos no TST nos horários matutino e vespertino, reuniões com os instrutores para situá-los quanto à realidade do TST, cursos que integrem prática e teoria, entre outros.

2.5.2 GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL

Em maio de 2007, aplicou-se a primeira Pesquisa de Clima Organizacional no Tribunal Superior do Trabalho, com consultoria da Fundação Universitária de Brasília — FUBRA, que construiu o instrumento de coleta de dados, elaborou o relatório dos resultados e apresentou as recomendações para melhoria do ambiente de trabalho no TST. Nessa ocasião, em um trabalho conjunto da consultoria com os gestores, servidores e equipe de técnicos do TST responsável pelo acompanhamento da pesquisa, definiu-se a concepção de Clima Organizacional para o Tribunal, sintetizada como o conjunto das percepções dos servidores sobre dimensões organizacionais que interferem na satisfação com o trabalho, no desempenho das atividades e nas relações profissionais, impactando de modo positivo ou negativo na produtividade, nas metas e nos objetivos institucionais a serem alcançados pelo Tribunal.

Dentre as recomendações da consultoria visando à melhoria do clima organizacional, destaca-se a elaboração de Planejamento Estratégico para o Tribunal. Assim, em 2009, corroborando a necessidade diagnosticada na pesquisa e em cumprimento à Resolução nº 70 do Conselho Nacional de Justiça, elaborou-se e aprovou-se o Planejamento Estratégico do TST para o período 2010-2014.

Consta como uma das ações estratégicas do Planejamento Estratégico do TST a avaliação e a promoção da melhoria do clima organizacional, com vistas à promoção da qualidade de vida e à valorização de pessoas. Dessa forma, estabeleceu-se como indicador estratégico o “Índice de Clima Organizacional”, medido a partir dos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional, que será realizada com periodicidade bianual. Para esse indicador, estabeleceram-se as seguintes metas para 2010: atingir a participação

mínima de 30% dos servidores do Tribunal e atingir o nível “satisfatório ou excelente” atribuído a todos os fatores por no mínimo 30% dos respondentes.

Em consonância com o planejamento estratégico e com as necessidades de mapeamento das diversas percepções presentes no Tribunal, aplicou-se a Pesquisa de Clima Organizacional 2010, gerando, assim, diversos insumos quantitativos que auxiliaram na definição das ações estratégicas, gerenciais e de gestão de pessoas.

| | Grave | Crítico | Satisfatório | Excelente |
|--------------------------------|-------|---------|--------------|-----------|
| Estilo de Chefia | 4% | 15% | 32% | 49% |
| Valorização do Servidor | 2% | 10% | 38% | 50% |
| Infraestrutura | 2% | 25% | 57% | 16% |
| Gestão Organizacional | 12% | 42% | 37% | 9% |

Principais Resultados da Pesquisa de Clima Organizacional 2010

2.5.3 GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

No ano de 2010, o Tribunal Superior do Trabalho prosseguiu nos estudos sobre a viabilidade de se implantar no Tribunal o modelo de gestão por competências, modelo de gestão de pessoas que visa a mapear, avaliar e desenvolver as competências necessárias à consecução da missão e dos objetivos organizacionais.

Esse modelo fornece subsídios para todos os subsistemas de gestão de pessoas, uma vez que possibilita o levantamento de necessidades de desenvolvimento individualizado, bem como permite aproveitar melhor os talentos, na medida em que fornece critérios objetivos para a ocupação de cargos e funções, parâmetros fidedignos para avaliação de desempenho, seleção e alocação de pessoal.

Entende-se por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para se exercer determinada atividade e, decorrente da aplicação desses, o desempenho expresso pela pessoa em termos de comportamentos e realizações. A partir dos mapeamentos das competências necessárias para o alcance da missão organizacional, será possível verificar as lacunas existentes no desempenho esperado dos servidores. A constatação destas lacunas ocorrerá por meio da avaliação por competências, que possibilita a identificação das necessidades de desenvolvimento de forma personalizada. A ferramenta permite, ainda, que se disponha de informações objetivas para a seleção e lotação de servidores, pois possibilita que se identifique a adequação entre as competências atuais dos servidores e as competências requeridas pelo respectivo cargo ou função.

Releva destacar os ganhos de eficiência nos investimentos em treinamento e desenvolvimento de pessoas, uma vez que

a adoção do referido modelo evita o dispêndio de recursos com a participação de servidores em cursos de capacitação que pouco contribuem para a melhoria do desempenho individual e organizacional.

A implementação do projeto pressupõe as seguintes ações:

- levantamento de competências de todos os servidores do TST;

- desenvolvimento e validação de modelo de avaliação de competências 180 graus;

- desenvolvimento e validação de avaliação e acompanhamento do cumprimento de metas;

- elaboração e validação de modelo de plano de desenvolvimento individual;

- workshops de sensibilização do TST para implantação do modelo;

- elaboração e implementação de comunidade virtual de aprendizagem sobre o projeto;

- orientação contínua à equipe técnica do TST, durante toda a implantação do projeto;

- capacitação da equipe técnica do projeto para repasse de conhecimentos e metodologias, conforme necessidades identificadas pelo Tribunal;

- acompanhamento e “coaching” da revisão do projeto;

- elaboração de especificações técnicas para aquisição de software compatível com a metodologia utilizada.

A implantação da ferramenta de gestão por competências, ao aperfeiçoar o modelo de gestão de pessoas, decerto auxiliará o Tribunal no cumprimento de sua missão institucional, bem como na superação das metas fixadas pelo Planejamento Estratégico.

2.6 ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO (ENAMAT)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A ENAMAT trabalhou em 2010 a partir de objetivos, metas e ações consolidados em seu Planejamento Estratégico 2010–2014, aprovado no fim de 2009 pelo Conselho Consultivo. O documento fixa metas administrativas, acadêmicas e de comunicação, às quais são alinhadas as atividades da Escola.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A implantação definitiva de um sistema de educação a distância (EAD) marcou as atividades do ano de 2010 na ENAMAT e representou um salto qualitativo na formação e aperfeiçoamento dos magistrados trabalhistas. A ferramenta é fundamental para a ENAMAT cumprir o seu papel constitucional. Com um público extenso e distribuído por

tudo o território nacional, a realização de cursos presenciais se torna onerosa e restrita.

1º Curso de Formação de Formadores em Educação a Distância (26 e 27/4 – parte presencial; e 28/4 a 28/8/2010 – parte virtual)

A primeira ação visando à implantação da EAD foi a realização do curso semipresencial de Formação de Formadores em Educação a Distância, de 26 de abril a 6 de junho de 2010. O curso, totalmente desenvolvido e executado por servidores da Escola, teve como objetivo capacitar magistrados para que constituíssem o quadro de professores de EAD da ENAMAT e realizar a multiplicação do conteúdo para as Escolas Judiciais dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

A formação dos professores, que receberam, ao longo de mais de um mês, informações básicas sobre metodologia, técnicas e ferramentas de EAD, foi o passo inicial para a realização do primeiro Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho realizado totalmente a distância, no segundo semestre. O primeiro e o último encontro do curso foram presenciais. Nas primeiras aulas, realizadas nos dias 26 e 27 de abril, os 56 participantes receberam de profissionais da ENAMAT noções fundamentais. De volta a seus locais de origem, realizaram quatro módulos a distância, tendo como tutores os mesmos técnicos da ENAMAT; no final, retornaram a Brasília para dinâmica e avaliação finais e para o encerramento.

1º Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho – 28/06/2010 a 20/08/2010 e 13/09/2010 a 13/12/2010

Entre 28 de junho e 20 de agosto de 2010, os concluintes do Curso de Formação de Formadores fizeram parte de turma piloto do curso de Administração de Vara do Trabalho a distância. O objetivo, além de possibilitar ao aluno-juiz a aquisição de novas competências profissionais, foi desenvolver as competências já adquiridas na área de gestão e preparar os novos professores para ministrar aulas a distância sobre a matéria.

Em 13 de setembro, iniciou-se o curso efetivo a distância de Administração de Vara do Trabalho, encerrado em 13 de dezembro. O curso, que recebeu 1.139 inscrições de alunos-juizes, distribuídos em três grupos (13/9/2010 a 6/11/2010; 04/10/2010 a 29/11/2010; e 18/10/2010 a 13/10/2010), com 29 turmas no total, foi ministrado pelos juizes treinados pela ENAMAT nos dois cursos citados. A carga horária total do curso foi de 40 horas-aula, com atividades assíncronas, ou seja, cada aluno podia acessar os fóruns de debate e avaliação

e o material didático conforme sua própria agenda.

Além dos professores, responsáveis pela interação com os alunos e pela condução do processo de aprendizagem, a ENAMAT mobilizou uma equipe de servidores para atuar como monitores das turmas, que deram o apoio necessário à navegação no ambiente virtual de aprendizagem e ao atendimento às demandas administrativas e acadêmicas de cada participante.

O curso a distância inaugurou efetivamente um novo tempo na formação e aperfeiçoamento de magistrados do trabalho pela ENAMAT.

FORMAÇÃO INICIAL DE MAGISTRADOS DO TRABALHO

Em seus quatro anos de atuação, a ENAMAT instituiu o modelo de formação inicial daqueles que ingressam na carreira da magistratura: após a aprovação e a posse, e sempre que possível antes de começarem efetivamente a atuar nas Varas do Trabalho, os juízes participam do Curso de Formação Inicial (CFI). A formação inicial é eminentemente profissionalizante e dá ênfase aos aspectos éticos.

9.º Curso de Formação Inicial (9/8 a 3/9/2010)

O 9.º CFI teve, em relação a suas edições anteriores, uma diferença motivada pela avaliação dos alunos que já passaram pelo curso: uma grade curricular com um maior número de horas voltado para os aspectos práticos da atividade jurisdicional, com ênfase em oficinas e laboratórios de instrução processual, audiências de conciliação e psicologia.

Participaram do curso 46 juízes do trabalho substitutos provenientes dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª Região (33 juízes); da 4ª Região (três juízes); da 5ª Região (três juízes); da 14ª Região (seis juízes); e da 16ª Região (uma juíza). A aula inaugural foi ministrada por Mario Eduardo Ackerman, Professor Doutor da Universidade de Buenos Aires e membro da Comissão de Peritos em Aplicação de Convênios e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que versou sobre fundamentos, desenvolvimento, apogeu, crises e perspectivas atuais do Direito do Trabalho.

Foram ministradas as seguintes disciplinas durante o curso: Deontologia Profissional Aplicada, Técnica de Decisão Judicial, Sistema Judiciário, Linguagem Jurídica, Administração Judiciária, Técnica de Juízo Conciliatório, Psicologia Judiciária Aplicada, Relacionamento com a Sociedade e a Mídia, Temas Contemporâneos, Efetividade da Execução Trabalhista, Laboratório Judicial, Técnica de Instrução Trabalhista, Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais, Morfologia

do Trabalho e da Produção.

As disciplinas, subdivididas em temas, foram ministradas utilizando-se técnicas didáticas, como palestras, mesas-redondas e aulas expositivas, além dos laboratórios e oficinas já mencionados. As aulas foram proferidas por Ministros do TST, Desembargadores e Juízes do Trabalho e especialistas. Os juízes em formação realizaram, ainda, estágios em sessões do Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, das Subseções I e II Especializadas em Dissídios Individuais do TST, de Turmas do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, além de desenvolverem atividades de integração em visita supervisionada ao Foro Trabalhista de Brasília e em atividade em grupo com juízes das Varas do Trabalho de Brasília.

Ao final do curso, houve a cerimônia de formatura e entrega dos certificados aos alunos-juízes, solenidade que contou com a presença do Presidente do TST, ministro Milton de Moura França, do Diretor da ENAMAT, ministro Barros Levenhagen, de vários ministros do Tribunal e outras autoridades.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS DO TRABALHO

1º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunais Regionais do Trabalho (17 a 20/5/2010)

A importância de uma gestão eficiente para a qualidade da prestação jurisdicional foi a principal diretriz do curso, que teve a participação de 51 desembargadores ocupantes de cargos de direção nos 24 Tribunais Regionais do Trabalho do País.

O programa englobou os temas Administração Judiciária; Gestão de Pessoas no Poder Judiciário; Papel e Atuação do CSJT; Lei de Responsabilidade Fiscal – Limites, Relatórios e Principais Obrigações do Poder; Controle como Apoio à Gestão; Administração Orçamentária e Financeira – Aspectos Relacionados a Trâmites Orçamentários e Execução Financeira na Justiça do Trabalho; Planejamento Estratégico na Justiça do Trabalho; e Contratação de Bens e Serviços – Peculiaridades do Poder Judiciário Trabalhista. O conteúdo previsto foi ministrado por meio de apresentações e mesas-redondas e atuaram como coordenadores e expositores Ministro do TCU, desembargadores da Justiça do Trabalho e gestores do TST e de outros órgãos públicos.

O curso, com carga horária total de 28 horas, foi criado por iniciativa do Diretor da ENAMAT, Ministro Barros Levenhagen, com apoio do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprec). Na solenidade de abertura, foi ressaltada pelo ministro Milton de Moura França, presidente do TST, e pelo

ministro Barros Levenhagen a necessidade e relevância do domínio das questões básicas de administração por parte de juízes que assumem cargos de direção.

A proposta do curso não foi exaurir todos os aspectos da administração dos Tribunais nem tecer considerações teóricas sobre os princípios administrativos. Com a participação dos especialistas convidados, houve troca de experiências e ideias sobre o dia a dia da gestão de um Tribunal Regional, com a finalidade de que seus administradores tomem melhores decisões visando à qualidade da prestação jurisdicional.

No encerramento, o ministro Barros Levenhagen destacou o ineditismo da iniciativa. Tratou-se de curso piloto e, a partir da avaliação dos participantes e do Coleprec, será realizado o aperfeiçoamento do programa, a fim de que se torne permanente na grade da ENAMAT.

2º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunais Regionais do Trabalho – Comunicação e Relacionamento com a Mídia – 6/12/2010

A ENAMAT realizou, no dia 6 de dezembro de 2010, curso específico sobre a área de Comunicação Social, destinado aos administradores de Tribunais Regionais do Trabalho. O curso tratou de vários aspectos relativos à comunicação na Justiça do Trabalho: da comunicação institucional – que cuida da imagem da instituição perante a sociedade – às questões práticas do relacionamento, como técnicas e oficina de entrevista, passando pelo papel das assessorias de comunicação e pela gestão de crises.

A realização do curso foi solicitada à ENAMAT pelos próprios administradores de TRTs, por meio do Coleprec, diante das especificidades do tema e da crescente necessidade de abertura do Judiciário para a sociedade. A programação básica foi aprovada em setembro de 2010 pelo Coleprec e discutida com os profissionais de comunicação presentes, na ocasião, ao 1º Encontro Nacional de Comunicação da Justiça do Trabalho.

A abertura do curso coube à jornalista Cristiana Lôbo, comentarista política da Globo News, e as demais atividades contaram com a presença de outros jornalistas, além de especialistas em comunicação, que realizaram exposições e debates sobre os temas programados.

MEDALHA HONRA AO MÉRITO

No primeiro semestre de 2010, a ENAMAT instituiu a Medalha Honra ao Mérito, como forma de reconhecimento e agradecimento a personalidades e instituições pelos relevantes serviços prestados à formação e ao aperfeiçoamento dos magistrados da Justiça do Trabalho. Em 2010, receberam a medalha os agraciados a seguir.

Ministro Milton de Moura França – Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Mário Ackerman – jurista argentino, Professor Doutor da Universidade de Buenos Aires e membro da Comissão de Peritos em Aplicação de Convênios e Recomendações da OIT.

Dalmo de Abreu Dallari – jurista brasileiro, Professor Emérito da Universidade de São Paulo (USP) e um dos primeiros professores da ENAMAT.

Dirigentes e Conselheiros da ENAMAT

O diretor da Escola homenageou seus antecessores no cargo – os ministros Ives Gandra da Silva Martins Filho e Carlos Alberto Reis de Paula –, os vice-diretores – ministros João Batista Brito Pereira (biênio 2009-2011) e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (biênio 2006-2007) – e os integrantes dos Conselhos Consultivos nas três composições da Direção: ministros Gelson de Azevedo (período 2006-2007); Aloysio Corrêa da Veiga (período 2006-2007); José Roberto Freire Pimenta (período 2006-2007 e biênios 2007-2009 e 2009-2010); desembargadora Doris Luise de Castro Neves (período 2006-2007 e biênio 2007-2009); juiz do trabalho Giovanni Olsson (período 2006-2007 e biênios 2007-2009 e 2009-2011); ministros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi (biênios 2007-2009 e 2009-2011), Renato de Lacerda Paiva (biênios 2007-2009 e 2009-2011) e Lelio Bentes Corrêa (biênios 2007-2009 e 2009-2011); e desembargador Lorival Ferreira dos Santos (biênio 2009-2011).

Secretário-Geral do CSJT, Adlei Cristian Carvalho Pereira.

Diretor-Geral da Secretaria do TST, Gustavo Caribé de Carvalho.

Diretores das Escolas Judiciais Regionais - desembargador José Antônio Parente da Silva, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e Diretor da respectiva Escola Judicial, pelas iniciativas implantadas naquela Região. Diretores de Escolas Judiciais dos TRTs cujos mandatos coincidiram, no todo ou em sua maior parte, com a gestão do Ministro Barros Levenhagen à frente da ENAMAT, em face da contribuição que proporcionaram ao fortalecimento do sistema responsável – em nível nacional e sob a coordenação da ENAMAT – pela formação da magistratura trabalhista.

CONVÊNIOS

A ENAMAT mantém convênios e parcerias com instituições nacionais e estrangeiras, para intercâmbio de experiências de docentes e aperfeiçoamento de magistrados do trabalho brasileiros, e recebe com frequência visitas de outras entidades interessadas em conhecer suas atividades. Em 2010, a Escola deu continuidade à execução dos convênios firmados com instituições para a realização de seus objetivos institucionais, firmou novas parcerias e concluiu outras, após atingidos os objetivos.

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) – O convênio com a AECID, concluído em 2010, foi o primeiro firmado pela ENAMAT. O principal objetivo consistiu em implementar o projeto de desenvolvimento institucional da Escola, por meio de ações conjuntas no apoio a processos de modernização da Justiça do Trabalho brasileira. Essa parceria permitiu à ENAMAT contar com a participação de magistrados espanhóis nas aulas inaugurais dos Cursos de Formação Inicial.

Organização Internacional para Treinamento Judicial (IOJT – International Organization for Judicial Training) – Em fevereiro de 2010, a ENAMAT foi aceita como membro da Organização. A iniciativa de pleitear o ingresso da Escola na Organização partiu do Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, com o apoio da atual direção. Criada em 2002, a IOJT reúne instituições voltadas para formação, treinamento e aperfeiçoamento de magistrados de mais de 50 países. Uma de suas metas principais é fornecer a seus membros informações sobre os métodos de treinamento judicial existentes nos diferentes países e as estratégias para o desenvolvimento de capacidades por meio da cooperação entre as instituições.

Outros convênios aos quais a ENAMAT deu andamento durante o ano de 2010 são os firmados com os seguintes organismos e entidades: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Mercosul, Fundação Getúlio Vargas – Direito Rio, British Council, Centro de Extensão Universitária (CEU), Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), TV Justiça e Rádio Justiça.

OUTROS EVENTOS

III Simpósio Nacional de Direito do Trabalho, promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho em Angra dos Reis (RJ). O ministro Barros Levenhagen participou, como presidente da mesa, do painel sobre A Formação de Magistrados e a Efetividade da Justiça, no dia 26 de março de 2010. Como painelistas, participaram, além do ministro Barros Levenhagen, o ministro Pedro Paulo Teixeira Manus, do TST, e o advogado e professor de Deontologia Jurídica Paulo Oriente.

I Programa de Intercâmbio de Magistrados – Fórum BRIC. No dia 4 de março de 2010, um grupo de juízes da Rússia e da China recebeu do diretor da ENAMAT informações sobre o funcionamento da Escola, suas atividades e metodologia. O grupo – formado por cinco juízes chineses, seis russos e cinco brasileiros – participou do 1º Programa de Intercâmbio de Magistrados – Fórum BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Eles visitaram os Tribunais Superiores e participaram de palestras, a fim de conhecer a estrutura do Poder Judiciário brasileiro.

Inauguração da Galeria de Diretores. A ENAMAT inaugurou, no dia 18 de março, a galeria de fotografias de seus diretores. Foram descerradas as fotografias dos ministros Ives Gandra da Silva Martins Filho, primeiro a ocupar o cargo, e Carlos Alberto Reis de Paula. A iniciativa partiu do atual diretor, ministro Barros Levenhagen, como forma de reconhecimento e gratidão, por parte da Escola, à contribuição dos diretores à formação de magistrados.

Videoconferência de abertura da Semana Jurídica da Escola Judicial da 23ª Região. No dia 24 de maio de 2010, o ministro Barros Levenhagen abriu a 1ª Semana Jurídica de 2010 da Escola Judicial do TRT da 23ª Região (MT) com palestra por videoconferência, a partir da sede da ENAMAT. O tema tratado foi Irradiações Sociocomunitárias das Decisões Judiciais.

Instalação de Quadro Comemorativo. No dia 24 de agosto de 2010, a ENAMAT instalou quadro comemorativo da criação da Medalha Honra ao Mérito da Escola, que homenageia personalidades e instituições públicas e privadas que tenham contribuído, em suas áreas de atuação, com relevantes serviços prestados à formação e ao aperfeiçoamento de magistrados do trabalho.

1º Encontro Nacional de Comunicação da Justiça Trabalhista. Realizado nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 2010 no TST, o Encontro reuniu assessores e profissionais de Comunicação dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho e da ENAMAT. Durante o evento foram discutidos temas voltados para o aperfeiçoamento dos processos de comunicação desenvolvidos pela Justiça do Trabalho.

VISITAS REALIZADAS

Coleprecor

O diretor da ENAMAT participou, ao longo do ano, de várias reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho.

9/2/2010 – 1ª Reunião Ordinária daquele Órgão – Tratou da ação orçamentária para apoio às Escolas Judiciais e do Curso de Formação para Administradores de Tribunais Regionais do Trabalho.

12/4/2010 – Definiu o período de realização do 1º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunais Regionais do Trabalho e discutiu os critérios para a indicação dos membros da direção que participariam do curso.

29/9/2010 – Apresentou proposta de programação de curso sobre comunicação e relacionamento com a mídia para integrantes das Administrações dos TRTs, aprovada pelo Colegiado. O curso foi solicitado à ENAMAT pelo próprio Coleprecor, diante do aumento da demanda dos órgãos de imprensa por informações sobre o Judiciário.

Inauguração da Escola Judicial da 7ª Região
11/6/2010 – Comparecimento do diretor da ENAMAT à inauguração das novas instalações da Escola Judicial do TRT da 7ª Região, que foram dotadas de uma sala de treinamento em informática, nova sala de aula e de nova infraestrutura para a área administrativa.

Foro Trabalhista de Brasília

23/8/2010 – Visita do diretor da ENAMAT ao Foro Trabalhista de Brasília, acompanhando os alunos-juizes do 9º Curso de Formação Inicial.

VISITAS RECEBIDAS

A ENAMAT recebeu em 2010 a visita de autoridades e especialistas, nacionais e internacionais, visando, entre outros objetivos, a acompanhar ou estabelecer parcerias, a realizar integração entre instituições de ensino e a intercambiar conhecimentos e experiências. Indicam-se, a seguir, em ordem cronológica, os respectivos visitantes.

3/3/2010 – Holden Macedo da Silva, defensor público e diretor da Escola Superior da Defensoria Pública da União (ESDPU), e Mônica Garnier, assessora da ESDPU.

17/3/2010 – Pedro Flores Urbano, coordenador-geral da AECID, e Rosario Boned Abad, integrante de Programas da AECID.

23/3/2010 – Juíza do trabalho Morgana de Almeida Richa (titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba e conselheira do CNJ).

7/4/2010 – Desembargadores presidentes de TRTs Eneida Melo Correia de Araújo (6ª Região e coordenadora do Colepreecor); Ney José de Freitas (9ª Região); e Vanda Maria Ferreira Lustosa (19ª Região).

14/4/2010 – Emmanuelle Spitéri-Doffe, magistrada francesa, coordenadora de Formação Inicial da Escola Nacional da Magistratura da França.

27/4/2010 – Martin Davidson, diretor-presidente Global do Conselho Britânico; Jim Scarth, diretor do Conselho Britânico no Brasil; e Pedro Hagel, diretor de Projetos e Parcerias em Brasília.

20/8/2010 – Neusa Zimmermann, consultora e Externa da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

22/10/2010 – Diretoria da Escola da Magistratura do Trabalho da 2ª Região (Ematra 2) – desembargadoras Lilian Gonçalves, diretora, e Jucirema Maria Godinho Gonçalves, vice-diretora – e Mariângela Muraro, desembargadora do TRT da 2ª Região.

12/11/2010 – Jorge Antonio Catenaccio Alonso, juiz letrado em Montevideú, Uruguai.

O SIFMT é coordenado pela ENAMAT e composto pelas Escolas Judiciais dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho. O sistema é responsável pelas atividades de formação e aperfeiçoamento da magistratura trabalhista.

Em 2010, o SIFMT realizou as seguintes reuniões e atividades:

18/3/2010 – 4ª Reunião do SIFMT

A reunião deu ênfase a decisões e atividades voltadas para a consolidação do modelo sistêmico de formação. Planejamento estratégico da ENAMAT, planejamento estratégico das Escolas Judiciais, calendário de atividades de 2010 e realização do curso de formação de formadores em educação a distância foram os temas examinados.

19/11/2010 – 5ª Reunião do SIFMT

A reunião teve a participação dos diretores das 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho e tratou dos seguintes temas: calendário da ENAMAT para 2011; papel da ENAMAT como coordenadora do Sistema; alinhamento das atividades de formação inicial; orçamento próprio da ENAMAT; apoio financeiro às Escolas Judiciais; balanço das atividades da ENAMAT.

18 e 19/11/2010 – 1º Encontro Técnico do SIFMT

Reuniu desembargadores, juizes e servidores das Escolas Judiciais que fazem parte do SIFMT, com o objetivo de alinhar a estrutura técnica e metodológica das Escolas Judiciais dos TRTs, visando à efetividade da educação a distância na formação e no aperfeiçoamento profissional dos magistrados.

COMITÊ DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Instituído no dia 19 de novembro, na reunião do SIFMT, o Comitê passa a ser o órgão responsável pela integração das ações de formação e capacitação dos magistrados do trabalho, promovidas por meio de educação a distância pelas Escolas Judiciais que formam o Sistema Integrado.

A composição do grupo foi definida de forma a atender a representatividade das regiões geográficas, sendo um membro para cada Região.

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da ENAMAT, formado por ministros do TST, desembargadores e juizes de primeiro grau, assessora a Direção da Escola em suas atividades e na fixação de diretrizes.

Em 2010, o Conselho Consultivo realizou três reuniões de trabalho, em que foram analisados e discutidos assuntos

relativos à formação e aperfeiçoamento de magistrados, eventos realizados pela ENAMAT, temas acadêmicos, planejamento estratégico, integração com as escolas judiciais e cooperação técnica com organizações internacionais.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A ENAMAT consolidou, em 2010, sua estrutura de informática para atender à forte demanda dos cursos a distância. O ambiente virtual de aprendizagem da Escola, que utiliza o software Moodle, deu suporte à turma piloto e a 29 turmas do curso a distância de Administração de Vara do Trabalho. A Escola também organizou infraestrutura para transmissões de eventos pela internet.

A área de tecnologia da Escola teve participação na elaboração do conteúdo gerado para o curso a distância de Administração de Vara do Trabalho. Preparado por profissional contratado pela ENAMAT, o conteúdo foi posteriormente desenvolvido por um designer instrucional. Ainda, a área foi responsável pela elaboração de manuais sobre o ambiente virtual de aprendizagem para professores e alunos.

O auditório da ENAMAT também passou por modernização dos equipamentos de filmagem, com a aquisição de novas câmeras, instaladas de modo a permitir controle remoto pelos técnicos em filmagem.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2010, a ENAMAT procurou aperfeiçoar os canais de comunicação com seus diversos públicos: mais de três mil magistrados trabalhistas (ministros do TST, desembargadores, juízes titulares e juízes substitutos), os 24 Tribunais Regionais do Trabalho e suas 24 Escolas Judiciais, a comunidade jurídica e a sociedade em geral.

Inseridas no Planejamento Estratégico da Escola, as ações de Comunicação Social procuraram fazer com que as informações sobre a ENAMAT chegassem ao maior número possível de receptores, e, para isso, buscou-se multiplicar os canais de comunicação. Além do site da Escola, as notícias foram reproduzidas na página do Tribunal Superior do Trabalho e enviadas às Assessorias de Comunicação de todos os Tribunais Regionais para que, conforme suas diretrizes, fossem divulgadas. Procurou-se, ainda, estreitar o intercâmbio e a integração com as 24 Escolas que formam o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, que passaram a receber e reproduzir as notícias da ENAMAT e também a enviar suas próprias notícias para veiculação pela ENAMAT.

Ao longo do ano, a ENAMAT teve presença constante na grade da TV Justiça e da TV TST. Os eventos realizados em 2010 foram objeto de matérias jornalísticas nos noticiários

dessas TVs (por meio da web). A Escola produziu, ainda, em parceria com a Assessoria de Comunicação Social do TST, três interprogramas, veiculados durante o ano nos intervalos da programação regular da TV Justiça, sobre formação inicial, implantação da educação a distância e papel institucional e constitucional da ENAMAT e das Escolas Judiciais.

A Escola Nacional marcou presença também na rede de microblogs Twitter. A conta da ENAMAT entrou no ar em fevereiro de 2010, para divulgar suas atividades, notícias, artigos e entrevistas, assim como notícias das Escolas Regionais e outras de interesse na área de formação profissional de magistrados, como também para promover a interação entre seus públicos.

TEXTOS DIDÁTICOS

Os Textos Didáticos da ENAMAT consistem em publicação seriada, sem periodicidade regular, objetivando divulgar resultados de estudos ou pesquisas por meio de artigos elaborados por magistrados ou outros profissionais. São dirigidos aos juízes do trabalho, como instrumento de formação continuada.

Em 2010, a ENAMAT recebeu e publicou os seguintes textos:

A Preservação da Memória da Justiça do Trabalho no Brasil – da Menoridade à Emancipação, de Tereza Aparecida Asta Gemignani;

Artigo 71 da Lei 8.666/1993 e Súmula 331 do C. TST: Poderia ser Diferente?, de Tereza Aparecida Asta Gemignani;

Breves Considerações sobre o Elo entre o Estado Democrático de Direito e os Direitos Fundamentais Trabalhistas, de Fábio Lucas Telles de Menezes Andrade Sandim;

Imunidade Jurisdicional das Pessoas Jurídicas de Direito Público Externo: um Diálogo com Georgenor de Souza Franco Filho, de André Araújo Molina;

Planejamento Estratégico do Poder Judiciário: o Papel das Escolas Judiciais, de Suzy Cavalcante Koury.

2.7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

2.7.1 SUSTENTABILIDADE SOLIDÁRIA

O Programa de Responsabilidade Socioambiental do Tribunal Superior do Trabalho — Sustentabilidade Solidária foi criado em 18 de fevereiro de 2010, por meio do Ato GDGSET.GP.Nº 60/2010, visando a implementar no Tribunal as diretrizes fixadas na Recomendação nº 11/2007, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o desenvolvimento de políticas ambientais no âmbito do Poder Judiciário.

Atividades desenvolvidas na Área Ambiental:

- Lançamento do Programa Sustentabilidade Solidária, com palestra proferida por Roberto Carlos Ramos sobre o tema “A inclusão social para um desenvolvimento sustentável”;
- Criação da página eletrônica “Programa de Responsabilidade Socioambiental do TST — Sustentabilidade Solidária”, para divulgação de notícias e fatos relacionados ao meio ambiente e ações na área social, visando à conscientização dos servidores da necessidade de preservar os recursos naturais, experiências bem sucedidas e progressos alcançados pela instituição;
- Reformulação do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos pelo TST, com a renovação de Termo de Compromisso com 3 (três) cooperativas de catadores de papel, além da aquisição de novos coletores instalados nas principais entradas e áreas de circulação do Tribunal;
- Aquisição de mil canecas de 300 ml e 50 moringas de porcelana para o Projeto “Adote uma Caneca”, visando à redução do uso de copos descartáveis;
- Compra de recipientes de coleta de pilhas e baterias (Papa-pilhas), com o propósito de orientar os servidores, empregados terceirizados e estagiários sobre a importância do descarte desses materiais nos recipientes adequados, evitando danos ao meio ambiente;
- Substituição de garrações de água mineral por filtros de água nas unidades do Tribunal, em consonância com a Portaria nº 358/2009, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), buscando eliminar o uso de água em garrafas plásticas, como medida de economia e diminuição de descarte desse tipo de material;
- Participação no Fórum de Responsabilidade Socioambiental sobre “Eficiência na Aplicação de Recursos Públicos e Responsabilidade Ambiental”;
- Contatos e reunião no Ministério do Meio Ambiente sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);
- Renovação Termo de Adesão à A3P.

Atividades desenvolvidas na Área Social:

- Projeto Escola Solidária — Inclusão social de empregados terceirizados que prestam serviços ao Tribunal Superior do Trabalho. O Projeto objetiva oferecer cursos e palestras para capacitação dos empregados terceirizados, de forma a promover o resgate da cidadania, o aumento da autoestima e, conseqüentemente, o aprimoramento no desempenho de suas atribuições. Ministraram-se os seguintes cursos: Alfabetização, Informática, Inglês, Português, Automação, Eletricidade e outros. Firmou-se, igualmente, parceria com o Centro de Ensino Supletivo Asa Sul – CESAS, visando à participação dos empregados terceirizados em cursos do ensino médio e fundamental à distância.

- Campanha do Natal Solidário de 2010, promovida pelo Cerimonial da Presidência (Cepres) em parceria com o Comitê de Sustentabilidade Solidária com o objetivo de arrecadar livros e alimentos para doação a entidades filantrópicas.

2.7.2 FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em atenção às diretrizes fixadas na ISO 26000 — Norma Internacional de Responsabilidade Social —, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho participou, no dia 29 de abril de 2010, da criação do Fórum Governamental de Responsabilidade Social, cuja coordenação passou a integrar em conjunto com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social — DATAPREV.

O Fórum propõe ser um espaço de articulação para toda a esfera governamental, a fim de compartilhar experiências, visões e somar esforços no sentido de promover, facilitar e fortalecer a mobilização social e governamental para ações de responsabilidade social, apoiando e propondo ações voltadas para a consciência da cidadania, dos direitos humanos e para a proteção do meio ambiente.

São atribuições específicas do Fórum Governamental de Responsabilidade Social:

- I. Promover o debate sobre a responsabilidade social nas organizações e divulgar a legislação, as normas e as iniciativas pertinentes;
- II. Desenvolver e acompanhar estudos, projetos e ações de responsabilidade social;
- III. Propor, estimular e promover a expansão e o aprimoramento das ações de Responsabilidade Social nas organizações;
- IV. Promover a convergência e a colaboração entre seus membros para disseminação de princípios, estudos, projetos e ações de Responsabilidade Social;
- V. Formular e encaminhar propostas de políticas, programas e projetos de responsabilidade social que contribuam para a efetividade dos direitos da cidadania, a proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos.

O Fórum já realizou diversas reuniões bimestrais, ocasiões em que houve expressiva participação de diversos órgãos governamentais, como a Câmara dos Deputados, Senado Federal, Casa Civil da Presidência da República, Advocacia-Geral da União, Banco Central, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Petrobrás e Furnas.

As reuniões do Fórum contaram, também, com a participação de importantes entidades da sociedade civil organizada, a exemplo da Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio.

2.8 ORÇAMENTO

O orçamento da Justiça do Trabalho para os exercícios de 2010 e 2011 encontra-se configurado nas tabelas a seguir:

ORÇAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM 2010 *

| CATEGORIA DE DESPESAS | GRUPO DA DESPESA | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO AUTORIZADA | DESPESA EMPENHADA | DESPESA LIQUIDADADA | VALORES PAGOS |
|-----------------------|------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| PESSOAL | ATIVO | 6.908.904.958,00 | 6.921.161.265,00 | 6.920.822.974,67 | 6.895.968.613,74 | 6.892.050.950,05 |
| | INATIVO | 2.421.244.635,00 | 2.581.304.646,00 | 2.581.027.533,72 | 2.538.835.699,90 | 2.538.830.052,64 |
| | PARTRONAL | 1.232.009.174,00 | 1.277.425.021,00 | 1.217.242.876,52 | 1.186.475.890,35 | 1.186.475.890,35 |
| ATIVIDADES | ODCC | 703.276.567,00 | 714.390.821,00 | 706.270.204,56 | 571.443.225,17 | 567.616.979,91 |
| | INVESTIM | 160.000,00 | 167.201,00 | 160.761,00 | 17.475,00 | 17.475,00 |
| BENEFÍCIOS | ODCC | 417.658.520,00 | 457.956.550,00 | 457.220.983,26 | 449.912.467,07 | 449.875.948,38 |
| | INVESTIM | 65.760,00 | 65.760,00 | 55.898,92 | 8.815,00 | 8.815,00 |
| PROJETOS | NACIONAIS | 63.106.500,00 | 69.413.844,00 | 68.201.599,81 | 27.034.905,82 | 25.057.357,00 |
| | TRIBUNAIS | 80.769.857,00 | 93.606.689,00 | 76.186.013,89 | 15.326.103,75 | 15.323.100,31 |
| | SOMA | 11.827.195.971,00 | 12.115.491.797,00 | 12.027.188.846,35 | 11.685.023.195,80 | 11.675.256.568,64 |

FONTE: SIAF

ORÇAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM 2011 *

| CATEGORIA DE DESPESAS | GRUPO DA DESPESA | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO AUTORIZADA | DESPESA EMPENHADA | DESPESA LIQUIDADADA | VALORES PAGOS |
|-----------------------|------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| PESSOAL | ATIVO | 7.046.571.184,00 | 7.046.571.184,00 | 3.243.253.184,94 | 3.243.249.568,17 | 3.238.890.490,81 |
| | INATIVO | 2.599.892.193,00 | 2.599.892.193,00 | 1.256.806.977,18 | 1.254.805.197,77 | 1.251.630.633,13 |
| | PARTRONAL | 1.240.361.781,00 | 1.240.361.781,00 | 472.750.578,04 | 471.150.696,70 | 471.150.696,70 |
| ATIVIDADES | ODCC | 767.195.108,00 | 764.413.045,00 | 573.670.887,91 | 215.179.339,00 | 211.166.690,73 |
| | INVESTIM | 105.742.747,00 | 108.524.810,00 | 18.595.886,45 | 4.549.823,53 | 4.311.492,23 |
| BENEFÍCIOS | ODCC | 463.616.720,00 | 463.616.720,00 | 248.623.320,11 | 201.299.348,46 | 201.288.579,21 |
| | INVESTIM | 90.728,00 | 90.728,00 | - | - | - |
| PROJETOS | NACIONAIS | 89.932.068,00 | 89.932.068,00 | 2.600.896,32 | 1.158.358,89 | 1.121.298,41 |
| | TRIBUNAIS | 105.318.000,00 | 108.941.483,00 | 34.400.489,94 | 2.077.877,32 | 2.077.877,32 |
| | SOMA | 12.418.720.529,00 | 12.422.344.012,00 | 5.850.702.220,89 | 5.393.470.209,84 | 5.381.638.028,54 |

FONTE: SIAF

PESSOAL

O orçamento destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais foi estipulado com base na execução da despesa do mês de março de cada ano, conforme prevê a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nesse sentido, o orçamento da Justiça do Trabalho apresentou uma evolução da ordem de 0,99%.

Consignaram-se nos orçamentos de 2010 e 2011 da Justiça do Trabalho recursos destinados ao pagamento dos passivos: Parcela Autônoma de Equivalência – PAE e URV, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| DESCRIPTOR | Total da Dívida | Pagamento 2010 | Pagamento 2011 | Saldo após Pagamento |
|-------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| URV (Principal e Juros) | 1.234.989.249 | 232.990.992 | 333.999.424 | 667.998.833 |
| Complemento PAE | 1.478.053.371 | 404.234.746 | 357.939.537 | 715.879.088 |
| TOTAL | 2.713.042.620 | 637.225.738 | 691.938.961 | 1.383.877.921 |

Obs.: Valores atualizados até março de 2010.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Classificam-se como atividades administrativas as ações: Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT, Capacitação de Recursos Humanos – CRH, Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC, Divulgação dos Atos do Poder Judiciário – TV Justiça, Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação – SIGI e Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho – MVI.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho em conjunto com o Tribunal Superior do Trabalho desenvolveu estudos com o objetivo de elevar as dotações orçamentárias alocadas nas referidas ações, de modo a recuperar perdas históricas, o que resultou num incremento de 22,16% no orçamento de 2011 em relação a 2010.

BENEFÍCIOS

As dotações destinadas ao pagamento de benefícios, auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, auxílio-transporte e assistência médica e odontológica tiveram um acréscimo de 1,24% no período, que, dada a quantidade de beneficiários e o volume de recursos, representa um incremento considerável.

Destaca-se que o aumento dessas dotações possibilitou o reajuste do auxílio-alimentação, que se encontra padronizado no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, passando de R\$ 590,00 para R\$ 630,00 por beneficiário. Nesse mesmo sentido, foi

possível aumentar a assistência pré-escolar de R\$ 280,00 para R\$ 400,00 por beneficiário.

PROJETOS

Estão incluídas nas dotações destinadas aos projetos da Justiça do Trabalho ações setoriais e regionais. As ações setoriais contemplam o Projeto de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho – MIJT e o Projeto de Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação (E-Jus).

A ação MIJT visa à recuperação, adaptação e modernização das instalações que abrigam as 1.378 Varas do Trabalho e os 24 Tribunais Regionais do Trabalho. Esses recursos são geridos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que procura atender gradativamente às demandas previamente definidas de acordo com o grau de prioridade estabelecido pelos próprios Tribunais.

As dotações destinadas ao E-Jus estão sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece os valores a serem alocados nas unidades do Poder Judiciário. Os montantes de recursos alocados nessa ação são definidos por um Comitê que conta com a representação de todos os Órgãos do Judiciário. Sua gestão na Justiça do Trabalho é feita pelo CSJT e visa, principalmente, à implantação do processo eletrônico judicial.

As dotações regionais englobam os projetos de construção, ampliação e reforma das Varas do Trabalho e dos Edifícios-Sede dos Tribunais Regionais do Trabalho. Além das dotações disponibilizadas diretamente pela Secretaria de Orçamento Federal para essa finalidade, a Justiça do Trabalho tem conseguido a expansão desses recursos por meio da apresentação de emendas parlamentares, o que possibilitou um acréscimo de 21,99% em 2011 comparativamente a 2010.

Apresenta-se a seguir um comparativo entre as dotações autorizadas para os exercícios de 2010 e 2011:

| CATEGORIA DE DESPESAS | GRUPO DA DESPESA | 2010 | 2011 | VARIAÇÃO % |
|-----------------------|------------------|---------------------------|--------------------------|--------------|
| PESSOAL | ATIVO | 6.921.161.265,00 | 7.046.571.184,00 | 0,99% |
| | INATIVO | 2.581.304.646,00 | 2.599.892.193,00 | |
| | PATRONAL | 1.277.425.021,00 | 1.240.361.781,00 | |
| ATIVIDADES | ODCC | 635.947.839,00 | 764.413.045,00 | 22,16% |
| | INVESTIM | 78.610.183,00 | 108.524.810,00 | |
| BENEFÍCIOS | ODCC | 457.956.550,00 | 463.616.720,00 | 1,24% |
| | INVESTIM | 65.760,00 | 90.728,00 | |
| PROJETOS | NACIONAIS | 69.413.844,00 | 89.932.068,00 | 21,99% |
| | TRIBUNAIS | 93.606.689,00 | 108.941.843,00 | |
| | SOMA | 12.115.491.797,000 | 12.422.344.012,00 | 2,53% |

**ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS
REGIONAIS DO TRABALHO**

3 ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

3.1 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO – RIO DE JANEIRO/RJ

3.1.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Programa “Como ser Legal sem Burocracia”

Integrado ao Projeto Conciliar – PROJUS foi implantado em 2010 o programa “Como ser Legal sem Burocracia”. A iniciativa pioneira no Brasil foi idealizada por dois desembargadores que compõem a 7ª Turma e conta com o auxílio da Seção de Apoio à Conciliação e Precatórios deste Regional. O programa, que busca incentivar a conciliação nos processos que aguardam julgamento no 2º grau, foi um dos finalistas do I Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça.

Semana de Conciliação

Em 2010, o TRT/RJ participou novamente da Semana de Conciliação, que aconteceu entre 29 de novembro e 3 de dezembro, obtendo a segunda melhor posição no total do valor homologado em acordos no período. Também se destacou dentre os 10 Tribunais que realizaram maior número de audiências de conciliação. Em termos de arrecadação de impostos (INSS e IR) o TRT/RJ contribuiu com 30% do total arrecadado pela Justiça do Trabalho na semana de conciliação.

Na Semana, o grande destaque foi o acordo de R\$ 62,5 milhões entre o Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários em Campos dos Goytacazes e o Banco do Brasil. A homologação do acordo que envolveu 548 trabalhadores é a reafirmação do projeto estratégico do TRT/RJ em buscar grandes empresas para incentivar a conciliação.

Redução do tempo médio de tramitação de Recurso de Revista

A redução do tempo médio de tramitação dos recursos de revista, de 50 para 36 dias, foi um dos bons resultados alcançados em 2010. Os principais objetivos traçados pela Administração foram atingidos: aumento de produtividade, controle da quantidade de recursos pendentes de despacho de admissibilidade e mais qualidade no conteúdo dos despachos elaborados pelo TRT/RJ. Tais resultados mereceram avaliação positiva na Correição Geral realizada

pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, em outubro, neste Regional.

Apoio às Varas do Trabalho

Após detalhados estudos realizados, e debates, foi aprovada a Resolução Administrativa TRT/RJ nº 11, de 9/7/2009, que criou o Grupo de Apoio Correicional às Varas do Trabalho (GRACO). A atuação do GRACO tem por finalidade restabelecer o andamento normal das atividades processuais das Secretarias das Varas do Trabalho mediante a redução do volume e do prazo para execução das rotinas cartorárias, com implantação de inovações de procedimentos.

Após a ação do GRACO é implantado sistema de gestão orientado para a aferição dos resultados alcançados nas atividades cartorárias como pactuado pela Corregedoria Regional, de modo a manter controle adequado da prestação jurisdicional, evitando que a unidade retorne aos patamares anteriores.

Em 2010, o GRACO atuou nas 4ª e 5ª Varas do Trabalho do Rio de Janeiro, na Vara do Trabalho de Nova Friburgo e na Vara do Trabalho de Resende, totalizando seis intervenções de apoio desde que criado, em 2009.

Implantação da gestão de projetos

Na esteira das recomendações do Conselho Nacional de Justiça, foi criado pela Resolução Administrativa nº 14, de 31/5/2010, o Núcleo de Gestão de Projetos com atribuições que convergem para o desenvolvimento e implantação de um sistema de gestão das iniciativas estratégicas relacionadas ao Planejamento Estratégico do TRT da 1ª Região.

Transparência

No portal são disponibilizadas informações relativas ao detalhamento dos programas de trabalho e sua execução orçamentária e financeira, baseadas no SIAFI e atualizadas mensalmente, informações relativas a despesas com magistrados, servidores públicos e colaboradores e as relativas à totalização de repasses a consignatárias.

Ainda, e também cumprindo a Meta Prioritária 7 do Poder Judiciário para 2010, passou-se a divulgar a produtividade dos magistrados de 1ª e 2ª instâncias. As informações, que já eram divulgadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, passaram a ser disponibilizadas no sítio do Tribunal contendo o número de audiências e conciliações realizadas, além do número de decisões e sentenças por magistrado.

Integração, gestão e estratégia

Em 2010, a área de comunicação adotou ações para promover a constante integração e comprometimento das pessoas com a estratégia organizacional. Houve crescimento da ordem de 47% de matérias divulgadas internamente, integrando informações estratégicas, de responsabilidade socioambiental e de natureza jurídica.

Intercâmbio institucional

Foi realizado o III Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho, entre 15 e 17 de setembro. Além de representantes do Poder Judiciário, o evento contou com ouvidores convidados, criando a oportunidade de compartilhar experiências e desenvolver novas ferramentas e canais de comunicação. O papel das ouvidorias judiciais como instrumentos de fortalecimento e modernização da gestão foi ressaltado, tendo servido como oportunidade para a uniformização dos procedimentos adotados em nível nacional com o objetivo de melhorar o atendimento das demandas decorrentes dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Entre os dias 24 e 26 de novembro foi realizado o Congresso Internacional de Direito Material e Processual do Trabalho, com apoio institucional do TRT/RJ, com o objetivo de fomentar o debate, o estudo e a reflexão sobre temas atuais e polêmicos de Direito Material e Processual do Trabalho. Além de palestrantes brasileiros de renome internacional, e de conferencistas que são verdadeiras referências do Direito do Trabalho em seus países – Jorge do Carmo Silva Leite (Portugal), Augustin Emame (França), Oscar Zas (Argentina) e Peter Gilles (Alemanha) –, outras autoridades estiveram presentes, como a coordenadora do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs, desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo, que preside o TRT da 6ª Região (Pernambuco), além de presidentes, juizes e desembargadores de outros regionais.

3.1.2 CONCLUSÕES

O TRT/RJ considera satisfatórios os resultados alcançados em 2010. Para 2011, o Tribunal não poupará esforços para executar as ações que viabilizem o cumprimento das Metas Prioritárias de 2011 do CNJ, assim como as metas institucionais previstas no Plano Estratégico.

3.2 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO – SÃO PAULO/SP.

3.2.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Assinatura eletrônica de acórdãos em todas as Turmas

A assinatura digital de acórdãos em tempo de sessão, com a imediata disponibilização no *site* do Tribunal e validade legal para todos os fins, trouxe excelentes resultados à tramitação processual com a sensível redução no número de pessoas nos balcões das Secretarias das Turmas. Além disso, registrou-se considerável redução no tempo de ciclo da fase pós-julgamento.

Readequação do quadro de Desembargadores com a redistribuição do saldo pendente em 2º Grau

A posse de 30 desembargadores, com a criação de seis novas Turmas e consequente redistribuição do saldo pendente, que, em abril de 2010, era de 92.648 processos e, em maio de 2011, registrou 36.929, com redução percentual de 60%.

Intensificação das ações de Conciliação

A conciliação, que já apresentava números expressivos no Regional, foi intensificada e sedimentada, inclusive no 2º Grau. Além do ato conciliatório diário, o Tribunal realizou mais dois eventos conciliatórios no ano de 2010.

Hastas Públicas Unificadas

As hastas públicas unificadas se consolidaram como instrumento eficaz e transparente, registrando a média de 55% de lotes válidos arrematados por leilão. Foram realizados 164 leilões em 2010 com arrecadação total de mais de R\$ 208 milhões.

Instalação do Serviço de Gestão Documental e Memória

Os processos de trabalho utilizados no arquivamento de autos foram revistos e nova metodologia de trabalho, apoiada em sistema informatizado cedido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro adaptado para a Justiça do Trabalho, revolucionou a dinâmica de arquivamento de autos. Novos conceitos foram introduzidos: fornecimento de cópias digitais mediante recolhimento de emolumentos, atendimento ao advogado no próprio arquivo com espera máxima de 15 minutos, serviço de auto-atendimento, etc.

A segurança da informação é projeto institucional de alta relevância, sendo que instalações adequadas para os equipamentos é requisito essencial.

3.2.2 CONCLUSÕES

O Poder Judiciário, ao contrário dos órgãos do Executivo, que já vivenciam mudanças no modelo de gestão administrativa há muito mais tempo, tenta ainda incorporar as modernas práticas gestoras à sua atuação administrativa, antes centrada na figura do gestor e no seu entendimento pessoal a respeito da realidade institucional. Trata-se de etapa de internalização dos novos conceitos com o consequente engajamento e amadurecimento do Órgão como um todo.

Esse processo de mudança, significativo e vital, encontra barreiras de difícil, mas não impossível transposição. Há a necessidade de garantir que os rumos institucionais sejam definidos em planos estruturados, de médio e longo prazos, que superem o tempo de um mandato e privilegiem o interesse institucional. Agora, os gestores estão cientes que seu papel se define pela posição de coordenação. Trata-se de mudança profunda que não pode ser debitada a apenas um gestor, mas deve ser integrada à cultura da organização, de forma a garantir que o conceito seja incorporado ao fluxo operacional do Tribunal, em todas as esferas de atuação: judiciária e administrativa.

Os recursos que visualizamos como essenciais, nesse processo de mudança, são a garantia da representatividade e da participação institucional. Não há como se falar em mudanças significativas sem garantir uma visão sistêmica dos objetivos, propiciada pelos representantes das diversas áreas e alçadas. Não há como se esperar um processo continuado, valorizado, sem dar a palavra àqueles que se pretende sejam multiplicadores atuantes no convencimento e amadurecimento da Instituição.

O planejamento deixou o plano das ideias e está sendo incorporado ao operacional, à estrutura organizacional da 2ª Região da Justiça do Trabalho.

3.3 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO – MINAS GERAIS/MG.

3.3.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Considerando a necessidade de aprimoramento da gestão da segurança no Regional, apresentar-se-ão as iniciativas empreendidas para tal finalidade:

INTRODUÇÃO: A segurança das pessoas, a nível federal, estadual e municipal, é uma das prioridades para a população brasileira atualmente, o que se reflete no desenvolvimento das atividades institucionais do Poder Judiciário e em especial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª. Região. Nesse sentido, priorizamos as atividades de segurança e disponibilizamos os talentos humanos e recursos logísticos necessários, neste momento, às atividades de segurança.

OBJETIVO: Tornar as unidades do TRT-3, em todo o Estado de Minas Gerais, mais seguras para magistrados, servidores e todas as demais pessoas que utilizam suas instalações físicas.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

Inicialmente, realizamos um diagnóstico das atividades institucionais, de algumas instalações físicas, dos talentos humanos e dos recursos logísticos disponíveis que nos possibilitassem implementar o presente Projeto:

Extensão da vigilância armada: Atualmente, a vigilância armada foi implantada em sete unidades em Belo Horizonte e 27 unidades do interior do Estado, através da empresa Afeque Serviços de Vigilância Ltda. A implementação desta ação foi desenvolvida de forma que fosse economicamente viável e, nesse sentido, estamos adquirindo armamentos e equipamentos, que vão permitir que os agentes de segurança do Tribunal, que são servidores públicos, assumam a segurança de nossas unidades em Belo Horizonte, liberando 14 vigilantes armados para as unidades do interior. O atual contrato de vigilância armada será aditado em 25%, o que permitirá contratar mais dez vigilantes. Uma nova licitação será realizada com possibilidade de contratação de mais 14 profissionais, alcançando todas as nossas 65 unidades, e estamos verificando a viabilidade quanto aos nossos postos de serviço.

Central de monitoramento: Até o final do exercício de 2011, todas as unidades do Tribunal estarão dotadas de câmeras de circuito fechado de televisão (CFTV), alarmes e portais detectores de metais, que vão possibilitar o acionamento da Central de Monitoramento em Belo Horizonte, com visualização *on-line*. Todo o sistema eletrônico de vigilância estará concentrado em uma única empresa, que irá adquirir os equipamentos e fazer a manutenção e substituições, quando necessário, sendo remunerada como serviços prestados.

Brigada de incêndio: O Tribunal contratou uma empresa que formou 460 brigadistas, que serão utilizados nas Brigadas de Incêndio, atuando inicialmente nos prédios de Belo Horizonte e, posteriormente, nas unidades do interior do Estado de Minas que estão instaladas em prédios.

Indicador: índice de unidades consideradas seguras. Para aferição, foram considerados os equipamentos disponíveis: detector de metal, câmeras de CFTV, sensor de presença, existência de grades nas janelas e utilização de chaves das portas. Para o item pessoal, foi observada a existência de agentes de segurança, porteiros, vigilantes armados e brigadistas de incêndio, e, no item de apoio externo, a realização de reuniões com a Polícia Militar de Minas Gerais, para estreitar os relacionamentos e solicitar apoio de segurança para as unidades do TRT-3. Como último quesito, verificamos se existem registros de controle de acesso de pessoas nas unidades do Tribunal; se foram registradas ocorrências policiais em nossas unidades e qual o índice de violência da cidade.

Na primeira aferição deste indicador, apuramos que atualmente 25,33% das unidades do Tribunal são consideradas seguras. Nas metas estabelecidas, todas deverão ser consideradas seguras até o ano de 2014.

3.3.2 CONCLUSÕES

Dentre os 33 indicadores institucionais fixados pelo Tribunal, 16 alcançaram o desempenho maior ou igual a 90% de alcance da meta, perfazendo um total de 48,49% do total. Apenas 12% dos indicadores obtiveram resultado menor que 60% de atingimento da meta. Ressalta-se que, por ser o primeiro ano de utilização da metodologia *Balanced Scorecard*, há indicadores cujos resultados não foi possível averiguar, uma vez que, mesmo sendo aferidos em sua maioria, não há parâmetros para análise, seja por falta de meta estipulada, ou linha de base, ou simplesmente pela dependência de algumas deliberações do Conselho Nacional de Justiça. Os resultados na íntegra estão disponíveis no site “www.trt3.jus.br”. Mesmo assim, com a compilação dos dados acima apresentados, a partir de 2010 iniciou-se a construção de uma série histórica, que permitirá o aprimoramento da gestão deste Regional.

Muitos têm sido os desafios enfrentados ao longo do trabalho de implantação do Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região. A introdução de uma nova ferramenta de gestão altera o modus operandi da instituição e gera a necessidade de mudanças em sua cultura organizacional. Por tratar-se de um processo, busca-se, por meio da experiência cotidiana, gerar um aprendizado organizacional que possa refletir no desempenho da Instituição.

Considerando o caráter dinâmico do processo de planejamento estratégico, o monitoramento e as revisões periódicas, por meio das reuniões de análise da estratégia, vêm auxiliar a Administração, proporcionando um aperfeiçoamento contínuo e agregando valor, uma vez que abrem a possibilidade de correção de desvios, caso se faça necessário, além de permitir a aprendizagem organizacional.

3.4 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO – RIO GRANDE DO SUL/RS.

3.4.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

O Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho possui 41 projetos estratégicos. Para 2011 e 2012, foram priorizados 26 projetos, dentre os quais destacamos:

Processo Judicial Eletrônico

Implementação de Boas Práticas

Calculista nas Varas

Endomarketing

Melhoria da Qualidade de Vida

Mapeamento das Rotinas de Trabalho

Os projetos estratégicos entraram na fase de execução em abril do ano corrente, razão pela qual ainda não se têm resultados que possam ser mensurados. Essa medição será possível aproximadamente no mês de junho, e os resultados devem ser divulgados nas páginas da internet e intranet do TRT da 4ª Região.

3.4.2 CONCLUSÕES

A experiência de implementação do Plano Estratégico tem sido positiva, observando-se um bom engajamento tanto de magistrados quanto de servidores. O Plano Estratégico já foi desmembrado para a área de Tecnologia da Informação e está sendo concluído na Secretaria de Recursos Humanos. Esses desmembramentos serão importantes para o sucesso na sua execução, considerando que as duas áreas contribuem de forma significativa para as melhorias nos processos internos da instituição.

3.5 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO – BAHIA/BA.

3.5.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Entende-se por principais projetos aqueles considerados estratégicos priorizados pelo Órgão Especial do TRT da 5ª Região (RA TRT5 nº 56 de 16/12/2009). São eles:

| ORDEM | PROJETOS-PRIORIZADOS |
|-------|--|
| 1 | Atualizar a infraestrutura de informática |
| 2 | Redesenhar os processos de trabalho para a 1ª e 2ª instâncias e área administrativa. |
| 2.1 | Normatizar os processos de trabalho redesenhados |
| 2.2 | Disponibilizar informações processuais na internet |
| 2.3 | Formar grupo funcional de calculistas |
| 3 | Adequar a infraestrutura de segurança e física |
| 4 | Implantar projeto para acompanhamento da construção da nova sede do TRT5 no CAB |
| 5 | Implementar a Universidade Corporativa |
| 5.1 | Desenvolver programa de capacitação de pessoas |
| 5.2 | Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de acordo com as competências estratégicas |
| 5.3 | Desenvolver o planejamento da força de trabalho em termo quantitativos |
| 6 | Desenvolver o planejamento orçamentário baseado nas orientações do Plano Estratégico |
| 7 | Implantar os projetos definidos pelo CNJ e CSJT |
| 7.1 | Implantar a Certificação Digital |
| 8 | Melhoria do atendimento ao cliente cidadão |
| 9 | Desenvolver programa de comunicação para os públicos interno e externo |
| 10 | Incentivar o uso da intranet |
| 11 | Desenvolver projeto para racionalização de recursos |
| 12 | Desenvolver Projeto de Modernização do Arquivo |
| 12.1 | Desenvolver Projeto Arquivo Digital |
| 13 | Desenvolver programas de qualidade de vida para magistrados e servidores |
| 13.1 | Desenvolver programa de prevenção de doenças |
| 14 | Desenvolver projeto para efetividade do processo trabalhista |

Além desses projetos considerados estratégicos, desenvolvemos o Projeto Meta 3, única e exclusivamente no sentido do cumprimento da Meta 3 de 2010 do Poder Judiciário, que se destacou e consumiu boa parte da atenção da Administração, desembargadores, juízes de 1º grau e servidores. O nosso desafio era não só solucionar 10% e 20% dos processos em fase de execução não fiscal ou fiscal, respectivamente. O problema estava em desenvolver uma estratégia diferenciada para a capital, com 39 Varas, e para o interior, com 49 unidades.

Pela frente, o desafio abrangeria a insuficiência de espaço físico nas Varas do Trabalho e nas Seções de Arquivo onde se encontrava um sem número de processos sem solução; inconsistência sistêmica no banco de dados; ausência de documentação em alguns momentos da história do Tribunal; desenvolvimento em paralelo do sistema e-Gestão; mudança de cultura dos magistrados de 1ª e 2ª instâncias; posicionamento da Advocacia-Geral da União nos processos em que a União era parte; falta de uma ferramenta adequada para o monitoramento dos projetos.

O fato é que partimos de uma realidade de mais de 148.000 processos na fase de execução em 31/12/2009, com uma taxa de congestionamento de 94%, recebemos durante o exercício mais 26.059 processos e, ao final do exercício, tínhamos 126.366 processos em execução e com uma taxa de congestionamento de 72%. Cumprimos 134% da Meta 3, fiscal e não fiscal, do Poder Judiciário.

Embora não estivesse entre aqueles priorizados estrategicamente, o Projeto Meta 3 tomou corpo ao longo do exercício de 2010 e se transformou no projeto estratégico intitulado “Desenvolver projeto para efetividade do processo trabalhista”, cujas ações, batizadas de “Ações Coordenadas” aproveitam a expertise dessa meta, englobando também as antigas metas 1 e 2 de 2010 do Poder Judiciário, tornando-as metas permanentes da estratégia do TRT da 5ª Região.

3.5.2 CONCLUSÕES

A definição de uma metodologia clara para a propagação do planejamento estratégico é condição determinante para o sucesso do ente, seja público ou privado. Viu-se o envolvimento lento e gradativo por parte dos juízes e servidores desacreditados, que, à medida que viam o resultado positivo das suas investidas despreziosas tornavam-se colaboradores e partícipes da nova realidade. O reconhecimento da Administração através de eventos e premiações correlatas implicou uma disputa sadia entre os colaboradores das 88 unidades judiciárias, ávidos, ao final, por troféus, selos, medalhas, como se fossem atletas. Trata-se de uma verdadeira revolução.

As Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), por seu

turno, foram preponderantes para a maturidade das ações afetas ao planejamento, tantas vezes revisado e atualizado ao longo do período.

Por fim, vimos a crescente demanda por informações estatísticas motivada pela credibilidade dos números divulgados, naturalmente dando forma e exigindo contornos mais adequados para as Assessorias de Planejamento, profissionalizando cada vez mais a atividade.

3.6 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO – PERNAMBUCO/PE.

3.6.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Implantação do Programa de Capacitação Continuada para Servidores - Execução completa do cronograma de cursos previsto para 2010, alinhado ao Planejamento Estratégico do TRT6 (2009-2015).

Programa de Racionalização dos Processos Internos - Implantação do Programa de Racionalização das Rotinas nas unidades judiciárias de 1º grau – Processo trabalhista na fase de conhecimento – Meta 5 do CNJ.

Promover ações de melhorias e adequações na infraestrutura física das Varas do Trabalho do Interior do Estado e promover ações de melhorias e adequações na infraestrutura física do Edifício Sede e seus anexos, respectivamente - Elaboração de relatório com diagnóstico sobre as necessidades de melhorias e adequações na infraestrutura física da Varas do interior, da Região Metropolitana do Recife, Prédio Sede e anexos do TRT6, de acordo com critérios oriundos da NR17 do MTE.

Programa de Saúde Mental - Execução da primeira etapa do programa “Como gerenciar o estresse para oficiais de justiça” e do programa “O impacto da liderança na produção do estresse no ambiente de trabalho e na formação de equipes”.

Modernização do parque de informática - Aquisição de equipamentos de informática e início da renovação do parque, execução do Marco 6 - Entrega do equipamento ao usuário com instalação.

SIAF Gerencial - Utilização do SIAFI gerencial como ferramenta de trabalho da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), inclusive para emissão de relatórios e controle.

Transparência na gestão orçamentária - Instalação e funcionamento do portal da transparência no sítio do TRT6

na internet.

Implantação de vigilância armada por 12 horas nas Varas do Trabalho do interior - Implantação da primeira fase do projeto de vigilância armada.

Desenvolver parcerias com organizações da sociedade civil e outras instituições públicas para o desenvolvimento de ações que promovam a cidadania e a responsabilidade socioambiental - Firmadas parcerias com entidades sociais nas áreas de reciclagem de lixo e feira de orgânicos, e parceria com entidades públicas, em atendimento à Recomendação 25 do CNJ.

Implantar a Gestão Estratégica no Tribunal - Implantação de medidas efetivas para a divulgação e acompanhamento do Planejamento Estratégico do TRT6, tais como palestras e workshops com magistrados e servidores; cursos de capacitação para os gestores (Gestão de Processos e de Projetos); realização das Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAEs (1ª, 2ª, 3ª e 4ª); realização de Pesquisa de Clima Organizacional e de Satisfação; disponibilização de informações pertinentes ao Planejamento Estratégico, mediante link no site do TRT6.

3.6.2 CONCLUSÕES

No exercício em análise, o Tribunal deu especial ênfase à função de planejamento, de forma a melhor conhecer as expectativas de seus clientes e a estabelecer prioridades de atuação. O estabelecimento de metas anuais de desempenho (CNJ), alinhadas às estratégias institucionais de longo prazo, tem contribuído para melhoria dos resultados e para o aperfeiçoamento da gestão de recursos e desenvolvimento progressivo da instituição.

Iniciativas como o gerenciamento e monitoramento das Metas Prioritárias Nacionais do CNJ 2010 e a instituição da Pesquisa de Clima Organizacional e de Satisfação, que serve de ferramenta para aferir diversos indicadores, tanto institucionais como nacionais, contribuíram para que o TRT6 se mantivesse alinhado ao plano estratégico do Poder Judiciário Nacional.

De um modo geral, a gestão estratégica implantada no TRT6 tem realizado o papel de utilizar as informações para uma melhor gestão no Judiciário Trabalhista local, contribuindo, assim, para o alcance de sua missão institucional de “solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho no âmbito do Estado de Pernambuco, de forma rápida e eficaz, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e a paz social”.

3.7 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO – CEARÁ/CE.

3.7.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Durante o exercício de 2010 foi iniciada a implementação de ações para a difusão e para a implementação da estratégia. Em adição, atividades voltadas ao atingimento das Metas Prioritárias definidas para 2010 pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ foram igualmente instituídas.

Dentre os projetos prioritários constantes no plano operacional do PE 2010-2014 do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, merecem destaque as seguintes ações agrupadas na estrutura analítica dos mesmos:

Projeto – Implementação da Gestão Estratégica:

- Visitas às Varas do Trabalho da capital e às unidades administrativas do TRT7 para difusão do PE. Assim como a eleição de um representante para atuar como multiplicador na respectiva unidade.

- Desenvolvimento de um sítio próprio para a Gestão Estratégica abrigando, inclusive, o Escritório de Projetos.

- Iniciação do desenvolvimento do Escritório de Projetos em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI.

- Processo de elaboração de planejamento estratégico para a Escola Judicial.

Projeto – Reestruturação Organizacional:

- Revisão da estrutura organizacional do TRT7, assim como do Regulamento Geral, visando a adaptar o organograma às novas demandas da gestão, como também à implantação da gestão por competências.

Projeto – Implantação do Processo Eletrônico

- Desenvolvimento e implementação no portal de serviços do sítio do TRT7 de ferramenta para petição eletrônico.

Projeto – Melhoria de Gestão na 1ª e na 2ª Instância

- Alinhadas ao Objetivo Estratégico nº 3 do PE 2010-2014 do TRT7 (Racionalizar, padronizar e simplificar fluxos, rotinas e procedimentos administrativos, de modo a elevar a produtividade e tornar mais efetiva a prestação jurisdicional), ações para o cumprimento da Meta 5\2010 do CNJ, qual seja o mapeamento e uniformização do fluxo do processo do trabalho na fase de conhecimento, foram exitosamente

efetivadas, o que resultou no total cumprimento da mesma (mapeamento e modelagem do fluxo e elaboração de manual), assim como no atingimento pleno dos indicadores concernentes ao Objetivo Estratégico supracitado.

A ação acima mencionada foi replicada para a 2ª Instância com o mapeamento do fluxo do processo do trabalho em segundo grau.

- Workshop com Diretores de Secretaria das Varas do Trabalho e da área judiciária da 2ª Instância para diagnóstico de necessidades para priorização de ações de melhoria de gestão.

Projeto – Desenvolvimento Humano

- Pesquisa realizada pela Divisão de Assistência ao servidor possibilitou diagnóstico de necessidades no que concerne às ações que visam à melhoria da qualidade de vida de magistrados e servidores.

Projeto - Desenvolvimento e Governança de TI

Desenvolvimento, validação e implementação do planejamento estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Projeto – Melhoria de Gestão Administrativa

- Workshop com Diretores da área administrativa para diagnóstico de necessidades para priorização de ações de melhoria de gestão.

- Início do processo de mapeamento de rotinas e procedimentos na área administrativa do TRT da 7ª Região.

3.7.2 CONCLUSÕES

As atividades executadas em 2010 pelo TRT 7ª Região priorizaram mecanismos para divulgação do PE junto a magistrados e servidores, visando ao envolvimento de todos em sua implementação. *Pari passu*, realizaram-se ações de mudanças na estrutura organizacional com o fito de atender às novas demandas da gestão assim como preparar as unidades organizacionais para o desdobramento da estratégia.

3.8 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO – PARÁ/PA E AMAPÁ/AP.

3.8.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

O TRT da 8ª Região foi o primeiro Tribunal brasileiro

a adequar seu planejamento estratégico à Resolução n.º 70/2009, do Conselho Nacional de Justiça. O plano estratégico do Tribunal contém sete objetivos, distribuídos em quatro perspectivas de gestão: sociedade, gestão de processos, aprendizado e crescimento e gestão orçamentária e financeira. Sintetizamos a seguir alguns dos principais projetos e resultados alcançados no ano de 2010.

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

Projeto Conciliar

Na conciliação, a solução é mais rápida, porque o acordo geralmente é feito com o pagamento em parcela única ou em poucas parcelas e, muitas vezes, sem necessidade de execução. Nela, as partes participam da solução, razão pela qual a possibilidade de aceitação e cumprimento imediato e espontâneo é maior do que na execução da sentença, quando não há o acordo. Com o intuito de elevar para 50% a taxa de conciliação na primeira instância, até dezembro de 2013, o TRT da 8ª Região desenvolveu o Projeto Conciliar, que objetiva estimular a conciliação nos processos que tramitam em primeira e segunda instância, inclusive em grau de Recurso de Revista. Em função dos resultados alcançados, o Projeto Conciliar foi o vencedor do IPRÊMIO CONCILIAR É LEGAL, na Categoria Paz Duradoura, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, em dezembro de 2010.

Sustentação Oral a Distância (e-SOD)

Para contribuir com a meta de redução para 12% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento, em 1º e 2º graus, até dezembro de 2013, o Tribunal inaugurou um novo momento na Justiça do Trabalho, possibilitando que, por sistema virtual de videoconferência nos julgamentos de recursos, os advogados façam a sustentação oral junto ao Tribunal. A iniciativa pioneira foi uma das finalistas da X MOSTRA NACIONAL DE TRABALHOS DE QUALIDADE DO PODER JUDICIÁRIO, promovida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em outubro de 2010.

PERSPECTIVA DA GESTÃO DE PROCESSOS

Terceiro menor congestionamento na Execução

Há cinco anos, a 8ª Região permanece entre as nove Regiões Judiciárias que mais receberam processos a cada ano, juntamente com a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 9ª e 15ª Regiões. Esta é uma das conclusões do Relatório Geral da Justiça do Trabalho. Mesmo com esta elevada movimentação processual, a 8ª Região registrou a quinta menor taxa de

congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau, com apenas 15,91%, valor bem abaixo da média nacional (35,25%). Na fase de execução, o desempenho foi ainda melhor, tendo a 8ª Região registrado o terceiro menor congestionamento nesta fase (54,68%), valor também inferior à média nacional de 67,87%.

Projeto de Liquidação Eletrônica (Depósito Judicial e Alvará Eletrônico)

O Projeto de Liquidação Eletrônica de Processos consiste na interligação dos Tribunais Regionais do Trabalho com a Caixa Econômica Federal para recebimento de arquivos contendo informações para depósitos e levantamentos de contas judiciais. Este serviço encontra-se regulamentado na Instrução Normativa nº 33/2008, do TST. Em novembro de 2010, o TRT da 8ª Região foi o primeiro Tribunal a liquidar eletronicamente os débitos trabalhistas com o jurisdicionado, bem como realizar os recolhimentos a favor do Tesouro Nacional, referentes a débitos a título de INSS e imposto de renda. O projeto funciona em caráter experimental na 13ª Vara do Trabalho de Belém.

Central de Mandados e Núcleo de Pesquisa e Informação

Após a realização do Workshop das Metas Prioritárias, no primeiro semestre de 2010, o Conselho Nacional de Justiça, no site “Canal da Estratégia do Judiciário Brasileiro”, sugeriu o modelo de gestão da Central de Mandados de Belém como boa prática de gestão. O modelo é baseado no tripé penhora, remove e vende apoiado por um núcleo de pesquisa e informação. A criação de órgão semelhante foi aprovada como meta específica da Justiça do Trabalho para 2011.

Sistema JurisCalc

O JurisCalc é um sistema de cálculos trabalhistas, desenvolvido pelo TRT da 8ª Região. O Sistema é altamente parametrizado e facilita o preparo de sentenças líquidas. Integrado tanto ao registro da reclamação como à tabela de assuntos do CNJ, redonda em iniciais líquidas. Também tem servido como dado de referência no registro dos recursos para facilitar a prolação de acórdãos líquidos. Em 2010, a 1ª Instância alcançou o índice de 91% de sentenças líquidas.

PERSPECTIVA DO APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Gestão por Competências

O projeto-piloto de avaliação de perfis profissionais

por competência dos gestores, que atende à meta de converter 100% dos processos e instrumentos aplicados no desenvolvimento de pessoas para o sistema de gestão por competências, até dezembro de 2013, foi concluída em fevereiro de 2010. O Sistema de Gestão por Competências foi instituído pela política de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Resolução nº 408/2008) para planejar, monitorar e avaliar ações de treinamento a partir da identificação de competências necessárias ao servidor, no exercício de sua função.

O projeto-piloto de avaliação dos perfis profissionais desenvolvido pelo TRT8 ficou em 2º lugar na categoria Gestão por Competências, do PRÊMIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DO JUDICIÁRIO, promovido pelo Fórum Brasileiro de Educação Corporativa (FECJUS). No mesmo ano, o projeto sagrou-se vencedor da X MOSTRA NACIONAL DE TRABALHOS DE QUALIDADE DO PODER JUDICIÁRIO, promovida pelo CSJT.

Campus Virtual

Para alcançar a meta de treinar 40h/magistrados e servidores, em média, por ano, o TRT da 8ª Região mantém, desde 2008, o Portal de Educação Corporativa Campus Virtual (<http://campusvirtual.trt8.jus.br>). Baseado em plataforma livre, a solução de Educação a Distância utilizada pelo Tribunal sagrou-se vencedora do PRÊMIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DO JUDICIÁRIO na categoria Educação a Distância.

3.8.2 CONCLUSÕES

Os primeiros resultados alcançados com a execução da estratégia institucional comprovam que o planejamento e a gestão estratégica configuram-se como importantes instrumentos para consolidar o processo de modernização administrativa do TRT da 8ª Região, contribuindo para o alcance da sua visão de futuro: ser reconhecido como um dos melhores tribunais para se trabalhar e de melhores resultados.

3.9 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ/PR.

3.9.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Reestruturação Organizacional e Funcional das Unidades Administrativas de 2º Grau.

Adequação da estrutura organizacional e funcional das

áreas administrativas e judiciárias do TRT-PR.

Status: Finalizado.

Implantação do Processo Judicial Eletrônico.

Realizar a migração, nas Varas do Trabalho de Curitiba e interior, do processo judicial físico para o eletrônico, em consonância com a Resolução Administrativa 105/2009, do Órgão Especial.

Status: Em andamento. Todas as Varas de Curitiba e de Cambé, Colombo e Posto de Atendimento de Campo Largo já trabalham exclusivamente com o processo judicial eletrônico.

Sistema FIDELIS – Gravação Audiovisual de Audiências.

Desenvolvimento de sistema para armazenamento, distribuição, gravação, degravação e transcrição de audiências com marcações de temas e subtemas por depoente e sua qualificação em tempo real. Extrair de modo seguro, gravação de mídias (áudio e/ou vídeo) de sessões jurisdicionais atrelado a um sistema de acompanhamento textual, proporcionando a criação de “ata” eletrônica com recursos para busca de trechos das referidas gravações.

Status: Finalizado. O sistema já está pronto, todavia encontra-se em fase de contratação de empresa para a distribuição às demais unidades do TRT que ainda não utilizam. Está em negociação para distribuição nacional pelo CSJT. Foi destaque em 2010 por ser vencedor na categoria Tribunal do VII Prêmio Innovare, que reconhece as práticas inovadoras do Judiciário

Carta de Serviços ao Cidadão.

Tem por objetivo facilitar e ampliar o acesso do cidadão aos seus serviços, estimulando sua participação no monitoramento do setor público, induzindo-o ao controle social e promovendo a melhoria da qualidade do atendimento prestado. A Carta de Serviços, ferramenta do Programa Gespública, é um documento que visa a informar aos cidadãos como acessar e obter um ou mais serviços prestados por ele.

Status: Finalizado. O TRT-PR foi o primeiro órgão do

Judiciário do Paraná a publicar a carta de serviços ao cidadão. Em 2010 recebeu o prêmio Nacional da Gestão Pública - PQGF 2010.

Memorial da Justiça.

Fomentar e implementar políticas que visem ao resgate, à restauração, à preservação e à guarda de móveis, objetos, processos e documentos integrantes do acervo histórico da Justiça do Trabalho. Difusão do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho, mediante abertura do espaço ao público para visitação e pesquisa científica. Promover e difundir o papel social, cultural e educativo da memória da Justiça do Trabalho.

Status: Finalizado.

Política Institucional Imobiliária.

Implementar política institucional capaz de nortear as ações e investimentos da administração em obras, reformas e adaptações.

Status: Finalizado.

Política de Segurança Institucional.

Implementar regulamentação a respeito do acesso às instalações físicas das sedes do Tribunal, visando a proporcionar maior segurança tanto a magistrados e servidores quanto aos processos e bens sob sua responsabilidade.

Status: Em andamento.

3.10 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO – DISTRITO FEDERAL/DF E TOCANTINS/TO.

3.10.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

O TRT-10 priorizou dez projetos estratégicos, citados logo abaixo. Em 2010, foram designados gestores e componentes das equipes de projeto, assim como foram concebidos planos de projetos, tanto em 2010, quanto em 2011, com o auxílio das sistemáticas do escritório de projetos. Esses projetos tratam das linhas de ação mais relevantes para o alcance dos objetivos estratégicos e têm contado com importantes iniciativas, especialmente com relação aos temas estratégicos gestão de pessoas e eficiência operacional. É necessário acrescentar que outras ações estratégicas, não inseridas em projetos, têm sido promovidas.

| Projetos Estratégicos do TRT 10 |
|--|
| 1. PROJETO INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA |
| 2. PROJETO CAPACITAÇÃO ESTRATÉGICA |
| 3. PROJETO A DÉCIMA É 10! |
| 4. PROJETO RACIONALIZANDO |
| 5. PROJETO COMUNICAÇÃO 10 |
| 6. PROJETO DIVULGANDO NA MÍDIA |
| 7. PROJETO TRT RESPONSÁVEL |
| 8. PROJETO GESTÃO POR COMPETÊNCIAS |
| 9. PROJETO VIRTUALIZANDO |
| 10. PROJETO TI À DÉCIMA POTÊNCIA |

O TRT-10 tem investido muito no aprimoramento de sua comunicação. Um dos pontos a serem destacados nesse sentido é a criação do Portal de Gestão Estratégica, desde junho de 2010 hospedado na página eletrônica do Tribunal, que conta com uma média mensal superior a 3000 acessos. Observa-se que o Portal recebe comentários externos com frequência, o que evidencia o interesse desse público, que se depara com uma Justiça preocupada em se aperfeiçoar e se utilizando, para tanto, de ferramentas e métodos modernos - fator que pode vir a contribuir para a melhoria da imagem institucional. Os projetos estratégicos procuram atuar de forma sinérgica: a comunicação foi também o tema central do III Encontro Gerencial, evento direcionado aos servidores dos vários níveis de gestão, recém-realizado no início de junho – uma iniciativa do Projeto Capacitação Estratégica.

O Projeto Integração Estratégica, por sua vez, está voltado para o desdobramento da estratégia do TRT-10 nas unidades e, embora por pouco não tenha atingido a ambiciosa meta traçada para 2010, segue comunicando o direcionamento estratégico do Tribunal e promovendo a discussão quanto à contribuição das unidades para o Planejamento Estratégico. É importante chamar a atenção para a metodologia desenvolvida para a condução da Oficina de Desdobramento da Estratégia – evento-chave.

Cabe dar o devido destaque ao esforço empreendido no acompanhamento do planejamento estratégico. Desde março de 2010, o TRT-10 realiza Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs – trimestralmente. Nessas reuniões, abertas e divulgadas com muita ênfase, são discutidos os índices estratégicos obtidos, os ajustes necessários nos indicadores e o andamento dos projetos. As RAEs propiciam uma apreciação transparente das ações e dos resultados do Planejamento Estratégico. Além das RAEs, ocorrem também Reuniões de Trabalho do Comitê de Gestão Estratégica – CGE, normalmente antecedendo as RAEs, com o objetivo de aprofundar a análise das questões estratégicas.

É válido ressaltar que o TRT-10 tem se dedicado seriamente às pesquisas, tanto de caráter interno quanto externo. As

pesquisas para obtenção de indicadores estratégicos são realizadas sob significativo aporte científico, os questionários são cuidadosamente preparados e os resultados são analisados com o auxílio de métodos estatísticos robustos, em que se verifica, inclusive, o grau de confiabilidade das respostas. Duas extensas pesquisas internas são fontes de dados para os indicadores estratégicos: a Pesquisa de Satisfação e Bem-Estar de Magistrados e Servidores e a Pesquisa de Satisfação com a Comunicação Interna e com os Sistemas de Tecnologia da Informação. Vale notar também que existe todo um arranjo para assegurar a magistrados e servidores a certeza quanto à não possibilidade de identificação dos respondentes às pesquisas, ainda que sejam intermediadas por meio eletrônico.

No final de 2010, foi realizada a 2ª Pesquisa de Satisfação do Usuário Externo, envolvendo um total aproximado de 1500 respondentes, dentre advogados e jurisdicionados. A pesquisa é fundamental para gerar o indicador estratégico nº 1 (Índice de Satisfação do Usuário), que foi elevado de 40% em 2009 para 62% em 2010. Em termos práticos, isso significa dizer que o TRT-10 já chegou ao índice de satisfação proposto para 2014 (60%), o que se traduz num desafio ainda maior: manter os patamares de excelência nesse quesito.

3.10.2 CONCLUSÕES

O TRT-10 atingiu, no primeiro ano de Planejamento Estratégico, 50% de suas metas. Em números absolutos, nove dos 18 objetivos estratégicos tiveram suas metas alcançadas em 2010. Dessa forma, estão sendo devidamente cumpridos (índices superiores a 90% de alcance das metas) os objetivos relativos a: aprimorar continuamente os procedimentos judiciais, inclusive na conciliação; promover a efetividade da execução; garantir qualidade, funcionalidade e segurança das instalações e acessibilidade às pessoas; melhorar continuamente os procedimentos de trabalho; implantar o processo de gestão por competências; viabilizar a capacitação das pessoas para o alcance da estratégia; disseminar a cultura de visão sistêmica; disseminar a cultura de responsabilidade social e ambiental; e assegurar ferramentas de TIC adequadas à estratégia.

Os objetivos que foram parcialmente cumpridos (entre 60 e 90% de alcance das metas) foram: aprimorar o acesso à Justiça do Trabalho; considerar o impacto social e ambiental na sua atuação; e melhorar continuamente a saúde e a qualidade de vida no trabalho.

O único objetivo estratégico que não atingiu ao menos 60% de alcance das metas diz respeito à adequação da estrutura organizacional à estratégia. Esse objetivo tem como indicadores estratégicos o índice de sucesso dos projetos estratégicos e o índice de unidades alinhadas com

o Planejamento Estratégico. Apesar de ter alcançado 84% da meta proposta para o segundo indicador, é necessário explicar que, no que se refere ao primeiro indicador, nenhum dos projetos estratégicos alcançou integralmente as metas propostas no âmbito dos projetos em 2010, especificamente as que se referem aos prazos estabelecidos.

3.11 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO – AMAZONAS/AM E RORAIMA/RR.

3.11.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Foram desenvolvidas diversas atividades para cumprimento das metas estabelecidas passando pela capacitação em gerenciamento de projetos, em gerenciamento da rotina, em sistemas de informática, pelo desenvolvimento do sistema do Processo Administrativo Eletrônico que irá agilizar os trâmites administrativos do TRT-11, pela instalação das catracas e do ponto eletrônico, pela criação do Centro de Memória Judicial do TRT-11 (CEMEJ11^a), pela realização dos projetos arquitetônico do novo Fórum Trabalhista de Manaus e da Reedificação do Prédio Sede.

Alinhado com os temas infraestrutura e tecnologia, eficiência operacional e gestão de pessoas, o projeto para criar um programa de treinamento em Sistemas Informatizados resultou em cursos que, em 2010, totalizaram 112 horas de treinamento e o oferecimento de 590 vagas em treinamentos internos, ministrados por servidores da área de informática e sem custo adicional para o Regional.

No mesmo sentido, o projeto de Modernização dos Equipamentos de Informática permitiu adquirir e distribuir novos equipamentos informáticos para todo o Regional, inclusive o interior.

Visando à busca da excelência e ao alinhamento estratégico, foi criado e estruturado o Núcleo de Gestão Estratégica e o Escritório de Gerenciamento de Projetos, que possibilitou a criação da política e metodologia de gerenciamento de projetos.

Por fim, o projeto de Instalação do Sítio Backup e Sala Cofre permitiu ao Regional alcançar níveis altíssimos de confiabilidade, segurança e disponibilidade dos equipamentos e informações do Centro de Dados (DataCenter), assegurando que os dados do TRT-11 estejam imunes a perdas em virtudes de sinistros, tais como incêndio, inundações, variações de temperatura e umidade, arrombamentos, etc. Tal projeto envolveu pesados investimentos e seguiu normas de padrões de segurança internacionais como ABNT 11515, ABNT NBR 15247, ABNT NBR TEC 60529, NBR-ISO 17999 e EN1047-2

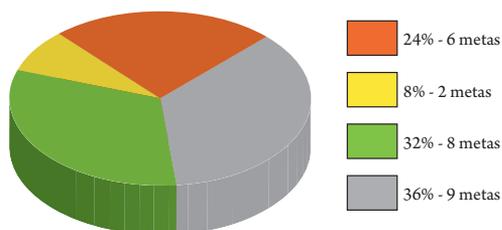
Para o monitoramento visual de nossos projetos, criamos a matriz de Projetos Estratégicos versus Objetivos, de modo

3.11.2 CONCLUSÕES

As ações estratégicas em curso no âmbito do Tribunal e os resultados que estamos alcançando nos mostram que estamos na direção certa em nossa busca de prestar o melhor serviço aos nossos jurisdicionados. Conhecemos nossas forças e fraquezas e encaramos o nosso Planejamento Estratégico como um processo de aprendizado e como a melhor forma para melhorarmos continuamente nossas ações.

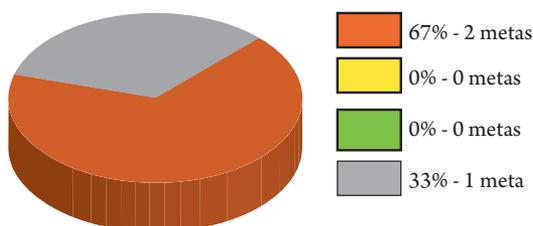
Não podemos esquecer que nosso Tribunal está inserido em uma região com grandes desafios geográficos. A distância entre nossas Varas é, em média, de 540 km, com uma população de baixa densidade demográfica e recursos de infraestrutura locais limitados. O que nos remete a um desafio maior de integração dessas diversas realidades em um sentido único.

1. Eficiência Operacional



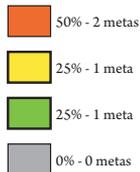
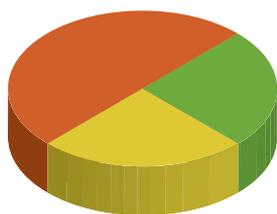
| 1,3 | 1. Eficiência Operacional | 2009 | Meta 2010 | Situação Atual | Meta 2014 | Setor Resp. |
|------|---|---------|-----------|----------------|-----------|-------------|
| 116% | 1.1 - Eficiência Operacional (CN J11) | 5461,25 | 5300 | R\$ 4.558,13 | 4900 | SCF |
| 324% | 1.2 - Eficiência na arrecadação de receitas (CN J12) | 5,07% | 6,00% | 19,41% | 10,00% | SCF |
| 139% | 1.3 - Custo médio da Justiça Itinerante | 309,2 | 309,2 | R\$ 222,66 | 309,2 | Cor |
| 103% | 1.4 - Índice de investimento em Tecnologia e Comunicação | 1,10% | 1,20% | 1,24% | 2,00% | SETI |
| N/D | 1.5 - Índice de Investimento em Terceirizados | 0,60% | 0,40% | N/D | 2,00% | SCF |
| 95% | 1.6 - Índice de Investimento em Ampliação de Infraestrutura | 0,35% | 4,00% | 3,80% | 20,00% | SCF |
| 130% | 1.7 - Índice de investimento em Manutenção de Infraestrutura | 2,00% | 2,00% | 2,60% | 4,00% | SCF |
| 6% | 1.8 - Taxa de Congestionamento (conhec.) (CN J03) | 26,05% | 23,00% | 1,46% | 15,00% | Cor |
| 76% | 1.9 - Produtividade do Magistrado (conhec.) (CN J04) | 862,63 | 905,76 | 691,56 | 1078,29 | Cor |
| N/D | 1.10 - Índice de atendimento à demanda (CN J05) | 9,01% | 10,00% | N/D | 30,00% | Cor |
| N/D | 1.11 - Índice de agilidade no julgamento (CN J06) | 95,00% | 96,00% | N/D | 100,00% | Cor |
| N/D | 1.12 - Índice de processos antigos (CN J07) | 10,00% | 5,00% | N/D | 1,00% | Cor |
| N/I | 1.13 - Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços (CN J08) | 70,00% | 75,00% | N/I | 95,00% | SCAD |
| 0% | 1.14 - Índice de virtualização dos processos (CN J09) | 10,00% | 20,00% | 0,00% | 100,00% | SETI |
| N/I | 1.15 - Índice de agilidade na publicação dos acordãos (CN J10) | 20,00% | 35,00% | N/I | 95,00% | SCJ |
| 73% | 1.16.1 - Prazo Médio da 1ª Audiência (Ord) | 108 | 90 | 123 | 60 | SETI |
| 47% | 1.16.2 - Prazo Médio da 1ª Audiência (Sum) | 50 | 30 | 64 | 15 | SETI |
| N/I | 1.17 - Prazo de atendimento na Distribuição (Reclamação Verbal) | 84 | 72 | N/I | 24 | Dist1 |
| N/D | 1.18 - Prazo Médio da Execução | 250 | 240 | N/D | 200 | Cor |
| 56% | 1.19.1 - Prazo Médio de Julgamento na 2ª Instância (Ord) | 0 | 90 | 160 | 30 | STP |
| 22% | 1.19.2 - Prazo Médio de Julgamento na 2ª Instância (Sum) | 40 | 20 | 92 | 15 | STP |
| 131% | 1.20 - Prazo Médio de Atendimento da Informática | 24 | 20 | 15,25 | 4 | SETI |
| 36% | 1.21 - Prazo Médio de Atendimento da Manutenção | 15 | 12 | 33,7 | 4 | SG |
| 90% | 1.22 - Prazo Médio para Elaboração de Projetos de Engenharia | 30 | 27 | 30 | 15 | DG |
| N/D | 1.23 - Prazo Médio para Cumprimento dos Mandados | 80 | 20 | N/D | 10 | Cor |

2. Acesso ao Sistema de Justiça



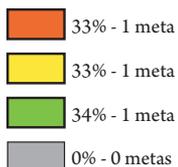
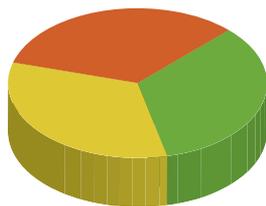
| 0,7 | 2. Acesso ao Sistema de Justiça | 2009 | Meta 2010 | Situação Atual | Meta 2014 | Setor Resp. |
|-----|---|--------|-----------|----------------|-----------|-------------|
| N/D | 2.1 - Índice de acesso à Justiça (CN J16) | 71,50% | 75,00% | N/D | 89,00% | Cor |
| 3% | 2.2 - Taxa de Congestionamento na fase de execução (CN J17) | 67,50% | 65,00% | 2,13% | 45,00% | Cor |
| 8% | 2.3 - Produtividade do Magistrado (Execução) (CN J18) | 756 | 793 | 60 | 5,00% | Cor |

3. Responsabilidade Social



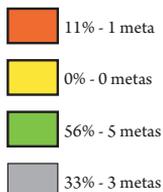
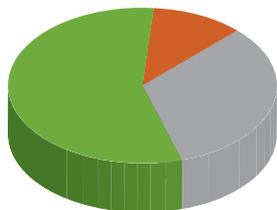
| 2 | 3. Responsabilidade Social | 2009 | Meta 2010 | Situação Atual | Meta 2014 | Sector Resp. |
|-------|--|------------|-----------|----------------|-----------|--------------|
| 119% | 3.1-Número de pessoas beneficiadas por projetos sociais (CN J19) | N/D | 100 | 119 | 200 | AS |
| 58% | 3.2-Redução do consumo de papel (CN J13) | 10422 | 2,00% | 1,16% | 10,00% | MP |
| 70% | 3.3-Redução do consumo de água (CN J14) - m3 | 4230,96 | 4230,96 | 6056,04 | 4230,96 | SG |
| -378% | 3.4-Redução do consumo de energia (CN J15) - KWh | 1975509,96 | 1,00% | -3,78% | 5,00% | SG |

4. Alinhamento e Integração



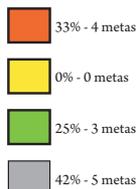
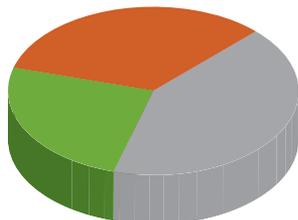
| 2 | 4. Alinhamento e Integração | 2009 | Meta 2010 | Situação Atual | Meta 2014 | Sector Resp. |
|------|--|------|-----------|----------------|-----------|--------------|
| 187% | 4.1 Índice de alcance das metas (CN J33) | N/D | 20,00% | 37,31% | 100,00% | NPE |
| 0% | 4.2 - Índice de gestão participativa (CN J20) | 4 | 100,00% | 0,00% | 100,00% | NPE |
| 83% | 4.3 - Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos (CN J21) | N/D | 20,00% | 16,67% | 100,00% | NPE |

5. Atuação Institucional



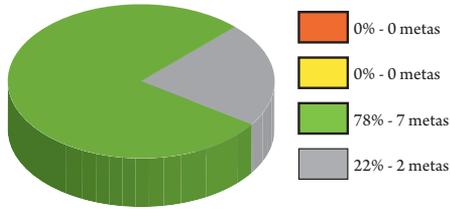
| 1,7 | 5. Atuação Institucional | 2009 | Meta 2010 | Situação Atual | Meta 2014 | Sector Resp. |
|------|---|-------------|-----------|----------------|-----------|--------------|
| 0% | 5.1 - Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet (CN J26) | 80,00% | 85,00% | 0,00% | 100,00% | SETI |
| 118% | 5.2 - Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet (CN J27) | 80,00% | 85,00% | 100,00% | 100,00% | SETI |
| N/I | 5.3 - Índice de inserções institucionais na mídia (CN J28) | 389 | 4,00% | N/I | 20,00% | ACS |
| N/I | 5.4 - Índice de matérias institucionais positivas (CN J29) | 40,00% | 50,00% | N/I | 90,00% | ACS |
| N/D | 5.5 - Índice de promoção de valores éticos e morais (CN J25) | N/D | 3 | N/D | 1 | STC |
| 100% | 5.6 - Índice de visitas nos eventos do Memorial do Regional | N/D | 0 | 55 | 800 | CEMEJ |
| 600% | 5.7 - Índice de aproveitamento das práticas constantes no Banco de Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário (CN J22) | N/D | 1 | 6 | 5 | NPE |
| 100% | 5.8 - Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário (CN J23) | 2 parcerias | 100,00% | 100,00% | 100,00% | NPE |
| 100% | 5.9 - Índice de parcerias estratégicas | 6 parcerias | 100,00% | 100,00% | 100,00% | NPE |

6. Gestão de Pessoas



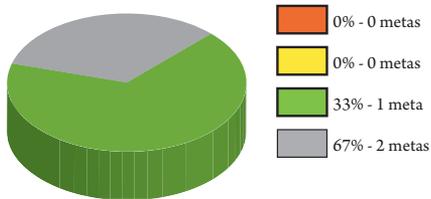
| 1,1 | 6. Gestão de Pessoas | 2009 | Meta 2010 | Situação Atual | Meta 2014 | Sector Resp. |
|------|---|-------|-----------|----------------|-----------|--------------|
| 50% | 6.1 - Índice de capacitação nas competências estratégicas e técnicas de gestão (CN J30) | 4,00% | 6,00% | 3,00% | 14,00% | STC |
| 445% | 6.2 - Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação (CN J31) | N/D | 20,00% | 89,00% | 60,00% | STC |
| 729% | 6.3 - Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação (CN J32) | 0,11% | 0,14% | 1,02% | 0,31% | SOF |
| 167% | 6.4 - Índice de capacitação nas competências judiciais | 2,00% | 3,00% | 5,00% | 23,00% | STC/EJ |
| 20% | 6.5.1 - Índice de rotatividade dos servidores em 1ª Instância | 3,83% | 3,00% | 15,25% | 2,00% | SP |
| 33% | 6.5.2 - Índice de rotatividade dos servidores em 2ª Instância | 2,78% | 2,00% | 6,08% | 1,00% | SP |
| N/D | 6.5.3 - Índice de rotatividade dos servidores externa | N/D | 0,00% | N/D | 0,00% | SP |
| N/I | 6.6 - Quantidade de ações para a promoção de troca de experiência realizadas ao ano | N/D | 1 | N/I | 1 | ACS |
| N/D | 6.7 - Índice do clima Organizacional (CN J34) | N/D | 40,00% | N/D | 80,00% | STC |
| 3% | 6.8 - Índice de absenteísmo (CN J35) | 0,11% | 0,10% | 3,54% | 0,06% | SP |
| N/I | 6.9 - Índice de prevenção de saúde | N/D | 20,00% | N/I | 100,00% | SM |
| N/D | 6.10 - Índice de Satisfação com o Atendimento Médico | N/D | 55,00% | N/D | 75,00% | Ouv |

7. Infraestrutura e Tecnologia



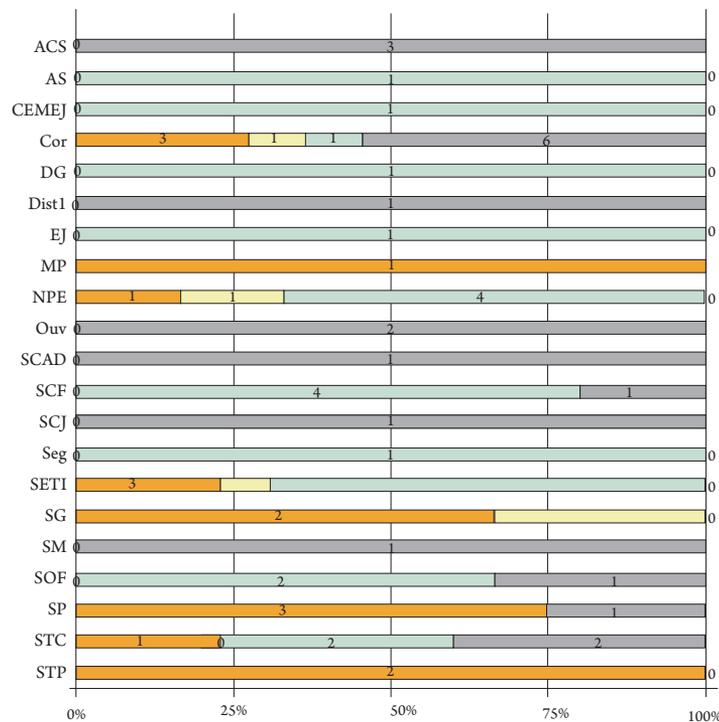
| 2,3 | 7. Infraestrutura e Tecnologia | 2009 | Meta 2010 | Situação Atual | Meta 2014 | Setor Resp. |
|------|--|--------------------------|-----------|----------------|-----------|-------------|
| 130% | 7.1 - Índice de treinamento nos Sistemas Tecnológicos | 1,8 | 2 | 2,605893186 | 10 | SETI |
| 550% | 7.2 - Quantidade de soluções tecnológicas desenvolvidas no ano, com foco na estratégia. | 27 | 2 | 11 | 10 | SETI |
| 110% | 7.3 - Índice de aderência aos padrões mínimos de TI (CN J37) | 55,00% | 60,00% | 65,78% | 100,00% | SETI |
| 118% | 7.4 - Índice de aderência às PETI (Planejamento Estratégico de TI) (CN J41) | 55,00% | 60,00% | 70,96% | 100,00% | SETI |
| 104% | 7.5 - Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia (CN J42) | 92,00% | 95,00% | 98,80% | 99,00% | SETI |
| 104% | 7.6 - Índice de disponibilidade de sistemas on-line (CN J43) | 92,00% | 95,00% | 98,80% | 99,99% | SETI |
| N/D | 7.7 - Índice de satisfação com as instalações físicas (CN J39) | N/D | 30,00% | N/D | 70,00% | Ouv |
| N/I | 7.8 - Índice de condições de trabalho | N/D | 30,00% | N/I | 70,00% | SM/AS |
| 133% | 7.9 - Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica em período | 15 unidades c/ segurança | 30,00% | 40,00% | 100,00% | Seg |

8. Orçamento



| 1 | 8. Orçamento | 2009 | Meta 2010 | Situação Atual | Meta 2014 | Setor Resp. |
|-----|--|---------|-----------|----------------|-----------|-------------|
| N/D | 8.1 - Índice de orçamento estratégico (CN J44) | N/D | 0,30% | N/D | 1,50% | SOF |
| N/D | 8.2 - Índice de execução do orçamento estratégico (CN J45) | N/D | 100,00% | N/D | 100,00% | SOF/NPE |
| 97% | 8.3 - Índice de execução do orçamento disponibilizado (CN J46) | 100,00% | 100,00% | 97,46% | 100,00% | SOF |

Desempenho dos Setores



LEGENDA:

ACS - Assessoria de Comunicação Social
 MP - Material e Patrimonio
 SETI - Tecnologia da Informação
 AS - Ação Social
 NPE - Núcleo de Planejamento Estratégico
 SG - Serviços Gerais
 CEMEJ - Centro de Memória

Ouv - Ouvidoria
 SM - Setor Médico
 SCAD - Secretaria de Coordenação Administrativa
 SOF - Orçamento e Finanças
 DG - Diretoria Geral
 SCF - Secretaria de Coordenação Financeira

SP - Serviço de Pessoal
 Dist1 - Distribuição dos Feitos da 1ª Instância
 SCJ - Secretaria de Coordenação Judiciária
 STC - Treinamento e Concurso
 EJ - Escola Judicial
 Seg - Segurança
 STP - Tribunal Pleno/Turmas

3.12 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO – SANTA CATARINA/SC.

3.12.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Projeto Gestão Orçamentária

É finalidade do projeto aprimorar os procedimentos da Gestão Orçamentária do Tribunal com foco no seu objetivo estratégico, qual seja: “Buscar a excelência na gestão orçamentária assegurando a execução da estratégia”. Para tanto, foi instituído o Calendário Orçamentário do TRT/SC, com definição de procedimentos e de unidades gestoras para elaboração das Propostas (Prévia e Definitiva) e da Execução Orçamentária.

Houve melhora na gestão orçamentária, sendo que 82,5% do orçamento de custeio e capital pôde ser executado até outubro de 2010.

Programa Divulgar a JT-SC

O programa tem como objetivo uma maior aproximação da Justiça do Trabalho de Santa Catarina de seus jurisdicionados por meio da renovação de suas ferramentas de comunicação:

1 - **Twitter no TRT** - ferramenta de informação em tempo real. Notícias sobre julgamentos que acabaram de iniciar, resultados resumidos de julgamento, eventos e também notícias jurídicas e institucionais, sempre com orientação ao público externo.

2 - **Canal do TRT/SC no YouTube** - a postagem das atuais produções vem sendo feita regularmente e, na medida do tempo disponível, a das produções dos anos anteriores.

3 - **Justiça do Trabalho no Rádio** - o programa está sendo transmitido por oito emissoras em Santa Catarina. A abrangência dessas rádios alcança mais de 100 municípios.

4 - **Justiça em Movimento no Além das Imagens** - o programa de reportagens sobre o mundo do trabalho com posteriores debates, inspirado nas atividades econômicas das várias regiões catarinenses, tem o objetivo de documentar o mundo real, a partir do “chão de fábrica” das mais diversificadas atividades, abordando sempre questões importantes nas relações de trabalho. Entre os assuntos abordados estão: trabalho em frigoríficos, em minas de carvão, na indústria têxtil, na metalurgia e no telemarketing, oportunizando maior integração entre a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e representantes de trabalhadores e empregadores.

Projeto Saúde Visual

O projeto busca identificar diferenças qualitativas e quantitativas na saúde visual dos servidores e magistrados com o uso do Provi, obtendo uma avaliação oftalmológica para verificar a necessidade de correções visuais.

Projeto Comitê de Eficiência Operacional

O projeto instituiu grupo multidisciplinar para identificar e propor, mediante análise e diagnóstico, à Administração medidas que estimulem e auxiliem as unidades de 1º grau da JT-SC para o alcance das Metas 1, 2 e 3, como o reconhecimento de unidades que alcançaram as Metas e a divulgação de boas práticas.

Projeto Racionalizar

É foco do projeto a realização de ações pontuais, divulgação dos indicadores por localidade e campanhas de sensibilização/conscientização quanto ao consumo de energia, telefone, papel, água e combustível. Em 2010, o TRT/SC reduziu em 2,17% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) destes itens, superando a Meta 6 do CNJ.

Programa Processo Judicial Virtual

Programa estratégico destinado a coordenar e acompanhar as ações para a adoção da cultura de processo judicial virtual no âmbito das Unidades Judiciárias do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – Santa Catarina. Em 2010 houve implantação do projeto-piloto Provi no Foro Trabalhista de São José.

Projeto Sistema de Apoio à Tomada de Decisão

Projeto voltado à implantação de sistema de apoio à decisão (Business Intelligence), integrando as diversas fontes de dados existentes, com a finalidade de permitir uma nova visão de tratamento das informações gerenciais e estatísticas do Tribunal e oportunizar o atendimento ao projeto e-Gestão do TST.

Programa Melhorias nos Processos de Trabalho

O programa objetiva a promoção da cultura da melhoria contínua dos processos de trabalho da JT-SC, de ajustes nos processos das unidades de apoio judiciário e de apoio administrativo mediante atuações pontuais, priorizando a identificação de oportunidades de melhorias nos processos ou sistemas de informática envolvidos.

Programa Conciliar na JT-SC é Legal

O programa tem como finalidade fomentar o Instituto da Conciliação, tornando a Justiça do Trabalho Catarinense mais efetiva, e auxiliar no alcance de suas metas estratégicas de movimento processual. Prevê ações no âmbito do Movimento Regional de Conciliação, Movimento Nacional de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação), centralização de informações estatísticas, capacitação e desenvolvimento.

Programa Lotação-Padrão

O programa objetiva coordenar ações para promover a adequada lotação dos servidores nas unidades de 1ª instância e o alcance da Meta 12 da JT-SC (reduzir em 20% o déficit de servidores nas VTs deficitárias), citando como exemplo: concurso de remoção com critérios específicos, destinação de cargos vagos para 1º Grau e concurso público. Em 2010 a meta foi superada; a redução do déficit foi de 25,45%.

Projeto Uniformização de Jurisprudência

O projeto foi instituído com objetivo de ampliar as ações da Comissão de Uniformização de Jurisprudência na busca pela uniformidade nos julgamentos realizados pelos Juízes da JT-SC, resultando em maior eficiência e maior celeridade à prestação jurisdicional, contribuindo para o alcance da Meta 1.

O projeto tem as seguintes diretrizes: promover ações para identificação prévia de divergências; promover ações de sensibilização para o uso de Enunciados; envolver Juízes de 1º e 2º Graus, Gabinetes, Turmas e Assessoria de Recurso de Revista no diagnóstico e solução das divergências.

Projeto Fiscalização de Contratos

O projeto visa à criação, desenvolvimento e implantação de sistema para gerenciar a fiscalização dos contratos do TRT12. Esse sistema auxilia os fiscais de contrato e a área administrativa a realizar suas atividades de forma mais simples e objetiva, provendo facilidades e recursos de sistemas web de maneira modular e direcionada.

3.12.2 CONCLUSÕES

O TRT-12, pautado no Planejamento Estratégico, vem exercendo as suas atribuições na busca constante de alinhar suas ações aos objetivos e metas delineados de forma a permitir a continuidade dos programas e das ações

intergestões.

Os resultados esperados pelo fortalecimento deste elemento norteador que é o Planejamento Estratégico são as conexões de suas ações a fim de evitar a dispersão de gastos e alinhar as ações estratégicas às orçamentárias.

3.13 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO – PARAÍBA/PB.

3.13.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Nos últimos anos o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região implementou e obteve sucesso em ações institucionais, conforme se verifica a seguir:

- Intimação Eletrônica ao INSS – *WebService* – Sistema que permite a intimação eletrônica dos Procuradores do INSS e que beneficiou os profissionais da Jurisdição de Campina Grande, pois as Varas de Areia, Picuí, Guarabira, Campina Grande, Monteiro e Patos não precisarão mais mandar os processos para análise.

- O Diário da Justiça da Paraíba passou a ser publicado também no portal nacional da Justiça do Trabalho (CSJT) – O DJ passou a ser disponibilizado para advogados, partes, magistrados e servidores sempre às 19h, o que garante o início da contagem dos prazos já às 0h do dia seguinte, o que imprime maior celeridade aos atos processuais.

- Acordo com cartórios para protesto de dívidas trabalhistas – Com esse procedimento o que se busca é estimular o devedor a quitar o débito trabalhista, sob pena de ter o nome da empresa no cadastro negativo e perder alguns direitos, como participar de licitações, firmar novos contratos e receber benefícios, dentre outros.

- Edição de súmulas de uniformização de jurisprudência no TRT 13 — A edição de súmulas de uniformização visa a evitar julgamentos divergentes entre as Turmas do Colegiado, ao tempo em que sinaliza para advogados, magistrados e a sociedade o entendimento da Corte sobre determinado assunto.

- Simplificação da linguagem jurídica na consulta processual – Serviço implantado com a finalidade de propiciar acesso ao cidadão comum sobre o andamento de seu processo, numa linguagem simples e acessível.

- Banco do Brasil e Caixa: Sistema de Depósito Judicial Eletrônico – sistema que permite a inclusão automática no processo do recolhimento do depósito judicial sem

necessidade de participação dos servidores das Varas. A guia pode ser paga em qualquer Terminal de auto-atendimento, Internet Banking, TED ou na Agência Bancária.

- E-mail para contato direto com a população – a partir de fevereiro de 2010, os cidadãos e os advogados podem enviar reclamações ou sugestões, através de e-mail seguro, disponibilizado especificamente para cada uma das 27 VTs da Jurisdição, que somente podem ser abertas pelos servidores e magistrados de cada Vara.

- Modernização do sistema de refrigeração do Edifício Sede do TRT – garantia de mais conforto aos usuários.

- Em andamento a construção da sede própria do Fórum Maximiano Figueiredo, o qual abrigará todas as nove Varas da Capital, além de setores como Central de Mandados, de Informações, Biblioteca, sala de curso e treinamento, auditório, Memorial, posto bancário, restaurante, sala de advogados e estacionamento.

- O Diário da Justiça da Paraíba passou a ser publicado também no portal nacional da Justiça do Trabalho (CSJT).

- Pesquisa de qualidade e satisfação – Esta pesquisa teve a finalidade de avaliar a qualidade e o grau de satisfação dos usuários externos com os serviços prestados pelo TRT-13.

- Consolidação dos provimentos do TRT-13 - Com a consolidação dos provimentos, o objetivo foi estabelecer procedimentos a serem observados de forma padronizada nas Unidades, para suprir lacunas e complementar a legislação específica, facilitando o acesso dos jurisdicionados à Justiça e tornando mais ágil a entrega da prestação jurisdicional.

- Processo Eletrônico – implantação do processo eletrônico em 100% das Varas do Trabalho da 13ª Região: “justiça aberta 24 horas para a cidadania brasileira - ecológica e econômica”.

- I Workshop de Metas Prioritárias – julho/2010 – resultou na elaboração de um documento contendo diversas sugestões, propostas por magistrados e gestores, a fim de facilitar o cumprimento das metas 2010.

- Instalação da Sala Cofre – Utilização de recursos na ordem R\$ 1,8 milhões, provenientes de convênio firmado com o Banco do Brasil.

- e-Remessa – Envio eletrônico de RR e AI ao TST.

3.14 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO – ACRE/AC E RONDÔNIA/RO.

3.14.1 PRINCIPAIS PROJETOS

O portfólio de projetos estratégicos do Regional é composto de treze iniciativas, sendo que todas foram desdobradas em planos de ação e, os resultados, monitorados por meio de 46 indicadores de desempenho.

Projeto de Sistema de Sustentação Oral, por meio de videoconferência.

Possibilita ao advogado, previamente inscrito no site do Tribunal, fazer sustentação oral à distância por intermédio de videoconferência. O sistema está em funcionamento entre o Fórum de Rio Branco/AC e o Tribunal Pleno, em Porto Velho/RO e irá funcionar nos Fóruns de Ariquemes e Ji-Paraná, ambos no estado de Rondônia.

Projeto Socioambiental.

Esse projeto reorganizou os programas já existentes no Tribunal, tais como: Justiça do Trabalho vai à escola, Justiça do Trabalho de Portas Abertas, Justiça do Trabalho vai à Empresa, Justiça do Trabalho Solidário e Amanajé – o Mensageiro da Ecologia, centralizando o controle e monitoramento dos resultados alcançados. Somente em 2010, foram beneficiadas 10 mil pessoas com as ações desses programas nos estados de Rondônia e Acre.

Projeto Pedagógico da Escola Judicial.

O projeto trata do plano de capacitação destinado ao aperfeiçoamento profissional de magistrados e servidores, alinhado às estratégias nacionais (CNJ, CSJT e ENAMAT), e ao planejamento estratégico do Regional.

Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho.

Composto pelos programas de ginástica laboral, massoterapia, yoga e exames periódicos para servidores e magistrados. No final de 2010, foi inaugurado o Centro de Convivência na sede do Regional, onde se concentram todas as atividades de prevenção a doenças em prol da Qualidade de Vida no Trabalho.

Projeto Banco de Boas Práticas.

Consiste de um portal na página do Tribunal na internet para receber ideias que possam ser aplicadas no âmbito

regional, podendo ser replicadas para outros regionais.

Projeto Conveniar para Quitar.

Por intermédio desse projeto, conseguiu-se formalizar vários convênios e encerrar execuções que estavam em andamento. Somente em 2010, foram pagos pelos entes conveniados de precatórios e requisições de pequeno valor cerca de R\$ 137 milhões de reais.

Carta de Serviços ao Cidadão.

A Carta de Serviços ao Cidadão foi elaborada com a metodologia do Gespública, publicada no site do Tribunal e distribuída no formato impresso nos locais de atendimento ao público. Tem o objetivo de facilitar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços e estimular sua participação no acompanhamento das ações. Com uma linguagem simples, a Carta informa à sociedade sobre os serviços prestados pelo TRT-14 e a forma de obtê-los, privilegiando a transparência de suas atividades, notadamente no que se refere aos procedimentos de atendimento, serviços processuais, informações prestadas pelo portal eletrônico, entre outros.

Projeto Desperdício Zero.

O projeto foi criado com a finalidade de reduzir despesas com energia elétrica, telefone, material de consumo e expediente, combustíveis e segurança predial, tendo, para isso, que sensibilizar e conscientizar, por meio de campanha interna, todos os magistrados e servidores do TRT-14, com espaço para, no desenvolvimento das ações, incluir outros itens de contenção até alcançar as metas de contingenciamento e de antidesperdício em todo seu âmbito jurisdicional.

Núcleo Avançado de Práticas Jurídicas do TRT da 14ª Região.

Estabelece formas de cooperação técnica entre o TRT-14 e universidades e faculdades de Rondônia e Acre, possibilitando aos alunos de cursos de ciências jurídicas a vivência da prática do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. Possibilita ao jurisdicionado de baixa renda um canal de acesso à Justiça do Trabalho da 14ª Região, com o devido acompanhamento do professor/advogado orientador, independentemente dos Escritórios Corporativos da OAB e dos setores de Tomada de Reclamações do TRT-14. (Este projeto está na fase de implantação)

3.14.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

a) o Tribunal obteve 83% de aprovação na I Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo, realizada em 2010.

b) redução da taxa de congestionamento no 1º grau de 16,60% em 2009 para 12,40% em 2010;

c) a taxa de congestionamento de 3,66% no 2º grau, em 2010, foi uma das menores do país;

d) dos processos distribuídos no 1º grau até 2009, apenas quatro permaneceram pendentes ao final de 2010;

e) 100% dos acórdãos foram publicados, na forma eletrônica, em menos de 24 horas;

f) 100% de atendimento aos 74 municípios de Rondônia e Acre, além de distritos, vilas e aldeias de difícil acesso, por intermédio das Varas Itinerantes;

g) foram beneficiadas, em 2010, mais de 10 mil pessoas com as visitas dos projetos socioambientais desenvolvidos por voluntários (magistrados e servidores);

h) 81% de magistrados e servidores receberam capacitação (nas competências estratégicas);

i) oito das dez metas prioritárias do Poder Judiciário – 2010 foram alcançadas, sendo que, das duas metas pendentes, uma delas teve um desempenho de 99,03%;

j) efetividade: foram realizadas 21 mil audiências de conciliações, resultando em 10 mil acordos homologados, R\$ 69 milhões de verbas rescisórias pagas e 48 mil pessoas beneficiadas;

k) em 2010, os servidores foram capacitados nos fundamentos e critérios do programa Gespública com vistas à autoavaliação da gestão, com o instrumento de 500 pontos;

l) adotou-se o sistema de gestão do orçamento participativo e descentralizado, envolvendo as unidades estratégicas, táticas e operacionais, de modo que a proposta orçamentária aprovada seguiu alinhada ao Planejamento Estratégico do Regional;

m) foi aprovado o novo Regulamento Geral de Secretarias, que substituiu o regulamento aprovado ainda na fundação do Tribunal. O regulamento estabelece a estrutura administrativa e organizacional e fixa as atribuições gerais dos respectivos órgãos, dispondo as competências necessárias para a compreensão do negócio, missão, visão e objetivos estratégicos do Tribunal.

3.14.3 CONCLUSÕES

Em linhas gerais, tratando-se de gestão, os resultados decorrentes do planejamento estratégico são tão importantes quanto o processo de aprendizagem organizacional, envolvendo servidores e magistrados com os mesmos objetivos e metas. Esse alinhamento e integração, entre

alta administração, unidades e pessoas, trouxe considerável ganho institucional e social, refletindo positivamente na retenção e disseminação do conhecimento, bem como na melhoria da prestação de nossos serviços, que estão demonstrados no cumprimento dos indicadores das metas regionais e nacionais. O processo de refinamento das práticas e o monitoramento das metas e indicadores estabelecidos no planejamento estratégico são essenciais para o realinhamento da estratégia e para a definição de novos desafios, objetivando a consecução da missão e o alcance da visão de futuro, alinhados às diretrizes e metas da Justiça do Trabalho.

3.15 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – CAMPINAS/SP.

3.15.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Tramitação Otimizada.

Tem por objetivo a otimização dos processos de trabalho, nas áreas judicial e administrativa, com a adoção de fluxogramas e manuais de procedimento. Este projeto ainda está em implantação, mas já podem ser observados resultados ligados à 1ª instância, pioneira na utilização das ferramentas.

Apoio à Execução.

Desde o ano de 2009, este Tribunal vem adotando iniciativas de apoio à execução dos feitos, em busca da efetividade. Os Grupos de Apoio à Execução – GAEX e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos são exemplos de iniciativas que vem apresentando resultados consistentes na efetividade das ações trabalhistas. A utilização dos sistemas eletrônicos de apoio à execução, dos quais este Regional é recordista, elevaram o valor dos pagamentos oriundos de reclamações trabalhistas pagas nas Varas de R\$ 454.437.692,29, em 2003, para R\$ 1.127.118.429,81, em 2010, elevação de 148% em apenas sete anos.

Registro Audiovisual de Audiências.

A implantação de sistema de registro audiovisual de audiências neste Tribunal iniciou no segundo semestre de 2010, na qualidade de “projeto-piloto”, nas Varas do Trabalho de Paulínia e Ubatuba. Como resultado, observou-se a diminuição na duração daquelas audiências, aumentando a produtividade e garantindo a reprodução fiel das declarações, dispensando a sua transcrição.

Capacitação de Pessoal.

Este Tribunal, por intermédio da área de recursos humanos, desenvolveu um amplo planejamento anual para capacitação de servidores, que será implantado ao longo de 2011. A iniciativa tem como foco principal aprimorar o conhecimento das equipes de trabalho em temas jurídicos e interdisciplinares, de gestão estratégica e administrativa, além de contemplar atividades voltadas para a melhoria do clima organizacional e de qualidade de vida. O projeto inicial previa, para 2011, mais de 350 horas-aula e a participação efetiva de mais de mil servidores, em cursos presenciais ou à distância (EaD) e já estão sendo realizados os cursos: Família JUD, Integração de novos servidores e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Conciliação.

Um total de 8.752 audiências realizadas, 4.040 acordos, resultando no pagamento de R\$ 66,52 milhões aos trabalhadores. Além dos créditos pagos aos trabalhadores, os acordos permitiram a arrecadação para a União de R\$ 1.333.052,64 em contribuição previdenciária e de R\$ 322.529,03 em Imposto de Renda. Este é o balanço final da Semana de Conciliação promovida entre os dias 2 e 6 de maio pelo Tribunal em comemoração ao Dia do Trabalhador. Esta prática é usualmente adotada por este Regional além das campanhas nacionais realizadas por iniciativa do CNJ, nas quais também é destaque.

Outros Projetos.

A Escola Judicial oferece, regularmente, os treinamentos necessários aos juízes ingressantes e atualizações temáticas à magistratura, além de selecionar criteriosamente temas que serão abordados em eventos de capacitação oferecidos, no mais das vezes, a todos os interessados.

O Centro de Memória, Arquivo e Cultura (CMAC) vem trabalhando nos projetos de registro da organização da Justiça Trabalhista e o trabalhador brasileiro, proteção do acervo arquivístico deste Regional, dando suporte às atividades de pesquisa nas áreas de Humanidades e oferecendo à sociedade e à comunidade científica um serviço de organização, preservação, conservação, acesso e disseminação do patrimônio histórico-cultural da Justiça do Trabalho.

As Campanhas de Prevenção e Controle da Hipertensão Arterial e de Vacinação contra a Gripe são exemplos do plano de trabalho da área de saúde deste Tribunal. Outras campanhas de caráter preventivo (estresse, tabagismo, obesidade) vêm sendo regularmente desenvolvidas com o

claro objetivo de dar suporte especializado aos magistrados e servidores para o alcance de maior qualidade de vida.

Este Tribunal participa ativamente das propostas nacionais de informatização da Justiça Trabalhista, sem deixar de manter atualizados os sistemas atualmente utilizados.

3.15.2 CONCLUSÕES

Este Regional vem, ao longo de vários anos, sustentando o segundo maior volume processual do país, fato que relaciona alto nível de comprometimento na prestação jurisdicional nacional. Não obstante, tem propiciado elevado nível de excelência na prestação jurisdicional, mormente com implementações de medidas judiciais que visam à redução da carga processual nos órgãos judicantes, tal como a intensa busca de conciliações entre as partes.

Cabe destacar que, do total de casos novos que ingressaram, este Regional foi responsável por 13%; do total de sentenças proferidas, 12,7% foram provenientes desta Casa; e, finalmente, recolheu 11,5% do total arrecadado por esta Justiça Especializada. A despeito desses dados, a despesa total deste Regional correspondeu, de acordo com o relatório Justiça em Números, a 8,4% do gasto total do Judiciário Trabalhista, demonstrando austeridade e eficiência.

A Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região vem buscando incremento na integração e no diálogo, bem como tem por base o tripé capacitação de servidores, informatização e investimentos em infraestrutura das varas do trabalho. É destaque o extenso programa de cursos adotado, os avanços da tecnologia da informação e as novas instalações da Justiça do Trabalho. Estas são as prioridades da gestão que tem como foco proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e magistrados, ao mesmo tempo em que busca imprimir maior qualidade e celeridade aos serviços prestados aos jurisdicionados.

As instalações físicas, em especial as sedes próprias, têm observado a Resolução nº 54/2008 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), incluindo as áreas mínimas necessárias ao bom desempenho funcional. Entre outros fatores, grande parte das mais de 120 edificações sob a responsabilidade deste Tribunal contempla recursos de acessibilidade para deficientes físicos, idosos e outras pessoas com necessidades especiais.

No que tange à sustentabilidade, são utilizados sistema de captação de água da chuva, para uso nas descargas dos sanitários, torneiras com fechamento automático e o constante incentivo à coleta seletiva de lixo e a reciclagem de materiais.

Enfim, buscamos constantemente as melhorias que permitam a esta Casa de Justiça Trabalhista ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua celeridade, efetividade e

qualidade sem, no entanto, sacrificar a qualidade de vida dos magistrados e servidores que aqui realizam suas atividades com profissionalismo, comprometimento e boa vontade.

3.16 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MARANHÃO/MA.

3.16.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

PRECATÓRIO ITINERANTE

Realizar audiências itinerantes nas Varas do Trabalho do Maranhão ou nos Municípios de jurisdição daquela Vara, com o fim de reduzir o prazo para pagamento dos precatórios bem como fazer acordos para depósitos mensais do Fundo de Participação Municipal para pagamento dos mesmos.

RESULTADOS:

ETAPA I: realizado no período de 8 a 10/11/2010 na Vara do Trabalho de Pinheiro, no qual foram efetivados 678 acordos em precatórios trabalhistas dos municípios de sua jurisdição no valor requisitado de R\$8.594.255,20 e valor atualizado R\$ 426.029,11;

ETAPAAII: realizado de 16 a 19/5/2011 na Vara do Trabalho de Balsas, no qual foram firmados vários acordos no valor de R\$ 1.027.105,95 para quitação de precatórios, já tendo sido liberado o total de R\$ 684.014,96 para pagamento.

ETAPA III - será realizado nos Municípios de Bacabal, Pedreiras e Chapadinha nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2011, respectivamente.

FALE DIRETO COM O OUVIDOR

Com a missão de se efetivar como um canal direto de comunicação entre o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, seus jurisdicionados e o Público Interno (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários).

RESULTADOS:

- A inclusão direta do cidadão na dinâmica do impulsionamento da ação trabalhista de sua autoria;
- A possibilidade de avaliar a prestação de serviços administrativos e jurisdicionais efetivos nas Varas Trabalhistas e no TRT-MA, viabilizando melhorias na prestação de serviço com o fim de se alcançar a excelência institucional.

GESTÃO ESTRATÉGICA

Desenvolver, implementar e executar o Planejamento Estratégico do TRT-MA, divulgando-o e alinhando todas as suas unidades administrativas e judiciárias ao Planejamento Estratégico 2010-2014, com a finalidade precípua de integrar

todo o Tribunal em torno de objetivos estratégicos comuns.

RESULTADOS:

- I Seminário de Gestão Estratégica do TRT-MA;
- I Workshop de Metas do TRT –MA;
- Fórum Permanente de Debates com Magistrados para discussão das Metas do PE institucional e do Poder Judiciário – CNJ e CSJT;
- Oficinas de Sensibilização e Desdobramento da Estratégia nas Varas da Capital e do Interior para alinhar as unidades judiciárias à estratégia organizacional;
- Recebimento do Prêmio Nacional de Educação Corporativa no Judiciário, categoria Magistrados, 2º Lugar, com o Projeto Gestão Estratégica, entregue no Fórum Brasileiro de Educação Corporativa – FECJUS.

PORTAL DA GESTÃO ESTRATÉGICA

Disponibilizar informações Institucionais do Planejamento Estratégico aprovado pela Resolução Administrativa 235/2009. Dentre os temas abordados o usuário poderá se informar sobre alinhamento organizacional, programas, indicadores e metas.

RESULTADOS:

- Ferramenta de apoio para a implantação do Escritório de Projetos (disponibilizar a metodologia de Gestão de Projetos e os documentos que serão utilizados);
- Divulgação de informações relativas à Estratégia Nacional do Poder Judiciário e do TRT-MA, para conferir maior transparência e integração institucional.

GERENCIAMENTO DE ROTINAS

Implantou o método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) nas Varas do Trabalho deste Tribunal. Para tanto, serão mapeados os processos de trabalho da reclamação trabalhista (da distribuição até a sentença).

RESULTADOS:

- Capacitação de servidores para iniciar o projeto “Gerenciamento de Rotinas” através do Workshop de Gestão de Processos, qualificados 70 servidores/magistrados;
- Oficinas de Mapeamento de Processos e de Aprovação do Mapeamento de Rotinas;
- Formulação e divulgação do Manual de Metodologia, Ordem e Padronização de Rotinas das Secretarias de Varas do Trabalho.

CONCILIAR

Incentivar a cultura da conciliação visando a dar maior efetividade à prestação jurisdicional com a redução do

tempo de tramitação processual nas Varas e no Tribunal.

RESULTADOS:

- Agendamento Permanente de audiências de conciliação, através da disponibilização de um link para marcação destas audiências no site do TRT-MA.

ACÓRDÃO 10

Mapear todas as rotinas realizadas desde a confecção do esboço do acórdão nos Gabinete dos Desembargadores até a sua publicação.

RESULTADOS:

- Diminuição do prazo para publicação de acórdãos pelo Tribunal, passando-se de um índice inicial (janeiro/2010) de 0,4% acórdãos publicados no prazo de dez dias para 100% em dezembro de 2010;
- Cumprimento da Meta Prioritária nº 04 de 2010 – “Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento”.

PAUTA ESPECIAL DA CONCILIAÇÃO NA EXECUÇÃO

A prática contribui para conciliar processos em fase de execução, muitas vezes sem perspectiva de solução, satisfazendo ambas as partes: o reclamante, que recebe antecipadamente seu crédito, e o reclamado, que tem a possibilidade de parcelar sua dívida, ou até mesmo diminuí-la.

RESULTADOS:

- Realização de pautas permanentes de conciliação na fase de execução nas Varas da capital e do interior;
- Disseminação da cultura de conciliação na execução dentre as Varas trabalhistas;
- Finalista ao Prêmio “Conciliar é Legal”, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça.

PROJETO INCLUIR

Desenvolver iniciativas estratégicas previstas para garantir a ACESSIBILIDADE e INCLUSÃO de pessoas portadoras de necessidades especiais à Justiça do Trabalho do Maranhão.

RESULTADOS:

- Ampliação do mercado de trabalho para portadores de deficiência física;
- Ampliação da acessibilidade no atendimento ao público com restrições físicas;
- Capacitação dos servidores/intérpretes em LIBRAS;
- Diminuição das barreiras comunicacionais, culturais e arquitetônicas nas unidades jurisdicionais e administrativas do Tribunal.

TRT AMBIENTAL

Consolidar a cultura de preservação do meio ambiente, difundindo práticas que reduzam o impacto ambiental das atividades do TRT e das varas trabalhistas, bem como estimular o uso racional de materiais de consumo.

RESULTADOS:

- Palestras com o tema “TRT Ambiental”;
- “Campanha Troque lixo por vida”;
- Realização da “RECICLOTECA”, oficina de reciclagem para confecção de enfeites para a decoração da árvore de Natal do TRT-MA;
- Lançamento da primeira árvore de natal ecológica da Justiça do Trabalho no país.

COMUNICAÇÃO & JUSTIÇA

- Aprimorar os meios de comunicação pública, promovendo maior aproximação entre o Judiciário Trabalhista, a imprensa e a sociedade.

RESULTADOS:

- Implementação de três agências de notícias: Agência Verde, Agência Mais e Agência Conciliar.

QUALIFICAR

Capacitar magistrados e servidores em competências estratégicas para a Instituição.

RESULTADOS:

- Implementação do “Programa Anjo”, com o objetivo de qualificar os magistrados recém ingressos no quadro permanente;
- Realização do Fórum Permanente de Debates.

3.16.2 CONCLUSÕES

O Planejamento Estratégico do TRT-MA iniciou um processo de mudança e modernização institucional no qual se buscou alinhar recursos e unidades em prol de sua missão, visão e objetivos estratégicos. Todos os esforços encontram-se concentrados na execução dos projetos que foram por ele elencados.

Quebrar paradigmas e instituir uma nova cultura de gestão estratégica revelou-se um grande desafio institucional. É preciso transformar a instituição numa organização que aprende. Somar competências para multiplicar resultados.

O Planejamento Estratégico, além de dar diretriz ao desenvolvimento das atividades administrativas e jurisdicionais, serviu de elo de integração entre magistrados e servidores, no cumprimento das metas institucionais, conseguindo-se um desempenho superior a 70%, em 2010.

Para este ano e vindouros, almeja-se que as unidades operacionais alinhem-se cada vez mais ao Planejamento Estratégico, na missão institucional de realizar justiça, no âmbito trabalhista, e na sua visão de consolidar-se como instrumento efetivo de justiça, paz social e cidadania, promovendo projetos e ações estratégicas, com o intuito de conferir celeridade e efetividade necessárias à prestação jurisdicional.

3.17 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO – ESPÍRITO SANTO/ES.

3.17.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Dentre os Projetos catalogados no Plano Estratégico Plurianual e outros que foram surgindo durante o período de vigência do Plano, destacam-se os seguintes:

Construção do Edifício-Sede.

É cediço que o TRT da 17ª Região já conta com mais de vinte anos de existência sem que, até o momento, tenha tido uma sede própria e à altura das necessidades do Órgão, dos magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados que, sistematicamente, desde a sua implementação, buscam nesta Justiça Especializada a solução dos conflitos de interesses na área trabalhista.

Diversos setores deste Regional localizados na capital do Estado estão hoje distribuídos em três prédios distintos, o que dificulta a comunicação entre esses setores, demandando o dispêndio de recursos com todo um trabalho de logística para minimizar as barreiras do espaço.

A própria Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, quando em correições ordinárias realizadas neste Tribunal, também constatou a necessidade deste Regional de possuir uma sede própria, à altura da elevada responsabilidade desta Corte.

O projeto de construção da futura sede iniciou-se em 2004, com a inclusão da obra no Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004 a 2007, Lei n.º 10.933/2004, cumprindo, assim, o que determinam o § 1.º, do art. 167, da Constituição Federal, e o inciso IV, do § 2.º, do art. 7.º, da Lei n.º 8.666/1993. A obra também foi contemplada no PPA de 2008 a 2011, Lei n.º 11.653/2008.

Por razões de ordem técnica e econômica, devidamente justificadas nos autos respectivos, optou-se por parcelar a execução da obra em quatro etapas, em consonância com o preceituado no § 2º do art. 23 da Lei de Licitações.

A primeira e a segunda etapa já foram devidamente

concluídas. No ano de 2009, dando prosseguimento ao Projeto, foi concluída a licitação para a execução da terceira etapa do empreendimento, com emissão de nota de empenho em favor da licitante vencedora no mês de dezembro. Em 2010, as ações visaram à correção de itens da planilha de preços para adequação às recomendações do Tribunal de Contas da União bem como à interposição de recursos em face de decisões emanadas daquela Corte de Contas, das quais divergia a equipe técnica deste Tribunal.

Cabe ressaltar que os recursos utilizados nessa construção têm sido provenientes única e exclusivamente de dotação orçamentária específica, conforme previsto nos Planos Plurianuais.

As dificuldades encontradas na execução deste Projeto residem nas restrições orçamentárias, situação agravada pela delonga do TCU no deslinde do processo de auditoria relativo à terceira etapa do empreendimento.

Para o sucesso do empreendimento, é necessária a revisão do PPA, de forma a contemplar o custo total para finalização do empreendimento, ressaltando que a Administração deste Tribunal não tem medido esforços para que essa revisão seja promovida, o mais breve possível.

Implantação do Sistema de Informática Módulo de Documentos (Sic-Doc).

O Projeto visa ao desenvolvimento de um sistema eletrônico para produção, digitalização e gerenciamento de todos os documentos gerados pelo Tribunal, definindo sua padronização, de forma a atender não só às demandas do CNJ, mas, ainda, a viabilizar a implementação do processo eletrônico, previsto na Lei n.º 11.419/2006.

Duas Varas do Trabalho desta capital (5.^a e 6.^a Varas) e uma Vara do interior (Venda Nova do Imigrante), a Seção de Precatórios, a Secretaria do Tribunal Pleno e das Turmas, Serviço de Recursos Humanos e Direção-Geral de Secretaria já estão utilizando o Sistema por completo, com grande êxito, que também já está em avanço na área administrativa. Atualmente, todos os procedimentos de concessões de diárias têm sido processados pela via eletrônica, o que tem minimizado a ocorrência de atrasos nos pagamentos das diárias.

Para as demais Varas do Trabalho, tanto da capital quanto do interior do estado, a previsão é de que o Sistema entre em operação ainda neste ano.

Elaboração do Regulamento-Geral de Secretaria.

Embora ainda não configure, dentre os Projetos catalogados no Plano Estratégico vigente, a elaboração de um Regulamento-Geral de Secretaria, este constitui um dos principais Projetos da atual gestão.

As dificuldades de implementação deste Projeto residem na carência de pessoal do Órgão, que, até o momento, não teve como dispor de uma equipe para ficar exclusivamente encarregada desse mister. A contratação de uma consultoria técnica seria uma solução rápida e viável para o caso. Todavia, as restrições orçamentárias deste Tribunal não nos permitem, por ora, destinar recursos para essa contratação sem que a execução de outros Projetos e Ações fique comprometida.

Reestruturação do Tribunal para adequação à Resolução n.º 63/2010, do CSJT.

Os projetos de reestruturação do Tribunal, visando à sua adequação aos ditames da Resolução n.º 63/2010, do CSJT, têm seguido de maneira paulatina, dadas as limitações de pessoal.

Na medida do possível, tem-se dado prosseguimento aos Projetos, com encaminhamento à análise da desembargadora presidente, seguindo para deliberação do Tribunal Pleno, que detém a competência constitucional, legal e regimental para exame da matéria.

3.17.2 CONCLUSÕES

Conforme visto no item anterior, as principais dificuldades encontradas pelo Regional na execução de seus projetos e ações residem nas limitações de pessoal e de recursos orçamentários.

3.18 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO – GOIÁS/GO.

3.18.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Construção do Fórum Trabalhista de Goiânia e Varas do Trabalho do Interior do Estado de Goiás.

Garantir a modernização da infraestrutura física e tecnológica das unidades da Capital e Interior. Construção do Fórum Trabalhista de Goiânia para abrigar as Varas da Capital e os Serviços Correlatos, e, no interior, projetos para construção de edificações para abrigar as sedes próprias das Varas do Trabalho. Resultado: 60% executado.

Escritório de Projetos.

Administrar de forma centralizada o portfólio de projetos, oferecendo um ponto único de contato e de apoio a decisão da Alta Administração. Também proporciona suporte metodológico e coaching aos próprios gerentes de projeto.

Resultado: Concluído em 2011.

Gestão Ambiental.

Conscientizar magistrados e servidores para a adoção de critérios socioambientais, visando a minimizar e a eliminar os impactos de suas práticas administrativas e operacionais no meio ambiente, por meio da adoção de ações que promovam o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, além do manejo adequado dos resíduos.

Resultados: Programa de reciclagem de óleo vegetal usado. A Fábrica Ação, entidade sem fins lucrativos, promoveu a coleta e reciclagem do produto que foi recolhido em galões nas dependências do Tribunal.

Gestão por Processos.

Estabelecer rotinas de procedimentos eficientes e padronizadas para o desempenho das atividades mapeadas dentro da estrutura judicial e administrativa do TRT da 18ª Região, visando ao gerenciamento desses processos com estipulação de metas e com medição de resultados. **Resultados:** Realizado o mapeamento das rotinas em 19 unidades judiciárias, com o estabelecimento de parâmetros para controle para rotinas. Estabelecimento de formulários para apreciação dos resultados e realização de análise crítica.

Processo Digital.

Inserir a 18ª Região da Justiça do Trabalho na era tecnológica, promovendo uma expressiva melhoria na qualidade da atividade jurisdicional, mediante o uso de ferramentas que, além de garantir maior agilidade e economia de custos operacionais, irá permitir o abandono dos autos físicos, forma tradicional de materialização do processo.

Resultados: Implementadas dez unidades judiciárias totalmente digitais; e disponibilização de serviço de emissão e autenticação de certidão de distribuição de ações trabalhistas via internet.

Qualidade de Vida.

Buscar o bem-estar físico, psíquico e social, como forma de favorecer a melhoria do clima organizacional e incentivar magistrados e servidores a desenvolverem e a utilizarem seu pleno potencial criativo.

Resultados: Execução de cronograma de atividades que visam à integração de magistrados e servidores: “Coral Labor em Canto”; Corrida “20 anos TRT”; Campanha “TRT ajuda vítimas no Haiti”, Programa TRT Voluntário; doação de cerca de R\$ 80 mil em equipamentos para o Serviço de Oncologia Pediátrica do Hospital Araújo Jorge; Campanha

de Páscoa para ajudar crianças atendidas pela Associação de Serviço à Criança Especial – ASCEP; curso de culinária para magistrados e servidores “Cozinha Brasil”, promovido pelo SESI em parceria com o TRT; Campanha Natalina de Arrecadação de Donativos de 2010.

Modernização de Infraestrutura de TI.

Atualizar o parque de microinformática e a infraestrutura computacional a fim de garantir o acesso à rede e aos sistemas informatizados em um ambiente tecnológico controlado, assegurando a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações utilizadas pelo TRT. **Resultados:** Acréscimo de 200 licenças da solução Gabinete Virtual para toda a Justiça do Trabalho; Sistema para depósito judicial eletrônico; Renovação de 1/3 do parque tecnológico; Aquisição de storage.

Justiça a seu Alcance.

Estender às várias localidades do Estado de Goiás o acesso à Justiça do Trabalho, mediante a instalação de novas Varas do Trabalho, Postos Avançados e outras formas de atendimento, como a realização de audiências fora da sede das Varas, a título de Justiça Itinerante.

1. Oferecer aos magistrados, servidores e jurisdicionados o acesso por meio eletrônico às peças processuais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, via internet;
2. Possibilitar a publicação de peças processuais em bancos de dados de forma segura;
3. Reduzir custos com a impressão de documentos, manutenção de impressoras e consumíveis de informática;
4. Reduzir deslocamentos de advogados e partes processuais aos órgãos da Justiça do Trabalho para acesso aos autos judiciais;
5. Possibilitar a visualização completa dos autos de processos judiciais;
6. Máxima publicidade dos autos processuais;
7. Dar cumprimento à Lei nº 11.419/2006 com a informatização do processo judicial trabalhista e com a virtualização dos autos;
8. Cumprimento das Leis de virtualização dos autos;
9. Permitir a busca processual por meio de indexação textual.

Resultados: Instituição do Núcleo de Conciliação Itinerante para atuar na busca de acordo, em qualquer fase processual; Instalação de 2 Postos Avançados da Justiça do Trabalho.

Comunicação.

Fortalecer a imagem do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e promover a interação da instituição com os diversos públicos de interesse e com a sociedade goiana por meio do desenvolvimento de serviços e produtos de comunicação.

Resultados: Criação do Prêmio TRT de Jornalismo; Exposição coletiva no Espaço Cultural sobre o “Dia Internacional da Mulher”; “programa Educação para o Estudante Trabalhador”.

3.18.2 CONCLUSÕES

1ª INSTÂNCIA - 2010

- 69.838 processos recebidos
- 70.546 processos solucionados
- Prazo médio: sumaríssimo - 28 dias; ordinário - 73 dias

2ª INSTÂNCIA - 2010

- 16.459 processos recebidos
- 17.026 processos julgados
- Prazo médio: 62 dias

Total de arrecadação do Tribunal e das Varas do Trabalho da 18ª Região (custas, emolumentos, contribuição previdenciária, imposto de renda e multa da DRT):

- 2009 – R\$ 52.190.955,20;
- 2010 – R\$ 59.351.277,42.

3.19 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO – ALAGOAS/AL.

3.19.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Análise do Plano Estratégico

Observamos que o ano de 2010 revestiu-se de uma fase inicial de adaptação/transição em face à mudança de gestão na Presidência do TRT19, a fim de que os projetos já iniciados não sofressem solução de continuidade, além da necessidade de adequação à nova Administração.

Do mesmo modo, a atual gestão, visando ao atendimento às diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, instituiu comissões, editou atos normativos no âmbito deste Tribunal, dentre inúmeras ações, a fim de permitir o cumprimento das Metas Prioritárias Nacionais e das resoluções dos respectivos Conselhos.

Verificando que ainda não havia sido implantado o Núcleo

de Estatística e Gestão Estratégica, nos moldes da Resolução nº 49, de 18 de dezembro de 2007, como também não foram realizadas as reuniões de análise da estratégica, por força da necessária implantação da Res. 63, do CSJT, a Assessoria de Planejamento, considerando a necessidade de uma atualização nos parâmetros definidos no Plano Estratégico realizou o *Workshop Planejamento Estratégico Institucional* com o *Balanced Scorecard* sob a consultoria de servidores do quadro.

Os trabalhos foram desenvolvidos na Escola Judicial, com a participação de uma equipe de servidores convocados com base em critérios técnicos, além de magistrado designado para atuar no Planejamento Estratégico. Os estudos técnicos resultaram na elaboração de uma minuta da revisão do PE, com as novas propostas dos termos da missão, da visão e dos valores institucionais, além da redução do número de indicadores, em atendimento às reais necessidades e possibilidades da estrutura do TRT, adequando-se à nova realidade em face do advento da Resolução CSJT nº 63/2010.

Da análise dos objetivos propostos no Planejamento Estratégico 2010-2014 ainda vigentes, temos como alcançados:

1. A manutenção e a celebração de novos convênios fomentando as parcerias institucionais.

2. Elaboração do orçamento de forma equilibrada, com a participação de todos os setores envolvidos e de forma participativa, uma vez que são os setores que indicam suas necessidades.

3. Com os estudos na área de gerenciamento de rotinas e boas práticas nas Varas do Trabalho da capital e do interior, foi dado grande passo na adoção de procedimentos para aumentar a celeridade e eficiência processual, destacando-se pela participação de servidores do TRT-19 no *Workshop de Gerenciamento de Rotinas* (4 a 6 de outubro de 2010), realizado pelo TRF da 5ª Região, e no *Workshop de Gerenciamento de Rotinas* (5, 6 e 18 de novembro de 2010), realizado em parceria com servidores do TJ/AL, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 78/2009, firmado com o CNJ.

4. Os canais de comunicação com o jurisdicionado, servidores e magistrados foram incrementados na forma de serviços oferecidos no sítio do TRT19 (intranet e internet), em especial pela criação da *Central de Sugestões* na intranet e disponibilização do link referente ao *Malote Digital*.

5. A preocupação da Administração com o servidor se traduz no aumento do investimento em capacitação e treinamentos realizados.

6. Foram feitos investimentos em ampliação e inovação tecnológica, mormente na área de informática, com o desenvolvimento dos sistemas já existentes e ampliação de serviços aos usuários.

O TRT de Alagoas vem, ao longo do tempo, desenvolvendo ações de responsabilidade social, com o objetivo de aproximar o judiciário trabalhista da sociedade alagoana, conforme iniciativas abaixo citadas.

Coleta Seletiva

O material reciclável descartado pelas diversas unidades deste Tribunal é doado à AMPITA - Associação dos Moradores do Bairro da Pitanguinha e para a ADEFAL – Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas, para ser destinado à reciclagem.

No ano de 2010, a coleta seletiva foi ampliada para as unidades do interior, havendo a doação de 11.964 kg dos materiais recolhidos. Com o resultado da venda desse material, a entidade compra cestas básicas, medicamentos para as famílias carentes da comunidade, bem como material escolar e merenda para os alunos da escolinha mantida pela Associação e material para as oficinas de profissionalização, além de pagar os salários das pessoas que separam o lixo.

TRT Solidário

Com a finalidade de desenvolver a cultura da solidariedade contínua no Tribunal, a Administração lançou a “*Campanha do Real Solidário*”, em que servidores e magistrados podem doar a quantia mínima de R\$ 1,00 (um real) por mês para ajudar instituições carentes. Com o dinheiro arrecadado, são comprados materiais que são doados no final de cada mês às instituições cadastradas pelo TRT Solidário.

Importante informar que em 2010 o TRT Solidário beneficiou seis instituições com doações (na maioria mensais) de alimentos, material de higiene e material de limpeza, num total de R\$ 3.548,85. Além disso, o TRT Solidário também passou o ano de 2010 efetuando a reforma e a ampliação de áreas no Lar Santo Antônio de Pádua (Abrigo do Frei José), cujo total de gastos superaram 12.000,00 reais.

As instituições assistidas em 2010 foram:

- Casa de Passagem Projeto Aconchego (Marechal Deodoro)
- Casa do Pobre de Maceió
- Lar Sementes do Amanhã
- Escolhinha Recanto de Maria
- Lar Santo de Pádua (Abrigo do Frei José)
- Lar Batista Marcolina

Memorial Pontes de Miranda da Justiça do Trabalho em

a) Relatório de Visitação do Memorial Pontes de Miranda em 2010.

| Mês | Faculdades | Escolares | Turistas | Virtuais | Outros | Total |
|--------------|------------|------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| Janeiro | 4 | 1 | 1 | 37 | 2 | 45 |
| Fevereiro | 8 | 82 | 2 | 123 | 4 | 219 |
| Março | 132 | 126 | 1 | 256 | 5 | 520 |
| Abril | 107 | 43 | 3 | 189 | 10 | 352 |
| Maió | 98 | 72 | 6 | 233 | 14 | 423 |
| Junho | 116 | 2 | 4 | 190 | 8 | 320 |
| Julho | 10 | 0 | 0 | 238 | 8 | 256 |
| Agosto | 23 | 18 | 1 | 265 | 4 | 311 |
| Setembro | 138 | 117 | 2 | 285 | 6 | 548 |
| Outubro | 209 | 103 | 2 | 371 | 6 | 691 |
| Novembro | 94 | 122 | 8 | 227 | 11 | 462 |
| Dezembro | 7 | 68 | 9 | 105 | 0 | 189 |
| Total | 946 | 754 | 39 | 2519 | 78 | 4336 |

b) Ações desenvolvidas em 2010

b.1) Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: O TRT da 19ª Região recebeu da viúva do Mestre Aurélio, Sra. Marina Baird Ferreira, 82 peças para compor o Memorial Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, a ser instalado na Corte trabalhista.

b.2) A coordenação do Memorial participou da Pré-Conferência Museus e Memórias, como Delegada eleita no Estado de Alagoas, na cidade do Rio de Janeiro, de 26 a 28/2/2010, realização e patrocínio do IBRAM.

b.3) Exposição Internacional. O Memorial Pontes de Miranda da Justiça do Trabalho em Alagoas foi um dos 6 museus Brasileiros e o único da região Nordeste a representar o Brasil na “L’Exposition Universelle de Shanghai em 2010”. A exposição ocorreu de março a outubro, e os registros foram expostos no stand do ICOM – Conselho Internacional de Museus.

b.4) A coordenação do Memorial participou do 4º Fórum Nacional de Museus, de 12 a 17 de julho de 2010, promovida pelo IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, em Brasília – DF, carga horária 40 horas.

b.5) Exposição “Homenagem ao Mestre Aurélio” com apresentação do acervo doado e banners de sua vida e sua obra – Maio/2010.

b.6) Exposição solidária do escultor Ewerton Azevedo, realizada no Fórum Quintella Cavalcanti, no dia 22/9/2010.

b.7) No dia 25/10, a coordenação do Memorial realizará

palestra na Secretaria Municipal de Educação referente ao programa Educativo do TRT e a importância dos Museus como salas educativas.

b.8) I Concurso de Fotografia dos Servidores do TRT 19ª Região Tema: Meio Ambiente, de 25/10/2010 a 10/11/2010.

b.9) Oficina do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, de 24 a 26/11/2010, tema “Treinamento para Equipes Administrativas e de Apoio”, realizada nas dependências do TRT com gestores de museus alagoanos.

b.10) Atendimento aos pesquisadores da UFPE, Ministério Público do Paraná, UFAL e RJ, num total de seis (6) interessados.

b.11) Programas educativos: “Universitário – Conhecendo o TRT” e “A Escola vai ao Museu” são realizados durante todo o ano, viabilizando a visita de grupos ao Memorial onde são mediadas informações do acervo. (vide controle de visitantes Universitários e Escolares, na tabela acima). O projeto “A Escola vai ao Museu” teve um número menor de visita devido à falta de apoio dos Prefeitos em face do processo eleitoral.

b.12) Digitação e diagramação de 4 livros, sendo dois do Desembargador Aposentado Dr. Rubem Ângelo e 2 do Dr. Osani de Lavor.

b.13) O Memorial Pontes de Miranda apoiou o projeto “MPT na Escola”, inclusive ministrando uma das palestras e recebendo grupo de estudantes do projeto.

Ações de Relacionamento e Reconhecimento Social

1. Implantação do *Twitter* e criação da página personalizada para o TRT-19.

2. Implantação do Sistema de Publicação *On-line*.

3. TRT-19 implanta Projeto de Cidadania Consciente e realiza palestra sobre educação financeira e orçamentária com o Superintendente do PROCON/AL Rodrigo Cunha;

4. Divulgado o relatório geral da Justiça do Trabalho de 2009, que consagrou o TRT-19 como tetracampeão em conciliação. Pelo quarto ano consecutivo, o Regional obteve o melhor desempenho entre todos os Tribunais do Trabalho do País em relação a processos conciliados.

5. Implantação do Projeto MPT na Escola, em parceria com a PRT-19 – Estatuto da Criança e do Adolescente – palestra com o Juiz Alonso Filho, sendo realizadas palestras durante a vigência do projeto.

6. Sob a coordenação da SRH, foi lançado o 1º Concurso de Fotografia do TRT-19 e realizada a Semana do Servidor;

7. Participação do TRT-19 na Semana Nacional de Conciliação, com o agendamento de 1.800 audiências no âmbito do Tribunal.

8. Lançamento pela 3ª Vara do Trabalho de Maceió, do

Projeto Justiça à Poesia.

3.19.2 CONCLUSÕES

Analisando as ações administrativas realizadas em 2010, e tendo como referencial a transparência dos atos institucionais, a transparência na execução orçamentária e financeira, a eficiência operacional, a responsabilidade socioambiental, o acesso eficaz à Justiça e o reconhecimento perante a sociedade pela excelência na prestação jurisdicional, constata-se o fiel cumprimento de nossa missão, consolidado na correta aplicação dos recursos destinados a este Tribunal, no investimento em projetos de responsabilidade socioambiental, bem como na busca por medidas essenciais ao desenvolvimento de nossa atividade fim, consubstanciadas na célere e efetiva solução de conflitos trabalhistas.

3.20 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO – SERGIPE/SE.

3.20.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Dentre as grandes iniciativas alcançadas em 2010 podemos destacar a criação do Comitê Gestor da Estratégica (com a participação do Presidente, Vice, Representantes dos Magistrados, Representantes dos Servidores e Assessoria de Gestão Estratégica) e realização das Reuniões de Análise Estratégica (RAE), que levaram o Tribunal ao cumprimento de seis das dez metas estipuladas para 2010.

Dos principais projetos implementados, destacam-se os Premiados na 10ª Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do Poder Judiciário em 2010, a saber:

NOME DO PROJETO

“Mundo Legal” - Portal de Responsabilidade Socioambiental

DELIMITAÇÃO DA AÇÃO

Criação e desenvolvimento do portal de responsabilidade socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho de Sergipe “Mundo legal”, que apresenta ações da organização nas áreas de responsabilidade social e de gestão ambiental, visando ao atendimento da diretriz estratégica Responsabilidade Socioambiental contida no Planejamento Estratégico Participativo do TRT20 2010-2014, alinhado à estratégia do Poder Judiciário definida pelo Conselho Nacional de Justiça. O site traz informações sobre os principais projetos do

Tribunal, a exemplo do “Justiça Solidária”, do “Cidadão do Futuro” e do “Bem Viver TRT”, além de dados institucionais como o plano de ação e o relatório de gestão da organização nessa temática. Outro destaque do portal ‘Mundo Legal’ é o conteúdo educativo, com orientações acerca do consumo e uso sustentável da água e energia e sobre a reciclagem reproduzidas do site do Instituto “Akatu – pelo consumo consciente”.

OBJETIVOS

- a) Divulgar os projetos da organização nas áreas social e ambiental;
- b) Multiplicar conhecimentos e atitudes conscientes, através de conteúdo educativo;
- c) Dar maior transparência às ações institucionais da gestão socioambiental;
- d) Resgatar e preservar a memória da gestão socioambiental do TRT20.

META

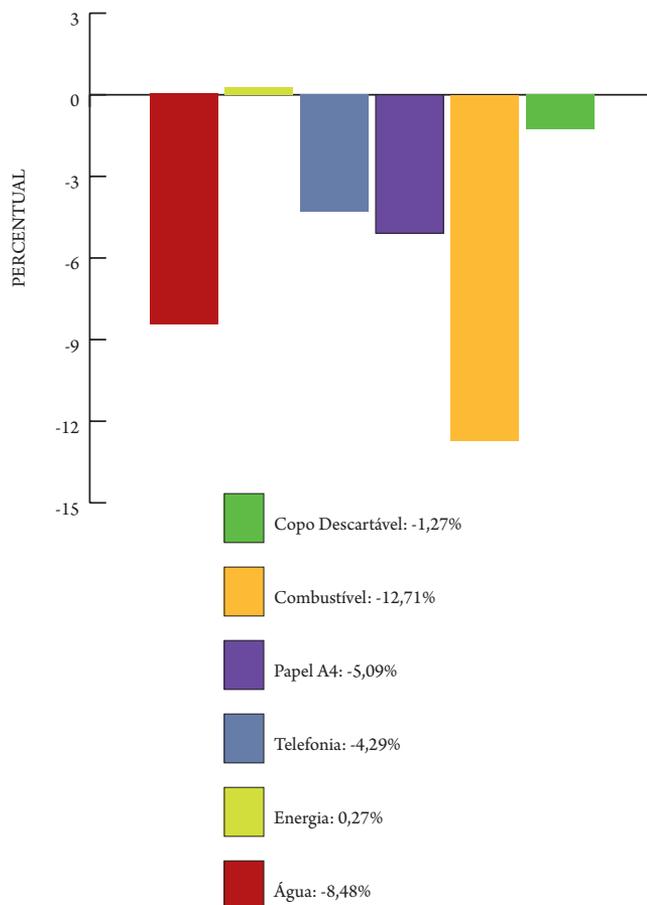
Convergir as informações inerentes às ações de responsabilidade socioambiental, bem como as relativas ao cumprimento das metas de redução de consumo (água, energia, telefonia, papel, combustível e copo plástico descartável) em ambiente web, até junho de 2010, inserido no Plano de Ação de Responsabilidade Socioambiental do TRT da 20ª Região, aprovado pela Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental.

RESULTADOS E BENEFÍCIOS ALCANÇADOS

- a) Divulgação de todas as ações de responsabilidade socioambiental implementadas pelo TRT20, cronologicamente e por eixos temáticos, utilizando-se como referencial a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, aos quais foram acrescentados os temas “Responsabilidade Social e Voluntariado” e “Acessibilidade” (<http://www.trt20.jus.br/mundolegal/#>);
- b) Diminuição da utilização dos insumos nos métodos de trabalho, contribuindo para a preservação do meio ambiente e cumprimento da meta prioritária 6, conforme gráfico a seguir:

NOME DO PROJETO

Gestão socioambiental em obras: a experiência do TRT20



DELIMITAÇÃO DA AÇÃO

Fixação de padrões a serem seguidos nos processos de contratação de obras e serviços de engenharia, visando ao atendimento da diretriz estratégica Responsabilidade Socioambiental contida no Planejamento Estratégico Participativo do TRT20 2010-2014, alinhado à estratégia do Poder Judiciário definida pelo Conselho Nacional de Justiça.

OBJETIVOS

- a) Adotar soluções, em projetos, que otimizem os processos construtivos, reduzindo os resíduos gerados na construção;
- b) Promover o bom uso e a economia de recursos ambientais (água e energia);
- c) Garantir os direitos constitucionais de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, promovendo o amplo e irrestrito acesso dos mesmos às dependências do Tribunal, aos serviços que prestam e às respectivas carreiras.

META

Adotar os padrões delimitados desde a fase de concepção dos projetos, em todas as obras novas a serem contratadas, e

onde for possível nas reformas em edificações já existentes, estimulando o uso de tecnologias, materiais e soluções que visem a reduzir agressões ao meio ambiente e que promovam a integração homem X espaço construído de maneira sustentável a partir de 2005.

RESULTADOS E BENEFÍCIOS ALCANÇADOS

Melhoria: Plano de gerenciamento de resíduos da construção.

Benefícios:

Redução da geração de resíduos

Redução do desperdício

Canteiro de obras mais limpo e organizado

Conscientização e educação ambiental dos empresários e dos trabalhadores da construção civil envolvidos no processo.

Melhoria: Reaproveitamento da água pluvial

Benefícios:

Redução do consumo de água (na sede do TRT aproximadamente 200 m3/ano).

Melhoria: Seleção de materiais atóxicos, recicláveis e/ou reutilizáveis.

Benefícios:

Possibilidade de manutenção sem inviabilizar o uso das instalações

Melhoria: Utilização de torneiras com fechamento automático e louças sanitárias poupadoras de água

Benefícios:

Redução do consumo.

Facilidade de manutenção dos vasos sanitários em caso de vazamento

Melhoria: Utilização de coberturas transparentes e/ou translúcidas

Benefícios:

Redução do consumo de energia elétrica para iluminação na utilização cotidiana das instalações.

Melhoria: Utilização de pele de vidro

Benefícios:

Redução do consumo de energia elétrica para iluminação na utilização cotidiana das instalações.

Melhoria: Rampas de acesso

Benefícios:

Permite ao usuário PNDE o acesso a todas as instalações dos prédios sem a necessidade de auxílio de terceiros.

Custo de implantação e manutenção menor que o de elevadores.

Dificuldades:

Menos confortável que elevadores para transposição de grandes diferenças de nível.

Melhoria: Padronização de portas (90 cm)

Benefícios:

Permite ao usuário PNDE o acesso a todas as instalações dos prédios sem a necessidade de auxílio de terceiros.

A padronização facilita a manutenção

Melhoria: Piso táctil

Benefícios:

Possibilita a circulação do deficiente visual.

3.20.2 BALANÇO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO (PEP) DE 2010

| BALANÇO DO PEP 2010 | | |
|---|--------------|-------------|
| Descrição da meta | Resultado | Cumprida? |
| Meta11: Aumentar o índice de satisfação do cliente parq 64,28% em 2010. | nd | Não apurada |
| Objetivo1: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos. | 7 metas | |
| Meta12: Diminuir para 41,4% a taxa de congestionamento na fase de Conhecimento em 2010 | 24,30% | Sim |
| Meta13:Ter 20% dos processos administrativos em conformidade com o prazo estabelecido pelo CNJ em 2010. | 60,35% | Sim |
| Meta Prioritária 1 - Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal. | 100,00% | Sim |
| Meta Prioritária 2 - Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007. | 87,22% | Não |
| Meta Prioritária 4 - Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento. | 90,19% | Não |
| Meta Prioritária 5 - Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em, pelo menos, 50% das unidades judiciárias. | 100,00% | Sim |
| Meta Prioritária 10: Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem. | 98,44% | Sim |
| Objetivo2: Buscar a excelência da gestão de custos operacionais | 2 metas | |
| Meta14:Aumentar a eficiência operacional diminuindo o custo do processo para R\$ 4.205,00 em 2010. | R\$ 4.226,64 | Não |
| Meta Prioritária 6 - Reduzir em, pelo menos, 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível. (ano referência: 2009). | 9,96% | Sim |
| Objetivo3: Facilitar o acesso à Justiça | 1 meta | |
| Meta15: Aumentar para 10% o índice de acesso a Justiça | 9% | Não |

| BALANÇO DO PEP 2010 | | |
|---|-------------------------------------|-------------|
| Descrição da meta | Resultado | Cumprida? |
| Objetivo4: Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais. | 2 metas | |
| Meta16: Diminuir para 62,5% a taxa de congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau | 70,88% | Não |
| Meta Prioritária 3: Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009). | Não fiscal: -26,40%; Fiscal: 10,55% | Não |
| Objetivo5: Promover a cidadania. | 1 meta | |
| Meta17: Ter anualmente 100 pessoas beneficiadas pelos projetos sociais | 241 | Sim |
| Objetivo6: Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário. | 1 meta | |
| Meta18: Atingir 20% no índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos em 2010. | 38,46% | Sim |
| Objetivo7: Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais. | 1 meta | |
| Meta19: Implantar uma boa prática de Gestão do Poder Judiciário por ano | 98,44% | Sim |
| Objetivo8: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes. | 1 meta | |
| Meta20: Implantar uma parceria estratégica por ano | 0 | Não |
| Objetivo9: Aprimorar a comunicação com o público externo. | 2 metas | |
| Meta21: Ter 10% do índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet em 2010 | 0% | Não |
| Meta prioritária 7 - Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência. | 100% | Sim |
| Objetivo10: Desenvolver conhecimento, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores. | 2 metas | |
| Meta Prioritária 8: Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância. | 100% | Sim |
| Meta22: Chegar a 20% no índice de capacitação nas competências estratégicas em 2010. | nd | Não apurada |

| BALANÇO DO PEP 2010 | | |
|---|-----------|-------------|
| Descrição da meta | Resultado | Cumprida? |
| Objetivo11: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia. | 1 meta | |
| Mesta23: Ter 100% no índice anual de alcance das metas | 46,2% | Não |
| Objetivo12: Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI | 3 metas | |
| Meta24: Ter 60% do índice de aderência aos padrões mínimos de TI em 2010 | 71,88% | SIM |
| Meta25: Ter 45% de aderência às metas do PETI em 2010 | 14,29% | Não |
| Meta prioritária 9: Ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior. | 50% | Não |
| Objetivo13: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução dos objetivos da estratégia | 1 meta | |
| Meta26: Ter 100% do índice do orçamento estratégico executado anualmente | nd | Não apurada |

3.20.3 CONCLUSÕES

O Planejamento Estratégico Participativo representa o maior avanço em termos de gestão ocorrido nos últimos anos, pois criou uma cultura de continuidade gerencial (diversa do continuísmo da gestão), uma cultura de participação (ao envolver desembargadores, juízes e servidores na construção do futuro da organização) e uma cultura de avaliação de resultados, traduzidos nas metas. Porém, se avançamos na etapa de formulação do plano (construção da estratégia), ainda estamos incipientes no tocante à execução da estratégia (ou seja, o de realizar o planejado).

Tal fato, muito provavelmente, decorre do envolvimento, ainda não muito intenso, das lideranças da organização com o plano estratégico formulado, uma vez que acabam dedicando muito mais tempo de sua atividade às chamadas atividades de rotina.

Talvez resida justamente aqui o principal desafio: fazer da rotina a execução contínua da estratégia.

3.21 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO – RIO GRANDE DO NORTE/RN.

3.21.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

- Projeto Político Pedagógico da Escola Judicial – constitui-se num instrumento norteador para o desenvolvimento de programas educacionais voltados à formação continuada dos servidores e magistrados desta justiça trabalhista. Encontra-se concluído.

- Revisão e modernização da estrutura organizacional do TRT da 21ª Região - oriunda da necessidade de adequação à Resolução nº 63 do CSJT. Concluído em janeiro de 2011.

- Campanhas de Conciliação – este projeto vem sendo regularmente executado, de modo que na semana de Conciliação realizada entre 13 e 17 de setembro de 2010 foi atestada a taxa de resolutividade de 52,3% (cinquenta e dois vírgula três por cento), com arrecadação de mais de R\$ 8,7 milhões de reais.

- Programa de Uso Racional de Água e seu Reaproveitamento (PURA) - projeto de caráter socioambiental que prevê a adoção de uma série de medidas relacionadas ao uso racional de água nos imóveis utilizados por este Regional. Suas ações seguem o cronograma estabelecido, e o projeto foi incluído no Banco de Boas Práticas do Conselho Nacional de Justiça.

- Convênio com a Secretaria Municipal de Finanças - O Convênio viabilizará a identificação de bens executados passíveis de constrição judicial, assim como a situação fiscal dos imóveis arrematados em leilões judiciais, resultando na diminuição da taxa de congestionamento dos processos de Execução. Encontra-se em fase de elaboração a minuta do Convênio, atividade a cargo da Secretaria Administrativa.

- Implantação do Sistema de Hasta Pública Eletrônica – a Secretaria de Tecnologia da Informação ficou incumbida de desenvolver programa para viabilizar a realização da hasta pública eletrônica até o dia 30 de junho do corrente ano.

- Criação de novas Varas Trabalho na Capital e no Interior – o projeto já foi aprovado em todas as comissões da Câmara dos Deputados, onde atualmente aguarda inclusão em pauta para votação.

- Mapeamento e desenvolvimento de competências – aguarda-se pela conclusão do projeto para implantação do sistema de gestão de pessoas por competências em elaboração no CSJT para que se faça uma adequação à realidade deste Regional.

- Construção de nova sede para a Escola Judicial Trabalhista do TRT da 21ª Região - os projetos arquitetônicos e projetos complementares estão concluídos, aguardando a emissão das licenças dos órgãos competentes.

- Estabelecimento de convênios com órgãos e entidades

a fim de desenvolver projetos sociais – encontra-se em fase de discussão a celebração de Convênio com a Secretaria Estadual de Educação e Associação dos Magistrados do Trabalho da 21ª Região, para realização de visitas de alunos concluintes do ensino médio das Escolas Públicas estaduais às instalações dos TRT-21, com explicações e palestras acerca das atividades, funções e órgãos do Judiciário Trabalhista.

- Virtualização de processos no âmbito do TRT da 21ª Região – A virtualização de processos Administrativos já foi concretizada com a implantação do PROAD – Processo Administrativo Virtual, o qual vem sendo utilizado atualmente para solucionar as demandas da atividade-meio deste Tribunal. Quanto à atividade-fim, existe um plano nacional de virtualização – ao qual este Tribunal está associado, inclusive cedendo servidores para colaborar na execução do projeto – para implantação do PJe – Processo Judicial Eletrônico, com perspectivas de conclusão em 2011.

- Projeto Adote uma Árvore – Este projeto, integrante do plano político ambiental do TRT da 21ª Região, consiste em proporcionar um melhor ambiente de trabalho, por meio do plantio de mudas e sua adoção pelos diversos setores do Tribunal, inclusive empresas e órgãos que usam o nosso espaço, sensibilizando os magistrados, servidores e jurisdicionados para uma maior consciência socioambiental. Esta “adoção” se concretiza com a escolha da muda ou canteiro a ser adotada pelos servidores, nas instalações internas e de acordo com o projeto paisagístico do Tribunal. Este projeto foi incluído no Banco de Boas Práticas do Conselho Nacional de Justiça.

3.21.2 CONCLUSÕES

Em linhas gerais, foram apresentados os projetos contemplados pelo Planejamento Estratégico e alguns que, embora não estejam, já se encontram em fase de inclusão, por ocasião da Reunião de Análise da Estratégia – RAE que será realizada ainda neste primeiro semestre de 2011. Em que pese o progresso no andamento dos projetos deste Regional, objetivando um maior aperfeiçoamento na execução e oferecimento de ferramentas facilitadoras, a Presidência do TRT da 21ª Região criou, em abril deste ano, o Núcleo de Gerenciamento de Projetos, estrutura integrante da Assessoria de Planejamento e Qualidade, que tem por objetivo, em síntese, elaborar métodos de padronização dos procedimentos de gerenciamento de projetos, acompanhar seu desenvolvimento, divulgar seu desempenho, oferecer suporte aos gestores, e assessorar a Administração nas demandas relativas ao tema. Dois servidores desta assessoria estarão fazendo curso de capacitação em gerenciamento de projetos no mês de junho do corrente ano.

3.22 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO – PIAUÍ/PI.

3.22.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

PROCESSO VIRTUAL - agilidade na obtenção de informações sobre os processos, precisão das informações prestadas, economia de material de escritório, responsabilidade social e ambiental, melhoria na qualidade de vida dos magistrados e servidores e diminuição do fluxo de pessoas no TRT e Varas;

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO) - Preservar a saúde e possibilitar o diagnóstico precoce dos agravos que a afetem, relacionados ao trabalho, bem como estabelecer diretrizes, condutas e focos de ações no tocante às doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde que possam vir a afetar os magistrados e servidores desta instituição;

CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO SEDE - obra a ser concluída a médio e longo prazo, a depender do aporte de recursos consignados no orçamento anual. Em 2010 foram concluídas as fundações de todos os anexos e licitados ainda a execução de todos os projetos executivos da obra;

AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO – A ampliação das instalações da área meio implicaram a integração de todas as unidades administrativas em um único imóvel, garantindo maior agilidade na tramitação dos procedimentos administrativos, bem como assegurou condições adequadas de trabalho aos servidores, com novas instalações físicas ao Almoxarifado, Diretoria-Geral, Secretaria Administrativa, Escola Judicial, dentre outras unidades;

INSTALAÇÃO DO POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA CIDADE DE BOM JESUS (VINCULADO À VARA DO TRABALHO DE CORRENTE – PI) – Facilitar o acesso dos trabalhadores da cidade de Bom Jesus e circunvizinhas à Justiça do Trabalho, reduzindo as distâncias de deslocamento até a Vara do Trabalho de Corrente;

INSTALAÇÕES FÍSICAS DA ESCOLA JUDICIAL, COM ÁREA DE 1.800 m², CONTANDO COM SECRETARIA, SALA DO DIRETOR, DUAS SALAS DE AULA, AUDITÓRIO E SALA DE ESTUDO – Garantir condições adequadas de oportunizar atividades pedagógicas

voltadas à capacitação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores do TRT – 22ª Região;

CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA PARA AS VARAS DO TRABALHO DE FLORIANO E OEIRAS - As novas sedes das Varas do Trabalho de Floriano e Oeiras, que até então funcionavam em prédios locados, contam com espaços amplos, garantindo condições ideais de trabalhos aos magistrados e servidores, bem como melhorias na prestação jurisdicional;

PROGRAMA DE TV - TRT EM AÇÃO – O Programa garantiu maior visibilidade às atividades desenvolvidas pela Justiça do Trabalho no Estado do Piauí, sendo transmitido semanalmente pela TV Assembléia do Piauí e pela internet.

3.22.2 CONCLUSÕES

O Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, por meio de um Planejamento Estratégico participativo e alinhado, pretende, para 2011, dar continuidade à construção do Prédio Sede e expansão do projeto de Circuito Interno de TV para as Varas do Trabalho do Interior (Projeto já concretizado, no início de 2011, no Edifício Sede e Varas do Trabalho da Capital) e iniciar a implementação dos projetos Gestão por Competências, Protocolo Integrado, Gabinete Virtual e Rede sem fio para as Varas do Interior, bem como a construção das novas Varas do Trabalho nos municípios de Valença e Uruçuí, tendo sempre em foco sua missão institucional que é “Realizar Justiça, solucionando conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma acessível, célere e efetiva, objetivando a promoção da paz social”.

3.23 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO – MATO GROSSO/MT.

3.23.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Para fins de consecução do Planejamento Estratégico, implantado no ano de 2007, bem como em obediência ao art. 5º da Resolução n. 70/2009 do CNJ, o Tribunal realizou 4 (quatro) “Reuniões de Análise da Estratégia” (RAE), tendo por escopo principal acompanhar a implementação da estratégia por meio do monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Estratégico Institucional.

Estrategicamente, o TRT da 23ª Região procurou aprimorar seus atos administrativos, adequando-se à escassez de recursos orçamentários, reprogramando muitas vezes suas ações para alcançar o máximo das metas planejadas.

A fim de minimizar as dificuldades orçamentárias e financeiras pelas quais passou este Tribunal, mormente quanto às despesas de custeio, bem como visando ao propósito de agilizar a efetivação de determinados atos processuais e de aprimorar a prestação jurisdicional, implementou e manteve projetos e parcerias que muito contribuíram para os resultados alcançados.

- Convênio INTIMARE: notificação, intimação e citação pelo sistema eletrônico com as seguintes Entidades: Caixa Econômica Federal - CAIXA; Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Mato Grosso; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/MT;

- Implantação de Núcleo Avançado de Práticas Jurídicas com as Universidades de Cuiabá (UNIC) e de Várzea Grande (UNIVAG);

- Convênio com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Mato Grosso – IEPTB-MT, para fins de protesto de certidão de crédito trabalhista;

- Adesão ao Programa Sócio Ambiental Reciclar – Projeto Vale Luz da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social;

- Criação de Bancos de Dados Digitais com as seguintes empresas: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FNA; Caixa Econômica Federal – CAIXA; Universidade Federal de Mato Grosso, de modo que este Regional tenha acesso às informações contidas nos bancos de dados;

- Seleção de voluntários na função de Conciliador com as seguintes Universidades: Centro Universitário Cândido Rondon – UNIRONDON, Faculdade para o Desenvolvimento do Estado e do Pantanal Mato-grossense – UNIPAN e a Universidade de Cuiabá – UNIC;

- Convênio com a SERASA EXPERIAN S/A, visando a lançar os nomes dos devedores no banco de dados da Serasa;

- Convênio com o Conselho do Direito da Criança e Adolescentes do Estado de Mato Grosso – CEDCA/MT, objetivando informar e incentivar a população, inclusive os contabilistas, sobre os benefícios em fazer doação aos Fundos Municipais e Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente;

- Continuidade ao projeto de Gestão por Competências, com a finalidade de definir as competências de que a organização necessita para alcançar seus objetivos e identificar as competências individuais, visando à criação de condições internas de aprendizado para que as pessoas desenvolvam os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das atribuições e capacidade para utilizar amplamente a informação e a autoridade;

- Criação da “Academia de Lideranças”, visando à capacitação de servidores e a formação de líderes;

- Realização do alinhamento estratégico institucional, por meio do desdobramento estratégico das unidades administrativas e judiciárias no âmbito da 23ª Região (construção dos mapas estratégicos de Tecnologia da informação, de gestão de pessoas, de patrimônio e logística, e construção de painéis de contribuição para as demais unidades);

- Mapeamento das rotinas e procedimentos das unidades judiciárias, cujo resultado proporcionou informações importantíssimas para o desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico;

- Desenvolvimento do projeto e instituição do Programa de Qualidade de Vida, que visa à melhoria das condições de trabalho dos magistrados e servidores;

- Implantação do Escritório de Segurança da Informação;

- Início de implantação do Escritório de Processos;

- Estradeiro trabalhista, que consistiu na visita em todas as unidades do interior do Estado, possibilitou a discussão coletiva com magistrados, servidores e usuários dos serviços jurisdicionais. Nas reuniões realizadas, identificaram-se inúmeras expectativas em relação ao que o tribunal poderia melhorar nas condições de trabalho, principalmente nos fatores ligados à melhoria da infraestrutura física;

- Cumprimento de 100% das metas prioritárias de 2010, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

3.23.2 CONCLUSÕES

Convém registrar que as atividades desenvolvidas por este Tribunal propiciaram o aumento na quantidade de processos julgados, o que vem demonstrar que as ações desenvolvidas por este Órgão Judiciário vêm propiciando um melhor atendimento aos seus jurisdicionados, porquanto os litígios estão sendo resolvidos.

Dos 32 indicadores estratégicos definidos por este Regional, 24 atingiram mais de 85% da meta prevista, sendo que apenas 8 (oito) ficaram abaixo desse percentual e, mesmo assim, atingiram mais de 60% da meta.

O trabalho desenvolvido com base nos objetivos e metas estabelecidas no planejamento estratégico, desenvolvidos de maneira focada e transparente, vem atendendo às expectativas das pessoas e consequentemente melhorando a satisfação dos usuários internos e externos.

3.24 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO – MATO GROSSO DO SUL/MS.

3.24.1 PRINCIPAIS PROJETOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Nesse primeiro ano de implantação do Plano Estratégico, a priorização foi para os projetos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos da instituição e daqueles necessários ao estabelecimento de uma base para o desenvolvimento dos projetos dos anos seguintes. Dessa forma, foram priorizados o investimento na qualificação de magistrados e servidores e no melhoramento dos fluxos dos processos e, conseqüentemente, das rotinas de trabalho, através do mapeamento, análise e redesenho de processos de trabalho nas áreas judiciária e administrativa, os quais abrangeram a grande maioria das unidades das áreas fim e meio do Tribunal.

Por se tratar do primeiro ano de execução do primeiro Plano Estratégico deste órgão, no âmbito da gestão de projetos, as atividades do Núcleo se concentraram em estudos para o desenvolvimento de metodologia para dar suporte ao desenvolvimento dos próximos projetos estratégicos.

Para divulgação do Plano Estratégico do TRT da 24ª Região e sensibilização, enviamos para cada Vara Trabalhista um banner com o mapa estratégico e realizamos a distribuição a cada magistrado e servidor de um folder com o mapa estratégico.

Em seguida, foi inaugurado o portal da Gestão Estratégica no site do TRT da 24ª Região, contendo as informações acerca da Missão, Visão, Valores institucionais, Mapa Estratégico, Plano Estratégico, Pesquisas, Equipes do Planejamento Estratégico, Contatos, Fotos e o Plano Estratégico Interativo, que passaram a ficar disponíveis para toda a sociedade através da rede mundial de computadores.

No mês de setembro de 2010, foi realizada a 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) com o objetivo de analisar o andamento do Plano Estratégico, apresentar o desempenho dos indicadores e verificar os de baixa performance, analisar os problemas e deliberar acerca de sugestões, com a finalidade de impulsionar a execução dos projetos.

Nos meses de setembro e outubro, foi iniciado o Projeto “Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho”, para alavancar os objetivos estratégicos a) “Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços” e b) “Agilizar o trâmite Processual”. Foram realizadas capacitações dos magistrados e servidores envolvidos com os processos de trabalho em estudo. No desenvolvimento dos trabalhos, foram identificados e mapeados os métodos e processos de trabalho atuais das áreas judiciária e administrativa (custeio), os quais foram analisadas e redesenhados, desburocratizados, com a

simplicação de procedimentos e eliminação ou redução de rotinas de retrabalho e gargalos, na medida do possível.

Neste projeto foi então realizado o mapeamento, a análise e o redesenho de dois grandes processos de trabalho: 1º) Processo de aquisição e fornecimento de materiais e serviços, o qual envolve os procedimentos de compras, licitações e contratações. Participaram dessas atividades Diretores e Chefes da área administrativa. 2º) Processo Ação Trabalhista – 1º Grau, da distribuição à execução, o qual contou com a participação de todos os Diretores de Secretaria de Vara do Trabalho, capital e interior, todos os diretores da área judiciária do Tribunal, durante os dois primeiros dias, e todos os magistrados de 1º grau no terceiro dia.

Em síntese, foram realizados os seguintes trabalhos em cada processo analisado: mapeamento do fluxo atual do processo, levantamento das etapas do fluxo atual, levantamento dos seus problemas, discussão e consenso de propostas de melhoria para o fluxo mapeado e desenho do novo fluxo do processo de trabalho remodelado.

Como resultados desse projeto até a fase atual, foram elaborados:

1. Fluxograma do Processo de Contratação de Bens e Serviços;
2. Manual do Processo de Contratação de Bens e Serviços;
3. Fluxograma do Processo de Reclamação Trabalhista, da distribuição até a execução; e
4. Manual do Processo de Reclamação Trabalhista, da distribuição até a execução;

Esses documentos foram distribuídos às respectivas áreas, para utilização. Até dezembro de 2010, 17 Varas do Trabalho haviam adotado o novo fluxo do Processo de Reclamação Trabalhista, o que permitiu ao Tribunal, além de simplificar suas rotinas de trabalho, alavancar dois objetivos estratégicos e ainda atingir a Meta 5 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Ao longo do ano de 2010 foram desenvolvidos os seguintes Projetos Estratégicos:

1. Formação inicial e continuada de magistrados e servidores;
2. Modernização das instalações físicas das unidades do TRT da 24ª Região;
3. Gestão de Patrimônio;
4. Gestão Ambiental;
5. Educação, Trabalho e Justiça;
6. Atualização da infraestrutura tecnológica;
7. Gestão Orçamentária Eficiente;
8. Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho; e
9. Implantação da Resolução CSJT nº 63/2010.

No que tange aos resultados dos indicadores do Plano Estratégico, obtivemos um índice de 78,78% quanto ao atingimento de metas estratégicas (*dos 33 indicadores, 26 atingiram a meta proposta para 2010*).

3.24.2 CONCLUSÕES

No ano de 2010, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica direcionaram suas atividades para a execução da estratégia definida em 2009.

Os esforços despendidos por todo o TRT da 24ª Região contribuíram não só para o alcance das metas estratégicas como também para o alcance de 8 das 10 metas do CNJ para 2010.



CSJT
Conselho Superior da
Justiça da Trabalho